www.valor.com.br | Sexta-feira, 6 de maio de 2022 | Ano 23 | Número 5493 | R$ 5,00

Valor ECONÔMICO

Novas questões levam a transformações nos conselhos de empresas **EU&Fim de Semana**

Com alta de juros no Brasil e nos EUA, renda fixa domina **C6**

Com os preços atuais do café, potencial de faturamento do setor é de R$ 1 bi ao ano", diz Luciano Quartiero, presidente da Camil **B7**

União negocia R$ 265 bi de dívidas com contribuintes

Joice Bacelo
Do Rio

Empresas e pessoas físicas negociaram com a União, desde 2020, o valor de R$ 263 bilhões em acordos para o pagamento de dívidas fiscais. Em abril, o número chegou a 1,1 milhão de acordos. Os contribuintes têm utilizado a chamada "transação tributária" para negociar débitos com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que pode conceder descontos e parcelamentos.

A Universidade Candido Mendes, por exemplo, fechou acordo há poucos dias para regularizar um passivo de R$ 1,25 bilhão. Foi a maior quantia negociada pela equipe da procuradoria na 2ª Região, que abrange os Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo. A dívida original da universidade, que está em recuperação judicial, foi reduzida para cerca de R$ 400 milhões. A quitação será em 145 meses.

Em São Paulo, casos bilionários vêm sendo registrados desde o ano passado. O Grupo Ruas, que atua no transporte urbano, negociou o pagamento de R$ 3,12 bilhões em julho do ano passado. Já a Inepar, do setor de infraestrutura, formalizou a renegociação de R$ 2,6 bilhões de dívidas fiscais em dezembro.

A transação foi instituída por lei há pouco mais de dois anos. Desde então, o Fisco passou a ter permissão para sentar-se à mesa e negociar com os contribuintes de forma "customizada". Há mais de dez modalidades de transação.

Descontos variam conforme o fluxo de caixa e a capacidade de pagamento do contribuinte. Mas, em geral, são de até 50% e a dívida pode ser parcelada em um prazo de até 84 meses. Empresas em recuperação judicial, caso também da Inepar, têm mais vantagens. Os descontos podem alcançar 70% e o prazo de pagamento, até 120 meses.

"Conseguimos ajustar de acordo com a condição econômica de cada devedor", diz Tiago Voss dos Reis, procurador-chefe da unidade virtual da procuradoria na 2ª região. Com a procuradora Andréa Borges Araújo, ele conduziu as negociações com a Candido Mendes. **Página E1**

Destaques

Despesa nos supermercados
O peso das despesas nos números de GPA e Carrefour neste ano afetou as margens das redes de janeiro a março, segundo seus balanços. Esses gastos responderam por uma fatia maior das receitas. De forma geral, o Carrefour cresceu em vendas mais do que o GPA no 1º trimestre, porque decidiu ganhar maior volume de venda neste ano. **B4**

Risco de estagflação preocupa
Após os choques da covid e da guerra na Ucrânia, a inflação vem superando expectativas, atingindo os maiores níveis em décadas em muitos países, e as perspectivas de crescimento econômico se deterioram. Neste quadro, o risco de estagflação preocupa autoridades porque há poucos instrumentos monetários para enfrentá-la. **A16**

"Drawback" estendido
A Câmara dos Deputados aprovou ontem a medida provisória (MP) que prorroga por um ano as concessões do regime aduaneiro especial do "drawback". É a segunda vez seguida que esse regime tem sua vigência prorrogada. O texto recebeu apoio de todos os partidos na Casa e segue para discussão no Senado Federal. **A8**

Contratos de GNL

A petroleira independente PetroRecôncavo está negociando contratos de fornecimento de gás natural com clientes no Nordeste, tendo em vista a abertura do mercado no Brasil e o aumento dos preços do gás natural liquefeito (GNL) no mercado internacional com a guerra na Ucrânia. Segundo o presidente da companhia, Marcelo Magalhães, há conversas em andamento para acordos para suprimento de volume fixo baixo. **B1**

Isenção de IR para estrangeiros
O governo pediu ao Congresso que inclua no projeto de lei do marco de garantias a isenção de imposto de renda para investimentos estrangeiros em títulos de renda fixa corporativos (debêntures, debêntures incentivadas, CRI e CRA). É uma tentativa de atrair recursos externos, o que pode ajudar a diminuir a cotação do dólar. **C1**

Santa Vitória é vendida por R$ 705 mi
A sucroalcooleira Jalles Machado, com usinas em Goiás, comprou a usina mineira Santa Vitória pelo total de R$ 704,9 milhões, incluindo assunção de dívidas. A aquisição permite à companhia passar a integrar o pelotão de empresas com tamanho intermediário, com capacidade de moagem mais perto das 10 milhões de toneladas. **B7**

Suprimento de gás
Na tentativa de dar fim a uma briga judicial que se arrasta desde o início do ano, a Petrobras abriu negociações com distribuidoras de gás canalizado para novos contratos de fornecimento do insumo. Segundo fontes, a estatal propôs alongar de quatro para nove anos o período de suprimento fixado nos atuais contratos. Por outro lado, aceitaria redução do valor cobrado pelo gás natural. **B1**

Ideias

Claudia Safatle
Em eventual nova gestão de Bolsonaro, seus assessores econômicos esperam aprovar as reformas tributária e administrativa. **A2**

Armando Castelar Pinheiro
Petróleo, dólar e Fed funds (fundos disponibilizados pelo BC dos EUA) têm tido fortes impactos no cenário econômico global. **A15**

Indicadores

Ibovespa	5/mai/22	-2,81 % R$ 32,0 bi
Selic (meta)	5/mai/22	12,75% ao ano
Selic (taxa efetiva)	5/mai/22	12,51% ao ano
Dólar comercial (BC)	5/mai/22	5,0045/5,0051
Dólar comercial (mercado)	5/mai/22	5,0160/5,0166
Dólar turismo (mercado)	5/mai/22	5,0316/5,2116
Euro comercial (BC)	5/mai/22	5,2572/5,2599
Euro comercial (mercado)	5/mai/22	5,2904/5,2910
Euro turismo (mercado)	5/mai/22	5,3194/5,4994

Medida eleva a inflação de 2023 e complica tarefa do BC

De São Paulo, Brasília e do Rio

A suspensão dos reajustes de energia elétrica das concessionárias, como propõe um projeto legislativo, poderia tirar quase um ponto percentual da inflação de 2022. Para economistas, a conta seria empurrada para 2023 e viria ainda maior, criando dificuldade adicional à tarefa do Banco Central de trazer a inflação para a meta no ano que vem. Além disso, a perspectiva de novas altas em combustíveis, que podem esvaziar parte do alívio em energia, tem feito projeções para preços administrados subirem.

Aliados do presidente Jair Bolsonaro estão preocupados com o impacto da inflação na campanha eleitoral. Diante disso, a Câmara aprovou urgência para votar medida que suspende o reajuste de quase 25% nos preços da energia no Ceará.

O J.P. Morgan estima impacto sobre o IPCA de 2022 de 0,04 ponto percentual. Mas o receio é que a medida seja ampliada para o âmbito nacional, desejo manifestado pelo presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL).

A equipe econômica do governo, o setor privado e fontes da Aneel dizem temer que a medida afete a percepção de risco do investidor em relação ao país. **Página A4**

Autoridades dos EUA defendem eleições do Brasil

Maria Cristina Fernandes
De São Paulo

A sucessão de manifestações de confiança de autoridades americanas no processo eleitoral do Brasil — seis, em menos de um ano — reforçou a percepção, nos meios diplomáticos brasileiros, de que a futura embaixadora dos Estados Unidos, Elizabeth Bagley, assumirá seu posto antes da disputa de outubro. A indicação ainda não foi confirmada, mas é vista como um passo de reafirmação da defesa do processo eleitoral brasileiro.

Foi em meio à ofensiva americana para defender as instituições eleitorais brasileiras que o Ministério da Defesa soltou ontem nota em que cobra do TSE a divulgação de seus questionamentos ao processo eleitoral. A divulgação ocorreu no mesmo dia em que o porta-voz do Departamento de Estado, Ned Price, questionado sobre posicionamento do diretor da CIA, William Burns, em defesa do processo eleitoral brasileiro, foi na mesma direção: "Temos grande confiança nas instituições democráticas brasileiras." Foi a primeira autoridade americana a fazer o alerta ao país. A revelação foi feita pela "Reuters". **Página A6**

A aposta do bilionário

SILVIA ZAMBONI/VALOR

O incorporador argentino Jorge M. Pérez, o "rei do condomínio de Miami", diz "À Mesa com o Valor" que São Paulo está barata e preços dos imóveis locais devem subir. EU& Fim de Semana

LEO PINHEIRO/VALOR

Guanaes, da N Ideias; Tolda, do Mercado Livre; e Mayol, da McKinsey: desafios do modelo híbrido

Para companhias, futuro do trabalho traz muitos dilemas

Jacilio Saraiva
Para o Valor, de São Paulo

Para Nizan Guanaes, CEO da consultoria de estratégias de comunicação N Ideias, o home office pode ser libertador, mas é complicado usar a casa como ambiente de trabalho para sempre. "O desafio é manter equilíbrio nesse cenário", disse o publicitário, ontem, na **Live do Valor**. O tema foi o futuro do trabalho.

Fernanda Mayol, sócia da McKinsey, afirmou que os profissionais ficaram mais exigentes e citou estudo da consultoria segundo o qual 40% da força de trabalho nos EUA e na Europa considera deixar seus empregos, em três a seis meses, devido à falta de alinhamento com as chefias sobre os formatos de expediente.

O Mercado Livre, que contratou 14 mil funcionários neste ano — 4 mil no Brasil — manterá o modelo híbrido, presencial e a distância. "Ainda não sabemos o que virá pela frente e até o metaverso aparece como opção", disse Stelleo Tolda, cofundador da empresa. **Página A5**

Bolsa recua e dólar sobe por receio de juros mais altos

Victor Rezende e Gabriel Roca
De São Paulo

O alívio nos mercados após a alta de 0,5 ponto percentual nas taxas básicas de juros nos EUA durou pouco. Os temores de cenário inflacionário mais grave no futuro pesaram, levando à subida dos juros americanos de longo prazo. Com isso, as bolsas globais caíram, enquanto o dólar ganhou fôlego. O Ibovespa recuou 2,81%, aos 105.304,19 pontos. Já o dólar fechou a R$ 5,0166, elevação de 2,38%.

Houve mudança na visão do mercado em relação à declaração do presidente do Federal Reserve, Jerome Powell, de que não considera aumento de 0,75 ponto nas taxa de juros. A leitura passou a ser que os EUA podem ter de enfrentar inflação mais alta no curto prazo e ser forçado a aumentar os juros a níveis maiores. Juros americanos altos tendem a fortalecer o dólar, podendo comprometer a atração de investimentos para emergentes. **Página C1**

Lucro da Petrobras cresce 38 vezes

De São Paulo, Brasília e do Rio

Alta no preço do petróleo, maior volume exportado, custos mais baixos na importação de GNL e margens maiores na venda de óleo diesel fizeram o lucro da Petrobras crescer 38 vezes — ou 3.718% — no 1º trimestre, para R$ 44,56 bilhões, contra R$ 1,17 bilhão em igual período de 2021. A receita somou R$ 141,64 bilhões, com avanço de 64,4% na mesma comparação.

O presidente Jair Bolsonaro classificou o lucro da empresa como "crime inadmissível" e "estupro", quando a alta dos combustíveis pressiona a inflação em ano eleitoral. Ele já criticou várias vezes a política de preços da estatal, que segue a paridade internacional. Além disso, a companhia retorna bilhões de reais ao governo na forma de dividendos e impostos. **Páginas A2 e B1**

Na China, contração em serviços

Agências internacionais

Os serviços na China caíram para seu nível mais fraco em mais de dois anos em meio aos surtos de covid-19 e os "lockdowns", que afetam o consumo e ameaçam o crescimento econômico. O índice de atividade de serviços da Caixin China, um indicador privado, caiu para 36,2 em abril, o menor desde fevereiro de 2020. Foi o segundo mês consecutivo abaixo de 50, o que indica contração. **Página A15**

LIVE do Valor

Às 12 horas no www.valor.globo.com

Semana especial de lives – 22 anos do Valor

- **Sexta, 06/05**
  12h - Ilan Goldfajn, diretor do Departamento do Hemisfério Ocidental do Fundo Monetário Internacional (FMI)
  15h - Edvaldo Santana, doutor em engenharia de produção e ex-diretor da Aneel; e **Elbia Gannoum,** CEO da ABEEólica (Associação Brasileira de Energia Eólica)
- **Segunda, 09/05 - Fernando Rocha,** sócio e economista-chefe da JGP
- **Carreira em Destaque - às 14 hs**
  Terça, 10/05 - Patricia Coimbra, vice-presidente de capital humano, sustentabilidade e marketing da SulAmerica

Se Bolsonaro for reeleito, teto poderá ser reavaliado

Claudia Safatle

Em um eventual segundo mandato do presidente Jair Bolsonaro, a expectativa de assessores econômicos atuais é que sejam aprovadas as reformas tributária e administrativa e que seja, também, feita uma reavaliação da lei do teto do gasto público de forma a permitir, por exemplo, que sejam usados os recursos advindos das privatizações ou de pagamento de dividendos das empresas estatais para um programa de erradicação da pobreza sem que ele esteja contabilizado no teto do gasto.

Tal flexibilidade não deve atingir o Auxílio Brasil, programa que foi aprovado como permanente pelo Senado, na quarta-feira. Até então, pela legislação, o auxílio de R$ 400 valeria apenas para este ano. Como permanente ele agrega mais R$ 90 bilhões na despesa orçamentária anual.

Ao recusar 5% de correção, servidor pode ficar sem nada

O senador Marcelo Castro (MDB-PI), relator do Orçamento para 2023, disse que tem ouvido especulações de que o governo estaria pensando em retirar o Auxílio Brasil do cômputo do teto de gastos. Ele adiantou que apoiaria essa ideia. O programa substituiu o Bolsa Família e garante a renda mensal para cerca de 18 milhões de famílias.

"Não creio que se vá cometer tal heresia econômica de tirar o Auxílio Brasil do teto", comentou uma fonte qualificada da pasta da Economia a respeito dessa especulação. A lei do teto para o gasto público limita a expansão da despesa orçamentária à inflação medida pela variação do IPCA acumulada no período de julho a junho de cada ano imediatamente anterior. Para superar tal restrição, há sempre quem apresente propostas de exclusão de determinadas despesas do gasto total permitido.

A política fiscal do governo Bolsonaro foi calcada na contenção do gasto com a folha de salários do funcionalismo e, para isso, foi muito importante ter a lei que restringiu o aumento da despesa. Sem reajustes desde 2019, as categorias estão ameaçando greve. O governo propôs uma correção de 5% linear, para os servidores do Poder Executivo, a partir de meados do ano. Essa alternativa desagradou a todos. Acontece que no Orçamento deste exercício consta apenas R$ 1,7 bilhão para bancar a reestruturação de carreiras da área de segurança pública, prometida por Bolsonaro no ano passado. Se conceder os 5%, isso custará cerca de R$ 6 bilhões e absorverá a verba existente, deixando descontente uma ampla base eleitoral do presidente.

"Se não querem um reajuste de 5%, então não terão nada", comentou uma fonte próxima ao ministro da Economia, Paulo Guedes, ciente, porém, de que esta será uma decisão política do presidente da República que busca a reeleição. Está ficando claro para Bolsonaro, no entanto, que não é possível atender às reivindicações das categorias do funcionalismo em torno de reajustes salariais que buscam repor as perdas inflacionárias dos últimos anos. Assim como é praticamente impossível o governo conceder reajustes para apenas uma ou outra categoria profissional em um momento em que todos estão se mobilizando para recompor perdas, gerando, assim, uma corrida pela isonomia.

O presidente já percebeu, também, que é a economia que vai lhe trazer dividendos ou ônus político eleitorais e uma deterioração fiscal dada por um reajuste mais generoso dos funcionários poderá lhe custar muito.

Os economistas oficiais contam com a opinião pública para ajudar o governo nessa empreitada e acredita-se que ela não estaria, desta vez, apoiando o movimento reivindicatório do servidor. Afinal de contas, explicam, enquanto os trabalhadores do setor privado tiveram redução nominal de salários e perda do emprego durante o auge da pandemia da covid-19, o funcionalismo não teve nem uma coisa nem outra. Agora, seria a hora de ele contribuir aceitando a corrosão inflacionária dos seus vencimentos, argumentam.

É importante deixar claro que não há ninguém encarregado de escrever um programa de governo para o eventual segundo mandato de Bolsonaro, repetindo-se, assim, a lógica da primeira candidatura.

Delfim Netto olha o quadro eleitoral polarizado entre Luiz Inácio Lula da Silva e Jair Bolsonaro e conclui: "Estamos caminhando a passos largos rumo ao subdesenvolvimento acelerado".

Antes um entusiasta da candidatura de Lula para comandar o país nos próximos quatro anos, agora Delfim tem se mostrado desiludido com o discurso do petista. "Ele se excedeu", tem dito, com pesar, o ex-ministro e conselheiro do então presidente Lula nos seus dois primeiros mandatos. Na economia, o discurso do ex-presidente tem sido estatizante, em um tom de negação do que foi o seu bem-sucedido governo.

Delfim completou 94 anos no domingo passado, dia 1° de maio

Claudia Safatle é jornalista da equipe que criou o **Valor Econômico** e escreve às sextas-feiras
E-mail claudia.safatle@valor.com.br

Com alta de preço, exportações brasileiras têm valor recorde para abril

Lu Aiko Otta e Marta Watanabe
De Brasília e São Paulo

Em abril o valor das exportações e importações avançou impulsionado por alta de preços enquanto os volumes comercializados caíram nas duas pontas. O mês intensificou a dinâmica já mostrada no primeiro trimestre, de balança comercial comandada principalmente por preços, num movimento que deve se estender até o fim do ano, segundo especialistas. Além dos efeitos de pressão de preços resultantes da guerra entre Rússia e Ucrânia essa dinâmica deve ser intensificada com o impacto dos lockdowns na China.

Segundo dados divulgados ontem pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex/ME), a balança comercial fechou abril com superávit de US$ 8,1 bilhões. O saldo resultou de US$ 28,9 bilhões em exportação, valor recorde para o mês, e de US$ 20,8 bilhões em importação, segundo maior valor da série histórica também para abril. O valor dos embarques cresceu 16,7%, e o das compras externas, 35,7%. A alta foi comandada por preços, com avanço de 19,9% na exportação e 34,4% na importação. Houve queda de volumes nas duas pontas, de 8% e de 6,9%, respectivamente, sempre com variações na média diária.

Segundo o subsecretário de Inteligência e Estatísticas de Comércio Exterior, Herlon Brandão, a queda de volume na exportação em abril não é uma tendência. Ele observou que houve muitos feriados no mês, o que afetou os volumes embarcados. Na importação, Brandão comentou o aumento em fertilizantes e adubos. Este item somou US$ 2,1 bilhões no mês, quase quatro vezes os US$ 528 milhões desembarcados em igual período de 2021. O item aumentou tanto em quantidade, com alta de 81,5%, como em preços, que avançaram 130,7%. Os produtores agrícolas, segundo ele, anteciparam aquisições desses insumos, provavelmente por receio de desabastecimento. O usual, explica, é a importação desses insumos aumentar no segundo semestre do ano.

José Augusto de Castro, presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB) ressalta que a balança comercial reflete de forma geral o impacto da guerra Rússia-Ucrânia sobre preços que ainda estavam pressionados pelos descompasso entre oferta e demanda resultante da pandemia. A dinâmica de preços, diz, deve se intensificar ainda mais com o impacto dos lockdowns na China.

Com isso, diz Castro, o ajuste de preços gradativo que se esperava para o decorrer não deve mais acontecer. Ao fim do ano, a corrente de comércio brasileira, dada pela soma das exportações e importações, diz ele, deve ter avanço em relação ao ano passado, mas sem necessariamente significar dinamismo proporcional da economia doméstica, já que a alta deve ser comandada mais por preços.

Rafael Cagnin, economista do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), também diz que a normalização de cadeias de produção internacionais deve ser postergada. "Houve recolocação de fontes de incerteza." Há também, afirma, adoção de estratégias de busca por resiliência e reorganização produtiva e esse processo deve acontecer de forma gradual, já que a procura de parceiros comerciais tende a gerar atritos e demanda negociações.

No acumulado de janeiro a abril, segundo dados da Secex, o superávit comercial foi de US$ 19,9 bilhões, resultado de US$ 101,2 bilhões em exportação e US$ 81,2 bilhões em importação. A corrente de comércio somou US$ 182,4 bilhões no primeiro quadrimestre, com avanço de 25,5% em relação a iguais meses do ano passado. Também no acumulado, os preços pesaram mais no avanço de embarques e desembarques.

O valor exportado nos primeiros quatro meses do ano avançou 23,8%, com alta de 5,1% em volumes e de 17,8% em preços. Nas importações o valor subiu 27,6%. Houve queda de 3,3% na quantidade desembarcada enquanto os preços aumentaram em 31%.

Nas exportações, entre os produtos mais importantes da pauta de exportação brasileira, o item que teve redução de preço foi o minério de ferro, destaca Welber Barral, sócio da BMJ Consultores e ex-secretário de Comércio Exterior. Os embarques da commodity caíram 23,5% em preço e 9,1% em quantidade no primeiro quadrimestre, com queda de 30,5% no valor exportado, sempre em relação a iguais meses do ano passado. Isso, diz ele, deve-se à base alta de comparação e também à redução de demanda da China, destino da maior parte do minério de ferro exportado pelo Brasil. Já outros produtos importantes da pauta exportadora, como petróleo e soja, compara, tiveram alta de preço e de valor exportado.

Avanço de preços
Variações pela média diária

Exportação, em %

Importação, em %

Fonte: Secex/ME

Bolsonaro volta a atacar Petrobras e diz que lucro é 'crime'

Fabio Murakawa
De Brasília

O presidente Jair Bolsonaro fez ontem um forte ataque à Petrobras e à sua política de preços. Ele classificou o lucro da empresa com "um crime inadmissível" e um "estupro", no momento em que a alta dos combustíveis pressiona a inflação em pleno ano eleitoral.

Pré-candidato à reeleição, Bolsonaro reforça um discurso que adotou diversas vezes ao longo de seu mandato de críticas à política de preços da empresa. A companhia segue, desde 2016, política de paridade em relação aos preços internacionais e não pode descumprir essas regras sob risco penalidades da CVM e de investidores nacionais e estrangeiros.

Mesmo assim, Bolsonaro segue batendo na tecla do lucro "excessivo" da Petrobras. Esse argumento e a crítica aos reajustes de preços de derivados serviram para demitir os dois últimos presidentes da companhia: Roberto Castello Branco e Joaquim Silva e Luna, substituído em abril por José Mauro Cunha. Ao se defender, a Petrobras sustenta que retorna bilhões de reais ao governo na forma de dividendos e impostos. E tem deixado claro que se o governo quer subsidiar os combustíveis poderia usar parte dos recursos que recebe da companhia para fazê-lo.

Bolsonaro parece não se interessar nos argumentos técnicos da estatal. Dedicou cerca de 30 minutos de sua live semanal ao tema, ontem, em boa parte de forma exaltada e aos berros. Estava ao lado do ministro Augusto Heleno, do Gabinete de Segurança Institucional (GSI). Na transmissão, Bolsonaro afirmou, sem citar fontes, que a Petrobras teve "um lucro de R$ 40 bilhões". Momentos depois da fala, com a live já encerrada, a companhia anunciou lucro líquido de R$ 44,56 bilhões no primeiro trimestre, alta de 3.718%.

"Está descartada intervenção na Petrobras. Mas eu não posso entender, em momento de crise, a Petrobras faturar horrores. O lucro da Petrobras é maior com a crise, isso é um crime inadmissível", afirmou. "Quem paga a conta desse lucro é a população brasileira."

Bolsonaro afirmou que "muitas petroleiras mundo afora reduziram o preço, baixaram a margem de lucro de suas empresas". "Para que isso [baixar a margem de lucro]? Para o seu país não quebrar. O Brasil, se tiver mais um aumento de combustível, pode quebrar. E o pessoal da Petrobras não entende ou não quer entender. Só estão de olho no lucro", disse o mandatário. "A gente apela para a Petrobras: não reajustem o preço do combustível. Vocês estão tendo um lucro absurdo. O lucro de vocês é um estupro, é um absurdo. Vocês não podem aumentar mais o preço do combustível."

O presidente disse ainda que não manda na Petrobras porque "ela não é estatal" — na verdade, é uma empresa de economia mista. "Se fosse estatal, eu teria mandado diminuir a margem de lucro", disse. "O conselho, a diretoria têm como resolver esse assunto. É um crime aumentar mais uma vez o óleo diesel no Brasil." Ainda de acordo com Bolsonaro, a Petrobras tem uma "gula enorme em cima do povo". "O povo está perdendo o seu poder aquisitivo. Está vendo, Petrobras?", disse o presidente.

O **Valor** consultou a assessoria da empresa na noite de ontem por email perguntando se a Petrobras iria responder às declarações de Bolsonaro. Até o fechamento desta edição a assessoria não respondeu. Bolsonaro contou que viajará hoje à Guiana com o ministro das Minas e Energia, Bento Albuquerque, e com o presidente da Petrobras.

Ver também pág. B1

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

Infraestrutura Concessionárias reparam sistemas da Cedae, com foco inicial em distribuição de água e despoluição

Um ano após leilão, saneamento do Rio recebeu R$ 250 milhões

Gabriel Vasconcelos
Do Rio

Um ano depois do primeiro leilão de concessão dos serviços da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae) — o maior do país, com arrecadação de R$ 22,6 bilhões em outorgas —, as duas empresas vencedoras, dos grupos Aegea e Iguá, afirmam ter investido cerca de R$ 250 milhões. O foco é melhorar e reparar a rede deixada pela Cedae, sobretudo na distribuição de água.

As companhias também buscam ampliar a base de clientes em áreas carentes por meio da tarifa social e se preparam para iniciar intervenções mais estruturais na coleta e tratamento de esgoto. A obrigação contratual de alcançar 90% de cobertura nessa frente até 2033 é apontada pelos executivos como o maior desafio do negócio.

As empresas planejam construir tubulações separadoras, conectadas à casa dos usuários, mas, antes, introduzir os chamados coletores de tempo seco. Essa "tubulação-cinturão", que desvia o esgoto às estações de tratamento, é encarada como a solução a curto e médio prazos para a despoluição dos corpos hídricos que deságuam nos rios, lagoas e baías do Estado, e cuja recuperação é estratégica nas políticas ESG de Aegea e Iguá.

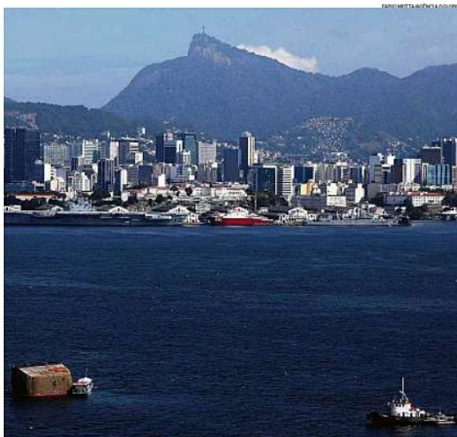
O presidente da Águas do Rio (Aegea), Alexandre Bianchini, diz que a empresa investiu R$ 217 milhões nos dois blocos que arrematou no fim de 2021, mas só assumiu plenamente em novembro, há seis meses. É apenas uma fração dos R$ 24,4 bilhões previstos nos 35 anos da concessão, mas com "bom potencial de impacto", defende.

O montante serviu à recuperação de estruturas e introdução de tecnologia, como mapeamento digital de pressão da rede em 124 bairros da capital e 26 municípios do interior e da região metropolitana, como os populosos Duque de Caxias, Nova Iguaçu e São Gonçalo, com baixas coberturas de esgoto, por vezes abaixo de 30%.

"Temos informação em tempo real de mais de mil pontos de pressão [da tubulação]." A novidade, diz Bianchini, permitiu inaugurar o que chama de "ciclo de 100", uma centena de obras concomitantes originadas pelos alertas no painel e reclamações, que envolvem reparos como desentupimentos e instalação de novas bombas. "De cara o foco está na distribuição de água, que a população sente mais. Em seguida virá o esgoto", continua.

A cobertura de água nas áreas da Águas do Rio está em 89% e tem de chegar a 99% em 12 anos. Mas entre 25% e 30% dos usuários contemplados têm problemas de intermitência. A concessionária deve mirar estruturas como as 12 grandes estações de tratamento de esgoto inauguradas nos anos 1990 e hoje subutilizadas. "Há estações com capacidade para tratar 1,5 mil litros de esgoto por segundo processando abaixo de 300 litros." O ajuste no volume tratado, diz, vai aliviar a baía de Guanabara, definida como "joia da concessão".

A empresa só não controla o saneamento em dois dos 17 municípios que vertem águas para o cartão-postal, levando junto 18 mil litros de esgoto a cada segundo. Solução mais definitiva, o projeto do coletor de tempo seco já foi apresentado à reguladora estadual (Agenersa), e pode ter a construção iniciada ainda esse ano, consumindo R$ 2,7 bilhões até 2026.

Pela Iguá, que assumiu o sistema há três meses, após operação assistida pela Cedae, o presidente da holding, Carlos Brandão, afirma que foram dispensados perto de R$ 30 milhões em melhorias. O montante deve bater os R$ 200 milhões neste ano. A empresa atua em parte da zona oeste da capital e duas cidades do centro-sul do Estado. Em 35 anos, o plano é investir de R$ 3 bilhões.

Brandão diz haver 58 elevatórias de esgoto deterioradas, o que leva a subutilização de estações. A principal delas, da Barra da Tijuca, trata menos de um terço do que é capaz, 2,5 mil litros por segundo. "Vamos abrir um painel on-line para o acompanhamento dos reparos pela população. Temos 50% das obras civis prontas e vamos começar a parte mecânica e elétrica", diz. Os reparos devem consumir R$ 60 milhões e auxiliar na despoluição do complexo lagunar de Jacarepaguá.

As lagoas da região cortam a área de concessão e recebem esgoto "in natura" de mais de cem comunidades. Ali também se quer construir coletoras de tempo seco entre três e cinco anos a um custo estimado de R$ 126 milhões. A Iguá aguarda licenciamento ambiental para iniciar o trabalho. A ampliação da rede separadora em áreas de ocupação irregular está orçada em R$ 305 milhões em dez anos. A empresa atua na despoluição do complexo, com coleta de lixo sólido e um projeto de dragagem de 2 milhões de metros cúbicos de lodo a fim de expandir o espelho d'água e permitir mais troca de águas.

O secretário da Casa Civil do governo do Estado, Nicola Miccione, disse que as concessões estão na fase inicial e que o grosso do investimento ainda será realizado. Segundo ele, mais de 100 mil casas passaram a ter acesso a água desde novembro, quando a primeira concessionária assumiu a operação. Afirmou que há também ganhos na geração de empregos. A Cedae tinha cerca de 5 mil funcionários, hoje são 4 mil. As duas concessionárias contrataram mais de 7 mil.

FABIO MOTTA/AGÊNCIA O GLOBO
Baía de Guanabara, a "joia da concessão", recebe 18 mil litros de esgoto por segundo, mas tem plano de despoluição

Referência, cearense Sobral vê alunos com 1 ano de defasagem

Marsílea Gombata
De São Paulo

Até a pandemia, a cidade de Sobral, no interior do Ceará, era referência de educação pública de qualidade. O choque da covid-19, contudo, levou à defasagem de um ano no aprendizado de alunos do ensino fundamental. Estudo realizado com estudantes do 2º ao 5º ano em Sobral mostra que as restrições devido à pandemia tiveram consequências mais negativas para alunos que passaram pela alfabetização no ensino remoto do que os que haviam sido alfabetizados antes da crise sanitária.

Segundo a pesquisa do Instituto Alfa e Beto em parceria com o Instituto IDados que será divulgada hoje, alunos alfabetizados durante a pandemia tiveram desempenho em leitura equivalente ao esperado para alunos matriculados na série anterior à que estavam. Alunos que passaram por esse processo dois anos antes da pandemia obtiveram desempenho em decodificação e fluência de leitura equivalente aos alunos que haviam frequentado a escola regularmente antes da pandemia.

"A principal conclusão do nosso estudo é que os alunos que não foram alfabetizados no presencial tiveram um atraso", afirma Isabella Starling, pesquisadora do Instituto Alfa e Beto. "Então um aluno que em 2022 está no 4º ano do ensino fundamental tem um desempenho de um aluno de 3º ano no pré-pandemia. E isso aparece principalmente em alunos dos 2º, 3º, 4º anos, cujo processo de alfabetização ocorreu no modo remoto."

Para os alunos de 4º ano, contudo, o atraso é menos significativo do que para alunos que hoje estão no 3º ano e fizeram o 1º e o 2º ano no modo virtual, acrescenta a pesquisadora.

Apesar de medir o alcance do impacto da pandemia no processo de alfabetização e fluência da leitura, o estudo foi iniciado em 2019, antes da crise de covid-19. O objetivo inicial era entender a evolução da fluência de leitura. Em 2019 foram analisados 355 alunos de 2º, 3º e 4º anos. Em 2022, a análise incluiu 970 alunos que cursam o 2º, 3º, o 4º, e o 5º anos.

Para a pesquisa, o Instituto Alfa e Beto havia aplicado testes para avaliar alunos do 2º, 3º e 4º anos. Em 2022, após dois anos de pandemia, foram recrutados novos alunos do 2º, 3º e 4º anos, e comparado o desempenho dos dois grupos. Além disso, foram avaliados alunos que estão no 5º ano e que tinham participado do estudo em 2019, quando estavam no 2º ano.

A pesquisa utilizou dois instrumentos: o teste TELCS para alfabetização e leitura — no qual os participantes têm cinco minutos para completar o teste, após leitura silenciosa e sem assistência —, e o teste de fluência de leitura do Instituto Alfa e Beto. Nele são observadas quantas palavras a criança consegue ler em um minuto. Espera-se que a criança consiga ler de 60 a 80 palavras por minuto.

"O que encontramos em ambos foi um atraso que indica dificuldade de decodificação. Ou seja, as crianças estão lentas para decodificar, e isso tem gerado problemas na compreensão do que estão lendo", diz Isabella.

O secretário de Educação de Sobral, Herbert Lima, contudo, não considera que os alunos tenham sido alfabetizados de fato na pandemia. "Tivemos um ensino emergencial remoto para atender e acompanhar atividades que podiam ser desenvolvidas no on-line. Não consideramos que os alunos foram alfabetizados no remoto", diz Lima. "O ensino de Sobral é muito pautado pelas atividades presenciais. O remoto não promoveu a alfabetização que Sobral considera eficiente."

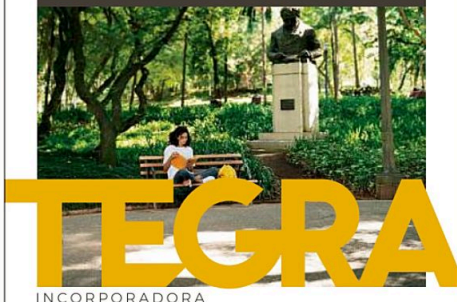
A cidade tornou-se referência em educação pública de qualidade após ficar seguidamente em primeiro lugar nas provas do Saeb de matemática e língua portuguesa, tanto no 5º quanto no 9º ano. Em 2005, ocupava a 1.366ª posição no índice que mede a qualidade da educação no Brasil. Em 2019 alcançou o primeiro lugar na classificação dos anos iniciais e finais do ensino fundamental.

Apesar de o estudo ser concentrado em Sobral, Isabella ressalta que ele corrobora descobertas anteriores sobre impacto da covid-19 no ensino. Pesquisa do Datafolha feita a pedido do Itaú Social, da Fundação Lemann e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) mostrou em fevereiro que mais de 70% dos alunos precisam de reforço de matemática e português depois da pandemia. Entre as crianças em fase de alfabetização, o percentual sobe para 76%.

"Nosso estudo mostra que o presencial é importante, assim como alfabetização no início do ciclo escolar", diz Isabella. "Recomendaria que outros municípios invistam em avaliação diagnóstica para conhecer o perfil dos alunos e saber em quais aspectos têm dificuldade hoje. E, a partir disso, traçar o tipo de intervenção a ser feita."

Com o retorno das aulas presenciais, em setembro de 2021, Sobral fez um avaliação com mais de 7.677 alunos do 1º e 2º anos para identificar as lacunas.

"A primeira medida foi a criação e compra de material didático", conta Lima. Além disso, as escolas começaram a alongar a jornada e atender os estudantes no contraturno das aulas, o que demandou mais recursos para merenda e almoço e para contratação e capacitação de professores.

A previsão é que essa estratégia para compensar o atraso ocorra durante 2022 e seja gradualmente reduzida ao longo de 2023.

Conjuntura Decisão deve deixar conta mais pesada no ano que vem, afirmam especialistas

Suspender reajuste de energia trará alívio apenas temporário na inflação

Anaïs Fernandes
De São Paulo

A suspensão dos reajustes de energia das concessionárias neste ano poderia tirar quase um ponto percentual da inflação de 2022, estimam economistas. A conta, porém, não apenas seria empurrada para 2023, como viria ainda maior, criando dificuldade adicional à tarefa do Banco Central de trazer a inflação para a meta no ano que vem (*leia mais ao lado*). Além disso, a perspectiva de novas altas em combustíveis, que podem esvaziar parte do alívio em energia, tem feito algumas projeções para preços administrados subirem.

A cinco meses das eleições, nas quais o presidente Jair Bolsonaro (PL) buscará um segundo mandato, a Câmara dos Deputados — comandada por Arthur Lira (PP-AL) aliado do presidente — aprovou, nesta semana, urgência para votar um projeto que suspende o reajuste de quase 25% nos preços da energia no Ceará. Se o texto for aprovado assim, o J.P. Morgan estima que o impacto sobre o IPCA de 2022 seria muito pequeno, de 0,04 ponto percentual. Mas o receio no mercado e no setor é que a medida seja ampliada a nível nacional, desejo que Lira chegou a manifestar.

Inflação é um calcanhar de aquiles de Bolsonaro e de sua tentativa de reeleição. E os reajustes das tarifas seriam um desgaste adicional para sua imagem. Economistas e empresas do setor elétrico foram unânimes ao falar dos danos de uma mudança de regra como sugeriu Lira.

"Se todos os reajustes fossem cancelados e as altas futuras fossem suspensas, o impacto potencial poderia ser de uma redução na projeção do IPCA deste ano em cerca de 85 pontos-base [0,85 ponto percentual]", estimam os economistas do banco Vinicius Moreira e Cassiana Fernandez em relatório. Eles projetam 8% de IPCA em 2022. "A adoção de tal medida não está em nosso cenário básico, mas é um risco que merece ser monitorado."

Premissa compartilhada por analistas em suas projeções de inflação para 2022 dava conta de um reajuste médio de energia ao redor de 15%, o que colocou 0,65 ponto no IPCA do ano, diz Marco Caruso, economista-chefe do Banco Original. Zerar essa "linha" da inflação, portanto, retiraria 0,65 ponto das projeções. Se, na média do país, os reajustes caminharem para números mais próximos do Ceará, porém, o impacto sobre o IPCA seria de 1,15 ponto, segundo Caruso.

Uma discussão é sobre quais partes pagariam o custo de suspender reajustes, já que isso, potencialmente, rompe o contrato com empresas ou adiciona custos fiscais, dizem Moreira e Fernandez. "Tal medida aumentaria as pressões inflacionárias prospectivas para corrigir a distorção de preços no futuro, sem falar nos potenciais efeitos sobre o prêmio de risco, impactando os ativos brasileiros."

SILVIA ZAMBONI/VALOR

Marco Caruso: "Você ganha em um ano para perder, até mais, no seguinte"

O economista de uma gestora que preferiu falar sob anonimato lembra que, por volta de 2011-2012, quando houve compressão de preços administrados, as expectativas de inflação enfrentaram um de seus piores momentos. "Isso atrapalha muito", afirma ele.

Nas contas da gestora, a energia teria aumento de 17% em 2022. Se essa inflação fosse zero, retiraria 0,80 a 0,90 ponto do IPCA do ano, projetado em 8,7%. Um número menor para 2022 também geraria inércia inflacionária inferior para 2023, aponta o economista. Supondo alívio de 0,8 ponto no IPCA de 2022, a inércia mais baixa reduziria a inflação de 2023 em 0,3 ponto. "Mas teria que jogar esse reajuste de 0,8 ponto para o ano que vem, então, um efeito de -0,3 vira +0,5 ponto", explica ele.

"Pode ter uma canetada do governo para postergar, mas você está ganhando em um ano para perder, até mais, no seguinte", afirma Caruso, do Original. "Acho que ainda está bastante em aberto a discussão dos administrados", diz ele.

Essa conta inclui também a perspectiva de aumento nos combustíveis, cuja defasagem para os preços internacionais voltou a preocupar analistas. Só para a gasolina, Caruso calcula que está em 25%; para o diesel, perto de 35%.

Nas contas do J.P. Morgan, um aumento nos combustíveis que feche a defasagem poderia elevar a previsão de IPCA no mesmo cerca de 0,8 ponto. "Por enquanto, não incluímos essas medidas em nosso cenário, mas julgamos que o risco vindo do combustível parece maior do que o risco do preço da eletricidade", afirmam Moreira e Fernandez.

Para André Braz, do Instituto Brasileiro de Economia (FGV Ibre), o risco é de combustíveis e energia responderem por parte expressiva do IPCA, como em 2021. Sem reajustes e com bandeira verde, haveria queda de 12% na energia. "Como os reajustes no momento estão em torno de 20%, a energia continuará influenciando a inflação de 2022", diz. Suspender os reajustes, porém, "seria uma manobra política", afirma.

O Original vê uma inflação de administrados mais em 9% neste ano do que nos 7,3% da mediana do boletim Focus. A gestora projeta 8%.

Tarefa do BC em 2023 pode ficar mais difícil

Análise

Alex Ribeiro
São Paulo

O possível adiamento dos reajustes de energia das distribuidoras deste ano para o próximo poderá dificultar ainda mais o trabalho do Banco Central de trazer a inflação para a meta em 2023.

Cálculos da XP Investimentos que circulam no mercado financeiro indicam um impacto de 0,64 ponto percentual desses reajustes na inflação deste ano, dentro do cenário básico.

Dependendo de como decidir a Câmara dos Deputados, que avalia um decreto legislativo para adiar os reajustes autorizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), esse impacto poderá ser totalmente ou parcialmente adiado para 2023.

A inflação deste ano ficaria menor na mesma proporção, mas o ano-calendário de 2022 saiu do foco da política monetária, segundo comunicado divulgado ontem pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do BC.

O adiamento dos reajustes poderia dar novo impulso nas projeções de inflação para o ano que vem, a menos que haja uma surpresa positiva no setor até lá. Hoje, o Copom já estima inflação em 3,4% em 2023, portanto acima da meta, de 3,25%, considerando que os juros subam a 13,25% ao ano. O mercado estima inflação de 4,1%.

Os analistas econômicos já começam a discutir qual seria a reação do Banco Central. Se de fato o reajuste for adiado e o impacto for tão forte, em tese o BC deveria subir ainda mais os juros.

Alguns acham que, nesse caso, uma solução possível seria manter os juros mais altos ao longo de 2023. Ou seja, aceitar uma inflação acima da meta no próximo ano, mas manter uma política monetária mais apertada no ano seguinte, para trazer a inflação para a meta.

Nessa última hipótese, porém, poderia haver alguma desancoragem das expectativas de inflação de longo prazo, já que setores do mercado entenderiam que o Copom está adiando o trabalho que deveria ser feito no horizonte de política monetária.

Mas o impacto pode ser ainda maior do que 0,64 ponto percentual. A XP havia, a princípio, trabalhado com a possibilidade de que o reajuste ficasse em 10% neste ano, que teria impacto de 0,49 ponto percentual.

Os reajustes efetivamente autorizados para os Estados estão mais para 20%, aproximando-se mais da variação do IGP-M, que serve de referência para o setor. Com esse percentual mais elevado, o impacto dos aumentos da energia elétrica neste ano poderá chegar a 0,99 ponto percentual. O represamento, nesse caso, seria mais forte.

Para equipe econômica, prejuízo para imagem do país está dado

Rafael Bitencourt, Raphael Di Cunto, Marcelo Ribeiro e Estevão Taiar
De Brasília

O governo, o setor privado e fontes da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) reagiram ontem à sinalização do presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL), segundo a qual os parlamentares irão pressionar o órgão regulador a rever os reajustes autorizados na conta de luz.

Para eles, isso pode afetar a percepção de risco do investidor em relação ao Brasil, além de desorganizar o setor. Uma das reações mais contundentes partiu do fórum de associações do setor. A organização, que reúne 27 entidades, enviou carta a Lira pedindo a manutenção dos reajustes (*leia mais abaixo*).

A iniciativa de barrar a alta nas tarifas partiu de aliados do presidente Jair Bolsonaro, preocupados com o impacto da inflação na campanha eleitoral. Diante disso, a Câmara aprovou requerimento de urgência para um projeto que visa sustar o efeito dos reajustes.

Lira viaja para o exterior e só retorna ao Brasil dia 16. Só, então, o tema voltará à pauta. No entanto, segundo o **Valor** apurou, a Câmara pode não votar o projeto em si, mas cobrar explicações e uma sinalização das empresas de que os aumentos serão revistos.

As discussões da casa vão partir de estudo da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Ceará que contesta os procedimentos da agência. O documento foi elaborado para embasar uma ação civil pública que tenta rever o aumento de 24% para os consumidores do Estado. A peça, obtida pelo **Valor**, aponta como principal problema a falta de audiências públicas e transparência.

O projeto do deputado Domingos Neto (PSD-CE) invalida, justamente, o reajuste no Ceará, mas os deputados podem ampliá-lo para o resto do país. Lira garantiu que a intenção não é romper contratos, mas analisar se foram interpretados corretamente.

Nos bastidores, a proposta recebeu fortes críticas de um integrante da equipe econômica. Para ele, "o prejuízo" para a imagem do país "já está dado". "Se em um setor regulado e tradicional fazem um negócio desses, imagine por exemplo no saneamento, que estamos brigando para transformar em um setor privado? Quem é que vai investir?", questionou. "Convivemos com o setor elétrico privado há 30 anos. Todo mundo sabe que todo ano tem reajuste, revisão tarifária."

De acordo com a fonte, "o prejuízo de risco de imagem para o país já está dado". "O risco de imagem e o custo para a institucionalidade [da proposta] são muito ruins", diz.

A fonte disse que "isso é sinal de um governo fraco", pois em outros anos eleitorais propostas de teor semelhante eram apresentadas, mas não chegavam nem a ser pautadas. Para a fonte, dependendo de como o projeto evoluir, há risco de ser judicializado. "Se deixarem o calote com as distribuidoras, isso vai parar no Supremo Tribunal Federal em 40 segundos", afirma.

Uma fonte da diretoria da Aneel foi no mesmo sentido. Segundo ela, o efeito poderá ser observado no comportamento de investidores nos leilões. "No Brasil, a inadimplência não está hoje na matriz de risco dos projetos", alertou um diretor da Aneel.

Oficialmente, a agência mantém um tom de cautela. Por meio de sua assessoria, o órgão informou que "está disponível para prestar todos os esclarecimentos necessários sobre os processos de cálculo dos reajustes tarifários".

CRISTIANO MARIZ/O GLOBO

Bento Albuquerque: respeito à segurança jurídica, previsibilidade e governança

Ontem, o diretor da Aneel Sandoval Feitosa, que assumirá o cargo de diretor-geral, chegou a dizer que trata-se de uma "iniciativa é nobre", que a agência veria "com bons olhos a discussão". Mas reforçou a necessidade de "buscar caminhos mais pautados no diálogo". Ele defendeu que os procedimentos da agência já "são transparentes".

Mais incisivo, o ministro Bento Albuquerque (Minas e Energia) saiu em defesa da agência, ao afirmar em evento que "a Aneel é uma referência entre todas as agências reguladoras do país" e até em âmbito internacional.

"Temos que respeitar aquilo que faz, efetivamente, o nosso país crescer e se desenvolver, que são segurança jurídica e regulatória, previsibilidade e governança. Isso, nós construímos e temos que preservar. ***(Colaborou Fabio Couto, do Rio)***

'Isso não pode ser feito por meio de uma canetada'

Robson Rodrigues e Fábio Couto
De São Paulo e Rio

Empresas e especialistas do setor elétrico reagiram ontem com críticas e preocupação à possibilidade que o Congresso Nacional venha aprovar uma medida que adie para 2023 reajustes na conta de luz aprovados para vigorar este ano. Eles chamaram atenção para os riscos ao setor de uma alteração desse tipo e para o dano à segurança jurídica.

"Isso não pode ser feito por meio de uma canetada, muito menos com a intromissão do Congresso no trabalho de uma agência reguladora", disse Carlos Faria, presidente da Associação Nacional dos Consumidores de Energia (Anace).

O Fórum das Associações do Setor Elétrico (Fase), que representa 27 associações do setor, enviou uma carta ao presidente da Câmara Federal, Arthur Lira (Progressistas-AL) em que afirma ser incompreensível e temerária qualquer medida que vise a sustar os efeitos dos reajustes, e pediu que a Câmara promova uma "adequada discussão" que envolva eliminação de custos desnecessários, bem como a redução de tributos e encargos.

"Realmente, é assustador o risco institucional a que o país está exposto diante de iniciativas desse tipo. O projeto interfere frontalmente, e corrói no seu alicerce, o processo regulatório do setor elétrico", reagiu o presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales.

"Em um setor fortemente regulado, que requer investimento multibilionários todo ano para atender a necessidades de expansão e qualidade da prestação do serviço, tem que no mínimo zelar pela estabilidade regulatória", afirmou ele. "E evitar ao máximo uma insegurança institucional levada ao extremo, como no caso deste projeto."

Os reajustes tarifários homologados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) são aprovados anualmente para cada distribuidora. A maioria neste ano está ficando com índice entre R$ 15% e 20%.

O presidente da Abradee, associação ligada às distribuidoras de energia elétrica, Marcos Madureira, apontou que os reajustes são elementos previstos nos regulamentos do setor elétrico, legais e constitucionais e, se forem revogados, podem trazer um desequilíbrio financeiro para as distribuidoras semelhante ao que foi no período da crise hídrica, em que as concessionárias assumiram os custos não cobertos pelas bandeiras tarifárias.

"Isso traz um dano grande para atração de investimentos. É importante que exista segurança [jurídica e regulatória] que sempre foi dada e que sempre foi ponto de orgulho do setor elétrico brasileiro a questão relacionada ao respeito aos contratos", comentou ele. "E ao trazermos uma redução de faturamento para as empresas, isso causa um problema para toda na cadeia do setor elétrico, já que é a distribuidora arrecada os recursos para o pagamento de todos os elos da cadeia", afirmou.

Sócia da área de Energia e Recursos Naturais do escritório de advocacia Demarest, de São Paulo, Rosi Costa Barros, classificou como eleitoreira a intenção de mudança nas regras tarifas como eleitoreira.

"Ano de eleição sempre é palco para medidas políticas nitidamente eleitoreiras, sem qualquer análise sobre suas consequências, levando a medidas temerárias como o Decreto do Congresso, que suspendeu os efeitos do reajuste tarifário da Enel Distribuição Ceará – Enel CE", apontou Rosi.

"No afã de angariar a simpatia dos consumidores de energia em ano de eleição, com a justificativa de defesa da modicidade tarifária, o Congresso Nacional esquece que, além de o reajuste tarifário ser um direito das distribuidoras já garantido em contrato de concessão, ele é um dos mecanismos que garante que a Distribuidora terá condições de manter seus investimentos para a manutenção da qualidade do serviço".

Conjuntura Manter equilíbrio entre casa e trabalho no home office é desafio, diz Nizan

Para especialistas, futuro do trabalho exige escuta de empresa e profissional

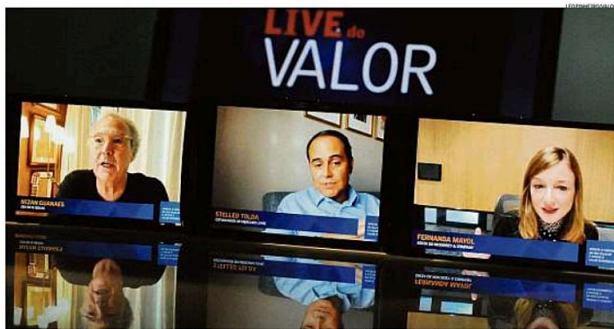
Jacilio Saraiva
Para o Valor, de São Paulo

Na visão de Nizan Guanaes, CEO da consultoria e "fazedoria" de estratégias de comunicação N Ideias, o home office pode ser libertador, mas é complicado usar a casa como um ambiente de trabalho para sempre. "O desafio é manter um equilíbrio nesse cenário", disse o empresário baiano, admitindo que, no início do ano, trabalhou durante 30 dias, a distância, em Trancoso (BA).

Sobre as mudanças de produtividade geradas a partir do distanciamento social, Nizan, às vésperas de completar 64 anos, disse que conseguiu aproveitar a pandemia, apesar do horror da situação, para estudar mais. "É preciso ter uma relação mais equilibrada entre profissão e qualidade de vida", disse ele, que acabou de fazer um curso em Nova York. "Quero que a Bahia seja a capital oficial do home office", brincou.

O publicitário e empreendedor participou ontem de live comemorativa de 22 anos do **Valor**, ao lado de Stelleo Tolda, fundador do Mercado Livre, e da sócia da consultoria McKinsey Fernanda Mayol. Na conversa, eles refletiram sobre o futuro do trabalho e avaliaram os desafios dos modelos híbridos e da liderança no pós-pandemia.

Mayol lembrou que o significado do trabalho está sendo repensado e os profissionais ficaram mais exigentes com os empregadores. "Com a pandemia, ficamos em casa, próximos da família, e tudo isso 'mexeu' com as pessoas."

LEO PINHEIRO/VALOR

Nizan Guanaes, Stelleo Tolda e Fernanda Mayol: única certeza agora nos ambientes de trabalho impactados pela pandemia é a incerteza

Tolda, do Mercado Livre, afirmou que a única certeza agora nos ambientes de trabalho impactados pela pandemia é a incerteza. "A transformação do homem acontece também com a transformação do trabalho", comparou. "Ainda não sabemos o que virá pela frente e até o metaverso aparece como uma das opções que teremos."

Mayol disse que as organizações estão precisando se adaptar a novas demandas, como a atração e a retenção de funcionários. "Os talentos estão escassos no mercado e, se as empresas não mostrarem flexibilidade para contratar candidatos onde eles estiverem ou querem estar, vai ser difícil competir."

Além disso, os processos de gestão de pessoal também precisam ser revisados, afirmou. "Quem está remoto precisa se sentir conectado com [a cultura] da organização de alguma forma."

Sobre o impacto dos expedientes híbridos no processo de inovação das companhias, Tolda avaliou que ele pode acontecer nos dois ambientes — presencial e virtual.

"Na inovação, não é necessário que todo mundo esteja [fisicamente] no mesmo lugar", disse. A recomendação do executivo é experimentar novas formas de inovar. Testar e aprender com os erros são práticas essenciais para as firmas inovadoras, explicou.

Moldar novas condições de trabalho também depende da escuta ativa dos empregados, segundo os entrevistados. "É importante entender o que as pessoas querem ou esperam do híbrido", afirmou Tolda.

Na opinião de Mayol, o desalinhamento entre lideranças e equipes está "nos detalhes". "Parece ser lugar comum dizer que o certo agora é o modelo híbrido, mas, quando perguntamos aos gestores o que é melhor, eles dizem que seriam três ou quatro dias no escritório. Mas, para os profissionais, a resposta mais usual inclui três ou quatro dias 'em casa'", disse a especialista. "A sugestão é escutar, aprender, testar e se adaptar às novas soluções", destacou. "Os funcionários também querem ter um senso de pertencimento com a organização e sentir a valorização das chefias. É preciso aproximar esses dois mundos."

Pacote de emprego ressuscita medidas

Estevão Taiar
De Brasília

Lançado no início deste ano eleitoral pelo governo do presidente Jair Bolsonaro (PL), o Programa Renda e Oportunidade teve a sua etapa mais recente, voltada para mulheres e jovens, apresentada anteontem. O programa consiste em uma série de medidas provisórias (MP) e decretos que têm o objetivo de "alavancar a retomada do emprego e da economia no país", segundo o Ministério do Trabalho e Previdência.

A pasta calcula que "devem ser injetados mais de R$ 150 bilhões na economia" com as mudanças que envolvem crédito, liberação de recursos dos trabalhadores e aumento da "empregabilidade" de grupos específicos.

Para Bruno Ottoni, pesquisador da consultoria IDados, o programa é formado por medidas um tanto quanto dispersas e que em alguns casos já foram "usadas no passado", como a liberação de recursos do FGTS e a antecipação do 13º salário dos aposentados.

Ainda assim, há "ideias interessantes", segundo ele: a permissão para que mulheres saquem recursos do FGTS para pagarem creches e cursos ou as propostas de qualificação profissional voltadas a jovens.

"Mas é preciso saber se os programas de capacitação oferecidos de fato funcionam", diz. "Também seria importante ter alguma orientação sobre quais programas podem ser mais indicados para cada município, olhando para a demanda das empresas."

Poderes Ministro da Defesa propôs ao TSE a divulgação de questionamentos das Forças Armadas

Bolsonaro diz que PL fará "auditoria" no sistema eleitoral

Isadora Peron e Fabio Murakawa
De Brasília

Em mais um lance em sua escalada de ataques e ameaças à Justiça Eleitoral, o presidente Jair Bolsonaro (PL) disse ontem que seu partido contratará uma empresa "de ponta" para fazer uma auditoria no sistema brasileiro. E afirmou que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ficará "em uma situação bastante complicada" caso a empresa conclua que o sistema não é auditável — o que a corte rechaça.

De acordo com o TSE, as urnas eletrônicas são auditáveis antes, durante e depois das eleições. O Tribunal tem afirmado que o sistema é utilizado desde 1996 sem nenhuma comprovação de fraude e que , o sistema de voto eletrônico adotado no Brasil pode ser auditado a qualquer tempo do processo: antes, durante e depois da eleição.

"Há, durante todo o processo, diversos mecanismos de auditoria e verificação dos resultados que podem ser acompanhados pelos partidos políticos, pelo Ministério Público, pela Ordem dos Advogados do Brasil e por mais de uma dezena de entidades fiscalizadoras, além do próprio eleitor", afirmou o TSE em documento.

A fala de Bolsonaro ocorreu horas depois de o Ministério da Defesa ter encaminhado um ofício ao TSE cobrando a divulgação do material encaminhado pelas Forças Armadas com as sugestões que, no entendimento dos militares, aumentariam a segurança e a transparência do processo eleitoral.

Bolsonaro disse ter acertado a medida com o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, e que o trabalho será feito antes da votação.

"O que pode acontecer? Essa empresa, que faz auditoria no mundo todo, empresa de ponta, ela pode falar que é impossível auditar. Olha a que ponto nós chegamos", disse Bolsonaro.

O pedido é mais um capítulo da crise alimentada por Bolsonaro. Na semana passada, ele sugeriu que os militares deveriam ser os responsáveis por uma "contagem paralela" dos votos.

Ontem, Um ofício assinado pelo próprio ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira, pediu a divulgação do documento. No texto, ele afirmou que decidiu encaminhar o ofício porque o pedido de audiência que fez para o presidente do TSE, Edson Fachin, não foi atendido.

Até o fim da tarde de ontem, a informação da assessoria do TSE era que ainda não havia recebido nenhum ofício, mas o envio do documento foi confirmado pela pasta, após o conteúdo ter sido divulgado pela imprensa.

Sobre a reunião, o TSE disse que a equipe de Paulo Sérgio Nogueira procurou o tribunal na quarta-feira, mas que não havia disponibilidade na agenda de Fachin. Também ressaltou que ambos já se encontraram em outras duas ocasiões.

No documento, o ministro da Defesa pediu que todo o material que foi encaminhado pelas Forças Armadas à CTE fosse tornado público.

Inicialmente, o colegiado decidiu que o conteúdo das discussões do grupo seria mantido sob reserva e que, ao final dos trabalhos, seria divulgado um relatório com as sugestões do grupo — o que aconteceu na semana passada. Após vazamentos, no entanto, o TSE já divulgou, nos últimos meses, parte do material apresentado pelas Forças Armadas.

ALAN SANTOS/PR

Bolsonaro: presidente afirmou que empresa privada de auditoria a ser contratada pelo PL pode constranger TSE

Declarações prenunciam papel de embaixadora dos EUA

Maria Cristina Fernandes
De São Paulo

A sucessão de manifestações de confiança de autoridades americanas no processo eleitoral do Brasil — seis, em menos de um ano — reforçou a percepção, nos meios diplomáticos brasileiros, de que a futura embaixadora dos Estados Unidos, Elizabeth Bagley, assumirá seu posto antes da disputa de outubro.

A indicação ainda não foi confirmada pelo Senado americano, mas é vista como um passo indispensável para a reafirmação da defesa do processo eleitoral brasileiro. Elizabeth Bagley assessorou três secretários de Estado democratas, John Kerry e Hillary Clinton, na gestão Barack Obama, e Madeleine Albright, no governo Bill Clinton.

A nomeação, porém, diz um experiente diplomata brasileiro, deve-se, principalmente ao seu ativismo na promoção de eventos de financiamento das campanhas eleitorais democratas, com acesso direto ao presidente Joe Biden.

Foi em meio à ofensiva americana para defender as instituições eleitorais brasileiras que o Ministério da Defesa soltou ontem uma nota em que cobra do Tribunal Superior Eleitoral, depois de observar não ter sido possível a realização de reunião com a Corte, a divulgação de seus questionamentos ao processo eleitoral. No Congresso, a nota foi interpretada como sinal de que o ministro Paulo Sérgio Oliveira cumpre à risca as ordens do comandante em chefe.

A nota saiu no mesmo dia em que o porta-voz do Departamento de Estado, Ned Price, questionado sobre posicionamento do diretor da Central de Inteligência Americana (CIA), William Burns, em defesa do processo eleitoral brasileiro, foi na mesma direção: "Temos grande confiança nas instituições democráticas brasileiras. O Brasil tem um forte histórico de eleições livres, limpas, transparentes e justas".

A revelação de que Burns recomendou a ministros brasileiros que o governo brasileiro não deve desacreditar as eleições, foi feita pela "Reuters". Foi a primeira autoridade americana a fazer o alerta ao país. De acordo com a agência, foram dois encontros. O primeiro reuniu Burns com o ministro do Gabinete de Segurança Institucional, Augusto Heleno Ribeiro, e o então chefe da Abin, Alexandre Ramagem, e o segundo, um jantar na casa do ex-embaixador americano, Todd Chapmann, reuniu Heleno Ribeiro e o então ministro da Secretaria de Governo, Luiz Eduardo Ramos, hoje na Secretaria-Geral da Presidência. Ramos confirma o jantar, mas nega que as urnas eletrônicas tenham sido mencionadas.

Apesar de o encontro ter acontecido em julho do ano passado, permanece sendo aquele da autoridade mais sênior do governo americano a defender o respeito aos resultados eleitorais a serem colhidos em outubro. Quando Burns chegou ao Brasil, fazia apenas seis meses que o ex-presidente americano Donald Trump havia insuflado multidões a invadir o Capitólio para evitar a posse do sucessor, Joe Biden.

Se Burns foi o primeiro a alertar, outros cinco o seguiram. Um mês depois de sua viagem a Brasília, o Conselheiro de Segurança Nacional, Jake Sullivan, repetiu o trajeto com a mesma mensagem. Em encontro com o presidente Jair Bolsonaro, Sullivan também demonstrou preocupações com o processo de descrédito ao qual as urnas eletrônicas estão submetidas. Um mês depois do encontro com Sullivan, Bolsonaro promoveu o ato golpista de 7 de setembro.

Duas semanas depois, desembarcou em Brasília o almirante Craig Faller. Em sua última viagem internacional antes de deixar o Comando Militar Sul dos Estados Unidos, o almirante disse que o papel das Forças Armadas é "apolítico" — "Fizemos um juramento de defender a Constituição e, quando encontrei os militares brasileiros nesses últimos três anos, vi que eles compartilham da mesma visão".

Em dezembro do ano passado foi a vez do encarregado de América Latina do Conselho de Segurança Nacional da Casa Branca, Juan González, em Washington, dizer que o governo americano tem plena confiança de que as eleições serão "livres e justas". González fez a primeira viagem oficial à região com paradas em Colômbia, Argentina e Uruguai. O Brasil foi excluído.

O tema voltou à tona por iniciativa de uma autoridade americana em abril deste ano, quando a subsecretária de Estado para assuntos políticos, Victoria Nuland, disse que o Brasil tem "um histórico muito bom de eleições justas e transparentes".

Nenhuma dessas autoridades, porém, foi tão explícita quanto Scott Hamilton, o ex-cônsul-geral dos Estados Unidos no Rio, que ficou no cargo entre 2018 e 2021. No sábado passado, Hamilton escreveu artigo no jornal "O Globo" intitulado "Defendendo a democracia": "Testemunhei as formas com Bolsonaro e seus apoiadores tentaram sabotar a integridade do processo democrático brasileiro e suas, em geral, espetaculares instituições democráticas independentes — imprensa, ONGs, TSE, STF e o próprio sistema de votação. A intenção é clara e perigosa: minar a fé do público e preparar o palco para o esforço de recusar-se a aceitar seu resultado".

Apesar dos reiterados alertas de autoridades de seu país, o diplomata americano acha que a pressão é insuficiente: "Os Estados Unidos deveriam deixar claro de modo cristalino ao presidente Bolsonaro que uma tentativa de interferir na integridade do processo eleitoral brasileiro será objeto de repúdio absoluto e de sanções punitivas a todos os envolvidos, impostas simultaneamente por um amplo grupo de países. Segundo, a administração Biden deveria ser mais agressiva ao apoiar as instituições democráticas independentes do Brasil".

GSI diz que "não recebe recados de nenhum país"

Fabio Murakawa
De Brasília

O Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República disse ontem que "não recebe recados de nenhum país do mundo, nem os transmite". Já um porta-voz do Departamento de Estado, ainda ontem, afirmou ser importante que os brasileiros "confiem em seu sistema eleitoral".

A afirmação é uma resposta à notícia de que o diretor da CIA (agência de inteligência dos EUA), William Burns, teria dito ao presidente Jair Bolsonaro que não tumultuasse o processo eleitoral. A informação foi veiculada pela agência Reuters.

"A agenda com o Diretor da CIA foi devidamente divulgada. Os assuntos tratados, em reuniões, na área de inteligência, são sigilosos. O GSI não recebe recados de nenhum país do mundo, nem os transmite. Temos um excelente corpo de diplomatas e adidos para tratar dos interesses nacionais", afirmou o GSI por meio de sua assessoria de imprensa.

O recado de Burns a Bolsonaro teria sido dado durante encontro entre ambos no Palácio do Planalto em julho de 2021. Participaram da reunião os ministros Augusto Heleno (GSI) e Luiz Eduardo Ramos, hoje titular da Secretaria-Geral, que à época estava chefiando a Casa Civil.

Procurado, Ramos não se manifestou. O Ministério das Relações Exteriores também não respondeu à reportagem. Dois diplomatas com conhecimento do tema disseram ao **Valor** considerar "altamente implausível" que esse tipo de recado tenha sido dado pelo diretor da CIA em um encontro com o presidente. Eles ponderam, no entanto, que o chanceler Carlos França não participou da reunião no Planalto.

Em Washington, Ned Price, porta-voz do departamento de Estado, disse que não comentaria "nenhuma mensagem ou nenhuma viagem que o diretor da CIA possa ter feito".

Mas afirmou que, assim como os EUA, o "Brasil é uma democracia forte" e que tem "grande confiança nas instituições democráticas" do país.

CRISTIANO MARIZ/O GLOBO

Augusto Heleno: GSI diz que tem "excelente corpo diplomático e adidos para tratar de interesses nacionais"

VINHOS
DE PORTUGAL 2022

Congresso Medida provisória visa desburocratizar acesso a tabeliões

Câmara obriga cartórios a digitalizarem serviços

Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro
De Brasília

A Câmara dos Deputados aprovou ontem medida provisória (MP) que obriga todos os cartórios a aderirem até fevereiro de 2023 ao Sistema Eletrônico dos Registros Públicos (Serp), uma entidade privada que concentrará na internet as informações dos registros. O projeto seguirá para votação no Senado, que precisa aprová-lo até 1º de junho.

Os deputados defenderam mudanças no projeto, mas a base do governo acabou fazendo um acordo para que a proposta fosse aprovada sem nenhuma alteração por causa do prazo exíguo — se não for aprovada até o fim do mês pelas duas Casas, o texto perde a validade. A oposição protestou contra partes do projeto.

O líder do governo na Câmara, deputado Ricardo Barros (PP-PR), pediu que os partidos desistissem das emendas ao texto. "Todos sabemos que tem aperfeiçoamentos a serem feitos, mas é uma questão de prazo. Vamos enviar ao Senado e, se fizerem alterações, nós analisaremos", disse.

A MP institui regras para desburocratizar as atividades dos cartórios e aprimorar o sistema de garantias. Entre as medidas está obrigar que aceitem meios eletrônicos de pagamento ,como cartões de débito e crédito, e determinar a redução de prazos quando os registros ocorrerem por via eletrônica. Ela é complementar a outro projeto, o marco das garantias (PL 4188/2021), que deve ser votada pela Câmara em plenário em duas semanas.

O principal objetivo da MP é obrigar os cartórios a aderirem ao Serp para prestar informações sobre todos os imóveis, nascimentos, mortes e demais registros do país. O subsecretário de Política Microeconômica e Financiamento de Infraestrutura do Ministério da Economia, Emmanuel de Souza Abreu, explicou que a digitalização dos serviços cartoriais já está prevista em lei desde 2009, mas que o texto era genérico e não foi cumprido adequadamente e metade dos 13 mil cartórios de notas sequer possui site na internet.

A oposição protestou que o banco de dados dos cartórios deveria ser gerido por uma entidade pública e não privada, como é o Serp. "Isso aqui não é correto. Inclusive, pode se contrapor a lei geral de proteção de dados", disse a deputada Perpétua Almeida (PCdoB-AC). "Se queremos uma estrutura que centralize todos os registros do país, então que ela seja pública, para que tenha mais segurança o cidadão de que ela vai responder por crimes, por exemplo, de vazamento de informações", apoiou o deputado Henrique Fontana (PT-RS.

O deputado general Peternelli (União Brasil-SP) defendeu que a opção por uma entidade privada ocorreu pela agilidade. "Quando se coloca uma pessoa pública, ela vai ter todo um regramento de licitações, de decisões muito mais complexas. Nada melhor do que deixar com os próprios cartórios que essa gestão seja realizada, que seja eficiente, que não tenha funcionário público. Isso é o que nós buscamos no Estado moderno", afirmou.

A falta de mudanças não atendeu a pedidos dos cartórios. Parte deles era contra a MP, com o argumento de que a Constituição proíbe a associação obrigatória a entidades privadas, e outra parte defendia que cada grupo de cartórios pudesse ter seu sistema próprio, como já existe com os de imóveis. "A Medida Provisória não trouxe inovações nos serviços eletrônicos prestados pelos cartórios de registro de imóveis. Não há um único serviço prestado por esses cartórios s que não possa ser solicitado eletronicamente", disse o Operador Nacional do Sistema de Registro de Imóveis Eletrônico (ONR).

CRISTIANO MARIZ/O GLOBO

Ricardo Barros: líder do governo disse que ajustes poderão ser feitos no Senado

Empresários também tentavam aprovar emendas para uniformizar as taxas cobradas pelos tabeliões em cada Estado, mas isso também não foi acolhido. Apesar de pedirem ajustes, a aprovação foi celebrada. "Temos 12% de custo do excesso de burocracia. Ações como essa [MP] reduzem este custo e permitem o acesso ao sonhado desejo da casa própria", afirmou o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), José Carlos Martins, em nota. "Vamos precisar trabalhar as imperfeições em um segundo momento."

Câmara aprova criação de cargos na Defensoria Pública

Marcelo Ribeiro e Raphael Di Cunto
De Brasília

A Câmara dos Deputados aprovou ontem projeto que cria o quadro de servidores próprio da Defensoria Pública da União (DPU) e institui o plano de carreira e cargos do órgão. Entre os partidos, apenas o Novo orientou contra o avanço da proposta. O texto também seguirá para análise do Senado.

O projeto prevê a criação de 410 cargos de analista da Defensoria Pública e de 401 vagas de técnico do órgão. Além disso, há a previsão de redistribuição de cargos de nível superior e intermediário oriundos de outros órgãos do governo federal para a Defensoria.

Em seu parecer, a relatora Celina Leão (PP-DF) destacou que a Defensoria Pública foi criada sem cargos e que seus servidores eram oriundos de outros órgãos da União. Segundo ela, o projeto proporcionará a reorganização do órgão. Favorável ao texto, a deputada Erika Kokay (PT-DF) disse que a Defensoria precisa de uma estrutura para cumprir suas prerrogativas.

Por outro lado, o deputado Tiago Mitraud (Novo-MG) afirmou que o Novo votaria contra a proposta. "Entendo que a Defensoria precise de uma estrutura compatível com sua demanda. Mas olhando o Estado como um todo, não podemos aumentar o tamanho dele".

Os deputados também aprovaram a medida provisória (MP) que prorroga por um ano as concessões do regime aduaneiro especial do "drawback", que acabaria em 2021. O texto recebeu apoio de todos os partidos na Casa e segue para discussão no Senado.. É a segunda vez seguida que esse regime tem sua vigência prorrogada . A anterior foi em 2020, no início da pandemia. A MP foi aprovada sem alterações pelos deputados federais, nos mesmos moldes sugeridos pelo governo Bolsonaro.

O drawback é um incentivo concedido para empresas exportadoras, habilitadas pelo Ministério da Economia, que isenta de imposto como IPI, Cofins e PIS/Pasep, os insumos adquiridos para produção de bens vendidos para o exterior, com o objetivo de deixa-los mais competitivos no mercado internacional.

Em seu parecer, o relator Carlos Chiodini (MDB-SC) destacou a piora da demanda externa e das incertezas quanto às vendas de produtos industrializados brasileiros em mercado estrangeiros. Esse cenário, em sua avaliação, sustenta a necessidade de aprovação da MP.

Judiciário TSE classifica resultado obtido como uma "marca histórica"

Brasil ganha 2 milhões de eleitores adolescentes em 2022

Luísa Martins
De Brasília

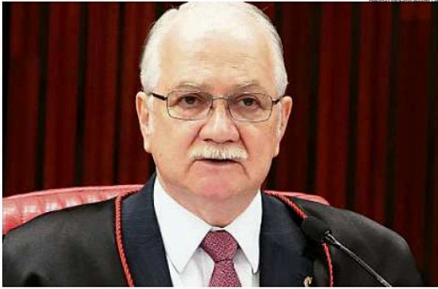
O país ganhou de 2,04 milhões de eleitores adolescentes entre janeiro e abril deste ano, um aumento de 47,2% em relação ao mesmo período em 2018 e de 57,4% em relação a 2014, quando ocorreram as duas últimas eleições gerais. Os dados, considerados uma "marca histórica" pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), foram informados na manhã de ontem pelo presidente da Corte, ministro Edson Fachin.

"A juventude brasileira foi convocada a participar das eleições em outubro e a resposta foi impressionante. Bom lembrar que a Justiça Eleitoral sempre realiza campanhas de conscientização e incentivo ao eleitorado como um todo, em especial aos jovens, por meio da mídia e das escolas. Desta vez, o que vimos foi a sociedade brasileira mobilizada pela democracia", disse o ministro.

ABDIAS PINHEIRO/SECOM/TSE

Fachin: "A juventude brasileira foi convocada a participar das eleições em outubro e a resposta foi impressionante"

Só em março deste ano, foram emitidos 522,4 mil primeiros títulos para eleitores entre 16 e 18 anos. Em abril, o número saltou para 991,4 mil. Os números são parciais, já que o prazo foi encerrado ontem e a Justiça Eleitoral ainda está processando todos os dados. O balanço definitivo será divulgado em julho, conforme previsto em calendário eleitoral.

O ministro destacou que, agora, o desafio é garantir que todas essas pessoas que emitiram, regularizaram ou transferiram o título de eleitor efetivamente cheguem às urnas em outubro. Ele fez o mesmo apelo a pessoas de mais de 70 anos de idade, que também não são obrigadas a votar. "Compareçam, exerçam seu direito. Não deixem de fazer valer a sua vontade pelo voto."

De acordo com Fachin, levando em conta todas as faixas etárias, foram registrados 8,9 milhões de atendimentos presenciais e virtuais nos últimos 31 dias — 1,7 milhão deles ontem, no último dia do prazo. "Foi uma atuação nunca antes vista", destacou, afirmando tratar-se de um recorde em 90 anos.

"Vimos, como há muito não se via, um país unido pelo bem, pela concórdia e pelo fortalecimento da democracia", completou o ministro, agradecendo a todos — "influenciador ou não, famoso ou não, brasileiro ou não" — que criaram conteúdo nas redes sociais para chamar atenção sobre a necessidade de se regularizar o título de eleitor.

Nas últimas semanas, artistas estrangeiros como os atores americanos Leonardo di Caprio e Mark Ruffalo se somaram a personalidades nacionais — entre elas, Anitta, Bruna Marquezine, Juliette, Luísa Sonza e Zeca Pagodinho — em um movimento virtual para que jovens eleitores brasileiros se registrassem para votar.

Os dados do TSE apontam que 1.513.886 eleitores da faixa etária entre 16 a 18 anos se cadastraram junto à Justiça Eleitoral a partir de março (cerca de 74% dos 2.042.817 novos alistamentos), o que coincide com a campanha.

Fachin também pontuou que o fato de os números terem se mostrado animadores "dão a dimensão da responsabilidade" que o TSE tem pela frente. "A população respondeu ao chamado da Justiça Eleitoral, que não medirá esforços para realizar eleições limpas, transparentes, com paz e segurança", disse. Sem citar as suspeitas infundadas que o presidente Jair Bolsonaro tem difundido sobre a lisura das urnas, o ministro disse garantir que "todos os eleitos serão diplomados."

"Sem imprensa independente, reina o ativismo digital", diz Fux

Luísa Martins
De Brasília

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luiz Fux, afirmou ontem que a liberdade de imprensa é importante para que o cidadão possa "proferir um voto consciente e bem informado" nas eleições gerais de outubro.

"Em um país onde a imprensa é intimidada, amordaçada, regulada, e sendo a imprensa um dos pilares da democracia, nesse país com restrições, a democracia é uma mentira e a Constituição é uma mera folha de papel", disse.

O ministro discursou na abertura da exposição "Liberdade & Imprensa: o papel do jornalismo na democracia brasileira", inaugurada no museu do STF em razão do Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, comemorado na última terça-feira.

Fux afirmou que o STF "é a casa da liberdade e da democracia" e que a liberdade de imprensa é cláusula pétrea da Constituição Federal. "O artigo 220 estabelece que a imprensa não pode sofrer nenhum tipo de censura."

A mostra, que reúne uma série de peças publicitárias sobre a importância do jornalismo na preservação e no fortalecimento dos princípios democráticos, contou com o apoio da Associação Nacional de Jornais (ANJ).

No discurso de abertura, o presidente da entidade, Marcelo Rech, destacou o trabalho do jornalismo profissional na luta contra a desinformação. "É a imprensa livre que verifica versões, confronta dados, restabelece a verdade e assegura a pluralidade."

"Em países de imprensa amordaçada, reinam regimes autocráticos com seus delírios de poder. Em países sem imprensa independente, reinam o ativismo digital e suas manipulações de emoções, com ameaças constantes às instituições e à democracia", continuou Rech.

Para o presidente da ANJ, uma imprensa forte "não teme eventuais represálias econômicas de setores contrariados" e deve ser capaz de "inovar e alcançar o maior público possível na sua missão de retratar a realidade e refletir a pluralidade e a diversidade das sociedades livres".

Pouco antes da abertura do evento, na sessão plenária do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o ministro Edson Fachin também falou sobre o papel soberano do jornalismo para combater as "fake news" e manter a democracia. "Destaco a importância da imprensa livre e dos profissionais de imprensa respeitados, não violados em suas prerrogativas, não agredidos", disse.

Curta

Doria

O ex-governador João Doria (PSDB) se reuniu com deputados federais do PSDB e, em tom de desabafo, lamentou ainda enfrentar obstáculos internos e pediu que os correligionários deem tempo para que ele suba nas pesquisas de intenção de voto. O movimento representa uma nova tentativa de reunificar o partido em torno de sua pré-candidatura à presidência. Pouco mais de metade da bancada de 23 deputados compareceu ao encontro organizado pelo líder do PSDB, Adolfo Viana (BA).

Partidos Petista diz que pretende atuar para barrar privatizações e citou Eletrobras, Correios e Banco do Brasil

Lula defende o “voto no 13” em evento no interior de São Paulo

Ricardo Mendonça
De Sumaré (SP)

Auxiliares do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) demonstraram preocupação com um trecho do discurso do petista realizado ontem num carro de som estacionado numa ocupação em Sumaré, município do interior paulista. No fim do discurso, após fazer críticas ao presidente Jair Bolsonaro, Lula defendeu o voto no PT nestas eleições. “O que vai acontecer nesse país é que nós vamos ser agressivos e votar no 13 no dia 2 de outubro”, afirmou o pré-candidato petista à Presidência.

A manifestação de Lula foi dirigida a moradores do bairro da Vila Soma, na periferia de Sumaré, uma área de ocupação que foi regularizada.

Se a fala for interpretada como um pedido explícito de voto, o discurso do pré-candidato à Presidência pelo PT realizado ontem pode ser enquadrado como um eventual crime eleitoral. A legislação só permite pedido de votos no período oficial de campanha, que começa em 16 de agosto.

“Acho que, se eu fosse do jurídico do PT, talvez estaria um pouco preocupado”, disse um auxiliar do partido, que acompanhou o discurso do ex-presidente.

Um assessor de Lula concordou que a frase tem potencial para gerar polêmica. Uma possível linha de defesa do petista, avaliou, seria dizer que se trata mais de uma previsão do que ocorrerá no dia 2 de outubro, dia do primeiro turno, uma espécie de futurologia ou manifestação de desejo, do que um pedido explícito de voto.

Ao discursar em Sumaré, o ex-presidente afirmou também que, se for eleito, irá atuar para barrar privatizações no governo federal. Lula citou especificamente a Eletrobras, o Banco do Brasil e os Correios.

“Nós vamos tentar evitar que os Correios sejam privatizados, evitar que a Eletrobras seja privatizada e que o Banco do Brasil seja privatizado”, disso o pré-candidato petista, do alto de um caminhão de som.

RICARDO STUCKERT

Lula: "O que vai acontecer nesse país é que nós vamos ser agressivos e votar no 13 no dia 2 de outubro", afirmou

Lula usou parte de seu discurso para atacar o presidente e pré-candidato à reeleição Jair Bolsonaro (PL), a quem chamou de “genocida”. O petista disse que, se não fosse pelo Sistema Único de Saúde (SUS), o Brasil já teria somado mais de um milhão de mortes por covid-19.

Na sequência, o ex-presidente afirmou que Bolsonaro não recebe prefeitos, não recebe sindicalistas, “só atende os filhos dele e os milicianos”.

Na ocupação batizada de Vila Soma, Lula estava acompanhado, entre outros, do ex-prefeito de São Paulo Fernando Haddad, pré-candidato do PT a governador, dos ex-ministros Aloizio Mercadante e Alexandre Padilha, e do pré-candidato a deputado federal Guilherme Boulos (Psol).

O petista teve uma extensa agenda na região de Campinas ontem. Almoçou com o físico Rogério César de Cerqueira Leite, fez encontros com 15 influenciadores da região selecionados por sua equipe e com um grupo de vereadores. Depois de passar por Sumaré, participou de um evento na Unicamp, na cidade de Campinas, à noite.

Ao discursar para centenas de pessoas reunidas na universidade, Lula fez uma ampla defesa do legado de seus dois governos. Até o fechamento desta edição, às 21h30, o ex-presidente ainda não tinha terminado de falar no evento da Unicamp.

Ex-presidente lança pré-candidatura ao lado de Alckmin, com segurança reforçada

João Valadares
De Brasília

Depois de pouco de um ano e dois meses de recuperar os direitos políticos, com a anulação de todas as condenações da Lava Jato no Supremo Tribunal Federal (STF), o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) lança oficialmente amanhã, em São Paulo, sua pré-candidatura ao Palácio do Planalto. É o último dos presidenciáveis a fazê-lo. O pré-lançamento foi sucessivamente adiado pelo ex-presidente.

Ao lado do ex-governador paulista Geraldo Alckmin (PSB), que será oficializado na vice, o petista pretende se apresentar de maneira um pouco mais moderada do que nas suas últimas apresentações públicas.

Enfrentando turbulências na comunicação e críticas internas em razão de diversas declarações nas últimas semanas consideradas polêmicas até por aliados, Lula fará um pronunciamento sem improviso e com ar solene. A intenção é aproveitar o momento para fazer imagens que serão usadas na propaganda eleitoral.

A ideia, segundo aliados próximos do ex-presidente ouvidos pelo **Valor**, é que o petista consiga se apresentar como catalisador de um movimento eleitoral amplo, que reagrupou a esquerda brasileira e atraiu um ex-adversário político histórico identificado com uma fatia conservadora do eleitorado.

A concepção política do lançamento da pré-candidatura, desde a parte estética, com as cores verde e amarela dividindo espaço com o tradicional vermelho do PT, aponta para a tentativa de demonstrar a amplitude da chapa presidencial Lula-Alckmin.

“Não existe estética sem política. A concepção estética do ato é resultado de um comportamento político. Vale prestar atenção”, diz o secretário de Comunicação do partido, Jilmar Tatto, sugerindo que o “vermelhão” da legenda vai dividir espaço com cores da bandeira brasileira. Oficialmente, o PT tem chamado o evento de movimento “Vamos juntos pelo Brasil”, uma precaução jurídica para que não se configure campanha eleitoral antecipada.

O núcleo mais próximo do ex-presidente tem dito nos bastidores que o lançamento vai representar o início de uma nova fase da pré-campanha do petista após período de construção política com movimentos sociais, centrais sindicais e a aliança eleitoral composta por sete partidos.

O PT também espera que, a partir de amanhã, o ex-governador Geraldo Alckmin passe a articular diálogo de maneira mais intensa e próxima com setores empresariais, religiosos e do agronegócio. A avaliação interna é de que, até o momento, a vinda do ex-tucano para a chapa petista ainda não conseguiu trazer de maneira objetiva a pré-candidatura de Lula para o centro do espectro político.

Em discursos, avaliam fontes petistas, Alckmin é que parece ter se deslocado mais para a esquerda. Durante ato com centrais sindicais há duas semanas, o ex-tucano disse que “a luta sindical deu ao Brasil o maior líder popular deste país”. Em outra ocasião, de maneira exaltada, o ex-governador gritou: “Lula, Lula, viva Lula, viva os trabalhadores do Brasil.”

No pronunciamento, o petista deve mencionar, entre outros pontos, a carestia, a alta do preço dos combustíveis, o desemprego, a necessidade de retomar direitos trabalhistas e a recuperação da imagem do Brasil no mundo.

Além de lideranças políticas dos partidos aliados, incluindo representantes também do MDB, PSD e Republicanos, legendas que não declararam apoio a Lula no primeiro turno, vão estar presentes artistas, intelectuais e personalidades de destaque em várias áreas de atuação.

O ato, que vai ocorrer num dos pavilhões da Expo Center Norte, na zona norte de São Paulo, terá esquema de segurança reforçado com detector de metais e credenciamento prévio do público. Quatro mil pessoas são esperadas.

Pessoas próximas a Lula revelam que existe uma preocupação crescente com a exposição do petista em atos públicos. Um ala do partido defende que ele evite durante a campanha ambientes que não sejam controlados.

O ex-presidente tem dito, nos bastidores, que não vai moldar a agenda de campanha a questões relativas à segurança.

Como é ex-presidente, Lula conta com apoio de policiais federais. Em determinados eventos, como o que ocorre amanhã, há reforço privado. O PT tem acionado as polícias militares dos Estados nas agendas de Lula até então.

Diante do clima de acirramento eleitoral no Brasil com forte polarização, a Polícia Federal vai reforçar neste ano a segurança dos candidatos à Presidência da República. Um grupo de 300 policiais federais está sendo capacitado para a missão.

Petista acena a empreendedores e modula discurso a novas relações de trabalho

Andrea Jubé e Estevão Taiar
De Brasília

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) acolheu sugestões de aliados e de interlocutores do setor produtivo e financeiro para modernizar o discurso em relação às novas relações de trabalho. Neste sábado, além de defender a criação de mais postos com carteira assinada, o petista renovará o aceno aos brasileiros interessados em abrir o próprio negócio.

Lula vem testando a retórica, porque o empreendedorismo ainda é tabu em uma ala da esquerda, que associa a atividade à agenda liberal. O debate surgiu, por exemplo, na semana passada durante o congresso nacional do PSB.

O **Valor** apurou que Lula se impressionou com a informação que lhe foi transmitida pelo presidente e fundador da XP Investimentos, Guilherme Benchimol, em encontro ocorrido no dia 20 de abril, de que 76% dos moradores de favelas e comunidades de baixa renda têm, tiveram ou pretendem ter uma micro ou pequena empresa.

O índice veio a público há cerca de duas semanas, na primeira edição da Expo Favela, e foi divulgado pelo **Valor**. Um dado expressivo da pesquisa do Data Favela é de que 35% dos moradores das favelas sonham com o próprio negócio, enquanto somente 10% querem arrumar um emprego, e 9% falam em ter uma profissão, com um diploma de curso superior.

O presidente do Instituto Locomotiva, Renato Meirelles — que realizou a pesquisa em parceria com o Data Favela e com a Central Única das Favelas (Cufa) — afirmou ao **Valor** que, “em um território marginalizado como essas comunidades de baixa renda, muitas vezes o empreendedorismo surge como a única forma de uma pessoa obter uma renda superior a dois salários mínimos” para sobreviver.

Um deputado federal do PT, que falou reservadamente com o **Valor**, ouviu de um diretor de um sindicato de motoristas de aplicativos de São Paulo a cobrança de que Lula precisava modernizar o discurso. Isso porque os sindicalizados não estão em busca de uma carteira assinada, e sim de oportunidade para iniciar um negócio.

Dados do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) mostram que aumentou o registro de microempreendedores individuais (MEIs) durante a pandemia. Em 2020, 2,6 milhões de brasileiros se inscreveram como MEIs. Em 2021, esse número subiu para 3,1 milhões. Com isso, o total de microempreendedores em atividade no Brasil atingiu 13,6 milhões no fim do ano passado.

Para o presidente do Sebrae, Carlos Melles, parte desse crescimento pode ser explicado pela alta do desemprego no período. “Sabemos que a saída para a retomada da economia e a geração de empregos passa necessariamente pelas micro e pequenas empresas e pelos microempreendedores individuais”, afirmou.

Lula ficou tão impactado com o relato de Benchimol que, um dia após o encontro, mencionou a trajetória profissional dele — sem revelar sua identidade — como exemplo para centenas de jovens de baixa renda com quem se reuniu na favela de Heliópolis. Em tom de “coach”, estimulou os jovens presentes a se movimentarem para realizar seus sonhos.

Alvo de críticas por ter se encontrado com o petista, Benchimol esclareceu nas redes sociais que vai se reunir com todos os presidenciáveis. Segundo sua assessoria, ele também já esteve com os ex-governadores João Doria e Eduardo Leite, ambos do PSDB. “A agenda é como conseguimos ter uma economia estável, juros baixos, inflação controlada e fazer com que os nossos 20 milhões de empreendedores, que empregam mais de 50 milhões de brasileiros, aumentem em quantidade, e possam ser cada vez melhores, gerando ainda mais prosperidade para o nosso país”, escreveu em seu perfil no Instagram, sobre a agenda com Lula.

Uma semana depois de falar de empreendedorismo com os jovens da periferia, Lula voltou ao tema ao discursar no congresso nacional do PSB, em Brasília. Ele adiantou que vai “fazer um milagre para incentivar o empreendedorismo”, e que é preciso que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) tenha uma linha de crédito voltada para o pequeno e o médio empresários.

A partir de então, o tema foi incorporado aos discursos de Lula, que voltou à carga no Dia do Trabalhador, e no ato em que recebeu apoio do Solidariedade.

“A pauta do empreendedorismo se choca com a do emprego, ultrapassa um dos paradigmas da esquerda”, explicou o ex-governador do Maranhão e aliado do petista, Flávio Dino (PSB).

Ele participou de uma discussão acalorada sobre empreendedorismo durante o congresso do PSB, no dia 28 de abril, no painel “socialismo criativo”. Um grupo tentou excluir o termo da redação do novo estatuto do partido, porque seria diretamente associado ao “capitalismo”. Mas a ala liderada por Dino venceu o impasse, e a atividade — que já fazia parte do antigo estatuto — foi mantida no novo documento.

Ex-governador do PT atua para manter aliança com Ciro

Murillo Camarotto
De Brasília

O ex-governador do Ceará Camilo Santana (PT) e sua sucessora, Izolda Cela (PDT), saíram em defesa da aliança histórica entre os dois partidos no Estado, abalada por declarações recentes feitas pelo pré-candidato à Presidência Ciro Gomes (PDT).

Na terça-feira, Ciro disse em entrevista a uma rádio local que estava disposto a romper o acordo com o PT cearense. “Se for no conchavo e na picaretagem, eu topo enfrentar o PT aqui também”, afirmou. “Não vou me submeter a um lado corrupto do PT que também existe no Ceará.”

As falas incendiaram os ânimos no diretório local do PT, que publicou resposta ao pré-candidato. “Inviabilizado no pleito presidencial, amargando uma terceira colocação em todas as sondagens feitas no Ceará, Ciro se volta para as eleições no Estado, com seu já conhecido ímpeto autoritário”, diz o documento.

A troca de farpas fez com que o ex-governador e sua sucessora se manifestassem em defesa da aliança. “Não existe aliança de um partido só. Não existe projeto de um partido só. “Esse projeto tem o PT, que é o meu partido, como esse projeto tem o PP, o MDB, esse projeto tem o PSB, o PSD, o PCdoB”, afirmou Santana.

Na mesma linha, a governadora expressou “respeito à aliança de partidos que ajuda a governar o Ceará e tem contribuído para os muitos avanços do nosso estado nesses últimos anos”.

Um dos motivos da insatisfação de Ciro é a objeção do PT ao nome do ex-prefeito de Fortaleza Roberto Claudio (PDT) para o governo do Estado. Além dele, estão no páreo a atual governadora e o deputado federal Mauro Filho (PDT), coordenador do programa econômico de Ciro Gomes.

Pessoas próximas a Ciro lembram que uma parte importante do PT não apoiou a primeira eleição de Camilo ao governo, em 2014. Na ocasião, ele venceu o então senador Eunício Oliveira (MDB), que sempre foi próximo de Lula e tem organizado jantares em apoio ao ex-presidente.

Na entrevista à rádio, Ciro também insinuou que, apesar do suporte a Lula em nível nacional, localmente Eunício estaria apoiando o deputado bolsonarista Capitão Wagner (União Brasil) ao governo. “Eunício faz jantares do Lula e aqui tá apoiando a milícia”, disse Ciro.

Ainda em busca de alianças em âmbito nacional, ele intensificou as conversas com o presidente do PSD, Gilberto Kassab. Em entrevista recente, Kassab disse que “Ciro é a única terceira via” e que não descartava a possibilidade de seu partido apoiá-lo no primeiro turno.

O casamento, no entanto, vai depender do desempenho de Ciro nas pesquisas até meados de junho. Kassab disse que a aliança poderia sair se o candidato do PDT alcançasse 15%. Atualmente, ele tem oscilado entre 8% e 10%.

As manifestações mais explosivas do pré-candidato também atrapalham na costura. Ciro trocou ofensas e empurrões com militantes bolsonaristas durante um evento do agronegócio no interior de São Paulo. A ocorrência gerou críticas internas, inclusive de membros da bancada do PDT.

“O partido continua fechado com o nome dele. O que pode acontecer é ele perder um pouco mais de prestígio perante a opinião pública, em algum segmento”, afirmou um deputado do partido. “Ciro sair sozinho não é uma boa opção. Vamos rezar pra ele ficar mais contido”, afirmou.

FOTO CRISTIANO MARIZ/O GLOBO

Tarcísio sobre o PCC: "O que falei é uma reprodução que existe em alguns livros"

Estados Ex-ministro endossa presidente em confronto com TSE

Tarcísio diz que se opôs a Bolsonaro sobre vacinas

André Guilherme Vieira
De São Paulo

Pré-candidato ao governo de São Paulo, o ex-ministro da Infraestrutura Tarcísio de Freitas (Republicanos) afirmou ontem que se opôs ao presidente Jair Bolsonaro no tema da vacinação e que escolheu se vacinar contra a covid-19, expondo uma estratégia para conquistar o eleitorado do Estado com maior adesão aos imunizantes contra a doença no país.

"Eu discordava de uma determinada posição em relação à vacina. Eu me vacinei, vacinei a minha família e achava que estava fazendo a coisa certa, fiz com convicção", afirmou o pré-candidato durante sabatina promovida pelo portal "Uol" e o jornal "Folha de S.Paulo".

Tarcísio disse ter alertado Bolsonaro sobre a perda de capital político decorrente do discurso anti-vacina e afirmou que o governo "fez a narrativa errada".

"Então eu externava isso [a Bolsonaro], porque eu entendia que ele estava perdendo capital [político] de uma maneira desnecessária, porque o Brasil era um dos sete países do mundo produzindo imunizante em território nacional, disponibilizou quatro imunizantes diferentes, investiu mais de R$ 30 bilhões para disponibilizar os imunizantes, várias famílias puderam escolher que tipo de imunizante queriam tomar", afirmou.

"Então eu discordava da linha da narrativa, e eu acho que a gente tomou a atitude correta e fez a narrativa errada", disse o ex-ministro da Infraestrutura.

Apesar de modular o discurso anti-vacina que marcou o bolsonarismo, Tarcísio defendeu a liberdade de escolha de tomar ou não a vacina, mesma posição de Bolsonaro. Já está provado que a imunização vacinal, sobretudo com o esquema de doses completo, impede as formas mais graves da doença.

"A maioria da população entendeu que o risco da covid é maior que o risco de um efeito adverso [da vacina]. E essas pessoas procuraram a vacinação, e o governo disponibilizou a vacinação, comprou as vacinas", afirmou o pré-candidato do Republicanos.

Tarcísio rebateu afirmações de que o fato de ser carioca signifique que desconheça São Paulo. "Me considero hoje muito mais paulista em termos de atitude, em termos de estar inserido dentro da cultura do Estado de São Paulo", rebateu. "Acho isso uma coisa bem irrelevante para se falar, dentro do contexto e da história da constituição do povo paulista, da história do Estado. É interessante que a minha vida profissional começou justamente em São Paulo, quando decidi entrar nas Forças Armadas e ingressei pela Escola Preparatória de Cadetes do Exército, em Campinas", completou.

Indagado sobre os ataques de Bolsonaro ao Supremo Tribunal Federal (STF) e sobre a confiança no sistema de votação eletrônica, Tarcísio procurou defender o presidente, afirmando que ele muitas vezes "se defende" e que a atitude é interpretada como ataque.

Tarcísio também voltou atrás em afirmação que tinha feito sobre o governo do Estado ter firmado pacto com a facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC), que controla presídios e parte do crime organizado em São Paulo. Ele alegou ter sido mal interpretado em suas declarações. "O que falei, na verdade, é uma reprodução que existe em alguns livros".

Futuro coordenador do programa de governo do pré-candidato, o ex-vice-governador e ex-deputado Guilherme Afif Domingos se reunirá na segunda-feira com Tarcísio para começar a definir o projeto. "Ainda não posso dizer quais serão as linhas gerais do programa, porque ainda não conversei com o Tarcísio. Vamos conversar na segunda-feira e aí, claro, as linhas gerais básicas quem vai determinar será ele", disse Afif, que está deixando o Ministério da Economia, onde atuou como assessor especial e conselheiro político do ministro Paulo Guedes.

Sem experiência em chefiar o Executivo, Tarcísio havia consultado Guedes em abril sobre a possibilidade de Afif estruturar o seu programa de governo, com foco em temas como geração de emprego e redução de carga tributária para pessoas jurídicas.

Primeira Vara Cível da Comarca de Ipojuca
Processo nº 0000162-07.2020.8.17.2730

REQUERENTE: ESTALEIRO ATLÂNTICO SUL S/A, CONSUNAV RIO CONSULTORIA E ENGENHARIA S/A

EDITAL

EDITAL DE ALIENAÇÃO DA UPI PRÉ-CONSTITUÍDA B

RECUPERAÇÃO JUDICIAL N. 0000162-07.2020.8.17.2730 ("Recuperação Judicial"), de ESTALEIRO ATLÂNTICO SUL S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL ("EAS ou "Recuperanda").

Nos referidos autos, a Dra. Ildete Veríssimo de Lima, Juíza de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Ipojuca, Estado de Pernambuco ("Juízo da Recuperação"), na forma da Lei, FAZ SABER pelo presente edital e seus anexos ("Edital"), que o EAS, em cumprimento ao disposto no plano de recuperação judicial de ID 80960892, aprovado em assembleia geral de credores realizada no dia 21.5.2021 e homologado judicialmente conforme decisão de ID 81792023, publicada em 8.6.2021 ("Plano"), conforme suplementado pelo quanto decidido pelos Credores na Resolução Escrita em Substituição à Reunião de Credores da Forma de Pagamento B, de 14.04.2022 ("Resolução"), conforme cláusula 7.1.6 do Plano, requereu fosse dada sequência ao procedimento de alienação judicial da unidade produtiva isolada UPI Pré-Constituída B, conforme definida na Resolução e abaixo descrita ("UPI Pré-Constituída B"), por meio de propostas recebidas em audiência virtual a ser transmitida ao vivo através de link a ser oportunamente disponibilizado pelo Administrador Judicial nos contatos dos Proponentes Habilitados (conforme definido abaixo) no momento da habilitação ("Processo Competitivo"), com amparo nas cláusulas 8.6 e seguintes do Plano, nos artigos 50, XVIII, 60, 60-A, 142, 144 e 145 da Lei nº 11.101/2005, conforme alterada ("LRF"), e no artigo 903 e outros da Lei no 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada ("Código de Processo Civil"), o qual obedecerá às condições estabelecidas neste Edital.

1. Objeto. A presente oferta pública tem por objeto a alienação judicial da UPI Pré-Constituída B, integralmente ou em parte conforme previsto na Cláusula 1.1 deste Edital, composta pela totalidade do capital social de sociedade de propósito específico a ser constituída exclusivamente para realização da presente alienação ("SPE") incluindo os ativos descritos no Anexo 1 ("Ativos").

1.1. Alienação integral ou em parte da UPI Pré-Constituída B: A UPI Pré-Constituída B poderá ser alienada integralmente ou em subpartes: UPI- B Cais Sul e UPI-B Central. Os Proponentes Habilitados (conforme definidos abaixo) poderão apresentar propostas para adquirir: (i) a totalidade da UPI Pré-Constituída B; (ii) UPI-B Cais Sul isoladamente; ou (iii) UPI-B Central isoladamente; sendo estas compostas pelas áreas, instalações, estruturas e equipamentos devidamente descritos no Anexo 1.1.

1.2. Aquisição Total ou Parcial. Na Proposta os Proponentes Habilitados poderão eleger por adquirir a totalidade dos Ativos referidos na Cláusula 1 acima ou parte deles, observado o Preço Mínimo ainda que a Proposta seja para apenas parte dos Ativos, conforme estabelecido na Cláusula 6.1.

1.3. Garantias. Os ativos que compõem a UPI Pré-Constituída B são objeto de certas garantias reais em favor de terceiros, conforme previsto nos documentos disponibilizados no Data Room (abaixo definido), aos interessados devidamente habilitados. Nos termos da cláusula 8.6.2.1 do Plano e para fins do artigo 50 §1º da LRF, os credores titulares destas garantias já aprovaram a alienação da UPI Pré-Constituída B com a supressão das garantias, conforme descrito na Cláusula 10 deste Edital.

2. Modalidade de Alienação Judicial. A alienação judicial da UPI Pré-Constituída B integral, UPI-B Cais Sul ou UPI-B Central será realizada por meio de processo competitivo, mediante apresentação de propostas em audiência virtual a ser transmitida ao vivo através de link a ser oportunamente disponibilizado pelo Administrador Judicial nos contatos dos Proponentes Habilitados no momento da habilitação, nos termos do artigo 142 e outros dispositivos aplicáveis da LRF, observadas as regras previstas neste Edital.

3. Proposta Vinculante Stalking Horse da UPI-B Cais Sul. A APM Terminals B.V. ("APMT") apresentou previamente proposta vinculante que foi aceita pelo EAS, nos termos resumidos no Anexo 3, para aquisição da UPI-B Cais Sul, nos termos deste Edital, por valor igual ao Preço Mínimo, e para atuar como stalking horse exclusivo da UPI-B Cais Sul ("Proposta Vinculante APMT"). A APMT deverá atender a todos os requisitos necessários, no mesmo prazo de habilitação dos demais interessados, de acordo com a cláusula 4 deste edital, para ser qualificada como elegível a participar do Processo Competitivo da alienação da UPI-B Cais Sul.

3.1. Em contrapartida aos esforços e recursos dispendidos no processo de análise e elaboração da Proposta Vinculante APMT, a APMT tem a exclusividade para atuar como stalking horse da UPI-B Cais Sul e tem assegurado a seu favor o benefício do direito de preferência descrito na Cláusula 7.4 deste Edital.

4. Habilitação para Participação no Processo Competitivo. Todos os proponentes interessados em participar do Processo Competitivo deverão, até às 18h (dezoito horas) do 15º (décimo quinto) Dia Útil contado da data de publicação deste Edital, submeter ao Administrador Judicial, no endereço eletrônico easrj@administradorjudicial.adv.br, com cópia para a Recuperanda, no endereço eletrônico recuperacao@easbr.com, os seguintes documentos:

(i) Comprovantes de existência e regularidade, devidamente emitidos pelos órgãos responsáveis pelo registro de constituição do proponente;

(ii) Cópia dos atos constitutivos e instrumentos de procuração, quando aplicáveis, que comprovem os poderes e a nomeação dos administradores ou procuradores que subscreverão a Proposta e documentação exigida neste Edital;

(iii) Documentação de fontes idôneas que comprove objetivamente a capacidade econômica, financeira e patrimonial para apresentar proposta que atenda às condições mínimas previstas neste Edital mediante apresentação de (a) demonstrações financeiras auditadas para o último exercício social do Participante Habilitado ou seu controlador direto ou indireto demonstrando somatório de caixa e equivalentes de caixa em valor superior ao Preço Mínimo ou (b) garantia firme de financiamento, carta de crédito ou fiança emitida por instituição financeira de nível de risco prudencial pelo Banco Central do Brasil de nível S1 ou S2, que comprove o acesso a recursos em valor superior ao Preço Mínimo;

(iv) Indicação de endereço eletrônico (e-mail) e número de telefone para ligações nacionais, do proponente ou de seu representante e de endereço físico para receber intimações e notificações da Recuperanda, do Administrador Judicial ou do Juízo da Recuperação;

(v) Declaração do proponente, na forma do Anexo 4(v) deste Edital, atestando que: (a) está ciente e concorda integralmente e irrestritamente com todos os termos e condições do Processo Competitivo para alienação da UPI Pré-Constituída B integral, UPI-B Cais Sul ou UPI-B Central conforme disposto no Plano e neste Edital; (b) cumprirá e adotará todas as medidas necessárias para que sejam cumpridas as disposições constantes neste Edital, inclusive fornecendo documentos e informações adicionais se assim requerido pelo Administrador Judicial ou pela Recuperanda; (c) a proposta apresentada possuirá caráter irrevogável e irretratável e estará sujeita às condições previstas no Plano e neste Edital; e (c) concorda e está ciente de que, caso seja o vencedor do Processo Competitivo, terá 10 (dez) Dias Úteis a contar da Audiência Propostas UPI Pré-Constituída B integral, UPI-B Cais Sul ou UPI-B Central (conforme abaixo definida) para firmar o Contrato de Compra e Venda (conforme definido abaixo); e

(vi) Termo de confidencialidade assinado, na forma do Anexo 4(vi) deste Edital ("Termo de Confidencialidade"), contendo indicação de nome, endereço eletrônico e número de identidade dos profissionais que deverão ter acesso a informações confidenciais sobre a UPI Pré-Constituída B integral, UPI-B Cais Sul ou UPI-B Central, os quais também deverão subscrever o Termo de Confidencialidade.

4.1. Requisitos Jurídicos, Econômicos e de Qualificação Técnica. Os termos e condições indicados na Cláusula 4 constituem os requisitos jurídicos, econômicos e de qualificação técnica da Proposta e do proponente que são considerados como requisitos mínimos de habilitação para a alienação judicial da UPI Pré-Constituída B integral, UPI-B Cais Sul ou UPI-B Central ("Habilitação"). A inobservância de qualquer um desses requisitos acarretará a inabilitação do proponente, a ser comunicada ao proponente pelo Administrador Judicial.

4.2. Adequação da Qualificação. Assim que possível após o recebimento da documentação de Habilitação prevista nesta Cláusula e após ouvir a Recuperanda com relação ao item (iii), o Administrador Judicial notificara, por e-mail, cada proponente acerca da regularidade de sua Habilitação, concedendo prazo de 24 (vinte e quatro) horas, ou prazo mais longo caso o Administrador Judicial entenda necessário, para que eventual incompletude ou incorreções na documentação sejam sanadas.

4.3. Proponentes Habilitados. Findo o prazo previsto na cláusula anterior, o Administrador Judicial fornecera por petição ao Juízo da Recuperação lista com os nomes dos proponentes que cumpriram os requisitos constantes deste Edital para o Juízo da Recuperação homologue os habilitantes (em conjunto com a APMT, "Proponentes Habilitados").

4.4. Ausência de Outros Proponentes Habilitados. Caso não haja outros Proponentes Habilitados para alienação da UPI-B Cais Sul ou UPI Pré- Constituída B além da APMT, em prol da celeridade, será considerada como Proposta vencedora para aquisição da UPI-B Cais Sul a Proposta Vinculante APMT, pelo Preço Mínimo, e o Administrador Judicial informará por petição ao Juízo da Recuperação, para que este proceda aos passos descritos na Cláusula 7.7.

5. Disponibilização de Informações. A partir do Dia Útil seguinte à confirmação da regularidade da Habilitação de cada Proponente Habilitado, o EAS franqueará acesso ao data room com documentos e informações relativos à UPI Pré-Constituída B integral, UPI-B Cais Sul ou UPI-B Central ("Data Room"), conforme o caso, que sejam razoavelmente solicitados pelo respectivo Proponente Habilitado, de modo a viabilizar a análise dos ativos pelo proponente, o qual ficará disponível até a véspera do término do prazo de Submissão de Proposta indicado na Cláusula 6.2 abaixo para todos os Proponentes Habilitados.

5.1. Data Room. As informações disponíveis no Data Room serão disponibilizadas em terminais eletrônicos de consulta, sendo certo que os Proponentes Habilitados, que se encontram vinculados por Termo de Confidencialidade, não poderão extrair cópias ou fotocópias. As Recuperadas somente autorizarão o acesso ao Data Room por profissionais indicados no Termo de Confidencialidade firmado pelo respectivo Proponente Habilitado.

5.2. Visitação: Os ativos que compõem a UPI Pré-Constituída B poderão ser vistoriados in loco pelos Proponentes Habilitados, mediante agendamento prévio por meio do endereço eletrônico recuperacao@easbr.com.

6. Propostas para Aquisição da UPI Pré-Constituída B. As propostas para aquisição da UPI Pré-Constituída B, UPI-B Cais Sul ou UPI-B Central, deverão obrigatoriamente respeitar as condições mínimas e formalidades indicadas abaixo para fins de participação no Processo Competitivo ("Condições Mínimas"), e ter como objeto o compromisso firme e vinculante de adquirir todo o capital social da SPE, respeitado o Preço Mínimo.

6.1. Preço e Forma de Pagamento. O valor mínimo para aquisição da: (i)UPI Pré-Constituída B integral é R$ 895.000.000,00 (oitocentos e noventa e cinco milhões); (ii) UPI-B Cais Sul é R$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais); e (iii) UPI-B Central é R$ 595.000.000,00 (quinhentos e noventa cinco milhões)("Preço Mínimo"), a ser pago integralmente à vista, em dinheiro, em moeda corrente nacional, em recursos disponíveis, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, mediante depósito em conta bancária a ser indicada pela Recuperanda, concomitantemente com o fechamento da aquisição da UPI Pré-Constituída B, UPI-B Cais Sul ou UPI-B Central nos termos do Contrato de Compra e Venda.

6.1.1. Reembolso de CAPEX. Adicionalmente ao Preço Mínimo, o vencedor do Processo Competitivo para aquisição da UPI Pré-Constituída B ou UPI-B Cais Sul deverá reembolsar a Recuperanda por determinadas despesas de CAPEX, no valor correspondente a determinadas despesas de CAPEX, até o limite de R$10.000.000,00 (dez milhões de reais) corrigido pelo INCC desde 28.03.2022, cujo pagamento estará sujeito ao fechamento da aquisição da UPI Pré-Constituída B ou UPI-B Cais Sul e aos termos do respectivo Contrato de Compra e Venda .

6.1.2. Correção do preço e break-up fee. Conforme previsto e detalhado no Contrato de Compra e Venda, (i) após a transferência dos Ativos para a SPE e a obtenção das licenças essenciais para a transação (grupo 1 no Contrato de Compra e Venda), o preço de aquisição da respectiva UPI será corrigido pela taxa equivalente a 120% do CDI, até o limite de R$50.000.000,00 (cinquenta milhões), observadas as hipóteses de não aplicação da correção pela taxa equivalente a 120% do CDI previstas no Contrato de Compra e Venda, e (ii) caso o fechamento não ocorra e o Contrato de Compra e Venda seja rescindido pela não obtenção de alguma licença adicional (grupo 2 no Contrato de Compra e Venda) dentro dos prazos previstos no Contrato de Compra e Venda, o vencedor deverá pagar à Recuperanda um break-up fee equivalente a R$30.000.000,00 (trinta milhões), exceto nas hipóteses de exclusão de exigibilidade do break-up fee previstas no Contrato de Compra e Venda.

6.2. Submissão das Propostas. Os interessados em adquirir a UPI Pré-Constituída B, UPI-B Cais Sul ou UPI-B Central deverão apresentar proposta irrevogável e irretratável, em caráter definitivo e vinculante, descrevendo o preço para aquisição da UPI Pré-Constituída B, UPI-B Cais Sul ou UPI-B Central("Proposta"), a serem entregues eletronicamente para o Administrador Judicial, no endereço eletrônico easrj@administradorjudicial.adv.br, com título "Proposta Eletrônica [inserir nome da UPI objeto da proposta: UPI Pré-Constituída B, UPI-B Cais Sul ou UPI-B Central] - [Nome do proponente]", até às 18h (dezoito horas) do 45º (quadragésimo quinto) Dia Corrido após a publicação deste Edital ("Data Limite Propostas"). A APMT, como stalking horse da UPI-B Cais Sul poderá submeter Proposta caso deseje ofertar um valor superior ao Preço Mínimo, caso contrário a APMT será automaticamente considerada como tendo apresentado Proposta pelo Preço Mínimo.

6.3. Formato Propostas. A Proposta deverá ser apresentada exatamente na forma do Anexo 6.3 deste Edital. Eventuais Propostas apresentadas em padrão diverso ou com informações faltantes serão automaticamente desconsideradas e desclassificadas.

6.4. Declarações Proposta. Mediante a submissão de uma Proposta, os interessados reiteram: (i) ampla anuência e concordância com os termos previstos neste Edital; (ii) que as informações disponibilizadas no Data Room são satisfatórias para a apresentação de proposta nos termos e condições aqui dispostos; e (iii) que se obrigarão de forma irrevogável e irretratável a respeitar a transferência da UPI Pré-Constituída B integral, UPI-B Cais Sul ou UPI-B Central e os termos do respectivo Contrato de Compra e Venda, , caso a sua Proposta seja declarada vencedora.

7. Abertura das Propostas Eletrônicas de Aquisição. As Propostas Eletrônicas serão abertas e exibidas em audiência a ser conduzida pelo Administrador Judicial às 14h (catorze horas) do Dia Útil seguinte à Data Limite Propostas, para fins de determinação da proposta vencedora ("Audiência Propostas") a qual será transmitida eletronicamente, ao vivo, por meio de link a ser oportunamente disponibilizado pelo Administrador Judicial nos contatos indicados pelos Proponentes Habilitados no momento da habilitação.

7.1. Comparecimento à Audiência Propostas. Sob pena de desclassificação, os Proponentes Habilitados, que tenham apresentado Propostas, deverão comparecer virtualmente na Audiência Propostas devidamente representados, por seus representantes legais ou procuradores com poderes especiais para representa-los na Audiência Propostas.

7.2. Propostas Desqualificadas. Caso esteja em desacordo com quaisquer das condições previstas neste Edital, a Proposta e o respectivo Proponente Habilitado serão imediatamente desqualificados.

7.3. Lances Orais. Os Proponentes Habilitados que apresentarem Propostas em valores iguais ou inferiores em até 5% (cinco por cento) ao da Proposta(s) de maior valor poderão aumentar os valores das respectivas Propostas em lances orais durante a Audiência Propostas, alcançando- se assim a Proposta(s) de maior valor exibida na Audiência Propostas. A APMT, como stalking horse da UPI-B Cais Sul, não precisará apresentar lances orais para manter seu direito de preferência, mas poderá fazê-lo se assim desejar.

7.4. Direito de Preferência APMT. Após abertura da audiência e eventuais lances orais apresentados na Audiência Propostas, caso não tenha sido o Proponente Habilitado com o maior lance, a APMT poderá, a seu exclusivo critério, pugnar durante a Audiência Propostas pela abertura de prazo de até 3 (três) Dias Úteis para avaliação da possibilidade de exercício do direito de preferência detido, em relação à UPI-B Cais Sul, em virtude da apresentação da Proposta Vinculante APMT ("Prazo de Exercício"). Havendo interesse no exercício do direito de preferência, a APMT deverá submeter via e-mail para o Administrador Judicial e à Recuperanda nova proposta, em valor necessariamente superior ao da(s) Proposta(s) de maior valor exibida(s) na Audiência Propostas, até às 18h (dezoito horas) do 3º (terceiro) Dia Útil após a Audiência Propostas. A APMT poderá, a seu exclusivo critério, optar por não exercer o seu direito de preferência em relação à UPI-B Cais Sul.

7.5. Critérios para Definir a Proposta(s) Vencedora(s). A(s) proposta(s) vencedora(s) será(ão) definida(s) de acordo com o seguintes critérios:

(i) se somente houver propostas para aquisição individual da UPI-B Cais Sul e UPI-B Central, será declarada vencedora aquela que represente o maior preço para aquisição de cada UPI individualmente; (ii) se houver propostas para aquisição da UPI Pré-Constituída B e propostas para aquisição individual das UPI-B Cais Sul ou UPI-B Central, será declarada proposta(s) vencedora(s) aquela(s) que represente(m) o maior preço arrecadado total, ainda que existam propostas que individualmente (para aquisição da UPI-B Cais Sul ou UPI-B Central) sejam de maior valor; devendo ser observado o Preço Mínimo, o disposto no Plano e neste Edital.

7.6. Ausência de Propostas. Caso, além da Proposta Vinculante APMT, não sejam apresentadas outras Propostas válidas e em valor equivalente ou superior ao Preço Mínimo para aquisição da UPI Pré-Constituída B integral ou UPI-B Cais Sul o Administrador Judicial deverá comunicar imediatamente tais circunstâncias à Recuperanda e ao Juízo da Recuperação. Nessas circunstâncias, será considerada como Proposta vencedora a Proposta Vinculante APMT pelo Preço Mínimo.

7.7. Declaração de Resultado do Processo Competitivo. Após o encerramento da Audiência Propostas e do Prazo de Exercício (caso aplicável), ou caso não haja outros Proponentes Habilitados nos termos da Cláusula 4.4, o Administrador Judicial deverá apresentar petição ao Juízo da Recuperação em 2 (dois) Dias Úteis, informando o resultado do Processo Competitivo e o Juízo da Recuperação deverá convocar todas as partes interessadas, inclusive credores, Recuperanda e o Ministério Público a apresentar suas impugnações, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, na forma do artigo 143 da LRF.

8. Contrato de Compra e Venda Após a Audiência Propostas. o(s) proponente(s) vencedor(es) e a Recuperanda terão 10 (dez) Dias Úteis, a contar da Audiência Propostas ou do término do prazo de exercício do direito de preferência pela APMT, se aplicável, ("Prazo de Finalização Contrato Definitivo") para finalizar e firmar contrato(s) de compra e venda da totalidade do capital social da SPE com as Recuperadas, substancialmente nos termos do contrato que será oportunamente apresentado ("Contrato de Compra e Venda"). O Prazo de Finalização Contrato Definitivo poderá ser prorrogado a exclusivo critério da Recuperanda caso haja questões legítimas e cujas discussões estejam progredindo de boa-fé.

8.1. Convocação de Outros Proponentes. Caso o(s) proponente(s) vencedor(es) e a Recuperanda não finalizem o Contrato de Compra e Venda no Prazo de Finalização Contrato Definitivo, a Recuperanda notificarão o classificado subsequente para iniciar discussões sobre o Contrato de Compra e Venda em novo prazo de 10 (dez) Dias Úteis, prorrogáveis a exclusivo critério da Recuperanda caso as negociações e discussões estejam progredindo de boa-fé, hipótese em que o Juízo da Recuperação declarara o classificado subsequente como proponente vencedor e assim sucessivamente caso necessário.

9. Homologação da Venda. Após o período para apresentação de impugnações pelos interessados, se aplicável, o Juízo da Recuperação decidirá sobre as impugnações no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos do art. 143 da LRF. Se o Juízo da Recuperação julgar todas as impugnações improcedentes, e desde que o Contrato de Compra e Venda da respectiva UPI tenha sido firmado entre o proponente vencedor e a Recuperanda, o Juízo da Recuperação proferirá decisão que irá (i) homologar a arrematação da UPI Pré-Constituída B integral, UPI-B Cais Sul ou UPI-B Central;

(ii) declarar o(s) vencedor(es) do Processo Competitivo; (iii) autorizar a transferência da UPI Pré-Constituída B integral, UPI-B Cais Sul ou UPI- B Central ao(s) vencedor(es) do Processo Competitivo, respeitadas as condições estabelecidas neste Edital, no Plano e no Contrato de Compra e Venda; (iv) declarar que a aquisição da UPI Pré-Constituída B integral, UPI-B Cais Sul ou UPI-B Central pelo proponente(s) vencedor(es) deverá(ão) ser disciplinada(s) por todos os termos e condições do respectivo Contrato de Compra e Venda; e (v) declarar que a UPI Pré-Constituída B integral,UPI-B Cais Sul ou UPI-B Central será(ão) transferida(s) livre(s) de qualquer ônus e não haverá sucessão do(s) arrematante(s) nas obrigações da Recuperanda de qualquer natureza, incluídas, mas não exclusivamente, as de natureza ambiental, regulatória, administrativa, penal, anticorrupção, tributária e trabalhista, nos termos do parágrafo único do art. 60 e do art. 141, inciso II, ambos da LRF, independentemente do tempo ou da forma de aquisição, observado o §1º do art. 141, da LRF. O processo de homologação da UPI Pré-Constituída B integral, UPI- B Cais Sul ou UPI-B Central poderá ocorrer de maneira individual e independente.

9.1. Carta de Arrematação. Imediatamente após proferida a decisão de homologação da venda, o Juízo da Recuperação lavrara carta(s) de arrematação ou outro documento semelhante em favor do vencedor(es) do Processo Competitivo ("Carta de Arrematação"). A Carta de Arrematação constituirá, nos termos do artigo 903 do Código de Processo Civil, documento válido e eficaz para provar a transferência da UPI Pré-Constituída B integral, UPI-B Cais Sul ou UPI-B Central independentemente da existência de recursos ou ações de qualquer natureza.

9.1.1. Ausência de Sucessão na Carta de Arrematação. A carta de arrematação fixará, ainda, a ausência de sucessão do vencedor do Processo Competitivo em quaisquer ônus, responsabilidades ou obrigações de qualquer natureza, incluídas, mas não exclusivamente, as de natureza ambiental, regulatória, administrativa, penal, anticorrupção, tributária e trabalhista, nos termos do parágrafo único do art. 60 e do art. 141, inciso II, ambos da LRF, independentemente do tempo ou da forma de aquisição, observado o §1º do art. 141, da LRF.

10. Garantia Real. As garantias reais sobre Ativos integrantes da UPI Pré-Constituída B integral, UPI-B Cais Sul ou UPI-B Central serão automaticamente suprimidas mediante transferência dos Recursos Líquidos Venda UPI aos Credores com Garantia Real logo após o fechamento do respectivo Contrato de Compra e Venda mediante pagamento à vista, em dinheiro, do preço para aquisição da UPI Pré-Constituída B integral, UPI-B Cais Sul ou UPI-B Central, conforme o caso e conforme previsto na cláusula 8.6.2.1 do Plano.

11. Ausência de Sucessão. A UPI Pré-Constituída B integral, UPI-B Cais Sul ou UPI-Central, bem como quaisquer de seus componentes alienados na forma deste Edital, estarão livres de qualquer ônus e não haverá sucessão do arrematante nas obrigações da Recuperanda de qualquer natureza, incluídas, mas não exclusivamente, as de natureza ambiental, regulatória, administrativa, penal, anticorrupção, tributária e trabalhista, nos termos do parágrafo único do art. 60 e do art. 141, inciso II, ambos da LRF, independentemente do tempo ou da forma de aquisição, observado o §1º do art. 141, da LRF.

12. Custos. Os custos relacionados ou decorrentes da transferência da propriedade da UPI Pré-Constituída B integral, UPI-B Cais Sul ou UPI- B Central, incluindo despesas de registro nos órgãos competentes, ITBI - imposto de transmissão de bens imóveis, expedição de carta de arrematação, imissão na posse, averbações, taxas e emolumentos cartorários, correrão exclusivamente por conta do adquirente, exceto pelos custos e despesas expressamente assumidos pelo EAS nos termos do Contrato de Compra e Venda da respectiva UPI. .

13. Disposições Gerais. Os termos aqui empregados e que não sejam definidos neste Edital deverão ter o significado que lhes são atribuídos no Plano. Este Edital deverá ser interpretado em conjunto com os termos e condições do Plano, conforme complementados pela Resolução, sendo que, havendo qualquer divergência entre o disposto neste Edital e o previsto no Plano e na Resolução, o Plano e a Resolução prevalecerão.

14. Autorização. Pela operação do presente Edital e mediante a consumação da alienação da UPI Pré-Constituída B integral, UPI-B Cais Sul ou UPI-B Central, o Juízo da Recuperação autoriza expressamente o EAS, o adquirente e seus respectivos agentes ou representantes a praticar todos os atos e continuar quaisquer operações necessárias ou úteis para implementação da alienação judicial da UPI Pré-Constituída B integral, UPI-B Cais Sul ou UPI-B Central conforme necessário, servindo este Edital como decisão judicial e ofício oponível a qualquer terceiro, inclusive entes governamentais, cartórios, órgãos ou repartições públicas para fins de promoção de registros, averbações, transferências ou quaisquer outras medidas necessárias ou úteis para a consumação da alienação judicial da UPI Pré-Constituída B integral, UPI-B Cais Sul ou UPI-B Central na forma deste Edital.

E, para que chegue ao conhecimento geral e produza os efeitos pretendidos, é expedido o presente Edital, que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e comarca de Ipojuca - PE, aos 20 de abril de 2022. Ildete Veríssimo de Lima-Juíza de Direito (assinado digitalmente)

Urnas eletrônicas 20 vezes aceitas

Cristian Klein

Das nove eleições que disputou — uma para vereador (1988), sete para deputado federal (1990, 94, 98, 2002, 06, 10, 14) e uma para presidente (2018) — Jair Bolsonaro conquistou mandatos nas últimas seis vezes por meio das urnas eletrônicas. Em duas décadas, não contestou o resultado. Não fez cruzada contra o sistema de votação.

Seus rebentos Flávio (2002, 06, 10, 14 e 18), Carlos (2000, 04, 08, 12, 16 e 20) e Eduardo (2014 e 18) obtiveram, juntos, outros 13 mandatos (a vereador, deputado estadual, federal e senador). Todos sem voto impresso. A ex-mulher Rogéria, mãe dos três filhos políticos, elegeu-se vereadora do Rio duas vezes (1992 e 1996), uma pelo antigo e outra na estreia do então novo modelo. Até hoje, a família colheu 20 vitórias pelas urnas eletrônicas, sem reclamar do veredito da Justiça eleitoral.

Mas bastou Bolsonaro sair da posição de um azarão do baixo clero que vencia o primeiro turno da corrida presidencial, há quatro anos, para começar a semear suspeitas sem fundamento sobre o processo eleitoral. Dizia, sem qualquer evidência, que poderia ter ganhado já na primeira etapa. Coerente com toda sorte de ultraje que demonstrou durante a campanha, acrescentou a cereja do bolo ao seu perfil: o de mau vencedor.

Se Bolsonaro não soube ganhar, fica cada dia mais claro que não saberá perder. Será o mau perdedor, aquele que não respeita as regras mais elementares da democracia, entre elas a da transmissão pacífica de poder. Um Aécio 2.0, oito anos depois de iniciada a moda de melar o jogo. Isso para não retrocedermos a Carlos Lacerda e aos golpes da nossa história, dentro ou fora do contexto eleitoral.

Bolsonaro não contestou sistema em 20 vitórias do clã

O ardil de Bolsonaro já estava anunciado nos primeiros muxoxos sobre fantasiosas fraudes em urnas eletrônicas e piorou na medida em que viu sua popularidade cair. Há pouco mais de dois anos, em 9 de março de 2020, prometeu publicamente que apresentaria provas e jamais cumpriu a palavra.

O único objetivo é desacreditar o modelo de votação e deslegitimar o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a quem cabe organizar as eleições, apurar os votos e diplomar os vencedores no país, há 90 anos.

A mesma Justiça eleitoral que garantiu a Bolsonaro e aos seus duas dezenas de mandatos é questionada e atacada quando as pesquisas mostram o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva na liderança. Coincidência? Eleito sob a colcha de retalhos que mistura, entre outros trapos, política e religião, o ocupante do Planalto já afirmou que "só Deus" pode tirá-lo do poder. Haja fé.

O arremedo de direito divino do absolutismo bolsonarista é nutrido pela aura de uma pretensa invencibilidade nas urnas. Em apenas uma de 25 eleições disputadas, o clã foi derrotado: a primeira majoritária, em 2016, quando Flávio concorreu a prefeito do Rio. O primogênito lançou-se contra a vontade do pai, que temia que uma má gestão do filho atrapalhasse seus planos à Presidência dois anos depois. Pode-se acusar Bolsonaro de tudo, menos de se iludir com a capacidade de governante no sangue da família.

Também não se ilude sobre o que lhe aguarda caso se concretize, neste ano, o segundo fracasso em sua história eleitoral. O temor de serem presos assombra Bolsonaro e integrantes do grupo político, a ponto de espernearem de todas as formas para se manterem no poder, custe o que custar.

A ameaça de um golpe, respaldado pelas Forças Armadas, já deixou de ser velada ou subreptícia, com ataques diários ao TSE e aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Não bastou a derrota no Congresso quando os parlamentares rechaçaram o projeto bolsonarista de retorno ao voto impresso — este sim, demonstradamente sujeito a fraudes.

Introduzido em 1996, o voto eletrônico brasileiro deu agilidade à votação e à apuração, facilitou o acesso a eleitores de baixa escolaridade, reduziu a margem para o erro humano, para a quebra do sigilo de voto e pôs fim a uma longa trajetória de falcatruas eleitorais que remonta aos primórdios da República. Do voto de cabresto, das adulterações de resultado em atas às engordas de urnas, que amanheciam com mais sufrágios do que os efetivamente depositados na véspera.

O retrocesso não passou. Mas Bolsonaro busca encontrar de todos os modos uma maneira de interferir no trabalho já de caráter independente do TSE. Diferentemente dos Estados Unidos, onde os políticos influenciam a administração e a justiça eleitoral, dando margem a favorecimentos e controvérsias — como na eleição de George W. Bush em 2000 — o Brasil tem no TSE e nas urnas eletrônicas uma instituição e um modelo de votação reconhecidos internacionalmente.

Nada disso importa para o projeto de poder e o instinto de sobrevivência de Bolsonaro, cuja novidade agora, anunciada ontem, na live que faz nas noites de quinta-feira, é a contratação de uma empresa para fazer uma auditoria externa "antes das eleições" de outubro. Ao avançar mais uma casa no terreno do golpe, o ex-capitão apela ao apoio dos militares. Antes inclinado ao legalismo, o ministro da Defesa, general Paulo Sérgio Nogueira, tem dado demonstrações de estar no bolso do presidente. "As Forças Armadas não vão fazer o papel de chancelar apenas o processo eleitoral e participarem como espectadores", disse Bolsonaro.

O presidente alegou suposta defesa de "eleições livres de qualquer suspeita e de ingerência externa". Não por coincidência, ontem o porta-voz do Departamento de Estado norte-americano, Ned Price, disse que os Estados Unidos "confiam muito nas instituições democráticas do Brasil". "O país tem um histórico sólido de eleições livres e justas, com transparência e altos níveis de participação dos eleitores", afirmou. A declaração se dá também em meio à revelação, segundo a agência Reuters, de que o diretor da CIA, William Burns, disse a autoridades de alto escalão do Brasil, em julho do ano passado, que Bolsonaro deveria parar de questionar o sistema eleitoral do país. Quem vai pará-lo?

Cristian Klein é repórter da sucursal do Rio. César Felício volta a escrever em junho

E-mail cristian.klein@valor.com.br

Esquerda e liberais divergem sobre questão fiscal em programa de Freixo

Cristian Klein
Do Rio

PAULO SERGIO/CÂMARA DOS DEPUTADOS

Freixo: "Responsabilidade social e fiscal devem caminhar juntas. Não há dicotomia"

Com histórico e aliados de esquerda, o pré-candidato a governador do Rio pelo PSB, deputado federal Marcelo Freixo, fez um movimento em direção ao centro, mas a união entre progressistas e liberais em sua campanha tem esbarrado em visões econômicas divergentes. A estratégia do pré-candidato é afirmar que a a responsabilidade fiscal deve estar na base da condução do estado para viabilizar investimentos e ação na área social.

"De nosso ponto de vista, responsabilidade social e fiscal devem caminhar juntas. Não há dicotomia entre essas duas coisas. Vamos fazer os investimentos sociais necessários dentro da capacidade fiscal de que o Estado do Rio de Janeiro dispõe, bastante comprometida pelos últimos governos", afirmou Marcelo Freixo ao **Valor**.

Freixo lembra que no ano passado o governo do Estado, comandado por Cláudio Castro (PL), seu principal concorrente nas eleições de outubro, gastou R$ 74,9 bilhões mas que apenas 2% (R$ 1,7 bilhão) foram de investimentos.

"Iremos respeitar o plano de recuperação fiscal", disse Freixo, "mas buscaremos renegociá-lo para que tenhamos melhores condições de realizar os investimentos em infraestrutura", disse.

Segundo a coordenadora do programa de governo, Tatiana Roque, " o objetivo do programa é conciliar diferentes campos. Não queremos perder um para ganhar o outro", diz.

A delicadeza do tema tem levado a equipe a conversas individuais, dado o potencial de atrair, consolidar ou afastar personalidades e segmentos.

O **Valor** apurou que um dos principais colaboradores do campo liberal, que prefere o anonimato, pretende confirmar adesão a Freixo a depender da formulação e da redação que a questão fiscal, entre outras, tiver no programa de governo.

O economista e ex-presidente do Banco Central no governo FHC, Arminio Fraga, maior ativo entre os apoios conquistados por Freixo entre os liberais, defende a austeridade. "No escuro da bagunça fiscal, quem sempre perde? Os pobres! De um jeito ou de outro", afirma.

A falta de responsabilidade fiscal no Rio se tornou um problema social agudo quando salários de servidores deixaram de ser pagos, no governo Pezão (2014-2018) e houve pane na oferta de serviços públicos, como o atendimento em hospitais.

Arminio encabeça um grupo de representantes do mercado que já declararam voto em Freixo. Entre eles estão Octavio de Barros, que foi economista-chefe do Bradesco por 14 anos; o sócio-fundador da Leblon Equities, Pedro Chermont; e o economista, banqueiro e ex-diretor do BC André Lara Resende, um dos autores do Plano Real.

Lara Resende chegou a integrar as primeiras reuniões da equipe de Freixo, mas depois reduziu a participação, não por divergências, mas por outros compromissos, afirma Tatiana Roque. Procurado, Lara Resende não respondeu ao **Valor**.

Além dele e do outro representante do campo liberal, que aguarda a versão final dos trabalhos para ratificar apoio, a equipe é formada pelas professoras do Instituto de Economia da UFRJ Marta Castilho e Esther Dweck, ambas com visão heterodoxa sobre o debate fiscal.

Dweck foi secretária do orçamento federal de Dilma Rousseff e é uma das organizadoras do livro "Economia Pós-Pandemia: Desmontando os Mitos da Austeridade Fiscal e Construindo um Novo Paradigma Econômico", lançado em 2020. A publicação defende que a política fiscal deve estar a serviço das demandas sociais, em vez de limitá-las.

"A finalidade fundamental da política fiscal deve ser a garantia dos direitos sociais e do bem-estar da população. É a garantia desses direitos que deve pautar o Orçamento, e não o Orçamento que deve condicionar a garantia dos direitos", afirmam os organizadores. O livro defende ainda a derrubada do teto fiscal. Dweck não respondeu ao contato da reportagem.

Em tom contemporizador, Freixo procura não privilegiar quaisquer dos campos de sua campanha, apesar de acenar para a tese do equilíbrio fiscal.

Tatiana Roque reconhece que compatibilizar as divergências entre os grupos de esquerda e liberais têm sido um xadrez, mas que o sentido de urgência em evitar a reeleição de Cláudio Castro, apoiado pelo presidente Jair Bolsonaro, é muito forte e mobiliza os aliados.

"Aí que está o legal e o desafiador na campanha do Freixo, essa ampliação que estamos fazendo. Vai precisar mesmo dessas diretrizes. Contemplar o Arminio e pelo menos uma parte desses economistas de esquerda que sempre nos apoiaram. Esse que é o quebra-cabeça. Não queremos perder ninguém, queremos ampliar", afirmou.

"Discussão não é nova, mas é mal entendida", diz Arminio

Do Rio

Um dos símbolos da guinada de Marcelo Freixo em direção ao centro, o apoio de representantes do mercado trouxe para a campanha a governador do pré-candidato do PSB preocupações sobre o orçamento público que não necessariamente põem em conflito ideias liberais e progressistas. Para Arminio Fraga, adepto, em suas próprias palavras, de um "liberalismo progressista", a discussão sobre o binômio responsabilidade fiscal e responsabilidade social "não é nova, mas é muito mal entendida".

O ex-presidente do BC destaca três pontos. O primeiro é a discrepância entre aqueles que recebem recursos do orçamento. "Quando você mostra a diferença de tamanho entre o Bolsa Família e o 'Bolsa Empresário', só tem uma cura: é transparência total para que as pessoas se conscientizem basicamente de para onde está indo o dinheiro. E a verdade é que os pobres não chegam nisso", afirma. Arminio lembra que o principal programa de assistência social do governo federal corresponde a 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB) enquanto recursos destinados ao empresariado já registraram 7% do PIB.

O segundo ponto introduz o fator tempo. "É preciso ter responsabilidade fiscal em épocas tranquilas para poder, nas situações mais difíceis, infelizmente frequentes no Brasil, fazer uma política anticíclica, sobretudo a social, que é na veia, e que também protege os mais pobres", argumenta o sócio-fundador da Gávea Investimentos.

O terceiro ponto parte do pressuposto de que se a política fiscal não for conduzida de maneira responsável ela será fator importante para provocar inflação — que "com toda certeza atinge os mais pobres" — e uma depreciação exagerada do câmbio, "que também é uma causa para perdas salariais".

"Tudo isso demonstra que responsabilidade fiscal é condição necessária para a responsabilidade social", afirma. Para Arminio, há uma falta de compreensão, "uma grande ilusão". "Quem não entende são os pobres — os que apanham — e a esquerda que está aí para supostamente defender os pobres. A direita, essa atrasada que a gente tem, entende perfeitamente, mas não é uma coisa explícita", diz o economista, que conheceu Freixo há quase três anos, depois que o deputado o procurou a propósito de um artigo que publicara.

Também sócio-fundador de uma gestora de recursos, a Leblon Equities, Pedro Chermont é outro apoiador da candidatura do parlamentar ao Palácio Guanabara. "Os dois lados [progressistas e liberais] têm que entender que não existe conflito entre o fiscal e o social. Temos que parar no Brasil de pensar que um é o lunático sonhador, que não entende nada de contabilidade, que vai quebrar o país para tentar dar comida aos pobres; e o outro é o iluminado, o bem formado academicamente, o cientista dos números, que vai resolver — mas você, que está morrendo de fome aí, vai ter que esperar uns dez anos até que chegue o benefício que estou construindo agora. A verdade está no meio do caminho", diz.

Chermont conta que aderiu à candidatura a convite do amigo e arquiteto Hélio Pellegrino, sogro de Freixo, mas que a simpatia pelo deputado é anterior e vem da trajetória dele, por exemplo, quando presidiu a CPI das Milícias, na Assembleia Legislativa do Rio, em 2008. *(C.K.)*

Estados Eleição indireta no Estado está suspensa por decisão do STF, mas impasse deve ser destravado em breve

Lira e dirigente alagoano trocam acusações

Marcelo Ribeiro e Raphael Di Cunto
De Brasília

WALDEMIR BARRETO/AGÊNCIA SENADO

Arthur Lira: "O edital e a lei precisam ser constitucionais", critica o presidente da Câmara

DIVULGAÇÃO/ ASSEMBLEIA DE ALAGOAS

Victor: "Foi um ato antidemocrático. Fere de morte a democracia ao não permitir eleições"

Ex-aliados, os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e da Assembleia Legislativa de Alagoas, Marcelo Victor (MDB-AL), intensificaram as acusações entre si sobre a eleição indireta que definirá o novo governador alagoano. Enquanto Lira alega que o edital do processo que definirá o sucessor do ex-governador Renan Filho (MDB-AL) desrespeita a Constituição, Victor fala em oportunismo do grupo do agora adversário ao tentar protelar a definição.

Alagoas realiza eleição indireta porque o governador eleito em 2018, Renan Calheiros Filho (MDB), se desincompatibilizou e seu vice, Luciano Barbosa, renunciou em 2020 ao ser eleito prefeito de Arapiraca. A eleição indireta está suspensa por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). A expectativa dos governistas é que o impasse seja destravado nos próximos dias. Opositores apostam que a Corte imponha mudanças nas regras do edital, o que atrasaria o desfecho do processo.

"O edital e a lei precisam ser constitucionais. Estou falando de coisas básicas: devido processo legal, prazos, é preciso ter o direito a impugnar, o impugnado tem que ter o direito a se defender e depois de recorrer. Nada disso está valendo", disse Lira ao **Valor**.

Alinhado com o clã comandado pelo senador Renan Calheiros (MDB-AL), o chefe do Legislativo estadual rebate e acusa o grupo do parlamentar do PP de tentar atrapalhar a eleição indireta por saber que não conseguirá votos suficientes para emplacar um aliado no cargo.

"Foi um ato antidemocrático. Fere de morte a democracia ao não permitir eleições. Uma atitude de mesquinha e inconstitucional", afirmou Victor ao **Valor**.

Marcado pela disputa entre aliados de Lira e de Calheiros, o processo estava previsto para o início da semana, mas foi suspenso após decisão do presidente do STF, Luiz Fux. O magistrado atendeu a um pedido do PSB, que avalia que a votação não poderia ser aberta e questiona o fato de a eleição de governador e vice ser feita separadamente.

O PP de Lira também recorreu à Corte com pedido semelhante ao do PSB. O relator é o ministro Gilmar Mendes, que manteve a suspensão e deu prazo para que a Assembleia se manifestasse.

O presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas, Klever Loureiro, está à frente do Palácio República dos Palmares desde 2 de abril.

Na avaliação de Lira, Marcelo Victor foi "soberbo" ao não ouvir conselhos para fazer alterações no edital da eleição indireta. O deputado do PP destaca ainda que a disputa não tem nenhum efeito surpresa, já que a escolha de um governador tampão ocorre em função da renúncia de Renan Filho, que já estava prevista.

Entre os 27 deputados estaduais responsáveis por escolher o novo titular do Executivo alagoano, 15 são do MDB, o que amplia as chances de o grupo dos Calheiros de emplacar o nome de Paulo Dantas (MDB). Caso de fato vença a eleição indireta, ele disputará a reeleição em outubro.

Hoje, Davi Maia (União Brasil) concentra apoio dos maiores adversário do clã do ex-governador, entre eles, Lira, JHC e o senador Rodrigo Cunha (União Brasil), que concorrerá ao governo estadual em outubro.

O presidente da Câmara não poupa de críticas as condições de elegibilidade previstas no edital. As regras permitem que postulantes sejam de outros estados e não tenham vínculo com nenhuma agremiação política.

"A lei foi feita sem humildade, com muita soberba e sem observar os princípios legais e constitucionais. Não tenho que concordar com inconstitucionalidade, nem o meu partido, nem os outros partidos. Não somos obrigados", disse Lira.

A expectativa do parlamentar do PP é que o STF tome uma decisão sobre o processo eleitoral alagoano nos próximos 15 dias. Essa possibilidade é contestada por Marcelo Victor, que acredita em um desfecho ainda nesta semana. Para ele, Gilmar vai, com sua decisão, "impor uma nova derrota a Lira".

De acordo com a lei, a votação precisa ocorrer até seis meses antes do fim do mandato. Caso isso não ocorra, Klever Loureiro permaneceria à frente do Palácio da República dos Palmares até o final do ano.

O chefe do Legislativo alagoano desembarcou em Brasília na segunda-feira, quando iniciou um périplo por gabinetes de aliados, com o objetivo de envolver lideranças nacionais e manter seu grupo mobilizado pela vitória de Dantas.

Além de insinuar suposta coação orquestrada por Marcelo Victor em relação aos pares na Assembleia, Lira concentra ataques na proposta para que a votação que definirá o sucessor de Renan Filho seja aberta. Ele defende votação secreta e acredita que adversários não querem que isso ocorra por temerem o resultado, com eventuais traições do MDB.

Oi S.A. - Em Recuperação Judicial
CNPJ/ME: 76.535.764/0001-43 - NIRE 33 3 0029520-8
COMPANHIA ABERTA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Conselho de Administração da Oi S.A. – Em Recuperação Judicial ("Companhia") convoca os Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), a realizar-se no dia 6 de junho de 2022, às 11h, na sede social da Companhia, à Rua do Lavradio nº 71, Centro, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias:

EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO
(1) Examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021;
(2) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; e

EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO
Tendo em vista não ter sido atingido o quórum de instalação previsto no art. 135 da Lei nº 6.404/76 para o item (5) da Ordem do Dia da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de abril de 2022, às 11h:
(3) Homologar a alteração do *caput* do art. 5º do Estatuto Social, para refletir a quantidade de ações ordinárias emitidas no âmbito do aumento de capital, dentro do limite do capital autorizado, aprovado pelo Conselho de Administração em 22 de fevereiro de 2022.

INSTRUÇÕES GERAIS:
1. A documentação e as informações relativas às matérias que serão deliberadas na Assembleia estão à disposição dos Acionistas na sede da Companhia, no "Manual para Participação e Proposta da Administração", na página de Relações com Investidores da Companhia (www.oi.com.br/ri), assim como no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), na forma da Instrução CVM 481/09 e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (http://www.b3.com.br/).
2. Os titulares de ações preferenciais terão direito a voto em todas as matérias sujeitas à deliberação e constantes da Ordem do Dia da Assembleia Geral Extraordinária ora convocada, conforme parágrafo 3º do artigo 12 do Estatuto Social da Companhia e parágrafo 1º do artigo 111 da Lei 6.404/76, e votarão sempre em conjunto com as ações ordinárias.
3. Em 25 de março de 2022, a Companhia divulgou Fato Relevante informando que em virtude principalmente (i) da complexidade dos trabalhos de segregação de ativos nas três SPEs que integram a UPI Ativos Móveis, incluindo a necessidade de elaboração de suas demonstrações financeiras, na data base de fevereiro de 2022; (ii) da necessidade de obtenção de pareceres dos auditores independentes para as demonstrações financeiras das três SPEs que integram a UPI Ativos Móveis; bem como (iii) dos impactos da venda da UPI Ativos Móveis e da venda do controle da UPI InfraCo nos trabalhos de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, e, consequentemente, no parecer dos auditores independentes com relação às demonstrações financeiras da Oi, a Companhia adiaria a divulgação de suas demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2021, visando garantir a conclusão tempestiva das referidas operações e a divulgação de informações precisas, consistentes e completas aos acionistas e ao mercado. As demonstrações financeiras auditadas da Companhia relativas ao exercício de 2021 foram divulgadas em 04 de junho de 2022.

Participação presencial
4. Tendo em vista a Pandemia do Covid-19, a Oi contará com contingente mínimo de profissionais e adotará rígidas medidas sanitárias para preservar a saúde dos participantes e mitigar riscos de contágio. Tais medidas incluirão, dentre outras, a realização da AGE em um auditório amplo, adoção de protocolos de distanciamento social, disponibilização de máscaras descartáveis e álcool em gel.
5. Com vistas a conferir celeridade ao processo de cadastramento dos Acionistas presentes à Assembleia solicita-se ao Acionista que desejar participar pessoalmente da Assembleia ou ser representado por procurador que encaminhe os seguintes documentos digitalizados em formato pdf até as 18h do dia 02 de junho de 2022 para o endereço eletrônico *invest@oi.net.br*. Alternativamente, os documentos podem ser entregues na Rua Humberto de Campos n.º 425, 5º andar, Leblon, na Cidade do Rio de Janeiro – RJ, das 9h às 12h e das 14h às 18h, também até o dia 02 de junho de 2022, aos cuidados da Gerência Societário e M&A:
(i) quando Pessoa Jurídica: cópias do Instrumento de Constituição ou Estatuto Social ou Contrato Social, ata de eleição de Conselho de Administração (quando houver) e ata de eleição de Diretoria que contenham a eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à Assembleia;
(ii) quando Pessoa Física: cópias do documento de identidade e CPF do Acionista; e
(iii) quando Fundo de Investimento: cópias do regulamento do Fundo e cópia do Estatuto Social ou Contrato Social do administrador do Fundo, bem como ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à Assembleia.
Além dos documentos indicados em (i), (ii) e (iii), conforme o caso, quando o Acionista for representado por procurador, deverá encaminhar juntamente com tais documentos o respectivo mandato, com poderes especiais, bem como as cópias do documento de identidade e ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) que assinou(aram) o mandato que comprovem os poderes de representação, além do documento de identidade e CPF do procurador presente.
6. O Acionista participante de Custódia Fungível de Ações Nominativas das Bolsas de Valores que desejar participar desta Assembleia deverá apresentar extrato emitido com data de até 2 (dois) dias úteis antecedentes à sua realização, contendo a respectiva participação acionária, fornecida pelo órgão custodiante.
7. A Oi não exigirá o cumprimento de formalidades de reconhecimento de firmas, autenticação, apostilamento e tradução juramentada da referida documentação.

Votação à distância
8. A Oi recomenda e incentiva seus acionistas a participarem desta AGE exercendo seu direito de voto nas deliberações constantes da Ordem do Dia por meio de Boletim de Voto a Distância ("BVD"), conforme disponibilizado pela Companhia no seu site de Relações com Investidores, bem como no site da CVM e da B3, juntamente com os demais documentos a serem discutidos na AGE, observadas as orientações constantes do BVD, em conformidade com a Instrução CVM nº 481/09, conforme alterada.
9. Os Acionistas poderão encaminhar seu BVD por meio de seus respectivos agentes de custódia ou diretamente à Companhia.
10. Visando estimular essa forma de votação, os acionistas que optarem por remeter os BVDs diretamente à Companhia poderão fazê-lo enviando, até o dia 30 de maio de 2022, para o endereço eletrônico invest@oi.net.br, vias digitalizadas em formato pdf do BVD (devidamente preenchido, rubricado e assinado) e dos documentos pertinentes, não sendo necessário o encaminhamento da via original (física) do BVD e dos documentos pertinentes. Também fica dispensado o reconhecimento das firmas em cartório, bem como a autenticação dos documentos.
11. A Oi confirmará o recebimento dos documentos, bem como comunicará ao acionista por meio do endereço de e-mail informado no BVD se os documentos recebidos são suficientes para que o voto seja considerado válido ou os procedimentos e prazos para eventual retificação ou reenvio, caso necessário.

Participação Remota
12. A Companhia disponibilizará meio de acesso remoto à AGE para que os acionistas possam acompanhar a reunião à distância, não sendo contudo permitida qualquer manifestação nem exercício do voto por meio do acesso remoto disponibilizado.
13. Os acionistas que desejarem acompanhar a AGE de forma remota deverão solicitar o acesso à Companhia até às 11h - horário de Brasília - do dia 03 de junho de 2022, por meio de email com o assunto "AGE – acesso remoto" para o endereço eletrônico invest@oi.net.br, informando o nome completo e CPF da pessoa física que irá acompanhar remotamente a AGE (acionista, procurador ou representante legal). Para que a solicitação seja atendida, o e-mail também deverá ser acompanhado dos documentos previstos no Manual de Participação dos Acionistas na AGE, divulgado nesta data, em formato pdf.
14. A Companhia confirmará o recebimento dos documentos e enviará e-mail aos acionistas que tenham apresentado sua solicitação no prazo e nas condições acima as respectivas instruções para o acompanhamento remoto da AGE.
15. O acompanhamento à distância da AGE destina-se exclusivamente aos acionistas da Oi ou seus representantes legais. O acesso que será fornecido pela Companhia é intransferível e não poderá ser cedido, encaminhado ou divulgado a qualquer terceiro, acionista ou não. Os acionistas ou seus representantes legais que receberem o acesso também não estão autorizados a gravar ou reproduzir, no todo ou em parte, o conteúdo ou qualquer informação transmitida durante a AGE.
16. Os acionistas que acompanharem a AGE remotamente não serão computados como presentes na AGE, salvo se tiverem exercido seu voto via BVD.

Rio de Janeiro, 5 de maio de 2022.
Eleazar de Carvalho Filho
Presidente do Conselho de Administração

Política

Atividade econômica
Indicadores agregados

	abr/22	mar/22	fev/22	jan/22	dez/21	nov/21	out/21	set/21	ago/21	jul/21
Indústria*										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	0,3	0,7	-2,0	2,7	0,1	-0,5	-0,5	-0,5	-1,4
Indústria de transformação	-	-0,6	0,6	-2,0	2,9	-0,2	-0,4	-0,6	-0,5	-1,7
Indústrias extrativas	-	0,9	5,8	-5,3	1,7	3,7	-8,8	-0,2	2,2	0,2
Bens de capital	-	8,0	2,5	-9,7	4,6	1,0	-2,4	0,4	-3,0	1,0
Bens intermediários	-	0,6	1,8	-1,5	1,2	0,2	-1,1	-0,3	-0,6	-0,6
Bens de consumo	-	-2,5	0,1	-1,6	4,1	0,6	-1,4	0,2	-0,4	-1,4
Faturamento real (CNI - %)	-	-	-0,2	1,5	1,9	2,2	-2,1	-1,2	-4,5	-0,4
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	-	1,4	-0,2	1,2	1,3	-0,9	1,0	-0,2	0,6
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) *(2)	-	-	2,3	2,3	0,3	1,2	0,6	-0,1	-3,0	3,6
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) *(2)	-	-	1,1	2,1	-2,6	0,5	0,0	-1,0	-4,3	3,3
Consultas ao usecheque (ACSP - %) (1) **	-	109,3	14,6	18,2	50,6	21,2	33,4	51,3	50,1	31,7
Consultas ao sistema de proteção ao crédito (ACSP - %) (1) **	-	45,0	-4,3	6,4	-11,3	-4,0	-3,1	-7,9	11,3	41,8
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	-	11,1	11,2	11,2	11,1	11,6	12,1	12,6	13,1	13,7
Indicador Coincidente de Desemprego - (FGV/IBRE) (3)*	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Emprego industrial (CNI - %)*	-	-	-0,1	0,3	0,2	0,3	0,0	0,0	0,6	0,2
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (3)*	4,5	-0,1	-1,4	-5,3	-1,2	-4,1	0,1	-3,1	0,9	1,6
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	21.651	29.059	23.490	19.734	24.357	20.473	22.602	24.375	27.222	25.516
Importações	14.187	21.711	18.909	19.865	20.421	21.612	20.539	19.976	19.557	18.129
Saldo	7.464	7.348	4.581	-131	3.936	-1.139	2.063	4.400	7.665	7.387

Fontes: IBGE, CNI, FGV, FIRJAN, ACSP, SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Na capital SP. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts. * Metodologia com ajuste sazonal. ** Variação em 12 meses.

Atualize suas contas
Variação dos indicadores no período

	Em %									Em R$	
Mês	TR (1)	Poupança (2)	Poupança (3)	TBF (1)	Selic (4)	TJLP	TLP	FGTS (5)	CUB/SP	UPC	Salário mínimo
out/20	0,0000	0,5000	0,1159	0,1485	0,16	0,3839	0,1668	0,2466	1,13	23,54	1.045,00
nov/20	0,0000	0,5000	0,1159	0,1612	0,15	0,3715	0,1823	0,2466	0,88	23,54	1.045,00
dez/20	0,0000	0,5000	0,1159	0,1635	0,16	0,3839	0,2035	0,2466	0,48	23,54	1.045,00
jan/21	0,0000	0,5000	0,1159	0,1468	0,15	0,3707	0,2084	0,2466	1,04	23,54	1.100,00
fev/21	0,0000	0,5000	0,1159	0,1348	0,13	0,3347	0,2076	0,2466	1,33	23,54	1.100,00
mar/21	0,0000	0,5000	0,1159	0,1835	0,20	0,3707	0,2060	0,2466	1,55	23,54	1.100,00
abr/21	0,0000	0,5000	0,1590	0,2404	0,21	0,3763	0,2312	0,2466	1,41	23,54	1.100,00
mai/21	0,0000	0,5000	0,1590	0,2737	0,27	0,3888	0,2620	0,2466	2,23	23,54	1.100,00
jun/21	0,0000	0,5000	0,2019	0,2891	0,31	0,3763	0,2839	0,2466	3,00	23,54	1.100,00
jul/21	0,0000	0,5000	0,2446	0,3798	0,36	0,4111	0,2952	0,2466	0,96	23,54	1.100,00
ago/21	0,0000	0,5000	0,2446	0,4248	0,43	0,4111	0,2992	0,2466	0,53	23,54	1.100,00
set/21	0,0000	0,5000	0,3012	0,4221	0,44	0,3978	0,3234	0,2466	0,70	23,54	1.100,00
out/21	0,0000	0,5000	0,3575	0,5046	0,49	0,4473	0,3483	0,2466	0,00	23,54	1.100,00
nov/21	0,0000	0,5000	0,4412	0,5927	0,59	0,4329	0,3771	0,2466	0,24	23,54	1.100,00
dez/21	0,0488	0,5490	0,4902	0,7291	0,77	0,4473	0,4026	0,2955	0,22	23,54	1.100,00
jan/22	0,0605	0,5608	0,5608	0,7609	0,73	0,5096	0,4146	0,3073	0,35	23,55	1.212,00
fev/22	0,0000	0,5000	0,5000	0,7272	0,76	0,4601	0,4249	0,2466	0,18	23,55	1.212,00
mar/22	0,0971	0,5976	0,5976	0,8678	0,93	0,5096	0,4265	0,3440	0,25	23,55	1.212,00
abr/22	0,0555	0,5558	0,5558	0,8159	0,84	0,5513	0,4416	0,3023	0,71	23,59	1.212,00
mai/22	0,1663	0,6671	0,6671	0,9776	1,04	0,5697	0,4424	0,4133	-	23,59	1.212,00
2022	**0,38**	**2,91**	**2,91**	**4,22**	**4,36**	**2,63**	**2,17**	**1,62**	**1,49**	**0,21**	**10,18**
Em 12 meses*	**0,43**	**6,62**	**5,29**	**7,74**	**7,94**	**5,67**	**4,57**	**3,44**	**9,73**	**0,21**	**10,18**
2021	**0,05**	**6,22**	**2,99**	**4,40**	**4,42**	**4,87**	**3,50**	**3,05**	**14,00**	**0,00**	**5,26**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para maio projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento
Variação no período

Indicadores	4º Tri/21	3º Tri/21	2021	2020	2019	2018
PIB (R$ bilhões) *	2.258	2.215	8.679	7.468	7.389	7.004
PIB (US$ bilhões) **	404	424	1.608	1.448	1.873	1.916
Taxa de Variação Real (%)	0,5	-0,1	4,6	-3,9	1,2	1,8
Agropecuária	5,8	-7,4	-0,2	3,8	0,4	1,3
Indústria	-1,2	-0,1	4,5	-3,4	-0,7	0,7
Serviços	0,5	1,2	4,7	-4,3	1,5	2,1
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	0,4	-0,6	17,2	-0,5	4,0	5,2
Investimento (% do PIB)	19,0	19,4	19,2	16,6	15,5	15,1

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
*** Valores correntes. ** Banco Central**

Contrib. previdenciária*
Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.212,00	7,50
De 1.212,01 a 2.427,35	9,00
De 2.427,36 até 3.641,03	12,00
De 3.641,04 até 7.087,22	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência abr/22. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte
Faixas de contribuição

Base de cálculo em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 1.903,98	-	-
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

Fonte: Secretaria da Receita Federal
Elaboração: Valor Data
Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias
Valores em R$ bilhões

Discriminação	Janeiro-março 2022	Janeiro-março 2021	Var. %	março 2022	março 2021	Var. %
Receita Federal						
Imposto de renda total	**177,2**	**141,0**	**25,66**	**51,1**	**38,9**	**31,36**
Imposto de renda pessoa física	8,2	8,2	0,09	2,8	2,9	-3,45
Imposto de renda pessoa jurídica	92,4	71,0	30,07	22,8	16,5	38,18
Imposto de renda retido na fonte	76,7	61,8	24,05	25,5	19,5	30,77
Imposto sobre produtos industrializados	16,5	18,2	-9,50	4,1	6,4	-35,94
Imposto sobre operações financeiras	14,3	8,9	61,12	5,2	3,4	52,94
Imposto de importação	10,2	15,9	-36,14	0,2	6,1	-96,72
Cide-combustíveis	0,6	0,3	136,57	0,2	0,2	0,00
Contribuição para Finsocial (Cofins)	79,3	67,6	17,26	25,8	23,1	11,69
CSLL	51,9	35,2	47,50	11,3	8,1	39,51
PIS/Pasep	22,3	19,4	14,84	7,3	6,4	14,06
Outras receitas	175,8	139,3	26,22	58,9	45,3	30,02
Total	**548,1**	**445,8**	**22,95**	**164,1**	**137,9**	**19,00**

	jan/22 Valor	jan/22 Var. %*	dez/21 Valor	dez/21 Var. %*	jan/21 Valor	jan/21 Var. %*
ICMS - Brasil	**61,1**	**6,87**	**57,2**	**-4,37**	**52,7**	**1,08**

	mar/22 Valor	mar/22 Var. %*	fev/22 Valor	fev/22 Var. %*	mar/21 Valor	mar/21 Var. %*
INSS	**41,4**	**4,14**	**39,7**	**0,15**	**34,5**	**5,58**

Fonte: Receita Federal, Providência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior

Inflação
Variação no período (em %)

			Acumulado em			Número índice			
	abr/22	mar/22	2022	2021	12 meses	abr/22	mar/22	dez/21	abr/21
IBGE									
IPCA	-	1,62	3,20	10,06	11,30	-	6.315,93	6.120,04	5.692,31
INPC	-	1,71	3,42	10,16	11,73	-	6.546,80	6.330,59	5.881,71
IPCA-15	1,73	0,95	4,31	10,42	12,03	6.251,56	6.145,25	5.992,99	5.580,25
IPCA-E	-	0,95	2,54	10,42	10,79	-	6.145,25	5.992,99	5.580,25
FGV									
IGP-DI	-	2,37	6,00	17,74	15,57	-	1.153,78	1.088,49	1.020,50
Núcleo do IPC-DI	-	0,80	1,99	4,96	6,13	-	-	-	-
IPA-DI	-	2,80	7,49	20,64	17,62	-	1.412,49	1.314,07	1.235,76
IPA-Agro	-	2,28	9,52	18,80	21,01	-	2.133,22	1.947,79	1.812,56
IPA-Ind	-	3,02	6,67	21,39	16,27	-	1.152,84	1.080,78	1.020,69
IPC-DI	-	1,35	2,13	9,34	9,68	-	693,86	679,39	634,06
INCC-DI	-	0,86	1,97	13,85	11,47	-	981,24	962,32	888,19
IGP-M	1,41	1,74	6,98	17,78	14,66	1.177,81	1.161,42	1.100,99	1.027,21
IPA-M	1,45	2,07	8,42	20,57	16,09	1.455,76	1.435,02	1.342,67	1.253,98
IPC-M	1,53	0,86	3,18	9,32	10,37	685,43	675,12	664,32	621,04
INCC-M	0,87	0,73	2,74	14,03	11,54	987,22	978,72	960,89	885,09
IGP-10	2,48	1,18	7,63	17,30	15,65	1.202,87	1.173,79	1.117,64	1.040,10
IPA-10	2,81	1,44	9,34	19,72	17,48	1.498,96	1.458,00	1.370,95	1.275,95
IPC-10	1,67	0,47	2,96	9,63	10,06	687,30	676,01	667,53	624,48
INCC-10	1,17	0,34	2,64	14,20	11,61	973,06	961,83	948,04	871,83
FIPE									
IPC	1,62	1,28	4,61	9,73	12,26	638,15	628,01	610,00	568,44
DIEESE									
ICV*	-	-	-	-	3,07	-	-	-	-

Obs.: IPCA-E no 1º trimestre = 2,54%, IGP-M 2ª prévia de abr/22 = 1,85% e IPC-FIPE = 3ª quadrissemana abr/22 = 1,72%
Fontes: FGV, IBGE, FIPE e DIEESE. Elaboração: Valor Data *Índice em 2020 até fevereiro

Imposto de Renda Pessoa Física
Pagamento das quotas - 2022

No prazo legal				
Quota	Vencimento	Valor da quota (Campo 7 do DARF)	Valor dos juros (Campo 9 do DARF)	Valor total (Campo 10 do DARF)
1ª ou única	31/05/2022	Valor da declaração	-	Campo 7 + Campo 8 + Campo 9
2ª	30/06/2022		1,00%	
3ª	29/07/2022		-	
4ª	31/08/2022		-	
5ª	30/09/2022		-	
6ª	31/10/2022		-	
7ª	30/11/2022		-	
8ª	30/12/2022		-	

Pagamento com atraso

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/22 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data.

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Dívida e necessidades de financiamento
Valores em R$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	fev/22 Valor	fev/22 % do PIB	jan/22 Valor	jan/22 % do PIB	fev/21 Valor	fev/21 % do PIB
Dívida líquida total	**5.047,6**	**57,06**	**4.964,7**	**56,64**	**4.619,6**	**60,94**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	5,6	0,06	10,1	0,11	25,5	0,34
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-842,1	-9,52	-906,8	-10,35	-990,8	-13,07
Dívida fiscal líquida	**5.884,0**	**66,52**	**5.861,4**	**66,87**	**5.584,9**	**73,67**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	5.859,8	66,25	5.818,9	66,39	5.694,7	75,12
Dívida externa líquida	-812,2	-9,18	-854,2	-9,75	-1.075,1	-14,18
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	4.168,0	47,12	4.029,7	45,97	3.628,7	47,87
Governos Estaduais	770,1	8,71	788,7	9,00	840,5	11,09
Governos Municipais	63,1	0,71	68,2	0,78	85,1	1,12
Empresas Estatais	46,4	0,52	51,3	0,58	65,2	0,86

Necessidades de financiamento do setor público – Fluxos acumulados em 12 meses	fev/22 Valor	fev/22 % do PIB	jan/22 Valor	jan/22 % do PIB	fev/21 Valor	fev/21 % do PIB
Total nominal	**299,1**	**3,38**	**317,5**	**3,62**	**1.008,2**	**13,30**
Governo Federal**	423,6	4,79	408,1	4,66	1.030,9	13,60
Banco Central	-49,7	-0,56	-25,0	-0,29	-14,5	-0,19
Governo regional	-70,5	-0,80	-63,7	-0,73	-11,3	-0,15
Total primário	**-123,4**	**-1,40**	**-108,2**	**-1,23**	**691,7**	**9,12**
Governo Federal	-247,8	-2,80	-243,7	-2,78	480,2	6,33
Banco Central	0,5	0,01	0,5	0,01	0,5	0,01
Governo regional	-112,5	-1,27	-102,9	-1,17	-48,7	-0,64

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa. Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.**

Resultado fiscal do governo central
Valores em R$ bilhões a preços de março*

Discriminação	Janeiro-março 2022	Janeiro-março 2021	Var. %	março 2022	março 2021	Var. %
Receita total	**579,6**	**510,1**	**13,64**	**169,3**	**157,9**	**7,20**
Receita Adm. Pela RFB**	376,3	340,4	10,54	108,8	101,6	7,00
Arrecadação Líquida para o RGPS	122,5	114,7	6,85	41,4	38,4	7,83
Receitas Não Adm. Pela RFB	80,9	55,1	46,87	19,1	17,9	6,77
Transferências a Estados e Municípios	**112,1**	**95,1**	**17,88**	**28,9**	**26,3**	**9,53**
Receita líquida total	**467,5**	**415,0**	**12,67**	**140,4**	**131,6**	**6,74**
Despesa Total	**416,2**	**387,4**	**7,44**	**146,7**	**129,3**	**13,48**
Benefícios Previdenciários	178,7	178,8	-0,03	61,6	60,7	1,41
Pessoal e Encargos Sociais	79,2	86,2	-8,09	25,2	27,4	-8,10
Outras Despesas Obrigatórias	84,9	68,1	24,54	32,0	20,6	55,14
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	73,4	54,3	35,28	28,0	20,6	36,06
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**51,3**	**27,6**	**86,00**	**-6,3**	**2,3**	**-377,81**

Discriminação	jan/22 Valor	jan/22 Var. %	dez/21 Valor	dez/21 Var. %	jan/21 Valor	jan/21 Var. %
Ajustes metodológicos	1,5	-	-0,4	4,39	1,4	-
Discrepância estatística	-0,6	-	0,5	-	-1,8	640,27
Result. Primário do Gov. Central (2)	**79,5**	**452,89**	**14,4**	**290,49**	**48,9**	-
Juros Nominais	**-12,6**	**-75,44**	**-51,2**	**36,27**	**-42,3**	**88,70**
Result. Nominal do Gov. Central	**66,9**	-	**-36,8**	**8,64**	**6,6**	-

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
*** Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha**

Pandemia Política de covid-zero de Pequim ameaça crescimento econômico

Serviços despencam e cresce chance de estímulo na China

Agências internacionais

A atividade de serviços da China caiu para seu nível mais fraco em mais de dois anos em abril, com a continuidade dos surtos de covid-19 e dos lockdowns afetando os gastos do consumidor e ameaçando o crescimento econômico.

O índice de atividade de serviços da Caixin China, um indicador privado, caiu para 36,2 em abril, o menor desde fevereiro de 2020, segundo a Caixin e a S&P Global. O resultado ficou abaixo das expectativas dos analistas e marcou o segundo mês seguido abaixo de 50 — que indica contração.

A economia da China está sofrendo com uma série de restrições para conter o vírus, que se espalha rapidamente. Os dados de abril capturam o impacto do lockdown em Xangai, que deixou milhões de moradores confinados em suas casas por semanas.

"A nova rodada de surtos de covid-19 atingiu duramente o setor de serviços", disse Wang Zhe, economista sênior do Caixin Insight Group, em comunicado. "Tanto o índice de atividade de serviços quanto a medida para novos negócios caíram para o menor desde fevereiro de 2020, com os surtos regionais de covid limitando tanto a oferta quanto a demanda."

Os resultados da pesquisa privada ficaram em linha com o cenário pessimista apontado pelo índice oficial de atividade do setor de serviços, divulgado no fim de semana. Esse indicador também caiu para seu pior nível desde fevereiro de 2020, quando a China enfrentava o surto inicial de vírus em Wuhan. A pesquisa oficial rastreia empresas maiores e inclui o setor de construção, enquanto a pesquisa Caixin se concentra mais nas menores.

Para os economistas Harrington Zhang e Ting Lu, da Nomura, o índice de serviços da Caixin da China é mais uma evidência de que as atividades de serviços do país estão deprimidas, e uma rápida recuperação em maio é improvável.

"Apesar da queda no número de casos de covid, não vemos sinais de que essa onda de ômicron termine em breve, e Pequim continua bastante determinada a manter sua estratégia de covid-zero", disseram eles em nota para clientes.

Em 3 de maio, um levantamento da Nomura mostrava que medidas restritivas de lockdown afetavam áreas que cobrem cerca de 31% do PIB total da China.

Depois de mais um indicador apontando deterioração da economia, a mídia estatal chinesa voltou a alimentar expectativas de que o governo poderá adotar novas medidas para revitalizar o crescimento. Ações para promover o investimento, reforçar as exportações e apoiar as empresas de plataformas de tecnologia estão todas na mesa, segundo a mídia estatal.

Os surtos de covid-19 continuam em maio, com os persistentes novos casos em Pequim levando as autoridades locais a isolar partes da capital e ordenar a realização de testes em massa.

Durante o recente feriado prolongado do Dia do Trabalho, que terminou ontem, os viajantes chineses fizeram 160 milhões de viagens, uma queda de mais de 30% em relação ao ano anterior e equivalente a 66,8% das viagens feitas durante o feriado em 2019, segundo o Ministério da Cultura e Turismo da China.

EUA restringem o uso da vacina da J&J por risco de trombose

Agências internacionais

A ocorrência rara, mas grave, de trombose levou a Food and Drugs Administration (FDA) dos EUA a limitar o uso da vacina contra a covid-19 fabricada pela J&J.

Principal órgão regulador do setor de alimentos e medicamentos no país, a FDA disse que a vacina da marca Janssen só poderá ser aplicada em adultos que não podem receber doses de outro fabricante ou que solicitem especificamente a vacina da J&J. As autoridades dos EUA há meses recomendam que os americanos que tomam sua primeira vacina contra o covid-19 usem as da Pfizer ou da Moderna.

Segundo um comunicado da FDA, os cientistas observaram que, em alguns casos, a vacina pode causar a formação de coágulos que podem levar a efeitos graves até duas semanas após a vacinação.

Em dezembro, os Centros de Controle e Prevenção de Doenças dos EUA (CDCs) recomendaram priorizar as vacinas da Moderna e Pfizer sobre as da J&J em razão das dúvidas sobre sua segurança. Pouco depois, os estudos de acompanhamento mostraram consistentemente menor eficácia da vacina da J&J, quando usada em dose única — como seu uso estava previsto inicialmente.

Cientistas identificaram 60 casos de trombose, incluindo nove fatais, em meados de março. Isso equivale a um caso de coágulo sanguíneo para cada 3,23 milhões de doses aplicadas, disse a FDA. A vacina trará um aviso mais enfático sobre potenciais "consequências debilitantes e de longo prazo para a saúde" do efeito colateral.

A J&J reagiu ao anúncio por meio de um comunicado: "Os dados continuam a apoiar um perfil de risco-benefício favorável para a vacina Johnson & Johnson contra a covid-19 em adultos, se comparados com nenhuma vacina."

Empresas europeias reduzem operação chinesa

Bloomberg

As empresas europeias avaliam que a estratégia "covid-zero" da China está prejudicando suas cadeias de suprimentos, forçando-as a cortar funcionários e reduzir suas operações no país.

Quase 60% dos entrevistados em uma pesquisa recente disseram que reduziram as projeções de receita para 2022 — a maioria delas de 6% a 15% —, segundo divulgou ontem a Câmara de Comércio da União Europeia (UE).

Quase um terço das empresas declarou ter reduzido pessoal, principalmente nos setores de educação, jurídico, varejo e cosméticos. E 92% dos 372 entrevistados na pesquisa, feita de 21 a 27 de abril, disseram que as medidas da covid-zero prejudicaram as cadeias de suprimentos, com 85% relatando dificuldades para obter peças e matérias-primas.

"Para restaurar a confiança no mercado chinês, as empresas europeias precisam de mais previsibilidade", concluiu a câmara em seu relatório. "Uma das melhores maneiras de fazer isso seria introduzir medidas que permitiriam à China retomar atividades, mantendo a resposta aos riscos da covid-19."

A câmara informou que pediu a Pequim que vacine pessoas com mais de 60 anos, mantenha isolados os infectados assintomáticos e usem um coquetel maior de vacinas, e não só as chinesas.

Representantes de empresas estrangeiras se reuniram em abril com autoridades chinesas para discutir o impacto de medidas como o lockdown de cidades, testes em massa e as restrições nas fronteiras. Mas a China não mostrou sinais de afrouxamento, com lockdowns em Xangai entrando no segundo mês e Pequim se fechando para evitar um surto da doença.

Covid matou três vezes o dado oficial, diz a OMS

Assis Moreira
De Genebra

Novas estimativas da Organização Mundial da Saúde (OMS) indicam que a pandemia de covid-19 matou 14,9 milhões de pessoas no mundo, cerca de 9,49 milhões a mais do que as mortes oficialmente relatadas. O dado amplia muito a dimensão da tragédia global.

No Brasil, o número de mortes foi de 694 mil nos 24 primeiros meses da pandemia (2020 e 21), 74 mil a mais que o dado oficial, que era de cerca de 620 mil mortes.

Pelos dados oficiais, o Brasil é o segundo país em total de mortes, atrás dos EUA, que já superaram um milhão. Já no novo cálculo da OMS, o país é superado por alguns outros emergentes cujas cifras são agora consideradas bem maiores.

"As cifras no Brasil [a oficial e a estimativa] são muito próximas, mas 690 mil mortes é, de toda modo, um número muito alto", disse William Msemburi, do departamento de análises da OMS.

A OMS utiliza o conceito de "excesso de mortalidade", isto é, a diferença entre o número de mortes que ocorreram e o número que seria esperado na ausência da pandemia, com base em dados de anos anteriores. A cifra inclui mortes causadas diretamente pela covid-19 ou indiretamente, devido ao impacto da pandemia nos sistemas de saúde e na sociedade.

As mortes ligadas indiretamente à covid-19 são atribuíveis, por exemplo, a outras condições de saúde para as quais as pessoas não tiveram acesso à prevenção e ao tratamento porque os sistemas de saúde estavam sobrecarregados com a pandemia. O dado de mortes em excesso pode ser influenciado também por mortes evitadas durante a pandemia devido a menos eventos como acidentes de trânsito ou acidentes de trabalho.

A diferença entre o dado oficial e a estimativa da OMS para o Brasil é relativamente pequena se comparado à da maioria dos países. No caso da América Latina, a estimativa aponta 110% a mais em relação ao dado oficial. Em outros grandes emergentes, a discrepância é ainda maior: mais de 700% na Índia, 500% na Rússia e 350% no México.

Segunda uma fonte, a OMS considera que o Brasil tem um sistema de registro de óbitos funcional.

O estudo demorou a ser divulgado por objeção da Índia, que questiona o cálculo. A estimativa é de que a pandemia matou mais de 4 milhões na Índia, bem acima do dado oficial de 500 mil. Isso põe a Índia como o país com mais vítimas, superando os EUA.

"Esses dados apontam não só para o impacto da pandemia, mas também para a necessidade de os países investirem em sistemas de saúde mais resilientes, que possam manter serviços essenciais durante crises", disse em nota o diretor-geral da OMS, Tedros Ghebreyesus.

Segundo o estudo, a maioria das mortes (84%) concentra-se no Sudeste Asiático, Europa e Américas, e 68% ocorreram em apenas dez países. Morreram mais homens (57%) do que para mulheres (43%).

EUA admitem ajudar Kiev a achar russos

EVGENIY MALOLETKA/AP

Os EUA admitiram ontem que fornecem dados de inteligência para as forças da Ucrânia, que se defendem das ofensivas da Rússia. Na véspera, o "The New York Times" publicou reportagem na qual informava que esses dados tinham permitido aos soldados ucranianos localizar e matar pelo menos 12 generais russos. Segundo o jornal, o monitoramento das tropas russas é parte de um esforço do governo de Joe Biden para fornecer aos ucranianos "dados em tempo real" do campo de batalha. Moscou criticou a ação e disse que essa intervenção deve prolongar a guerra e o sofrimento da população. Forças russas atacavam ontem redutos de resistência na cidade de Mariupol, sudeste ucraniano, de onde civis eram retirados. Na foto, refugiados de Mariupol fazem fila para receber comida em Zaporizhia, que fica no centro-leste do país.

Economia russa pode absorver embargo ao petróleo

GUERRA NA UCRÂNIA

Nastassia Astrasheuskaya, Polina Ivanova e Nick Peterson
Financial Times, de Riga, Varsóvia e Londres

Os planos da União Europeia (UE) de impor um embargo progressivo ao petróleo russo têm relevância política. Mas, segundo alguns analistas, terão impacto limitado sobre a economia da Rússia.

A Comissão Europeia, braço executivo da UE, propôs na quarta-feira proibir todas as importações de petróleo russo até o fim do ano. O plano, que precisa da aprovação de todos os 27 países-membros, é parte do sexto pacote de sanções da UE minar a capacidade do Kremlin de mover a guerra à Ucrânia danificando à economia russa.

Mas Sergey Aleksashenko, ex-vice-presidente do banco central da Rússia, acha que o boicote "não tem muito poder" como medida, uma vez que os preços do petróleo aumentaram significativamente, o que neutraliza os custos da perda do mercado europeu.

O orçamento russo é muito dependente das receitas das exportações de petróleo, que responderam por 45% do total de sua arrecadação em 2021. Mas o governo consegue equilibrar receitas e despesas quando as produtoras russas conseguem vender seu petróleo por US$ 44 o barril ou mais.

As sanções — pelo menos aparentemente — tornam essa meta mais, não menos, provável. O Urals, principal tipo de petróleo russo, está sendo negociado a US$ 70 o barril e, embora esteja bem abaixo do tipo Brent, que é a referência do mercado, está muito acima das necessidades orçamentárias da Rússia.

O preço do petróleo tipo Brent subiu 5%, para US$ 110,39 o barril, na quarta-feira, após o anúncio da proposta de boicote da UE.

Se aprovado, os preços do petróleo tenderão a subir ainda mais, o que permitirá que a Rússia absorva o impacto com folga, ao mesmo tempo em que terá um grande impacto para a Europa, que depende da Rússia para atender 30% de sua demanda por petróleo.

Os compradores asiáticos são os destinatários mais prováveis de qualquer superávit de petróleo russo. As refinarias independentes da China já estão comprando maiores volumes de produtoras no país, embora as grandes, de controle estatal, evitem as aquisições devido às sanções ocidentais.

Mas analistas questionam se uma guinada para a Ásia será tão fácil de concretizar. Sessenta por cento das exportações de petróleo russas vão para a Europa — o triplo do volume encaminhado à China — e a infraestrutura de oleodutos é principalmente para transportar petróleo para o Ocidente.

Segundo Craig Kennedy, um assistente do Davis Center da Universidade Harvard, ainda não se sabe "quanto apetite" países como a China têm para importar petróleo russo a ponto de absorver totalmente as atuais vendas para a UE.

A capacidade de levar petróleo para a Ásia por ferrovias está ainda mais limitada do que o normal, após um boicote a importações de carvão por parte da UE já ter feito com que os exportadores se apressassem em garantir capacidade ferroviária para enviar volumes adicionais de carvão para o Leste.

"A Rússia enfrentará gargalos de infraestrutura, demanda incerta e dificuldades logísticas [para exportar petróleo para a Ásia]", disse Maria Shagina, pesquisadora do Instituto Finlandês de Assuntos Internacionais. "A Rússia continuará a vender petróleo para China e a Índia, mas isso não compensará a perda do mercado europeu. O setor deixará de ser a galinha dos ovos de ouro para Moscou."

Sofya Donets, economista para a Rússia e região da Renaissance Capital, disse que, embora o impacto imediato do embargo seja suportável para a economia russa, as dificuldades envolvidas em redirecionar as vendas para a Ásia levam a concluir que o impacto de longo prazo poderá ser mais grave.

"No curto prazo esse baque é, em grande medida, previsto, e compensado pela alta dos preços do petróleo", disse Donets. "No longo prazo, ele comprometerá a atividade econômica e o valor do rublo. Mas a maioria desses impactos vai se tornar realidade com algum atraso, em 2023."

Outra parte das sanções da UE — um limite sobre os seguros de transporte marítimo para os navios que transportam petróleo russo — também é significativa.

Robin Brooks, economista-chefe do Instituto de Finanças Internacionais, disse: "As sanções a seguros marítimos reduzirão os volumes de tráfego dos petroleiros, uma vez que poucos transportarão [combustível] sem isso".

Kennedy concordou, destacando que é "pouco provável que a Rússia consiga garantir o número de navios-tanque que se aproxime do suficiente" para transportar para a Ásia todo o seu petróleo exportado para a UE, principalmente se "as seguradoras marítimas, bancos e proprietárias de embarcações" se recusarem a operar devido ao risco representado pelas sanções.

Já a Europa deverá aumentar seu consumo de petróleo do Oriente Médio, segundo previsões, mas isso pode envolver dificuldades. A maioria das refinarias europeias está equipada para processar a mescla do petróleo russo Urals, mais pesada, do que a mais leve, do Oriente Médio.

O processamento de uma categoria diferente de petróleo pode exigir ajuste nas refinarias, e o tipo de investimento necessário para promovê-lo vai comprometer metas ambientais, disse um graduado executivo do setor petrolífero.

Ômicron é tão grave quanto outras variantes, diz estudo

Agências internacionais

Um estudo publicado na plataforma de pesquisas científicas "Research Square" mostrou que a variante ômicron do vírus Sars-CoV2 é tão grave quanto as outras cepas que provocam a covid-19. A pesquisa rechaça a noção de que a variante é mais transmissível, mas menos grave do que as demais.

Segundo o estudo, apesar das taxas de hospitalização e mortalidade serem menores que nas ondas anteriores, números corrigidos mostram que o risco de hospitalização e mortalidade da ômicron foram "quase idênticos" entre os períodos das diferentes cepas.

O estudo, ainda sob revisão, baseou-se em registros de 130 mil pacientes de vários países. "Nossa análise sugere que a gravidade intrínseca da variante ômicron pode ser tão grave quanto as variantes anteriores", disseram cientistas do Massachusetts General Hospital, da Minerva University e da Harvard Medical School.

Segundo eles, estudos anteriores que indicavam uma menor letalidade da ômicron podem ter subestimado o número de pacientes vacinados em ondas de covid-19 mais recentes e o número total de casos da doença.

Curtas

Castillo acusado de plágio
O presidente do Peru, Pedro Castillo, está sendo investigado por suposto crime de plágio em sua tese de mestrado. Castillo e sua mulher, Lilia Paredes, teriam copiado 54% da tese de mestrado que o casal defendeu conjuntamente há mais de uma década.

Guerra na Ucrânia
O presidente de Belarus, Alexander Lukashenko, defendeu ontem a invasão da Ucrânia pela Rússia, mas reconheceu que não esperava que o conflito "se arrastasse tanto". Ele usou o termo "guerra", rejeitado por Moscou, e disse que Belarus não irá se envolver.

GRUPO GLOBO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE: João Roberto Marinho

VICE-PRESIDENTES: José Roberto Marinho - Roberto Irineu Marinho

Valor ECONÔMICO

é uma publicação da Editora Globo S/A

DIRETOR GERAL: Frederic Zoghaib Kachar

DIRETORA DE REDAÇÃO: Maria Fernanda Delmas

Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

BC terá 'cautela adicional' em novas decisões sobre juros

As estatísticas sobre inflação continuam muito ruins e o Comitê de Política Monetária (Copom) mudou de posição em relação ao condicional encerramento do ciclo de aperto monetário com a taxa Selic de 12,75%. O ciclo será estendido, segundo comunicado, com um ajuste de menor magnitude que 1 ponto percentual. O que mais chama a atenção no documento são as manifestações expressas sobre a incerteza sobre premissas e projeções — e isto para o cenário de referência — que é hoje "maior do que o usual".

A partir da reunião de junho, assim, o BC pode tanto encerrar o aperto monetário como estendê-lo de acordo com a necessidade. A primeira hipótese é bem mais provável do que a segunda — o arranque dos juros já chegou a 10,75 pontos percentuais, apenas dois a menos que a Rússia, um país em guerra e sob embargo. Aumentar ainda mais os juros não deve ter efeitos significativos que sejam compensadores diante dos estragos que provocará nas atividades. A consequência seria um esfriamento da demanda em um país onde ela está gélida — a projeção do aumento do consumo das famílias é de 1,1% e a do PIB, 1%. O rendimento do trabalho segue caindo e o desemprego permanece alto.

No relatório de inflação de março, o BC decompôs os fatores que influenciaram o desvio de 6,31 pontos percentuais entre a meta de inflação de 3,75% e o IPCA de 10,06% de 2021. O principal responsável pelo desvio foi a inflação importada, com 4,38 pontos percentuais, isto é 69% da diferença, com peso maior em petróleo e o resto nas demais commodities. Mas o país tem uma memória latente de indexação, e a inércia inflacionária acrescentou mais 1,21 ponto percentual no desvio da meta.

É possível que o peso da inércia seja mais forte este ano (tende a ser maior quanto mais tempo a inflação se mantiver elevada) e o espalhamento da alta de preços pode ser visto, por exemplo, no comportamento da média dos núcleos de inflação, de 8,93% em 12 meses até abril, ou nos índices de dispersão do IPCA, em torno de 70%. Se o componente inflacionário importado é relevante, seriam importantes atores baixistas a valorização do real e a diminuição absoluta, e/ou redução na moeda local, das commodities.

Nenhum destes fatores está sob controle do BC — a volatilidade é enorme e, para complicar as coisas, o Federal Reserve americano apressou o passo do ciclo de elevação de juros, no que pode ser seguido, em cadência bem mais lenta pelo Banco Central Europeu. Daí a desconfiança muito elevada nas premissas por parte do BC.

Espera-se que os preços administrados desinflem significativamente, mas nada garante que isso ocorra. A aposta do BC é que eles variem 6,4% pelo comunicado, bem abaixo dos 9,5% do documento de março e mais ainda dos 16,9% do ano passado. O nível corrente de variação em 12 meses está ao redor de 14%. Essa conta é dominada por gasolina, gás e outros tipos de energia, boa parte deles dependente dos preços internacionais e da variação do dólar. A desaceleração global pode ajudar a esfriar esses preços.

O Copom passou a considerar o balanço dos riscos simétrico agora, após meses em que ele foi considerado com viés altista, especialmente pelas incertezas fiscais — que não foram embora, e não irão em um ano eleitoral. Entrou no balanço, como possibilidade baixista da inflação, "uma desaceleração da atividade econômica mais acentuada do que a projetada". Alguns economistas apontam que estímulos fiscais em andamento podem ser suficientes para levar a economia a crescer mais que o previsto, outros que uma desaceleração está contratada para o segundo semestre. O BC prefere olhar com calma e avaliar a direção do vento. "O Comitê avalia que a conjuntura particularmente incerta e volátil requer serenidade na avaliação dos riscos", registra o comunicado.

Para além das posições diferentes em relação ao aperto monetário — o BCB no fim, o Fed no início — há diferenças marcantes nas condições de propagação da inflação nos EUA e aqui. Os gastos de consumo e investimento das empresas americanas continuam vigorosos e os empresários não conseguem mais encontrar mão de obra em um país em pleno emprego. No Brasil, houve impulso diferenciado da demanda na recuperação da pandemia, mas em seguida a economia esfriou. O consumo das famílias brasileiras rasteja e os investimentos (FBCF) encolherão 1,5%. Não há motivos relevantes para acreditar que estender os aumentos da Selic seja muito eficiente.

Diretor Adjunto de Redação
Cristiano Romero
(cristiano.romero@valor.com.br)
Editor-executivo de Opinião
José Roberto Campos
(jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos
Catherine Vieira
(catherine.vieira@valor.com.br)
Robinson Borges
(robinson.borges@valor.com.br)
Sergio Lamucci
(sergio.lamucci@valor.com.br)
Zinia Baeta
(zinia.baeta@valor.com.br)
Chefe da Redação em Brasília
Fernando Exman
(fernando.exman@valor.com.br)
Chefe da Redação no Rio
Francisco Góes
(francisco.goes@valor.com.br)
Repórteres Especiais
Alex Ribeiro (Brasília)
(alex.ribeiro@valor.com.br)
Adriana Mattos
(adriana.mattos@valor.com.br)
Daniel Rittner (Brasília)
(daniel.rittner@valor.com.br)
Daniela Chiaretti
(daniela.chiaretti@valor.com.br)
João Rosa
(joao.rosa@valor.com.br)
Lucinda Pinto
lucinda.pinto@valor.com.br
Maria Cristina Fernandes
(mcristina.fernandes@valor.com.br)
Marli Olmos
(marli.olmos@valor.com.br)
Mônica Scaramuzzo
(monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Editor de Brasil
Marcos de Moura e Souza
(marcos.souza@valor.com.br)
Editor de Política
César Felício
(cesar.felicio@valor.com.br)
Editor de Internacional
Humberto Saccomandi
(humberto.saccomandi@valor.com.br)
Editora de Tendências & Consumo e Tecnologia
Cynthia Malta
(cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Indústria e Infraestrutura
Ivo Ribeiro
(ivo.ribeiro@valor.com.br)
Editor de Agronegócios
Fernando Lopes
(fernando.lopes@valor.com.br)
Editora de Finanças
Talita Moreira
(talita.moreira@valor.com.br)
Editor de S.A.
Nelson Niero
(nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Carreiras
Stela Campos
(stela.campos@valor.com.br)
Editor de Cultura
Hilton Hida
(hilton.hida@valor.com.br)
Editor de Legislação & Tributos
Arthur Carlos Rosa
(arthur.rosa@valor.com.br)
Editor de Arte/ Fotografia
Silas Botelho Neto
(silas.botelho@valor.com.br)
Editora Valor Online
Paula Cleto
(paula.cleto@valor.com.br)
Editora Valor PRO
Roberta Costa
roberta.costa@valor.com.br
Coordenador Valor Data
William Volpato
(william.volpato@valor.com.br)
Editores de Projetos Especiais
Célia Rosemblum
(celia.rosemblum@valor.com.br)
Tania Nogueira Alvares
(tania.nogueira@valor.com.br)
Correspondente internacional
Assis Moreira (Genebra)
(assis.moreira@valor.com.br)
Correspondentes nacionais
Cibelle Bouças (Belo Horizonte)
(cibelle.boucas@valor.com.br)
Marina Falcão (Recife)
(marina.falcao@valor.com.br)

VALOR INVESTE
Editor
Fernando Torres
(fernando.torres@valor.com.br)

PIPELINE
Editora
Maria Luíza Filgueiras
(maria.filgueiras@valor.com.br)

VALOR INTERNATIONAL
Editor
Samuel Rodrigues
(samuel.rodrigues@valor.com.br)

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Beceveli Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 – Jardim Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo - SP – **Telefone** 0 xx 11 3767 1000
Departamentos de Publicidade Impressa e On-line SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
BA/SE/PB/PE e Região Norte **Canal Chetto Comun. e Representação** Tel./Fax: (71) 3043-2205
MG/ES - Sat Propaganda Tel./Fax: (31) 3264-5463/3264-5441
PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização Tel./Fax (41) 3019-3717
RS - HRM Representações Tel./Fax: (51) 3231-6287/3219-6613
SC - Marcucci & Gondran Associados Tel./Fax: (48) 3333-8497/3333-8497

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais:
Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300.** Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br**
Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedidoà central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço da assinatura anual nova (impresso + digital) para as regiões Sul, Sudeste: **R$ 1.438,80 ou R$ 119,90 mensais.**
Demais localidades, consultar o atendimento ao assinante: **tel: 0800 701 8888**. Carga tributária aproximada: 3,65%.

CARBON FREE

DIVULGAÇÃO EMBRAPA

Será preciso começar pelo básico. Por ***Izabella Teixeira, Marcello Brito, Francisco Gaetani e Roberto Waak***

Amazônia 1.0, uma realidade a ser encarada

O cupuaçu é uma árvore originária da Amazônia e muito encontrada no Amapá, no Amazonas e no Pará. Mesmo o produto sendo farto em seu Estado, uma das maiores distribuidoras de polpa de frutas de Belém se vê obrigada a comprar a manteiga de cupuaçu a mais de 1500 quilômetros de distância, na Bahia, para fornecer para a indústria têxtil e alimentícia. A razão é uma só: a cadeia de fornecimento não é organizada. A colheita e o transporte ocorrem fora de hora. Falta constância e padrão, fundamentais para qualquer negócio com um mínimo de escala.

Na Amazônia, os produtores ainda encontram dificuldade para transformar matéria-prima em um produto agrícola, atividade consolidada no resto do país há décadas. Em resumo, predominam o amadorismo e o distanciamento da Amazônia do resto do Brasil.

O caso acima dá uma dimensão do desafio que a Amazônia e o Brasil têm para construir uma economia baseada nos recursos da natureza. Se a bioeconomia é uma trajetória para o país, e principalmente para a Amazônia, será preciso começar pelo básico, pelo retrato do que é a Amazônia 1.0, isto é, a realidade da qual se parte. Uma casa se constrói a partir de seus alicerces. Difícil estabelecer rumo se partimos de um lugar pouco claro. Caso contrário, ela nunca vai se tornar uma realidade competitiva, capaz de rivalizar como alternativa com o desmatamento, de gerar prosperidade econômica, principalmente para as populações locais.

No ano passado, a rede Uma Concertação pela Amazônia, liderada pelo seu Grupo de Trabalho de Bioeconomia e após meses de discussão, construiu uma visão sistêmica e mais aberta de bioeconomia, reunindo um espectro que vai da sociobiodiversidade e as atividades ligadas à floresta (manejo, restauração e plantio) à monocultura e produção em grande escala de produtos mais ligados a commodities. Foi consenso entre os integrantes do grupo que o modelo da bioeconomia só será capaz de promover o desenvolvimento sustentável da região a partir de uma visão mais abrangente. A aprovação de um novo Marco Regulatório do Patrimônio Genético e Repartição de Benefícios em 2015 e regulamentada em 2016 foi um momento importante do processo de se criarem as condições para o desenvolvimento deste mercado. Porém, a falta de estrutura no Ministério do Meio Ambiente para implementar esta agenda impediu os avanços necessários.

Construir soluções capazes de transformar realidades, no entanto, não é algo que acontece da noite para o dia. O primeiro passo para fazer essa agenda avançar é superar a polarização presente nas discussões sobre bioeconomia, que costuma contrapor negócios de grande escala à sociobioeconomia. Há espaço para todos. Há negócios para todos. Há mercados para todos. Essa construção não permite um olhar excludente. No gigantismo da Amazônia cabe tudo: desde a simples produção de castanhas até as sofisticadas biofábricas com tecnologia de ponta da chamada indústria 4.0, como computação em nuvem, automação industrial e inteligência artificial. A pluralidade de caminhos é importante até porque certos grupos sociais não saem do século XIX para XXI instantaneamente. Certas mudanças levam gerações.

A associação da marca Amazônia à corrupção, desmatamento e crime organizado afasta investidores e mercados

O Brasil tem um ativo em potencial nas mãos, porém ele se encontra em risco porque a biodiversidade da região reside particularmente nas florestas tropicais. Para acessar este patrimônio, é necessário compreender a realidade da Amazônia, bem como as suas ambiguidades.

Para alcançar a Amazônia 4.0 em escala, a Amazônia 1.0 — dos gargalos logísticos; da falta de fornecedores; da falta de conectividade; dos altos índices de violência; dos conflitos tendo como pivô a terra; da ilegalidade; da baixa escolaridade; da prostituição infantil — precisa ser vista e priorizada.

Embora exista um imenso esforço da filantropia e de alguns fundos nacionais e internacionais, o negócio da bioeconomia até hoje não saiu da fase de projeto piloto e da experimentação em pequena escala. Os riscos são tão grandes, que os investidores colocam exigências ultra rígidas para se proteger, muitas vezes desconectadas da realidade. Não há como conciliar exigências de conformidade do mundo desenvolvido com esforços locais amazônicos, mesmo quando todos estão de boa-fé.

Esta é razão pela qual, hoje, neste território, só desenvolve novos negócios quem está habituado a operar sem cumprir a lei — e aí não precisa de compliance — ou quem é idealista, apaixonado pela causa da produção sustentável local.

No escopo de riscos, o reputacional tem papel crescentemente relevante. A associação da marca Amazônia ao desmatamento; à corrupção; ao crime organizado e à desgovernança, afasta investidores e mercados. Fica o convite à reflexão de todos os atores envolvidos na construção da imagem da Amazônia, inclusive aqueles que, com a melhor das intenções, acabam por reforçar o alto risco de operações na região. A gestão de risco reputacional tem implicado em demandas de "limpeza" de cadeias relacionadas ao desmatamento, e com certa frequência, tem se traduzido em exclusão pura e simples de elos, muitas vezes frágeis dessas cadeias.

Um bom exemplo é o manejo florestal sustentável de espécies nativas. Não há como se viabilizar concorrendo contra o desmatamento ilegal, amplamente conhecido na região. Em especial, quando este ocorre nas terras das concessionárias, desequilibrando obrigações objeto dos contratos de concessão.

Na nossa visão, a atração de investimentos capazes de promover negócios em grande escala depende, antes de mais nada, de uma governança socioambiental regional. O marco regulatório atual de acesso ao uso da biodiversidade, mesmo tendo sido revisto, ainda é considerado insuficiente, dificultando o desenvolvimento da bioeconomia. Parte das respostas para estas questões dependem de uma abordagem multissetorial e sistêmica, que exige integração entre protagonistas detentores de agendas distintas. A remoção de vários obstáculos vai depender da interação com outros atores, situados em outros campos, como área econômica, segurança pública, legislativos estaduais, educação e C&T etc.

Izabella Teixeira, Marcello Brito e Francisco Gaetani fazem parte do programa de fellowship do Instituto Arapyaú.

Roberto Waak é presidente do Conselho do Arapyaú.

O bom, o mau e o feio

Armando Castelar Pinheiro

Em geral, três preços ditam muito do que ocorre na economia mundial: o do petróleo, o do dólar, e o dos fundos disponibilizados pelo Banco Central (BC) americano, a taxa do Fed funds. No último ano e, em especial, no primeiro quadrimestre de 2022, os três se mexeram bastante, com fortes impactos no cenário econômico global.

O preço do barril de petróleo, em dólares, subiu incríveis 62% nos últimos 12 meses, sendo que 2/3 dessa alta se deram nos primeiros quatro meses deste ano. Não foi só o petróleo que ficou mais caro. O índice de preços do FMI para commodities não energéticas, por exemplo, subiu 23% nos 12 meses até março, sendo que a alta para as commodities de alimentos foi de 28%.

A alta no preço de commodities em geral é boa para o Brasil, elevando nossas exportações e estimulando a produção doméstica desses produtos. Nos 12 meses até março, o preço de nossas exportações subiu 30%, sendo 17% apenas no primeiro trimestre de 2022. A alta deve ter continuado em abril.

Normalmente, a melhora que isso gera em nossas contas externas, e a entrada de capital externo para os setores beneficiados, leva à valorização do câmbio, que mitiga o impacto inflacionário dessa alta de preços. O resultado é mais crescimento, com inflação comportada e melhoria de bem estar, conforme o câmbio mais apreciado barateia as importações. Não foi, porém, o que se viu desta vez, ou pelo menos não na escala necessária: nos 12 meses até abril, o real se valorizou 14,4% frente ao dólar, o que foi bom, mas não o bastante para compensar a alta de 21,8% no preço das importações, menos ainda na do petróleo.

Essa dinâmica é surpreendente, porém, dada a forte valorização do dólar nesse período. O DXY, índice que reflete a variação do dólar frente às moedas das outras principais economias desenvolvidas, teve alta de 13% no último ano, sendo metade disso apenas em 2022. Desde a semana passada, o DXY gira no mais alto patamar desde 2002.

Quando do dólar se valoriza, em geral o preço das commodities (em dólar) cai e as moedas de emergentes se enfraquecem, e vice versa quando ele se desvaloriza. Entre meados de 1995 e início de 2002, o DXY experimentou uma forte escalada, subindo cerca de 40%. Nesse período, o preço das commodities agrícolas caíram -15,4%, das commodities metálicas -25,1% e dos insumos industriais -33,5%. As moedas de economias emergentes foram fortemente pressionadas, com crises cambiais na Ásia, no Brasil e na Argentina, por exemplo.

Por outro lado, entre os inícios de 2002 e de 2008, o DXY despencou incríveis 37%. Nesse período, o preço das commodities agrícolas subiu 93%, o dos insumos industriais 220% e o das commodities metálicas teve alta de 271%, tudo isso em dólar. O real se valorizou fortemente nesse período, caindo de uma taxa de câmbio de R$ 2,93/US$ em julho de 2002 para R$ 1,59/US$ seis anos depois, a despeito da inflação acumulada no Brasil nesses anos ter sido 29 pontos percentuais mais alta do que nos EUA.

Há, portanto, uma pressão subjacente no sentido de queda dos preços das commodities e desvalorização das moedas de emergentes. Esse cenário, que já tende a ser desafiador, pode ficar mesmo feio com a alta nas taxas de juros praticadas pelo Fed, o BC americano.

Esta semana o Fed elevou a taxa do Fed funds em meio ponto percentual, para o intervalo entre 0,75% e 1,00%. Também sinalizou que nas próximas duas reuniões deve promover altas semelhantes de juros e que deve começar a reduzir seu balanço, ao ritmo de US$ 47,5 bilhões por mês, no trimestre junho-agosto, acelerando para US$ 95 bilhões por mês a partir daí.

O salto dos fed funds para 3,5% até meados de 2023 pode levar os EUA à recessão e não trazer a inflação de volta a 2%

À primeira vista, essas soam como medidas fortes. Fazia quase exatos 22 anos que o Fed não subia sua taxa em meio ponto percentual em uma reunião, sendo que desde 2006 ele não eleva essa taxa em duas reuniões seguidas. Por outro lado, quando se considera que a inflação em 12 meses está em 8,5%, uma taxa abaixo de 1% ao ano mostra o quão atrás da curva o Fed está. Como também a venda de papéis precisa ser colocada em contexto: no último biênio, o BC americano ampliou seu balanço em quase US$ 5 trilhões.

Os mercados hoje esperam que a taxa do Fed funds suba para 3% no final deste ano e para 3,5% em meados de 2023. Uma escalada dessa magnitude vai gerar bastante barulho, levando a novas altas do dólar e quedas nos preços das ações e dos títulos de dívida, em um contexto em que a alavancagem aumentou muito. É bem possível que os EUA acabem entrando em recessão. E, pior, é quase com certeza uma alta insuficiente para trazer a inflação para a meta de 2%.

Eventualmente, esse cenário vai pesar no preço das commodities, que deve cair também. No curto e médio prazo, porém, a guerra na Ucrânia, que ameaça se arrastar por bastante tempo, e as novas sanções que vão sendo impostas, tendem a manter esses preços elevados. O petróleo é um bom exemplo: com a perspectiva de bloqueio na União Europeia ao petróleo russo, e o eventual esgotamento da oferta extra trazida pela redução do estoque estratégico americano, ambos previstos mais para o final deste ano, é difícil esse preço cair.

Um cenário feio, ruim e com pouca coisa boa para celebrar.

Armando Castelar Pinheiro é professor da FGV Direito Rio e do Instituto de Economia da UFRJ e pesquisador-associado do FGV Ibre e escreve quinzenalmente neste espaço. Twitter: @Acastelar.

Frase do dia

"O Brasil tem forte histórico de eleições livres e justas com transparência e altos níveis de participação eleitoral".

De Ned Price, porta-voz do Departamento de Estado dos EUA

Cartas de Leitores

22 anos do Valor

Em nome da Mobi2buy, parabenizo o **Valor** Econômico pela excelência e qualidade de seu conteúdo que o tornou, ao longo destes 22 anos, uma das principais referências de jornalismo de negócios e economia do país. Desejamos mais prosperidade ao veículo e que possamos acompanhar essa trajetória de sucesso por muitos anos.

Thiago Taranto
CEO da Mobi2buy

Eleições

O Brasil deve sair dessas terríveis brumas por meio do voto consciente. Alternativa a governo, que não tem um único fundamento para reeleição, não pode estar imersa em declarações oposicionistas polêmicas (**Valor**, Política, A9). Frases, no mínimo ubíquas de Lula geram essas trevas, que ainda podem ser dissipadas. Esperemos que uma campanha honesta e esclarecedora tome seu lugar necessário no cenário político nacional, para que nossos compatriotas possam ter esperanças numa nova governança construtiva e descartem o dilema de cogitar sobre quem será o último a apagar as luzes do aeroporto.

Amadeu Garrido de Paula
amadeugarridoadv@uol.com.br

Políticos

Aristóteles já postulava que o homem é um animal político. Tal assertiva corrobora o fato de que, mesmo em reduzida quantidade de seres interativos, é certo o aparecimento de alguma estrutura de poder, o que torna natural a emergência, pela força ou pela persuasão, de alguns poucos agentes humanos capacitados a comandar a maioria, graças a características de liderança ajustadas a cada situação particular. Tal conceito, na sua forma mais pura, foi se desfigurando e os dirigentes obrigados a se dedicar de modo integral à sua missão, o que tornou imprescindível o estabelecimento de uma remuneração que lhes assegure a subsistência. Este, em linhas bem gerais, é o esquema vigente em quase todos os Estados do mundo. No Brasil, no entanto, ele inchou malignamente.

Hoje, os nossos políticos profissionais constituem a classe mais bem paga do país e, associada a uma Justiça confusa, é também a mais corrupta, na medida em que busca a perpetuação de poder a todo custo. O pior: há pouca esperança de mudança.

Paulo Roberto Gotaç
pgotac@gmail.com

Lula x Bolsonaro

Observando o ex-presidente Lula e o presidente Jair Bolsonaro na frente da corrida da campanha presidencial de 2022, percebemos que as opções políticas no Brasil são lamentáveis. Distanciar-se da política é a conduta dos brasileiros honrados. Herdar um país arruinado pelos governantes, nos últimos dezenove anos, é uma incumbência para os temerários e velhos caciques tupiniquins.

José Carlos Saraiva da Costa

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

Desde o colapso da URSS é o primeiro conflito de políticas globais. Por *Jacek Kugler e outros*

Ucrânia e sistema global de lideranças

Existe um questionamento popular sobre o porquê de o conflito na Ucrânia ter recebido tanta importância enquanto outros conflitos internacionais recentes não geraram uma comoção tão elevada. Contudo, à medida que o assunto vai perdendo fôlego na mídia internacional, é preciso alertar que tal conflito não vem recebendo atenção o suficiente.

Pela primeira vez desde o colapso da União Soviética há um conflito de políticas globais. Todos os conflitos anteriores foram majoritariamente regionais. Os conflitos no Oriente Médio, qualquer que fosse o desfecho, não alterariam o status internacional em mais do que 5%, tanto em termos de população quanto em termos de capacidades gerais.

Já o conflito atual está localizado na zona conhecida como Eurásia, que inclui China, Rússia e o continente europeu, bem como cerca de 50% da população mundial e cerca de 60% do PIB Global. Ou seja, quem controla a Eurásia, controla o sistema internacional. Qualquer alteração de poder nessa área é de suma importância para o equilíbrio global. Uma guinada de poder nessa área pendendo para o lado oriental, liderado por governos autocráticos, geraria uma perda de cerca de 50% nas capacidades de liderança do Ocidente, conduzido por governos democráticos.

Uma pesquisa feita pela Acertas Analytics, que presta consultoria para serviço de inteligência como a CIA e o Pentágono, concluiu, por meio de cálculos matemáticos que levam em conta crescimento populacional e capacidade produtiva, que os Estados Unidos não serão mais o poder hegemônico no mundo a partir da próxima década. Unido à Europa, porém, ainda poderia formar o bloco de maior potência até 2075, quando a Índia passará a ser chave para a preponderância geopolítica mundial.

O conflito na Ucrânia, no entanto, pode alterar rapidamente esse cenário. As lideranças ocidentais vêm procurando evitar o confronto direto com a Rússia, de modo a evitar tensões em proporções nucleares. No entanto, as medidas de sanções econômicas, por si só, vão redesenhando as relações globais em direção a uma cisão que pode não ter retorno. Assim como os países do Ocidente se veem obrigados a fazer novos acordos comerciais e a fortalecer suas produções locais, os do Oriente também são obrigados a fazer novos arranjos. E, conforme o conflito na região da Ucrânia se estende, esses arranjos vão se tornando mais sólidos, os países se tornam cada vez menos dependentes dos insumos e produtos do outro lado do mundo e, portanto, a retomada das relações entre os dois sistemas fica cada vez mais distante e desnecessária.

A chave para a dissolução do conflito entre Ucrânia e Rússia está em negociar, não com Putin, mas com Pequim. A Rússia, sozinha, não está em condições de paridade com outras potências mundiais. Mas com o apoio da China, sim. A solução está em quebrar esse elo.

Pudemos observar um pouco de como funciona essa mudança durante a pandemia de covid-19. A dificuldade de importação de insumos da China e da Índia levou a uma interrupção das cadeias produtivas, que se acreditava ser temporária e reversível. Porém, acabou levando várias empresas a reavaliarem permanentemente a gestão de sua cadeia de insumos e muitos governos criaram, inclusive, políticas de suporte e incentivo a tais iniciativas.

Desse modo, quanto mais o conflito na Ucrânia e as sanções econômicas perdurarem, maiores as chances de a globalização nunca mais voltar a existir na forma que conhecemos. E se as lideranças globais continuarem a negligenciar o conflito, haverá uma divisão mundial. De um lado ficarão os países democráticos e, de outro, os países autocratas. E todos os países terão que se posicionar de que lado estão.

A chave para a dissolução do conflito entre Ucrânia e Rússia está em negociar, não com Vladimir Putin, mas com as autoridades chinesas. A Rússia, sozinha, não está em condições de paridade com outras potências mundiais. Porém, com o apoio da China, sim. A solução está em quebrar esse elo

Existe um certo mito abraçado pela população mundial de que a Rússia é uma grande potência. Mas isso é falsa propaganda ou delírio. A Rússia é, basicamente, uma "lamparina", uma sociedade que depende em grande escala de sua produção e exportação de petróleo. Sem o óleo, o país apaga. O território russo é, em sua maior parte, um bloco de gelo com recursos naturais limitados. E, apesar da excelência militar russa, eles já transferiram boa parte de sua tecnologia militar para a China, depois da guerra da Crimeia, o que deixa o país em uma posição de quase subordinação.

Em termos de capacidade global, a Rússia é inferior a vizinhos próximos como a Alemanha e o Japão e, por mais que isso soe estranho, teria menos chances de ganhar destes num confronto de longo prazo. O que talvez provoque essa ilusão de poder a respeito da Rússia seja o fato de o país possuir armamento nuclear. Contudo, é preciso ressaltar quem tem armas nucleares sabe que se usar contra alguém, se tornará também alvo de quem as tem. Então, você pode até usar e causar um estrago, mas é provável que acabe destruído também. Não é uma boa moeda de barganha, embora seja uma boa medida de defesa.

Já a China, apesar de assistirmos ao rápido e exponencial crescimento desse país no cenário mundial nas últimas décadas, parece que as grandes potências, como os EUA, ainda não estão lhe prestando atenção. Nos anos 90, a China, concentrando 21% da população mundial, respondia por apenas 4% do PIB global. Atualmente, o país é a segunda maior economia mundial, atrás apenas dos EUA, respondendo por quase 20% do PIB mundial. Mesmo assim, as lideranças ocidentais continuam a negligenciar a importância do bom relacionamento com esse país.

Portanto, é fundamental para a saúde do sistema global de lideranças que haja uma mudança de posição em relação à China e que as lideranças ocidentais não desistam de buscar uma solução para o conflito da Ucrânia. É também essencial o trabalho da mídia em manter as atenções voltadas para esse conflito, de modo a pressionar por uma intervenção mais eficiente, para que não tenhamos um mundo bipartido num futuro próximo.

Jacek Kugler é cientista político e professor na Claremont Graduate University (Califórnia).
VanDick Silveira é economista e CEO da Trevisan Escola de Negócios.
Hugh A. Harley é economista e CEO da Aurum WM.

Especial

Cenário Pandemia e guerra elevaram preços e cortam crescimento, mas efeito deve ser menor que nos anos 70

A estagflação global parece estar de volta, mas quão ruim será?

Valentina Romei e Alan Smith
Financial Times, de Londres

No ano passado, muitos economistas acreditavam que 2022 seria um período de recuperação econômica vigorosa. As empresas voltariam a operar a plena capacidade depois da covid-19. Os consumidores estariam livres para gastar suas economias acumuladas em todos os feriados e atividades que deixaram de fazer durante a pandemia. Seriam os "loucos anos 20", diziam alguns, em referência à década de consumismo que se seguiu à pandemia da gripe espanhola de 1918-1921.

Passados alguns meses e o paralelo mais citado agora é a década de 70, quando o embargo árabe do petróleo ajudou a criar um período prolongado de dificuldades econômicas. A inflação subiu para mais de 10% mesmo com a estagnação das economias ao redor do mundo — uma mistura dolorosa de preços altos e crescimento baixo conhecida como "estagflação".

Agora, a estagflação é algo bem possível. Depois do duplo choque da covid-19 e da invasão da Ucrânia pela Rússia, as taxas de inflação vêm superando as expectativas, atingindo os maiores patamares em décadas em muitos países, enquanto as perspectivas de crescimento econômico se deterioram.

A possibilidade de retorno da estagflação causa medo nas autoridades porque há poucos instrumentos monetários para enfrentá-la. Aumentar as taxas de juros pode ajudar a reduzir a inflação, mas os custos do crédito mais caro reduzem ainda mais o crescimento. Além disso, manter as políticas monetárias frouxas é algo que pode aumentar mais os preços.

A maioria dos analistas e economistas, incluindo o Fundo Monetário Internacional (FMI), não espera uma repetição dos difíceis anos 70 — uma década de flagelo econômico que causou problemas para famílias e empresas. A inflação ainda não está tão alta quanto naquela época; mais bancos centrais são hoje independentes; e o apoio fiscal está protegendo os mais vulneráveis.

Mas assim como a crise do petróleo reverberou na economia mundial nos anos 70, o duplo golpe da pandemia e da guerra está impondo uma pressão sem precedentes no fornecimento de bens e serviços ao redor do mundo.

Antes mesmo do início da guerra na Ucrânia, os preços já haviam alcançado os níveis mais altos em muitas décadas em muitos países, inclusive nos EUA, Reino Unido e zona do euro, com a pandemia interrompendo as cadeias de suprimentos, aumentando a demanda por bens e resultando em políticas monetárias acomodatícias e estímulos fiscais expansivos.

A guerra só exacerbou esses problemas. Rússia e Ucrânia produzem grande parte da oferta mundial de gás, petróleo, trigo, fertilizantes e outros materiais, o que elevou ainda mais os preços da energia e dos alimentos, especialmente na Europa.

Este é o "maior choque de commodities que experimentamos desde a década de 70", diz Indermit Gill, vice-presidente do Banco Mundial. No caso de uma guerra prolongada, ou novas sanções contra a Rússia, "os preços poderão subir ainda mais que o projetado no momento", acrescenta ele.

As projeções não são muito animadoras. O consenso agora é de que o crescimento da economia mundial será em média de 3,3% neste ano, contra a expectativa de 4,1% em janeiro, antes da guerra. A inflação mundial deve alcançar 6,2%, ou 2,25 pontos porcentuais maior que a projeção de janeiro. De modo parecido, o FMI rebaixou suas previsões para 143 economias neste ano — que respondem por 86% do PIB mundial.

A estagflação é importante porque poucos economistas concordam sobre como enfrentar o problema. Ela também causa grande sofrimento no longo prazo para empresas, a classe média e as famílias de renda mais baixa. "Em termos econômicos, o crescimento cai e a inflação aumenta", diz Kristalina Georgieva, diretora-gerente do FMI. "Em termos humanos, a renda das pessoas cai e as dificuldades aumentam."

Duplo choque da covid e da guerra na Ucrânia fizeram a inflação disparar e o crescimento desacelerar no mundo

O choque estagflacionário de 2022 é verdadeiramente mundial, com expectativas divergentes de crescimento e inflação na maioria dos países, com muitos fatores diferentes gravando a tendência de uma maneira sincronizada.

Em vários países, tendências parecidas podem ser observadas — aumento inesperado dos preços e queda na atividade nos últimos meses — à medida que as expectativas para o ano se deterioram.

Na Ásia, as previsões de forte crescimento foram rebaixadas por causa dos efeitos da guerra na Ucrânia, novas rupturas nas cadeias de suprimentos e da demanda mais fraca com os novos "lockdowns" na China e da política covid-zero do presidente Xi Jinping.

A inflação está mais baixa na Ásia do que em outras regiões, mas vem subindo com o aumento global nos preços dos alimentos e da energia. Na Coreia do Sul, por exemplo, os preços ao consumidor atingiram em março o maior patamar em dez anos.

Em alguns países da América Latina, especialmente o Brasil, o aperto monetário agressivo para controlar a inflação resultou em uma rápida deterioração das perspectivas econômicas. No fim de abril, a Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe (Cepal), cortou suas previsões de crescimento para a região, alertando para uma "conjuntura complexa" de desafios relacionados à guerra na Ucrânia.

Apesar de confinados à Europa, os efeitos da guerra "são sentidos no mundo todo, uma vez que o aumento dos preços dos alimentos e da energia afetam os mais vulneráveis, especialmente na África e Oriente Médio", diz David Malpass, presidente do Banco Mundial.

Mas não surpreende que o choque econômico da guerra seja mais sentido na Europa, especialmente nos países que dependem muito do petróleo e gás russos.

A Europa é altamente vulnerável a rupturas no fornecimento de energia, com 40% do gás consumido pela União Europeia (UE) vindo da Rússia. Os preços da energia para o consumidor já dispararam em março, derrubando o sentimento das empresas e do consumidor. Especialistas alertam que um embargo da UE ao gás russo provocará uma das maiores recessões das últimas décadas na Alemanha e na zona do euro.

A retaliação russa às exportações de energia também é uma ameaça às perspectivas econômicas da região, como ficou evidente na semana passada quando a gigante estatal de energia Gazprom disse que iria cortar o fornecimento para a Polônia e a Bulgária.

"Se Moscou suspender de repente o fornecimento de seu gás natural para a Alemanha e outras economias da UE, a Europa se verá às voltas com uma nova crise econômica, que como a crise do euro de 2011-12, ou a da covid-19 em 2020, poderá representar uma nova ameaça existencial à sobrevivência da moeda única", diz Tom Holland da Gavekal Research.

Mesmo sem cortes no fornecimento de gás, o crescimento da zona do euro desacelerou para 0,2% no primeiro trimestre, enquanto a inflação subiu para o recorde de 7,5%. "Este será um ano de estagflação" na zona do euro, diz Andrew Kenningham, economista da consultoria Capital Economics. "Os preços maiores da energia manterão a inflação elevada, reduzirão a renda das famílias e prejudicarão a confiança nos negócios."

A Alemanha está entre os países mais atingidos, com seu grande setor industrial, que consome muita energia, e sua economia voltada à exportação. Nos últimos seis meses, economistas cortaram à metade de suas previsões de crescimento econômico para a Alemanha em 2022, enquanto as expectativas de inflação são três vezes maiores.

Fora da UE, a economia do Reino Unido também sofre com a pressão nos preços da energia e estagnação do crescimento, seguido do que se prevê que será a maior queda na renda real desde o início da série histórica na década de 50.

Mas no Reino Unido os altos preços dos produtos importados estão associados a um mercado de trabalho forte que aumenta o risco de uma inflação alta persistente. A taxa de desemprego no Reino Unido hoje é a menor desde o começo da década de 70 e a oferta de emprego é a mais alta já registrada, o que poderá criar uma "espiral de salário-preço" quando as demandas por salários maiores puxarem ainda mais para cima os preços.

"Essa combinação de choques de oferta e forte mercado de trabalho traz mais um problema [de inflação persistente]", diz Andrew Bailey, presidente do Banco da Inglaterra (o BC britânico).

Mas são os EUA que enfrentam "de longe o maior risco de uma inflação dramática e espirais de salário-preço", diz Anatole Kaletsky, economista da companhia de análise de investimentos Gavekal. A inflação bateu nos 8,5% em março e a expectativa é de subir mais. Já a economia encolheu no primeiro trimestre, desafiando as previsões.

Enquanto isso, o mercado de trabalho americano, é o mais vigoroso desde a Segunda Guerra Mundial, com 5 milhões a mais de vagas do que trabalhadores desempregados, segundo Daan Struyven, economista do Goldman Sachs.

A natureza superaquecida do mercado de trabalho, segundo disse o ex-secretário do Tesouro Larry Summers em uma análise recente, sugere "uma probabilidade muito pequena de o Federal Reserve [Fed, o BC dos EUA] vir a reduzir a inflação sem causar uma desaceleração significativa da atividade".

Struyven observa que os sinais de mercados de trabalho apertados são visíveis na maioria dos países anglófanos do G-10, incluindo o Reino Unido, Canadá e Austrália.

A saúde do mercado de trabalho afeta a decisão das autoridades em relação à inflação alta, o que por sua vez impacta os custos dos empréstimos e o padrão de vida.

Situação é semelhante a da estagflação dos anos 70, mas economistas não veem uma repetição daquela época

As pressões mais fortes sobre os preços internos, provenientes do aumento dos salários e do núcleo da inflação mais alto — que exclui os preços da energia e dos alimentos —, geraram expectativas de vários aumentos das taxas de juros no Reino Unido e nos EUA.

Os mercados futuros agora refletem uma chance de 80% dos juros americanos estarem em 1,5% em junho, implicando em outro aumento de meio ponto na próxima reunião do comitê de mercado aberto do Fed, o FOMC.

O Banco da Inglaterra, por sua vez, subiu o juro pela quarta vez consecutiva ontem, para 1%, diante da maior inflação em 30 anos. Os mercados esperam mais aumentos para 2% até o fim do ano.

Por outro lado, o Banco Central Europeu (BCE) não aumenta os juros há mais de dez anos, mantendo a taxa em 0,5%, apesar de estar com uma inflação recorde, semelhante às do Reino Unido e EUA.

Christine Lagarde, presidente do BCE, disse recentemente que os EUA e a Europa enfrentam "uma fera diferente". Nos EUA, os preços estão subindo por causa da pressão do mercado de trabalho. Nas Europa, a causa é a alta da energia.

"Se eu aumentar as taxas de juros hoje, isso não reduzirá os preços da energia", disse Lagarde. Mas mesmo na zona do euro, o mercado precifica um aumento de 80 pontos-base nos juros pelo BCE até o fim do ano por causa da alta excepcional da inflação.

As perspectivas globais "para o aperto monetário aumentaram muito, assim como a possibilidade de estagflação", diz a agência de classificação de risco Fitch.

A questão é quanto tempo vai durar esse choque estagflacionário — e se será uma recessão prolongada ao estilo dos anos 70.

Naquela época, a inflação subiu acima de 10% por quase uma década, após uma forte alta nos preços do petróleo em virtude do embargo dos países árabes exportadores para muitos países ocidentais como punição pela ajuda a Israel na guerra do Yom Kippur.

A inflação alta e persistente empurrou as taxas de desemprego para níveis elevados em muitas economias avançadas, deixando para trás os anos de prosperidade depois da Segunda Guerra Mundial.

Embora a acentuada alta de hoje nos preços das commodities ecoem os da década de 70, há muitas diferenças em relação a esse período. Muitos economistas acreditam que a inflação perderá força no ano que vem, por causa da menor dependência mundial dos combustíveis fósseis hoje.

As famílias agora podem amortecer o golpe dos custos mais alto da energia com as poupanças acumuladas durante a pandemia. Muitas economias, em especial as ricas, implementaram medidas para proteger os grupos mais vulneráveis do golpe da alta dos preços, incluindo subsídios aos custos dos combustíveis e da energia.

Há ainda outras tendências que são fonte de preocupação para o crescimento e a inflação, contribuindo para um cenário incerto.

Embora a alta do petróleo seja menor que o daquela época, o aumento nos preços do gás foi rápido e elevou os preços ao produtor na Alemanha em março para o maior patamar desde o início da série histórica em 1949 — trata-se ainda do dobro do ritmo da década de 70.

Os salários não estão mais indexados à inflação como na década de 70, mas os mercados de trabalho historicamente apertados dos EUA e Europa aumentam o risco da inflação se enraizar mais na economia. Aconteça o que acontecer com os preços das commodities e dos bens no curto prazo, "o principal ponto continua a ser que a alta inflação provavelmente só será vista na escala sustentada da década de 70 se houver um desenvolvimento na espiral dos salários-preços", afirma Vicky Redwood, economista da Capital Economics.

As previsões também podem ser excessivamente otimistas. Os dados econômicos muitas vezes decepcionaram as expectativas e o "crescimento este ano poderá ser menor que o esperado, e a inflação poderá ser maior", afirma o FMI.

Mais BCs são independentes e a credibilidade da política monetária no geral se fortaleceu ao longo das décadas, mas o aumento dos juros prejudica as empresas e as famílias, num momento em que elas já veem sua renda real ser corroída pela alta dos preços.

Com os níveis de dívida privada e pública em níveis históricos elevados enquanto parcela do PIB, "os BCs podem levar a normalização das políticas apenas até certo ponto, antes de arriscar um colapso nos mercados de dívida e ações", alerta Nouriel Roubini, professor de economia e negócios internacionais da Stern School of Business da Universidade de Nova York.

Também é possível, acrescenta Silvia Dall'Angelo, economista da companhia de gestão de investimentos Federated Hermes, que a pandemia e a guerra na Ucrânia "tenham catalisado algumas mudanças estruturais, revertendo algumas das forças que causaram a desinflação nas décadas passadas", incluindo aí a globalização.

O resultado é que as projeções de inflação global estão sendo revistas para cima, enquanto as expectativas de crescimento estão se deteriorando. Isso significará uma corrosão nos lucros das empresas e do poder de compra das famílias por mais tempo, com a inflação alta afetando principalmente as famílias de baixa renda.

"Poderá não ser exatamente como na década de 70, mas ainda assim parecerá estagflação", diz Luigi Speranza, economista global chefe do BNP Paribas Markets 360. *(Tradução de Mario Zamarian)*

Inflação na Turquia atinge 70%

A inflação anual na Turquia acelerou para 69,97% em abril, maior taxa registrada desde 2002. O país tem hoje a maior taxa de inflação entre os países do G20 (grupo das principais economias do mundo). Embora a guerra na Ucrânia e as disrupções nas cadeias de suprimentos por causa da covid-19 estejam pressionando os preços em todo o mundo, críticos atribuem a inflação na Turquia às políticas econômicas do governo de Recep Tayyip Erdogan, que pressionado o banco central do país a reduzir as taxas de juros para impulsionar o crescimento e as exportações. Na foto, mercado na capital turca Ancara.

Inflação atual é menor que a dos anos 1970

Intervalo da variação anual do IPC dos países do G7*

Fontes: Refinitiv e dados oficiais dos países. *Índice de preços ao consumidor dos EUA, Reino Unido, Canadá, Alemanha, França, Japão e Itália

EUA veem aceleração dos salários

Média móvel de 3 meses do crescimento médio do salário por hora

6
5
4
3
2
1997 2000 2005 2010 2015 2020 2022

Fonte: Índice de evolução salarial do Fed de Atlanta

Núcleo da inflação é menor na zona do euro

Exclui preços de energia e alimentos, variação anual em %

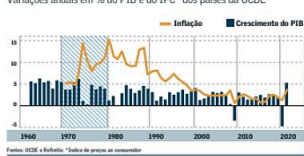
Fonte: OCDE

Anos 1970 foram de estagflação

Variações anuais em % do PIB e do IPC* dos países da OCDE

Fontes: OCDE e Refinitiv. *Índice de preços ao consumidor

Valor
Empresas

Com e-commerce em expansão, illicaffè registra alta de 62% nas vendas, conta Andrea Illy B7

Destaques

Fleury compra Hospital Saha
O Fleury comunicou ontem à noite que, por meio de sua subsidiária Centro de Infusões Pacaembu, comprou a totalidade da Saha Centro de Infusões e Saha Serviços Médicos Hospitalares — Hospital Saha. O valor a ser pago ao fechamento da operação é de R$ 120 milhões. Com atuação em infusão de medicamentos imunobiológicos e em assistência médico-hospitalar, o Saha fica na região metropolitana de São Paulo e teve receita bruta de R$ 156,2 milhões em 2021. A conclusão da operação está condicionada a determinadas condições precedentes, incluindo aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Alpargatas I
A Alpargatas conseguiu a maior receita líquida de um primeiro trimestre, R$ 927,2 milhões, um avanço de 9% ante mesmo período de 2021. O lucro líquido consolidado atribuído a controladores, porém, caiu 75%, a R$ 32,9 milhões, refletindo efeito da venda da Osklen e da compra de 49,9% do capital social da marca americana Rothy's. O lucro líquido recorrente foi de R$ 139,3 milhões, uma queda de 5,9% ante mesmo período de 2021. "Trimestre foi de entrega robusta", diz o presidente Roberto Funari em entrevista ao **Valor**. "Esse trimestre nos deu confiança porque conseguimos proteção de margem e nossa tese é em cima de uma marca muito forte".

Alpargatas II
A receita de vendas de Havaianas no Brasil cresceu 7,5%, para R$ 566 milhões, com crescimento de 12% na receita líquida por par, mas queda de 4% em volumes, para 46,7 milhões de pares. Nos mercados internacionais, a receita cresceu 17,1% em moeda constante e 7,7% em reais, para R$ 342,2 milhões. Agora, para o próximo trimestre, a pressão maior nesses mercados deve vir da China, onde uma nova onda de lockdowns está limitando as vendas de verão.

Custos da PetroRio
A alta do preço do barril de petróleo no mercado internacional já está causando aumentos nos preços de bens e serviços nessa indústria. A afirmação é do presidente da PetroRio, Roberto Monteiro, que participou ontem de teleconferência com analistas sobre os resultados da empresa no primeiro trimestre. "É indiscutível que os preços estão subindo", afirmou Monteiro, que, no entanto, ponderou que a inflação no setor não deve afetar tanto a empresa, pois a companhia tem valores de contingência para lidar com altas de custos na indústria. Além disso, segundo o executivo, a petroleira já tem parte dos bens e serviços para os próximos anos contratada.

Ecorodovias lucra menos
A Ecorodovias registrou lucro atribuído aos controladores de R$ 15,9 milhões no primeiro trimestre, queda de 82% em relação ao mesmo período de 2021. O lucro líquido no período foi de R$ 11,8 milhões, recuo de 86,6%, enquanto o lucro líquido recorrente caiu 81,2%, para R$ 16,9 milhões. A Ecorodovias afirma que a redução está relacionada ao encerramento dos contratos de concessão da Ecocataratas e Ecovia Caminho do Mar. A receita líquida subiu 13,3% no comparativo trimestral, a R$ 1,14 bilhão.

Índice

Balanço Lucro no 1º tri refletiu preço do barril, ganho de margens no diesel e exportações

Resultado da Petrobras supera expectativas e atinge R$ 44,5 bi

Gabriela Ruddy, Fábio Couto, Rafael Rosas e Flávya Pereira
De Rio e de São Paulo

Os preços do petróleo, o maior volume exportado, custos mais baixos na importação de gás natural liquefeito (GNL) e maiores margens na venda de óleo diesel fizeram o lucro da Petrobras crescer 38 vezes — ou 3.718% — no primeiro trimestre, para R$ 44,56 bilhões, contra R$ 1,17 bilhão em igual período do ano passado.

Em mensagem no texto do balanço, o presidente da estatal, José Mauro Coelho, afirmou que os resultados da empresa, entre janeiro e março, refletem uma "empresa saneada". Ele lembrou ainda que a companhia pagou em tributos para União, estados e municípios o equivalente a uma vez e meia o valor do seu lucro líquido.

A companhia também destacou, em comunicado sobre os resultados do trimestre, que recolheu quase R$ 70 bilhões em impostos, royalties e participações governamentais para União, estados e municípios nos três primeiros meses do ano.

Além do pagamento de tributos, a estatal anunciou ontem que o conselho de administração aprovou distribuição de dividendos no valor de R$ 3,7155 por ação preferencial e ordinária em circulação. De acordo com a companhia, o valor aproximado é de R$ 48,5 bilhões. Do total, R$ 3,1387 são dividendos referentes à antecipação da remuneração aos acionistas relativa ao exercício de 2022.

Outros R$ 0,5767 por ação serão pagos à conta de reservas de retenção de lucros constantes no balanço de 2021, como dividendos intermediários. Os dividendos serão pagos em duas parcelas de R$ 1,8577, nos dias 20 de junho e 20 de julho. O governo tem 36,61% do capital total da estatal.

A Petrobras ressaltou ainda que o dividendo está alinhado a sua política de remuneração, que estabelece que a empresa pode distribuir 60% da diferença entre o fluxo de caixa operacional e investimentos caso o endividamento bruto seja inferior a US$ 65 bilhões.

Em relação ao resultado do primeiro trimestre, a companhia destacou que a receita de vendas da estatal somou R$ 141,64 bilhões no período, avanço de 64,4%, ante a receita de R$ 86,17 bilhões do mesmo intervalo de 2021. E o resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) ajustado teve aumento de 58,8% no trimestre, para R$ 77,71 bilhões, ante os R$ 48,95 bilhões do período de janeiro a março do ano anterior.

O endividamento líquido da empresa chegou a R$ 189,85 bilhões no fim de março, queda de 28,6% ante o endividamento do fim de dezembro do ano passado, de R$ 265,78 bilhões. Em março de 2021, a cifra tinha alcançado R$ 332,86 bilhões.

Com isso, a alavancagem financeira, medida pela relação entre dívida líquida e Ebitda ajustado ficou em 0,81 vez, ante 1,09 vez no fim de dezembro e 2,03 vezes um ano atrás. Em dólares, a dívida líquida da estatal atingiu US$ 40,1 bilhões, ante US$ 58,42 bilhões no fim de março de 2021. O resultado financeiro líquido foi positivo em R$ 2,98 bilhões, ante R$ 13,8 bilhões negativos no trimestre anterior e R$ 30,75 bilhões no mesmo período de um ano atrás.

A receita financeira alcançou R$ 1,36 bilhão, uma queda de 8,4% na comparação com o período de outubro a dezembro de 2021, porém, mais que dobrou em relação a igual trimestre do ano passado. O resultado refletiu, principalmente, os ganhos cambiais do real frente ao dólar, o qual valorizou-se 15% de janeiro a março, depois de recuar 3% no quarto trimestre.

A estatal encerrou o primeiro trimestre deste ano com R$ 87,6 bilhões em caixa, montante 41% acima aos R$ 62,11 bilhões do quarto trimestre de 2021.

No release que divulgou sobre o resultado do primeiro trimestre, a estatal afirmou ainda que não pode — devido à legislação vigente — praticar preços artificialmente baixos e desalinhados ao mercado. A companhia ressaltou ainda que não controla, mas apenas busca seguir os preços de mercado de petróleo e derivados.

A manifestação da companhia sobre o assunto aconteceu pouco depois de o presidente da República, Jair Bolsonaro, afirmar, em sua live semanal, que o lucro da empresa é um "crime inadmissível" e pedir que a companhia não volte a elevar os preços dos combustíveis.

Ver mais sobre o lucro na página A2

Estatal aceita reduzir preço do gás às distribuidoras

Daniel Rittner
De Brasília

Na tentativa de encerrar uma briga judicial que se arrasta desde o início deste ano, a Petrobras abriu negociações com distribuidoras de gás canalizado para fazer novos contratos de fornecimento do insumo. De acordo com fontes do setor privado que têm acompanhado as conversas, a estatal está propondo alongar de quatro para nove anos o período de suprimento fixado nos atuais contratos. Em contrapartida, aceitaria redução no valor que é cobrado pelo gás natural.

Parte dos antigos contratos entre Petrobras e distribuidoras estaduais de gás venceu no fim de 2021. A petroleira chegou a pedir aumento de até 300%, mas acabou fechando os novos acordos com reajuste de 50%. Nas semanas seguintes, entretanto, vários Estados conseguiram liminares que determinam a manutenção do suprimento pelos preços anteriores. Ainda estão válidas decisões no Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Santa Catarina e Sergipe. Só uma das liminares — a do Ceará — caiu no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

O **Valor** apurou que, nas negociações em andamento, a estatal estaria propondo usar como referência um preço equivalente a 12,6% do barril do petróleo Brent no mercado internacional. Grosso modo, com o barril cotado a US$ 100, isso significa um preço de US$ 12,60 por milhão de BTU (unidade de medida usada no setor). Ao longo do contrato, o valor iria diminuindo gradualmente, atingindo até 11,6% do Brent.

Para se ter uma ideia do tamanho da redução proposta agora, os contratos que entraram em vigência no começo de 2022 tinham como referência 16,75% do valor do barril. Nos contratos antigos, giravam em torno de 12%.

Procuradas pela reportagem, nenhuma das partes quis comentar. A Petrobras disse que não fala sobre "negociações ou processos judiciais e/ou arbitrais em andamento". A Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás) respondeu que não tem acesso às informações relacionadas à nova proposta contratual. "As negociações são diretas entre cada distribuidora e a Petrobras, e ocorrem sob cláusula de confidencialidade."

Na avaliação de um executivo ouvido reservadamente pelo **Valor**, o cenário mudou completamente desde a virada do ano, e isso explicaria uma mudança de postura da Petrobras. Uma das alegações da estatal para reajustar os preços era a necessidade de importar grandes quantidades de gás natural liquefeito (GNL).

Em meio à crise hídrica, que fez usinas térmicas rodarem em níveis recordes para poupar os reservatórios, a empresa chegou a trazer 30 milhões de metros cúbicos por dia de fornecedores estrangeiros. E os preços do gás no exterior estavam altos por causa do desequilíbrio entre oferta e demanda durante a pandemia.

Nos últimos meses, com a recuperação das represas, a maioria das térmicas já foi desligada — como forma de baratear as tarifas de energia — e as importações de GNL caíram para um patamar de 3 milhões de m³/dia.

Para a Petrobras, mesmo reduzindo o preço, alongar esses novos contratos é interessante por garantir a venda de gás às distribuidoras por mais tempo, evitando que elas busquem eventuais novos fornecedores em crescimento no mercado. Além disso, encerra o litígio em andamento.

Do ponto de vista das distribuidoras, que vão ficar "amarradas" à Petrobras por mais tempo, a vantagem seria pagar menos pelo gás e não mais enfrentar o risco de queda das liminares. Se isso ocorrer, só uma distribuidora estadual tem passivo acumulado em torno de R$ 200 milhões.

Para as indústrias, clientes das distribuidoras, eliminar a possibilidade de um "tarifaço" do gás traria alívio para os custos crescentes, em um momento de inflação e perda de competitividade.

PetroRecôncavo negocia acordos de suprimento de GN com clientes no NE

Gabriela Ruddy
Do Rio

A petroleira independente PetroRecôncavo está negociando contratos de fornecimento de gás natural com clientes no Nordeste, tendo em vista a abertura do mercado no Brasil e o aumento dos preços do gás natural liquefeito (GNL) no mercado internacional com a guerra na Ucrânia.

Segundo o presidente da companhia, Marcelo Magalhães, há, por exemplo, conversas em andamento para acordos para suprimento interruptível, ou seja, de volume fixo baixo e com possibilidade de entregas maiores a depender da demanda do cliente. "O preço do gás no mercado internacional está muito alto e esse tipo de contrato, que não é de base, nos permite monetizar eventuais volumes de produção excedente, a preços mais próximos do mercado de curto prazo. Para o cliente, é uma condição melhor do que o GNL do exterior. Temos conversado com empresas de comercialização e armazenamento, por exemplo", diz.

A empresa espera fechar ao menos um contrato no mercado livre em 2022. A PetroRecôncavo tem acordos de suprimento com distribuidoras, como Potigás (RN), PBGás (PB) e Bahiagás (BA). Para Magalhães, o fato de a empresa ter produção integrada na Bacia Potiguar e na Bacia do Recôncavo ajuda a garantir o fornecimento. "Conseguimos nos posicionar como o maior fornecedor privado de gás natural do Nordeste. Muitos estão batendo à nossa porta querendo fechar contratos", afirma.

Em paralelo, a companhia anunciou esta semana que foi selecionada em um consórcio em conjunto com a Eneva para as negociações exclusivas no processo de aquisição do Polo Bahia Terra, parte do programa de venda de ativos da Petrobras. Magalhães classifica a área como a mais atrativa de todo o processo de desinvestimentos da estatal entre os ativos terrestres.

Segundo o presidente da PetroRecôncavo, caso as empresas concluam o processo de aquisição, pode haver possibilidade de desenvolver projetos de produção de gás integrada à geração de energia elétrica (conhecidos como "gas-to-wire") na região. Até o momento, a PetroRecôncavo não tem projetos desse tipo, mas a Eneva já aplicou o modelo em áreas na Bacia do Parnaíba e na Bacia do Amazonas.

"Eneva e PetroRecôncavo têm complementariedades. Vamos avaliar essa possibilidade, que em algumas circunstâncias pode fazer sentido. O governo tem feito leilões de reserva de capacidade de energia elétrica, por exemplo, e, nesse caso, ter uma reserva de gás própria acaba se tornando muito atrativo para esse tipo de projeto", afirma Magalhães.

A PetroRecôncavo obteve lucro de R$ 401,8 milhões no primeiro trimestre de 2022, frente ao prejuízo de R$ 12,9 milhões em igual período de 2021. A receita líquida nos três primeiros meses deste ano foi de R$ 703,5 milhões, alta de 186,2% na comparação anual. Já o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) ficou em R$ 414,7 milhões, 215,1% maior.

O diretor de controladoria da empresa, Lucas Neves, aponta que a entrada da companhia no mercado de gás ajudou nos resultados. O segmento de gás foi responsável por 37% das receitas do trimestre, resultado também do fornecimento de gás liquefeito de petróleo (GLP) a distribuidoras do "gás de cozinha". "Tivemos novas formas de monetizar o gás e isso levou ao crescimento da receita de gás e dos subprodutos", diz Neves.

O crescimento nos resultados financeiros também reflete o aumento da produção de petróleo e gás. A PetroRecôncavo produziu 19,45 mil barris de óleo equivalentes por dia (boe/dia) no primeiro trimestre, alta de 67,8% na comparação anual. Esse foi o primeiro trimestre completo em que a companhia contou com a produção do campo de Miranga, na Bacia do Recôncavo, comprado nos desinvestimentos da Petrobras.

Magalhães diz que a companhia pode ter interesse em avaliar a compra do Polo Urucu, na Bacia do Solimões, caso a Petrobras abra novo processo de venda, depois que encerrou sem sucesso negociações com a Eneva.

Divulgação

Magalhães, presidente da petroleira: "Temos conversado com empresas de comercialização e armazenamento"

Balanços Objetivo é compensar volumes abaixo do esperado no 1º trimestre; custo de produção deve ficar estável

Suzano prevê produção maior de celulose

Stella Fontes
De São Paulo

A Suzano vai elevar a produção da celulose nos próximos trimestres, compensando os volumes abaixo do esperado entre janeiro e março. Ao mesmo tempo, o custo caixa de produção da fibra, que saltou até 54% no período, deve ficar estável, apesar da recente elevação do preço do gás natural e do cenário incerto para as commodities. "Há espaço para recuperar e entregar os volumes que o mercado espera", disse o diretor de operação de celulose, Aires Galhardo.

No trimestre, a empresa vendeu 2,69 milhões de toneladas da matéria-prima, com queda de 13% ante o quarto trimestre, na esteira da realização de paradas anuais para manutenção em grandes fábricas e dos estoques ainda limitados.

Maior produtora de celulose de mercado no mundo, a Suzano também tem o menor custo caixa de produção. A perspectiva de estabilidade nessa conta, segundo o executivo, é suportada pelo maior volume que será produzido em fábricas que têm melhor desempenho, maior disponibilidade de energia para venda e maior diluição de custos fixos. Gastos com manutenção também tendem a ser menores nos próximos trimestres, acrescentou. "Pode até haver redução, mas preferimos adotar uma postura mais conservadora".

Do lado da demanda, diretor de comercial celulose e Gente e Gestão da Suzano, Leonardo Grimaldi, disse que pedidos seguem entrando no limite superior dos volumes contratados por clientes. O primeiro trimestre foi marcado por maior aperto entre oferta e demanda global e essa relação pode estar ainda mais justa no segundo trimestre. "Isso favoreceu uma série de aumentos de preço [que persistem]", disse.

Segundo Grimaldi, os preços realizados nos primeiros meses do ano ainda não refletiram a totalidade dos reajustes aplicados, que já está expressa nos valores praticados neste trimestre. No ano, até março, o preço médio líquido da celulose vendida no exterior alcançou US$ 639 a tonelada, alta de 20% na base anual.

Sobre o reajuste de US$ 30 a tonelada anunciado nesta semana para a China, com aplicação imediata, ele disse que a decisão havia sido tomada há algum tempo, mas a Suzano aguardou o fim do feriado prolongado chinês para que todos os clientes fossem comunicados. "Foi uma questão de timing", explicou. Ele vê espaço para aplicação do aumento.

Até o final de abril, mais de 1,5 milhão de toneladas de fibra saíram do mercado global por paradas não programadas, bem acima da média histórica. E houve nova ruptura em maio. "O mercado está firme, com oferta limitada devido às paradas e gargalos logísticos. Nossas fontes indicam que o sentimento no retorno do feriado é melhor do que antes."

O negócio de papel, por sua vez, teve no trimestre o melhor desempenho nesse período na história, segundo o diretor de papel e embalagens, Fabio Almeida. O resultado operacional (Ebitda) ajustado por tonelada de papel alcançou a marca recorde de R$ 1.797, com alta de 31% na comparação anual.

"A demanda permanece forte tanto no mercado doméstico quanto no mercado internacional, diante da retomada da atividade e da recuperação do consumo de papéis de imprimir e escrever. Além disso, paradas em fábricas limitaram a oferta", disse.

Investimentos da AES Brasil com foco em eólicas disparam no 1º trimestre

Robson Rodrigues
De São Paulo

A melhora significativa nos níveis dos reservatórios e a disponibilidade de máquinas para geração asseguraram os resultados da AES Brasil no primeiro trimestre de 2022, revertendo a tendência de queda nos lucros registrada no último trimestre. O lucro de R$ 70,9 milhões representa alta de 2,5% em comparação no mesmo período do ano passado.

Entretanto, em função do avanço na construção dos Complexos Eólicos Tucano e Cajuína, os investimentos da geradora totalizaram R$ 300,4 milhões, 490,6% superior ao investido no mesmo período de 2021.

Em entrevista ao **Valor**, o diretor financeiro, Alessandro Gregori, afirma que a estratégia da companhia segue em fechar contratos, construir projetos e fazer a gestão dos ativos, além de mirar no mercado varejista para clientes de melhor porte com a abertura do mercado livre de energia.

"Teremos a entrega de projetos em andamento, a dinâmica dos resultados positivos em função da disponibilidade dos recursos e o segmento varejista de clientes de menor porte que vem crescendo. É a consolidação da estratégia que temos feito", diz.

Segundo Gregori, a estratégia de diversificação do portfólio, com a compra de ativos eólicos, também segue em linha com o plano de expansão da companhia. O executivo conta que a companhia tem cerca de 1 GW de projetos em construção e R$ 2,2 bilhões de caixa para fazer frente aos investimentos.

Ao longo do segundo semestre de 2022, o complexo de Tucano começa a operar, adicionando 322 MW, o que deve garantir uma melhor receita operacional.

A meta da diversificação de ativos é reduzir a exposição hídrica, que representa 72% da carteira. A empresa venceu o processo competitivo para a aquisição de projetos eólicos da Renova Energia, no Rio Grande do Norte, e avança na construção do no complexo de Cajuína, no mesmo Estado. Quando todos os projetos estiverem prontos, a empresa deve reduzir a exposição e equilibrar o portfólio para 57% de projetos em hidrelétricos.

"A vantagem de ter um portfólio diversificado permite que a gente tenha compensações. No final das contas, o fato de termos uma hidrologia mais forte permite que a gente entregue mais resultado". O foco são as operações em eólicas com um preço mais competitivo do que a solar, já que a fonte solar vem perdendo competitividade diante da pressão das cadeias produtivas e o "lockdown" na China.

Engie mantém resultados e segue atenta à aquisição de ativos e leilões

A disponibilidade de ativos, recuperação dos reservatórios, aumento na venda de energia e menor custo com combustível motivado pela venda do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda ajudam a entender o aumento de 21,9% no lucro líquido da Engie Brasil Energia no primeiro trimestre de 2021, para R$ 645 milhões.

No mesmo período, a empresa aprovou também a distribuição de dividendos de quase R$ 550 milhões e agora aposta na promoção do hidrogênio verde com o grupo e está de olho na aquisição de ativos de geração renovável e participação nos leilões previstos para o ano. Por outro lado, a crescente inflação afeta bastante os negócios da companhia, uma vez que 68% da dívida da empresa está indexada ao IPCA e hoje em torno de R$ 21,5 bilhões.

"As despesas foram quase as mesmas que as do primeiro trimestre de 2021, apesar de a gente ter um pouco mais de dívida em função dos investimentos que estamos fazendo", afirma o CEO da companhia, Eduardo Sattamini em entrevista ao **Valor**.

A principal meta da companhia para este ano talvez seja a saída dos ativos a carvão, o que inclui a expectativa de concretização da venda da Usina Termelétrica Pampa Sul (345 MW) até o fim deste ano e reinvestir o valor em substituição de capacidade, com foco em energias renováveis para acelerar a transição energética.

Sattamini lembra que a empresa concluiu em fevereiro a aquisição dos conjuntos fotovoltaicos Paracatu (MG) e Floresta (RN), ativos que pertenciam à Solaire Direct e totalizam 218 MW. Recentemente ampliou a carteira de projetos em fase avançada de desenvolvimento para 3 GW ao adquirir o projeto Serra do Assuruá, na Bahia, de 882 MW, com objetivo de ficar pronto em 2024.

"Para uma eólica, isso representa 400 MW médios (...), o que significa cerca de 9% do nosso portfólio. Estamos falando de um parque que adquirimos agora e vai ficar pronto em 2024. A minha preocupação é vender energia a partir disso", afirma.

Empreendimentos de transmissão também já começam a trazer retornos com Receita Anual Permitida (RAP), com destaque para o sistema de transmissão Gralha Azul. A empresa deve participar do leilão de transmissão deste ano.

"Temos visto uma agressividade de muito grande [nos leilões] e se essa agressividade continuar muito grande vamos avaliar. Se houver um comportamento racional aí teremos chance, como tivemos no leilão em que arrematamos Gralha Azul", diz. ***(RR)***

BR Properties tem prejuízo entre janeiro e março, mas ocupação de imóveis sobe

Ana Luiza Tieghi
De São Paulo

A BR Properties, que vende e gerencia prédios corporativos e galpões, viu a taxa de vacância de seus imóveis cair 8 pontos percentuais no primeiro trimestre de 2022, na comparação anual, para 24,7%.

Os resultados por setor são bem diferentes. Enquanto os galpões têm vacância de 2,7%, os escritórios, em São Paulo e no Rio, estão 30% vagos. Essas áreas foram afetadas de forma oposta pela pandemia: a demanda por galpões cresceu com o comércio virtual e o home office esvaziou escritórios.

Mesmo alta, a vacância atual é celebrada. "Estamos no sexto trimestre consecutivo de queda, enquanto o mercado geral de São Paulo e do Rio está no terceiro", diz Martin Jaco, CEO da BR Properties. Ele ressalta o diferencial de investir em escritórios de alto padrão, com transporte público e serviços no entorno. São 84% do valor de mercado do portfólio da companhia.

O preço para locação dos escritórios da BR Properties subiu 4,7%. Mais uma vez, o número é muito menor do que o observado no setor logístico, com alta de 17,6%.

Hoje, o segmento industrial representa 8% do valor de mercado do portfólio da empresa, mas Jaco lembra que já foi 15% no passado. Eles decidiram vender todas as propriedades há quatro anos, e agora refazem o estoque. "Queremos continuar crescendo, mas temos que ter cuidado com decisões momentâneas", diz o CEO. "Hoje [a área de galpões] está funcionando bem, mas se compro um terreno para isso, até o empreendimento ficar pronto o mercado muda." A empresa decidiu apostar em galpões maiores e próximos dos grandes centros, como em São Paulo e em Jarinu (a 80 km da capital).

Os dados de vacância constam no balanço trimestral da BR Properties, divulgado ontem. No período, houve prejuízo de R$ 30,7 milhões, reversão do lucro observado no início de 2021. A receita líquida ficou em R$ 83,1 milhões, alta de 1%. O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado caiu 11%, para R$ 54,1 milhões. Se a comparação for feita com a mesma base de propriedades do primeiro trimestre de 2021, a receita tem elevação de 10% e o Ebitda cai 1%.

A BR Properties teve despesa financeira líquida ajustada de R$ 55 milhões, alta de R$ 37,7 milhões sobre o mesmo período de 2021, creditada à alta dos juros. A empresa busca vender ativos para gerar caixa e pagar parte da dívida antecipadamente, de forma a reverter esse cenário. A expectativa de Jaco é atingir um equilíbrio ainda neste ano.

Caoa para produção e vai adaptar fábrica em SP para elétrico

Veículos

Agência O Globo

A produção de veículos da Caoa Chery na fábrica de Jacareí (SP) será paralisada e a unidade deverá passar por adaptações para produzir carros elétricos, numa atualização de portfólio de produtos, informou a montadora. A fábrica produz os modelos Tiggo 3x e Arrizo 6 Pro.

Segundo Weller Gonçalves, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região, a fábrica será fechada definitivamente e haverá 485 demissões do total de 600 funcionários da unidade. Um dos motivos alegados pela montadora, segundo o sindicalista, seriam as vendas fracas do Tiggo 3x, que sairá de linha.

Além disso, diz Gonçalves, a montadora teria informado ao sindicato que não vai mais fabricar o Arrizo 6 no Brasil com o encarecimento das peças importadas, cotadas em dólar, além do aumento do custo dos contêineres com os problemas de logística trazidos pela pandemia de covid-19. O modelo será importado da China. No ano passado, considerando os dois modelos, foram produzidas 14 mil unidades em Jacareí, informou o sindicato.

"Os 370 trabalhadores da produção serão demitidos, além de metade do pessoal administrativo, que soma 230 pessoas. Os demais serão realocados. Portanto, as demissões chegam a, no mínimo, 485 pessoas, mas pode ser mais. Vamos iniciar uma luta contra o fechamento da unidade", disse Gonçalves.

O sindicato fará assembleia com os trabalhadores da unidade hoje. Os funcionários já estavam em licença remunerada desde março, e a produção foi interrompida no mesmo mês. Segundo Gonçalves, foi proposto à empresa o pagamento integral dos salários de maio, e lay off (suspensão do contrato de trabalho) até outubro. Na volta, os trabalhadores teriam ainda mais três meses de estabilidade, até janeiro de 2023.

Em nota, a montadora informou que não fechou definitivamente a fábrica e a paralisação será temporária, com volta até 2023, quando todos os veículos da marca serão eletrificados. A Caoa Chery afirma que as adaptações na unidade fazem parte da estratégia de eletrificação de seus produtos, seguindo tendência mundial.

"A unidade fabril passará por mudanças para adequação dos processos produtivos que permitirão a introdução de novos produtos concebidos a partir de plataformas de última geração, equipados com propulsores híbridos ou 100% elétricos", diz a nota, enfatizando que a unidade de Jacareí adotará os mesmo padrões da unidade de Anápolis, em Goiás.

Sobre demissões, a montadora não dá números, mas informa que está em negociação com os representantes do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos "para a definição de um pacote de indenização suplementar, além do regular pagamento das verbas rescisórias legais, seguindo o seu compromisso de respeito aos trabalhadores".

A pausa na produção em Jacareí, diz a nota, será compensada pela intensificação da fabricação da unidade de Anápolis, que está sendo preparada para lançamentos no segundo semestre. A Caoa Chery mantém sua meta de comercializar 60 mil unidades no mercado brasileiro este ano.

Movimento falimentar

Falências Requeridas

Requerido: **Aline Monteiro Nogueira ME -** CNPJ: 06.312.937/0001-89 - Endereço: Rua Dos Andradas, 571, Centro - Requerente: Luis Antonio Pereira Moreira - Vara/Comarca: 3a Vara de Pindamonhangaba/SP

Requerido: **Allda Gabrielle Almeida de Melo Me, Nome Fantasia Centro de Estética Glauce de Melo -** CNPJ: 13.457.781/0001-90 - Endereço: Quadra Csb 02, Lote 06, Loja 01, Sobreloja, Edifício Alberto Farah, Bairro Taguatinga Sul - Requerente: Glauce Melo Centro Estético Eireli e Walkyria Katya Costa Luz de Melo - Vara/Comarca: Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Distrito Federal, Brasília/DF

Requerido: **Amazonia Construções e Comércio Ltda. Me, Nome Fantasia P & a Construção e Comércio -** CNPJ: 03.248.765/0001-33 - Endereço: Rua Valdomiro Lopes, 1697, Bairro Geraldo Fleming - Requerente: Amazonia Construções e Comércio Ltda. ME - Vara/Comarca: 2a Vara de Rio Branco/AC - Observação: Pedido de auto falência.

Requerido: **Glauce Melo Estética Avançada e Fisioterapia Eireli Ou Glauce Melo Centro Clínico Eireli -** CNPJ: 32.880.280/0001-66 - Endereço: Quadra Csb 02, Lote 06, Loja 01, Sobreloja, Edifício Alberto Farah, Bairro Taguatinga Sul - Requerente: Glauce Melo Centro Estético Eireli e Walkyria Katya Costa Luz de Melo - Vara/Comarca: Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Distrito Federal, Brasília/DF

Requerido: **Itapemirim Transportes Aéreos Ltda. -** CNPJ: 02.907.387/0001-90 - Endereço: Av. Conceição, 58, Bairro Carandiru - Requerente: Travel Technology Interactive do Brasil Soluções em Software Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Pedido redistribuído.

Requerido: **Kantoya Embalagens Especiais Eireli -** CNPJ: 26.996.760/0001-94 - Endereço: Rua Iborepi, 58, Mezanino Superior, Bairro Jardim Nordeste - Requerente: Due Cred S/A - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Pedido redistribuído.

Requerido: **Sovlas Recursos Humanos e Assessoria Empresarial Ltda. ME -** CNPJ: 14.234.706/0001-22 - Endereço: Rua Souza Barros, 671, Sala 203, Bairro Engenho Novo - Requerente: Márcia Andreia da Silva - Vara/Comarca: 7a Vara Empresarial do Rio de Janeiro/RJ

Falências Decretadas

Empresa: **Diogenes da Silva Coelho ME -** CNPJ: 03.281.154/0001-97 - Endereço: Rua Zacarias Dias Cortes, 55, Casa 02, Bairro Parque Regina - Administrador Judicial: Dr. Adnan Abdel Kader Salem - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Norcat Indústria Metalúrgica Ltda. -** CNPJ: 05.358.358/0001-04 - Endereço: Rua da Indústria, 109, Bairro Vila Industrial, Bom Jesus Dos Perdões/sp - Administrador Judicial: Adnan Abdel Kader Salem Advogados Associados - Vara/Comarca: Vara Única de Nazaré Paulista/SP

Empresa: **Rejane Maria Deutsch Me, Nome Fantasia Tina Bolsas -** CNPJ: 02.715.535/0001-74 - Endereço: Rua Tchecoslovaquia, 185, Bairro Petrópolis - Administrador Judicial: Dr. Ernesto Flocke Hack - Vara/Comarca: Vara Empresarial de Novo Hamburgo/RS

Empresa: **Walnet Web Eventos e Alimentação Ltda. -** CNPJ: 03.297.339/0001-90 - Endereço: Av. Lauro Sodré, 445, Loja 201, Parte B 47, Bairro Botafogo - Administrador Judicial: Liquidante Judicial - Vara/Comarca: 4a Vara Empresarial do Rio de Janeiro/RJ

Processos de Falência Extintos

Requerido: **Erj Administração e Restaurantes de Empresas Ltda. -** CNPJ: 44.164.606/0001-38 - Endereço: Rodovia Anhanguera, Km 51 + 360m, S/nº, Prédio Refeitório, Bairro Terra Nova - Requerente: Fridel Frigorífico Industrial Del Rey Ltda. - Vara/Comarca: 4a Vara de Jundiaí/SP - Observação: Homologado acordo celebrado entre as partes.

Siderurgia Divisão da América do Norte teve desempenho recorde, com geração de 46% do Ebitda do grupo

Gerdau lucra R$ 2,9 bi no 1º trimestre

Ivo Ribeiro e Stella Fontes
De São Paulo

Após um primeiro trimestre considerado excepcional, com lucro líquido de R$ 2,9 bilhões, a direção executiva do grupo Gerdau espera mais uma rodada de resultados positivos em 2022. No ano passado, a companhia teve seu melhor desempenho na história.

Gustavo Werneck, em entrevista ao **Valor**, antes da teleconferência com analistas, afirmou que projeta crescimento de vendas de 2% a 4% neste ano no mercado nacional ante 2021, quando despachou 5 milhões de toneladas. "O mercado da construção civil continua forte e também os de veículos pesados (caminhões), máquinas e implementos agrícolas, equipamentos e energia", disse.

O executivo destacou que a companhia, com operações nas Américas, teve seu melhor primeiro trimestre na história de 121 anos de fundação, com crescimento de 25% no lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) sobre o mesmo trimestre de 2021. "O resultado foi recorde nas operações da América do Norte", afirmou.

Segundo Werneck, nos últimos quatro anos o grupo fez um trabalho forte de melhoria de eficiência e gestão das usinas nos EUA. Agora, o resultado chegou, aproveitando um momento forte da economia americana. "Saímos de uma margem de 6% para 33% nesse período ao registrar Ebitda de R$ 2,7 bilhões". O resultado correspondeu a 46,5% do total obtido pela Gerdau no período.

A Gerdau prevê continuidade das margens elevadas na região, com spreads metálicos perto das máximas históricas. "Para o segundo trimestre, as perspectivas seguem bastante positivas, com 'backlog' acima da média histórica", disse o executivo. Neste momento, o backlog de pedidos é equivalente a 180 dias de compra, com mais de 1 milhão de toneladas, e as unidades locais exibem taxas de operação acima de 90%.

O negócio de aços especiais no país, informou o executivo, também teve desempenho forte. A expectativa é de manter firme o desempenho. O plano de infraestrutura do governo Joe Biden, de US$ 1 trilhão, começará a gerar demanda para aço a partir do fim deste ano, acrescentou Rafael Japur, diretor-financeiro do grupo. "A nossa maior dificuldade nos EUA hoje é de contratar mão de obra para as operações. O país tem 11,5 milhões de vagas em aberto".

Sobre a demanda por aço no Brasil, o CEO da Gerdau disse acreditar que não será afetada pela alta da inflação e economia desaquecida. "Vejo impacto mais para 2023, pois há vários setores ainda com consumo firme. A construção, por exemplo, o país tem atualmente o maior canteiro de obras", afirmou.

Para o executivo, houve um "pessimismo exacerbado" no primeiro trimestre. Mas o consumo já se recuperou e, em termos reais, segue em crescimento. Excluídos os efeitos da recomposição de estoques em 2021, a demanda real de aços longos e planos no país segue similar ao visto no segundo semestre do ano passado e 25% acima da média de 2019 e 2020, o que sustenta a visão de que a demanda real no ano pode crescer até 4%.

Os dois pontos negativos do primeiro trimestre, em sua avaliação, foram a queda de compras por parte do varejo de materiais de construção, com desaquecimento nas pequenas compras para reformas e da autoconstrução, e a entrada alta de produtos importados, com destaque para fio-máquina (uso industrial).

Uma aposta a partir do segundo semestre, apontou o CEO, é na demanda de obras de infraestrutura — novos projetos de concessões de saneamento, de rodovias, de geração e transmissão de energia, entre outros.

Segundo o executivo, a empresa está operando no maior ritmo de produção de suas usinas no país. "Estamos atendendo o mercado interno e voltamos ao nível de exportação de 25% da produção. Em parte de 2020 e em 2021, com a reestocagem dos nossos clientes, baixamos para 5%", diz.

A empresa fechou o trimestre com mais de R$ 7 bilhões em caixa. "Vamos avaliar o que fazer com esse caixa futuramente. Por ora, vamos pagar dividendos de R$ 973 milhões referente ao primeiro trimestre e iniciar um programa de recompra de ações de R$ 1,5 bilhão, previsto para durar uma ano e meio", afirmou Japur.

A empresa encerrou o trimestre com nível de endividamento, medido por dívida líquida sobre Ebitda ajustado, de 0,2 vez. Caiu de 0,96 vez, de um ano atrás. A dívida bruta, destaca Japur, atingiu seu menor nível: R$ 12,8 bilhões.

CSN prevê melhorias e repetir resultado de 2021

De São Paulo

O grupo CSN, que produz aço, minério de ferro e cimento, gera energia e tem operações de logística, espera conseguir melhorar o desempenho de seus negócios a partir deste trimestre e entregar, ao final de 2022, um resultado tão bom ou melhor que o obtido no ano passado. Essa é a expectativa do principal acionista, chairman e presidente executivo da companhia, Benjamin Steinbruch.

O empresário disse, em teleconferência com analistas e investidores, ontem, que os negócios da companhia, foram afetados no período janeiro a março por vários fatores. Ele cita a guerra da Rússia na Ucrânia, o avanço da covid-19 na China, altas das commodities e da inflação de custos.

A CSN fechou o primeiro trimestre com queda de 77% no lucro líquido atribuído aos controladores, de R$ 1,2 bilhão, ante o mesmo período de 2021. A empresa atribuiu o resultado à fortes chuvas de janeiro e fevereiro, que afetaram principalmente as operações de mineração e carvão, e os aumentos de custos no carvão e coque.

A receita líquida consolidada da companhia registrou queda de 1,2% na mesma base de comparação, para R$ 11,77 bilhões. As vendas de aço recuaram 12%, para 1,1 milhão de toneladas.

Segundo Steinbruch, a empresa optou por privilegiar margens e preços no período, em todas atividades, transferindo todos os impactos de custos. "Faremos disso nossa principal bandeira", acrescentou o empresário.

O presidente da CSN disse que a empresa vai continuar trabalhando na redução de custos, adequação do capital de giro e manutenção da alavancagem financeira. "Os preços e margens serão melhores neste trimestre", garantiu. "Estamos otimistas com o mercado e vamos priorizar o mercado interno, em aço e cimento".

Na área financeira, Steinbruch disse que o objetivo da companhia é alongar e baixar o custo da sua dívida, com novas emissões de títulos, principalmente de certificados de CRI e CRA, e contar com apoio de bancos de desenvolvimento do exterior.

A mineração de ferro sofreu com as chuvas do início do ano, mesmo problema no negócio de cimento, que registrou retração na receita e no Ebitda. Na CSN Mineração, boa parte da perda em volume (produção e vendas) foi compensada pelo aumento de preços da commodity do aço, gerando um valor médio quase o dobro do quarto trimestre.

A receita líquida foi de R$ 3,86 bilhões, bem acima dos 2,4 bilhões do trimestre anterior, mas bem abaixo na comparação com um ano atrás. As vendas de minério somaram 6,9 milhões de toneladas, 16% abaixo do visto um ano antes. Do total, 5,8 milhões de toneladas foram para o exterior, menos 16%.

A empresa vê um cenário bom para o mercado de aço em 2022. Luiz Fernando Martinez, diretor-executivo comercial, informou que a demanda de produtos planos no país deve crescer de 2,5% a 4% neste ano. "Para a CSN, projetamos em torno de 10% de aumento nas vendas", afirmou.

O executivo disse que a empresa já implementou o aumento fatiado de 20% anunciado em abril. "Foram concluídos agora no início de maio a distribuição e indústria". Ele prevê forte redução nas importações, com a volatilidade do câmbio e os problemas de demora de até 180 dias na entrega do produto.

A empresa encerrou o trimestre com endividamento líquido de R$ 18,6 bilhões, com uma relação dívida líquida sobre Ebitda de 0,89 vez. O caixa ao final do trimestre foi de R$ 14 bilhões. "Ficamos confortavelmente abaixo do patamar de 1 vez e devemos baixar nos próximos com aumento de geração de caixa", disse Marcelo Ribeiro, diretor-executivo financeiro e de RI. *(IR)*

Curta

Lucro da Direcional sobe

A incorporadora Direcional registrou alta de 1,2% no lucro líquido durante o primeiro trimestre de 2022, na comparação anual, para R$ 27,2 milhões. Impulsionada por vendas líquidas que somaram R$ 622 milhões (alta de 21%), a receita líquida da empresa cresceu 13% na mesma base de comparação, para R$ 468 milhões. Os lançamentos subiram 4% no período, somando um valor geral de vendas (VGV) de R$ 599 milhões, com nove empreendimentos. O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado cresceu 25% na base anual, para R$ 97 milhões. A margem bruta ajustada foi de 36%, estável em relação ao início de 2021.

Varejo Carrefour segura aumentos e GPA faz promoções mais controladas

Estratégias de preço dividem GPA e Carrefour

Adriana Mattos
De São Paulo

O peso das despesas nos números de GPA e Carrefour neste começo de ano afetou as margens das redes de varejo de janeiro a março, segundo balanços publicados. Esses gastos responderam por uma fatia maior das receitas. Além disso, os balanços dos grupos mostram diferenças nas estratégias de repasse dos aumentos de preços ao consumidor, algo que têm impacto na margem bruta.

De forma geral, o Carrefour cresceu em vendas mais que o GPA no primeiro trimestre, porque, propositalmente, decidiu ganhar maior volume de venda neste ano, repassando reajustes gradualmente em supermercados e hipermercados, disse ontem o comando do grupo. O GPA está repassando a maior parte da pressão inflacionária, com promoções mais controladas, e ainda pode manter essa tática.

Enquanto o GPA opera um braço mais premium de varejo — com os supermercados Pão de Açúcar (que representam mais de 40% da receita total) — e fechou a rede de hipermercados Extra meses atrás, o Carrefour é forte nas classes de menor renda, com seus 100 hipermercados. "Estamos revertendo margem em volume, e é uma estratégia pensada, e que vem dando resultado porque nossas vendas trimestrais sobem mais", disse na noite de ontem David Murciano, diretor financeiro do grupo Carrefour.

"Queremos recuperar mais clientes num momento muito particular do mercado [sem a concorrência do Extra], com um fluxo que não tínhamos, vindo de lojas concorrentes", disse. "Isso leva a uma negociação que não é tranquila com fornecedores, mas temos tentado defender [preço] o máximo possível. E podemos fazer isso porque compensamos com o Atacadão", afirmou Murciano, referindo-se ao braço de atacarejo do grupo. O GPA cindiu a sua operação no segmento, o Assaí, em 2021.

Ao ser questionado sobre a razão pela qual valeria a pena buscar ainda mais volume, num ambiente já sem o Extra, Murciano diz que outros "concorrentes continuaram fortes" nos últimos meses.

Os supermercados e hipermercados do Carrefour cresceram 5,6% de janeiro a março em receita líquida. No GPA Brasil houve recuo de 1,8% — os supermercados Pão de Açúcar perderam 1,4% das vendas.

Em teleconferência ontem, o presidente do GPA, Marcelo Pimentel, disse que o grupo repassou boa parte das pressões dos fornecedores aos preços, especialmente em perecíveis, e com ganho de participação de mercado no segmento premium. Ainda afirmou que a empresa tem que crescer mais e ser mais rentável, e que a prioridade hoje são os supermercados Pão de Açúcar, sem sinalizar mudanças na atual política comercial. Ambas as empresas confirmaram recuperação mais acelerada na demanda em abril.

Analistas comentaram o impacto dos preços e das despesas operacionais nos resultados. Marcela Recchia, analista sênior do Credit Suisse diz que, "apesar de uma melhora na margem bruta do GPA devido a esforços promocionais controlados", as despesas mais altas afetaram a margem Ebitda, que mede lucro antes de juros, impostos, amortização e depreciação. Esse índice caiu 1,1 ponto, para 8,2%. Já a margem bruta (que recua quando as promoções se aceleram) subiu 0,2 ponto, para 27%.

Sobre as despesas, o GPA diz que houve uma menor diluição de custos fixos (pesa nisso frete e pessoal), mas espera ter uma diluição dos custos nos próximos trimestres e evolução na margem.

No Carrefour, as despesas operacionais no braço de varejo também cresceram, e acima da receita (subiram 6,8%). Murciano não considerou a alta representativa, considerando o tamanho dos reajustes salariais e do custo da energia. A margem bruta caiu 0,9 ponto, para 22,6% e a margem Ebitda recuou 1,1 ponto, para 4,4%.

Considerando as operações consolidadas, que incluem o mercado brasileiro e os negócios internacionais (Éxito), o GPA apurou prejuízo de R$ 85 milhões no primeiro trimestre, invertendo um lucro de R$ 118 milhões um ano antes. O montante não considera os recursos da venda dos hipermercados Extra — ao se incluir isso, o GPA atinge lucro R$ 1,4 bilhão (dez vezes acima de um ano antes).

Já o Carrefour apurou recuo de 57% no lucro consolidado, para R$ 406 milhões, incluindo as operações de varejo e do Atacadão.

Desempenho
Variações das ações na B3

Pão de Açúcar — Variações, em %

No dia	-2,81
Em 12 meses	-40,67

Valor de mercado R$ 6,0 bilhões

Carrefour BR — Variações, em %

No dia	-0,88
Em 12 meses	-3,63

Valor de mercado R$ 40,3 bilhões

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Anatel dá aval à venda do controle da V.tal pela Oi

Telecomunicações

Rafael Bitencourt, Ivone Santana e Denis Kuck
De Brasília, de São Paulo e do Rio

O conselho diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) aprovou ontem a venda do controle da empresa de fibra óptica V.tal (antiga InfraCo), detido pela Oi, para GlobeNet Cabos Submarinos e outros fundos do BTG Pactual.

O processo foi relatado pelo diretor Vicente Aquino há três semanas, na última reunião do colegiado. Com pedido de vista do diretor Emmanoel Campelo, voltou à pauta ontem em rápida deliberação.

Por unanimidade dos presentes, a decisão foi tomada com apenas pequenos ajustes na proposta original do relator. A anuência prévia concedida pela agência será válida pelo prazo inicial de 180 dias, prorrogáveis por igual período, até ter a eficácia permanente, a depender do cumprimento de pequenas exigências feitas pelo comando da Anatel, com renúncia de outorgas de telefonia fixa sobrepostas e entrega de documentos.

Com a decisão, a Oi cumpre uma etapa importante de sua estratégia de sair da recuperação judicial. Logo no início do ano, a operadora já havia vendido sua operação de telefonia móvel — seu ativo mais valioso — para as concorrentes Telefônica (dona da Vivo), TIM e Claro.

A GlobeNet assume o controle da infraestrutura de rede de fibra óptica para fortalecer sua atuação comercial no mercado de atacado. A Oi, que continuará a deter uma fatia acionária, seguirá atuando no segmento de varejo comercializando banda larga fixa.

A aprovação da operação de venda da V.tal, no valor de R$ 12,9 bilhões, era aguardada desde o ano passado, quando houve negociação dentro do processo de recuperação judicial.

A GlobeNet e fundos do BTG Pactual já captaram R$ 5 bilhões dos R$ 30 bilhões que o grupo planeja investir na infraestrutura da V.tal a partir de agora até os próximos cinco anos, segundo apurou o **Valor**. A dívida foi feita com um consórcio de bancos — Bradesco, Santander, Citi e Safra, pela ordem de quais liberaram mais volume de empréstimo.

O total de aportes de R$ 30 bilhões foi um compromisso assumido pelos novos controladores no ano passado, condicionados à aplicação após o sinal verde dos órgãos reguladores.

Para este ano, a receita prevista da V.tal é de R$ 5 bilhões e lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês), de R$ 2 bilhões, como apurou o **Valor**.

As partes estão tentando acelerar o processo para que o fechamento da transação ocorra até o fim deste mês. O plano é elevar a implantação de fibra óptica das atuais 16 milhões de 'casas passadas' (com fibra disponível na porta) para 20 milhões no fim deste ano. Mais 12 milhões serão completadas em 2023 e 2024 e parte de 2025, totalizando 32 milhões.

A V.tal fica com 3 mil funcionários, incluindo os da GlobeNet. O **Valor** apurou que a diretoria da V.tal já está formada. No conselho de administração serão cinco membros indicados pelo BTG, um pelo fundo GIC, de Cingapura; e quatro da Oi.

A Oi ainda não indicou ninguém, mas acredita-se que o presidente Rodrigo Abreu será um dos nomes. Para blindar os conselheiros da Oi dos assuntos comerciais de outras operadoras clientes da V.tal foi criado um "chinese wall". Trata-se de um comitê de neutralidade, com três conselheiros independentes.

Quatro dos dez membros do conselho são Amos Genish, presidente-executivo e do colegiado; André Esteves, Pedro Fragoso e Renato Mazzola. Genish fica na função de CEO até que se defina se ele ou outro profissional ocupará o cargo — Genish tem resistido a essa ideia, segundo fontes.

O presidente da Oi, Rodrigo Abreu, definiu ontem a aprovação da venda do controle da V.tal como "etapa fundamental" para o processo de reposicionamento de mercado do grupo. Também ontem, o executivo participou de teleconferência com analistas e investidores sobre o balanço da operadora no quarto trimestre.

A Oi registrou prejuízo líquido atribuído aos acionistas controladores de R$ 8,49 bilhões em todo o ano de 2021, recuo de 19,3% sobre 2020. A receita líquida caiu 4,5%, para R$ 17,9 bilhões. Abreu atribuiu a queda ao fechamento de operações, como previsto no plano de recuperação judicial.

Ele disse que a operadora está cumprindo os marcos para a construção de uma nova marca, com foco no fornecimento de fibra ótica e serviços para empresas.

"A empresa vai se tornar sustentável a longo prazo. Será o início de uma nova jornada. A Oi ficará muito mais enxuta", afirmou Abreu. "As receitas de fibra representam 17% da receita total da empresa e 29% das operações continuadas. A fibra está compensando a queda nos serviços legados", acrescentou.

Negócio financeiro derruba ação da Totvs

Desempenho

Daniela Braun
De São Paulo

A ação da empresa de tecnologia Totvs, que comentou o balanço do primeiro trimestre ontem, foi destaque negativo do Ibovespa ontem. O impacto do cenário econômico para a divisão de serviços financeiros, incluindo o aumento das provisões contra devedores duvidosos (PDD) no trimestre colaboraram para a reação negativa do mercado. Ontem, a ação da Totvs fechou em queda de 11,62%, negociada a R$ 28,44.

No primeiro trimestre deste ano o lucro líquido de R$ 79,5 milhões apresentou queda de 1,5% na comparação anual, refletindo impactos de reajustes salariais. A receita líquida avançou 36,2%, para R$ 981,1 milhões.

"Techfin teve alguns elementos circunstanciais que acabaram atrapalhando o resultado [no primeiro trimestre]", disse Dennis Herszkowicz, presidente da Totvs, ao **Valor**, referindo-se à empresa de tecnologia que vende serviços financeiros. "Mas mesmo com esses eventos, os indicadores mais importantes do negócio, como o nível de originação de crédito e a qualidade da carteira, continuam performando bem", ponderou o executivo ressaltando que "houve aumento de provisões, mas não de perdas efetivas no período".

A expectativa de Herszkowicz é de que a queda de 23% na carteira vencida da Techfin até 90 dias no mês de abril, torne-se uma tendência nos próximos meses, assim como o fim do ciclo de alta da taxa básica de juros Selic. "Essa alta da taxa de juros básica, que acreditamos estar no final de um processo de alta, impacta o resultado de Techfin porque eu passo a remunerar meu investidor do FDIC (Fundo de Investimento em Direitos Creditórios) pela taxa nominal, só que a carteira de crédito que gera a receita só vai ser efetiva no ciclo seguinte, que é um processo que come rentabilidade", explica.

Se a previsão se concretizar, a empresa pretende diminuir a reserva de PDD, que subiu de 0,21% da produção de crédito, no quarto trimestre de 2021, para 40% no primeiro trimestre deste ano.

Entre janeiro e março, a Techfin apresentou receita de R$ 82,6 milhões, uma queda de 10% em relação aos R$ 91,8 milhões gerados um ano antes. A receita líquida de funding de R$ 47,1 milhões no primeiro trimestre teve alta de 12% sobre igual trimestre do ano passado e queda de 27% sobre o quarto trimestre de 2021.

Na teleconferência realizada ontem com analistas, o presidente da Totvs destacou que a joint venture de mais de R$ 1 bilhão com o Itaú Unibanco, anunciada em meados de abril para a criação da Totvs Techfin, resolve "de maneira definitiva temas de portfólio e 'funding'".

Expandir a oferta de serviços financeiros a pequenas e médias empresas é a aposta da Totvs com a aliança, que o CEO espera colocar em prática nos próximos meses, após análises do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e do Banco Central.

Curtas

Lucro da Renner

A Lojas Renner teve lucro atribuído aos controladores de R$ 191,6 milhões no primeiro trimestre de 2022, revertendo prejuízo de R$ 147,7 milhões de igual período de 2021. A receita líquida avançou 65,2%, para R$ 2,61 bilhões. A receita líquida de varejo somou R$ 2,29 bilhões, alta de 63,4%. As vendas em mesmas lojas (abertas há mais de um ano) avançaram 59,5%, enquanto o faturamento bruto digital foi de R$ 434 milhões, avanço de 38,7%. Já a penetração das vendas digitais foi de 15,1%, perda de 2,7 pontos percentuais ante o primeiro trimestre de 2021%. Os serviços financeiros da Renner somaram lucro de R$ 85,2 milhões, alta de 22,4% ante o primeiro trimestre de 2021.

Cursos técnicos

O Ministério da Educação (MEC) assinou, nessa semana, portaria autorizando as instituições de ensino superior privado a ofertarem cursos técnicos, segundo o novo ministro do MEC, Victor Godoy Veiga, que participa de evento promovido pela Associação Brasileira de Ensino Superior Privado (Abmes). Segundo Celso Niskier, presidente da Abmes, as faculdades privadas estão preparadas para ofertar cursos técnicos e conseguem ser mais rápidas dos que instituições públicas. Ainda segundo o ministro, as visitas para vistoria dos campi poderão ser realizadas de forma virtual mesmo após o fim de pandemia. "Já realizamos 4 mil avaliações nesse formato virtual", disse o ministro. Ainda durante o evento, representantes da pasta informaram que serão abertos processos com instituições federais para reduzir o volume de processos administrativos parados, que hoje somam 21 mil. São processos diversos desde autorizações de cursos, abertura de unidades, etc.

Liderança Digital

SILVIA ZAMBONI/VALOR

O uso de ferramentas tecnológicas de análise de dados é prioridade para a Bic, fabricante de itens de papelaria, isqueiros e barbeadores. "Temos todos os dados de vendas de clientes distribuidores e atacadistas, além de uma ideia real do estoque do cliente, o que é super importante na tomada de todas as decisões comerciais", diz Olivier De Bruyn, gerente geral da Bic Brasil, ao Liderança Digital, que vai ao ar nesta sexta-feira, no site e nos canais sociais do Valor. No ano passado, quando lançou um canal próprio de vendas on-line, o Mundo Bic, a empresa observou uma alta de mais de 50% em vendas via e-commerce, na comparação com 2020, informou o executivo.

Agenda Tributária

Mês de Maio de 2022

Data de vencimento: data em que se encerra o prazo legal para pagamento dos tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Data de Vencimento	Tributos	Código Darf*/GPS**	Período de Apuração do Fato Gerador (FG)
Diária	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)		
	Rendimentos do Trabalho		
	Tributação exclusiva sobre remuneração indireta	2063*	FG ocorrido no mesmo dia
	Rendimentos de Residentes ou Domiciliados no Exterior		
	Royalties e Assistência Técnica - Residentes no Exterior	0422*	FG ocorrido no mesmo dia
	Renda e proventos de qualquer natureza	0473*	"
	Juros e Comissões em Geral - Residentes no Exterior	0481*	"
	Obras Audiovisuais, Cinematográficas e Videofônicas (L8685/93) - Residentes no Exterior	5192*	"
	Fretes internacionais - Residentes no Exterior	9412*	"
	Remuneração de direitos	9427*	"
	Previdência privada e Fapi	9466*	"
	Aluguel e arrendamento	9478*	"
	Outros Rendimentos		
	Pagamento a beneficiário não identificado	5217*	FG ocorrido no mesmo dia
Diária	Imposto sobre a Exportação (IE)	0107*	Exportação, cujo registro da declaração para despacho aduaneiro tenha se verificado 15 dias antes.
Diária	Cide - Combustíveis - Importação - Lei nº 10.336/01 Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação de petróleo e seus derivados, gás natural, exceto sob a forma liquefeita, e seus derivados, e álcool etílico combustível.	9438*	Importação, cujo registro da declaração tenha se verificado no mesmo dia.
Diária	Contribuição para o PIS/Pasep Importação de serviços (Lei nº 10.865/04)	5434*	FG ocorrido no mesmo dia
Diária	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) Importação de serviços (Lei nº 10.865/04)	5442*	FG ocorrido no mesmo dia
Diário (até 2 dias úteis após a realização do evento)	Associação Desportiva que mantém Equipe de Futebol Profissional - Receita Bruta de Espetáculos Desportivos - CNPJ - Retenção e recolhimento efetuado por entidade promotora do espetáculo (federação ou confederação), em seu próprio nome.	2550**	Data da realização do evento (2 dias úteis anteriores ao vencimento)
Diário (até 2 dias úteis após a realização do evento)	Pagamento de parcelamento de clube de futebol - CNPJ - (5% da receita bruta destinada ao clube de futebol)	4316**	Data da realização do evento (2 dias úteis anteriores ao vencimento)
Até o 2º dia útil após a data do pagamento das remunerações dos servidores públicos	Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS)		
	CPSS - Servidor Civil Licenciado/Afastado, sem remuneração	1684*	Abril/2022
Data de vencimento do tributo na época da ocorrência do fato gerador (vide art. 10 do ADE Codac nº 7 de 2022)	Reclamatória Trabalhista - NIT/PIS/Pasep	1708**	Mês da prestação do serviço
	Reclamatória Trabalhista - CEI	2801**	"
	Reclamatória Trabalhista - CEI - pagamento exclusivo para outras entidades (Sesc, Sesi, Senai, etc.)	2810**	"
	Reclamatória Trabalhista - CNPJ	2909**	"
	Reclamatória Trabalhista - CNPJ - pagamento exclusivo para outras entidades (Sesc, Sesi, Senai, etc.)	2917**	"
6	Simples Doméstico - Regime unificado de pagamento de tributos, de contribuições e dos demais encargos do empregador doméstico	Documento Único de Arrecadação do Simples Doméstico	Abril/2022
6	Comprev - recolhimento efetuado por RPPS - órgão do poder público - CNPJ	7307**	1º a 30/abril/2022
	Comprev - recolhimento efetuado por RPPS - órgão do poder público - CNPJ - estoque	7315**	"

Fonte: Secretaria da Receita Federal

Obs.: Em caso de feriados estaduais e municipais, os vencimentos deverão ser antecipados ou prorrogados de acordo com a legislação de regência

Bebidas AB InBev e Ambev, e as rivais Heineken e Carlsberg aumentam volume faturado no primeiro trimestre

Cerveja fica mais cara, mas venda cresce

Raquel Brandão
De São Paulo

Os aumentos de preços feitos pelas cervejarias recentemente e a inflação de outros itens tomando mais dinheiro do bolso não reduziram a sede do consumidor e os volumes de cerveja seguiram crescendo em todo o mundo no primeiro trimestre. "Mas qual é o limite para a resiliência da cerveja?", perguntam analistas de mercado.

"Ainda é cedo para medir o impacto e a elasticidade de demanda. Mas o que vemos, por enquanto, é que o preço da cerveja ao consumidor continua abaixo da inflação e a cerveja continua a ganhar espaço no mundo", disse o presidente da AB InBev, Michel Doukeris, em teleconferência de resultados ontem. A maior fabricante de cervejas do mundo cresceu em 2,2% o volume da bebida.

No consolidado, que inclui outras bebidas, o volume cresceu 2,8%, levando a um aumento de 11% na receita líquida, para US$ 13,24 bilhões. O lucro líquido caiu 84%, para US$ 95 milhões, mas devido à baixa contábil de US$ 1,14 bilhão relacionada à sua decisão de sair dado da Rússia, que começou uma guerra contra a Ucrânia em 24 de fevereiro.

Sua controlada, a Ambev, registrou um crescimento de 2,1% no volume de vendas de cerveja no Brasil, para 22 milhões de hectolitros. No consolidado da operação, o volume de bebidas cresceu 3,6%— esse resultado considera outros países e também outras bebidas, como as não alcoólicas.

As concorrentes globais Heineken e Carlsberg, que divulgaram resultados do primeiro trimestre anteriormente, também registraram avanço nos volumes. Em todo o mundo, o volume do grupo holandês cresceu 5,2% (no Brasil, cresceu um dígito baixo) e da dinamarquesa, 9,1%. Os desempenhos poderiam, inclusive, ser melhores se não fosse a guerra entre Rússia e Ucrânia, que paralisou operações nos países e levou as duas empresas a sair do mercado russo.

Para a Ambev, o trimestre começou lento. A nova onda de covid-10, causada pela variante ômicron, pesou sobre o volume vendido em janeiro e só começou a se ver uma recuperação em fevereiro. As operações no Canadá e na República Dominicana também patinaram. Ainda assim, o volume cresceu.

A receita líquida consolidada chegou a R$ 18,44 bilhões, um crescimento reportado de 10,8% e de 18,5% orgânico. A empresa conseguiu um lucro líquido atribuído a controladores de R$ 3,41 bilhões, um avanço de 29,9% ante mesmo período de 2021.

No Brasil mais especificamente, o avanço de 2,1% de volume de cerveja está alinhado à retomada do consumo fora do lar, o que também impulsionou o volume do portfólio de bebidas não alcoólicas, cujo volume ficou 16,9% maior. Ainda assim, as vendas em bares e restaurantes continuam abaixo dos níveis pré-pandemia.

"Saio encorajado do primeiro trimestre", disse o presidente da Ambev, Jean Jereissati, em teleconferência. "Continuamos esperando volatilidade e pressão de custos, mas não mudamos projeção de crescimento".

A expectativa da empresa é de que o Ebitda (sigla em inglês para resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização) da operação brasileira volte a crescer e que, no consolidado, o indicador supere o crescimento de 2021, que foi de 10,9%. Mesmo com um cenário de inflação elevada e juros básicos crescentes, a diretoria diz olhar para o que "consegue controlar", ou seja, para seus indicadores.

"No trimestre conseguimos entregar crescimento de 10,2%, mesmo com todo cenário mais difícil. Foi um bom começo para entregarmos o que prevemos", disse o diretor financeiro da Ambev, Lucas Lira, em entrevista ao **Valor**.

Mais do que impulsionar ganhos de participação — que ocorreram nesse trimestre, segundo a empresa —, o foco ao longo do ano será o de criar e aproveitar as ocasiões de consumo, como as festas de São João em junho e a Copa do Mundo no fim do ano. "O ano já tem trazido e deve continuar trazendo de volta uma demanda que foi reprimida em 2021, que é o consumo fora de casa", diz Lira.

As grandes apostas da empresa estão em rótulos como Beck's, Corona, considerados premium, e Brahma Duplo Malte e Spaten, que estão na cartegoria "core plus" — abaixo da premium, mas acima das bebidas mais populares como Brahma e Skol. Segundo Jereissati, ficou "muito claro" que havia espaço para o "core plus". Hoje, o segmento responde por mais de 10% da receita, mas a projeção é de que chegue a 25%, enquanto premium ficará com 20%.

O maior desafio, porém, continua sendo o de melhorar a as margens, uma preocupação constante nos relatórios dos bancos de investimento. Com os custos ainda pressionando, seja em preços das commodities — especialmente alumínio e cevada — ou valores de fretes por causa do diesel, a empresa não faz projeções de margens melhores até o fim deste ano.

Mas Lira afirma que a principal alavanca está na combinação de crescimento de volumes e receita líquida por hectolitro. "Conseguimos isso com inovação, volume das marcas premium e core plus, volume de garrafas retornáveis e volta do consumo fora de casa", diz ele.

O outro lado são os custos e despesas, com os quais a gestão "segue diligente". "Não estamos imunes à inflação, mas nossa política de 'hedge' nos dá previsibilidade de um ano e mitiga a pressão", diz, acrescentando que o investimento em tecnologia, seja nas fábricas ou nas plataformas de vendas on-line, tem ajudado a melhorar a produtividade.

CAROL CARQUEJEIRO/VALOR

Jereissati, da Ambev: "Continuamos esperando volatilidade e pressão de custos, mas não mudamos projeção de crescimento"

Desempenho
Variações das ações em bolsa

AB InBev
Em €/ação*

Valor de mercado €94,4 bilhões
5/mai/21: 57,60 — 5/mai/22: 54,32

Ambev ON
Em R$/ação

Valor de mercado R$216,3 bilhões
5/mai/21: 14,37 — 5/mai/22: 13,73

Variações, em %

	AB InBev	Ambev ON
No dia	1,89	-4,25
Em 12 meses	-5,69	-4,43

Dados contábeis, em US$ bilhões (AB InBev)

	1ºtri/22	Var. %**
Receita líquida	13,2	11,1
Lucro líquido subjacente ***	1,2	9,6

Dados contábeis, em R$ bilhões (Ambev)

	1ºtri/22	Var. %**
Receita líquida	18,4	10,8
Lucro líquido ajustado	3,6	28,6

Fontes: Ab Inbev, B3, Yahoo Finance e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Na bolsa de Bruxelas. ** Em relação ao mesmo trimestre de 2021. *** Métrica utilizada pela empresa para melhor refletir o lucro

Como a Arezzo está driblando a pressão inflacionária

Moda

Maria Luíza Filgueiras
De São Paulo

Num cenário de pressão de custos, muitas varejistas até têm conseguido aumentar receita — mas a compressão de margens e lucros indica que isso vem em grande medida do repasse de preços ao consumidor. Na Arezzo, a história foi diferente.

Os resultados do primeiro trimestre mostram que a rede de calçados, acessórios e roupa, controlada pela família Birman, tem conseguido driblar a inflação e o gargalo da cadeia de insumos sem perder rentabilidade e sem impacto nos volumes de peças vendidas.

No trimestre, a receita bruta aumentou 64% na comparação anual, para R$ 1,04 bilhão — melhor resultado histórico para um início de ano. A margem bruta aumentou 340 pontos-base na comparação anual, de 50% para 53,4% — próxima ao do quarto trimestre, que foi de 54%. A margem Ebitda ajustada, que exclui impacto positivo não recorrente de créditos fiscais, foi de 13% para 15,9%.

O lucro líquido quase dobrou, para R$ 58 milhões, alta de 94% na comparação anual (no quarto trimestre, que costuma ser mais forte no varejo, havia sido de R$ 104 milhões).

As marcas Vans, Reserva e Alexandre Birman e a operação americana dobraram de tamanho. "Fizemos um bom controle de despesas, repassamos parte do aumento de custos com alta de preços, mas também aumentamos o volume vendido com uma aceitação grande de campanhas e coleções", diz o diretor financeiro Rafael Sachete.

O número de pares de sapatos vendidos no trimestre aumentou 40% no comparativo, foram 80% mais bolsas vendidas e 116% de aumento de vendas em peças de roupas, indicando que a alta do faturamento não veio só das remarcações na etiqueta.

Um dos caminhos encontrados pela companhia é aumentar a gestão que tem sobre a cadeia de suprimentos. Capitalizada após uma oferta de ações, a Arezzo tem investido em aquisições e voltado o olhar para a fabricação.

No ano passado, a companhia comprou uma fábrica na Bahia e, há três semanas, anunciou a aquisição da fabricante de bolsas HG, em Novo Hamburgo, e da intermediadora Sunset.

A companhia nasceu como indústria, migrando para o modelo "asset-light" na década de 80 – o foco ficou nas marcas e no varejo, com a terceirização da maior parte da fabricação.

"Mantivemos cerca de 10% de fabricação própria nesses anos. Estrategicamente, o modelo vai continuar asset-light, mas vamos progredir um pouco essa participação na indústria", diz Sachete. Com as últimas aquisições, isso já subiu dos 10% para 13% e a projeção é chegar a algo entre 15% e 17%. A venda on-line foi um forte vetor para o crescimento. "O on-line, que já tem bases fortes, cresceu 40% no primeiro trimestre".

Isso ajuda a explicar a lógica de dois investimentos em startups fechados pela Arezzo por meio da ZZ Ventures, seu braço de venture capital. A Arezzo fechou um acordo de investimento, em que entra com um financiamento que pode ser convertido em ações em até três anos, na Play9 e na Growdev.

A Play9 é uma agência criada por Felipe Neto (com 44 milhões de inscritos em seu canal no YouTube) e pelo jornalista João Pedro Paes Leme, que definem o negócio como "entretenimento de influência". Rony Meisler, fundador da marca Reserva e sócio da Arezzo, terá assento no conselho da Play9.

A agência reúne celebridades da TV e fenômenos da internet. "O viés desse investimento é criar um canal de comunicação com esses influencers e trazer para o nosso ecossistema, seja na conexão das nossas marcas com eles ou na criação de marcas individuais deles", diz Sachete. Na gaúcha GrowDev, especializada em tecnologia de educação e que forma desenvolvedores, a Arezzo pode ter uma fatia de 15%. A vantagem é recrutar profissionais no curso já nos estágios iniciais.

DIVULGAÇÃO

Na Arezzo, o número de pares de sapatos vendidos no primeiro trimestre aumentou 40%, na comparação anual

Curtas

Multa na Backer

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) decidiu multar em R$ 5,1 milhões a cervejaria mineira Backer, no processo relacionado à venda de cerveja contaminada, que veio à tona em 2020. O consumo do produto causou a morte de 10 pessoas e deixou outras 29 intoxicadas. Além da produção e comercialização de 39 lotes de cerveja com presença de monoetilenoglicol ou dietilenoglicol (substância usada no processo de refrigeração), a pasta enumerou, entre as infrações cometidas pela empresa, o descumprimento de intimações, como de recolhimento de produto, a falta de comunicação ao governo sobre mudanças no parque fabril, entre outras. No início de abril, o ministério autorizou a retomada parcial de produção e venda de cerveja na fábrica. "Essa liberação, que continua em vigor, foi concedida para duas adegas no parque industrial da empresa, após serem atendidas as exigências para garantir a segurança dos produtos, referentes às condições dos tanques de fermentação e equipamentos que serão utilizados neste retorno", informou a pasta, em comunicado. O estabelecimento havia sido interditado em janeiro de 2020. Segundo o ministério, para retomar as atividades a empresa passou a usar como substância refrigerante uma solução que contém água e álcool.

Prejuízo na C&A

A C&A teve prejuízo atribuído aos controladores de R$ 152,7 milhões no primeiro trimestre deste ano, com alta de 10% em relação ao prejuízo de igual período de 2021. A receita líquida avançou 54,2%, para R$ 1,2 bilhão. As vendas nas mesmas lojas (lojas abertas há mais de um ano) avançaram 53,5% ante o primeiro trimestre, enquanto a receita bruta das operações on-line foi de R$ 208,4 milhões, alta de 49,7%. O resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebtida) ficou negativo em R$ 107 milhões, valor 19,9% acima do registrado no mesmo período de 2021. A margem Ebitda avançou 8,3 pontos percentuais, ficando negativa em 8,93%.

Lançamento De teclas de cerâmica a taças de cristal dentro da geladeira

O luxo exclusivo do novo Range Rover SV

Nova versão tem a carroceria 20 cm mais comprida, o que permite adicionar vários recursos de sofisticação, e poltronas traseiras individuais com 24 posições

André Paixão
De Sonoma, Estados Unidos

"Estes são a geladeira e o porta-copos mais rápidos do mundo". Essa foi a definição dada pelo diretor de engenharia da divisão de veículos especiais da Land Rover, Jamal Hameedi, para a versão SV do novo Range Rover, cuja chegada ao Brasil está confirmada para o início do segundo semestre.

A estranha fala do executivo faz sentido quando a equipe sob seu comando trabalha para tornar a vida de quem viaja no banco traseiro a mais confortável possível. Assim, o ângulo de reclinação dos bancos acaba sendo mais importante que a resposta no pedal do acelerador.

O nível de conforto e sofisticação de um Land Rover já é maior que o da maioria dos carros novos vendidos atualmente. O novo Range Rover "comum" é prova disso. Os materiais usados são de excelente qualidade: há muito couro, alumínio e madeira.

Só que os clientes que escolhem pagar (bem) mais por um SV querem um patamar ainda maior de sofisticação. É quando a divisão de personalização entra em cena. Usando como base unidades com carroceria longa do novo Range Rover, 20 cm mais comprida, uma série de recursos é adicionada, ao passo que o assento central do banco traseiro é removido. Assim, o Range Rover começa a se transformar em uma limusine.

As duas poltronas individuais possuem ajustes elétricos em 24 posições. Se isso não for suficiente, o passageiro que vai do lado direito pode ainda posicionar o assento dianteiro para a frente e rebater parte do encosto, formando, assim, um apoio para os pés.

Há diversos programas de massagem, aquecimento e ventilação. Os comandos são feitos por meio de botões posicionados nas portas. Acha que a mordomia acabou? Se o sol estiver muito forte, uma persiana pode ser acionada eletricamente.

Escondido atrás de uma pequena porta de madeira está um dos recursos mais legais do novo Range Rover. É uma pequena geladeira com capacidade para uma garrafa (de espumante, vinho, uísque, água ou a bebida que preferir) e duas taças de cristal da marca britânica (é claro) Dartington Crystal.

Segundo a Land Rover, as taças foram desenvolvidas exclusivamente para a SV. Um par semelhante ao disponível no carro sai, em média, por R$ 340. A fabricante afirma que a geladeira, já disponível na geração anterior, está mais eficiente e gela as bebidas "mais rápido que nunca".

E como é o acesso à geladeira? Simples. Uma tela de oito polegadas sensível ao toque fica posicionada onde seria o assento central do banco traseiro. Por meio dela é possível não apenas abrir e fechar o compartimento, mas também realizar uma série de outras funções como programar massagem, ajustar a ventilação ou acionar a mesa de trabalho.

Se o passageiro precisar trabalhar durante os deslocamentos, não será um problema. O enorme console central tem uma mesa retrátil. O acionamento dela também é feito por meio da tela sensível ao toque. A única parte do processo feita manualmente é o ajuste do ângulo da mesa após a sua abertura.

Para garantir a durabilidade, os engenheiros da SV submeteram o mecanismo de acionamento a testes de resistência com 11 mil repetições. Outra curiosidade é que a base é construída usando impressoras 3D.

Além das formas alternativas de construção, o novo Range Rover exibe uma gama bastante variada de materiais. Há os tradicionais alumínio e couro, mas também madeira de lei finalizada com técnicas de marchetaria. Uma alternativa ao couro é o tecido de alta qualidade.

Mas a estrela da personalização é a cerâmica — usada pela primeira vez em um Range Rover. E o pessoal da divisão SV caprichou. O material está presente no logotipo da versão na tampa traseira, na alavanca de câmbio e nas teclas de seleção dos modos de condução, ventilação e ajuste do volume.

Por enquanto, o Range Rover SV ainda não tem data de lançamento no Brasil. Ele virá, mas depois da versão First Edition, cuja chegada está programada para o início do segundo semestre – possivelmente entre julho e agosto. Inicialmente, serão três motorizações: D350 MHEV, P510E e P530.

A D350 MHEV é equipada com motor 3.0 turbodiesel de seis cilindros em linha que entrega 350 cv e 71,4 kgfm de torque. A sigla MHEV faz menção ao conjunto híbrido leve, no qual um gerador "alivia" o motor a combustão e é responsável por algumas funções básicas, como o funcionamento do start-stop. Nesse caso, não há propulsão elétrica.

A versão híbrida com essa possibilidade é a P510E, que combina um motor de seis cilindros em linha a gasolina e um elétrico de 134 cv. Somados, geram 500 cv e permitem autonomia no modo elétrico superior a 100 km. As baterias são de 38,2 kWh.

Por fim, o tradicional motor V8 não foi esquecido, disponível na variante P530. A unidade de 4.4 com compressor é de origem BMW e fornece 530 cv e 76,5 kgfm.

Jetta GLI 2023 agora com sete marchas e motor mais potente

Única versão disponível do sedã médio, a GLI não tem opcionais e parte de R$ 216.990, mas em compensação novo modelo vem com teto solar de série

Marcelo Monegato
De São Paulo

Boa notícia para os endinheirados que apreciam o carro não apenas com visual esportivo, mas com desempenho acima da média. A Volkswagen apresenta a linha 2023 do Jetta GLI, que traz poucas mudanças no visual, mas recebe novos equipamentos de série. O melhor de tudo é que o conjunto mecânico segue com motor 2.0 turbo, que tem agora 1 cv a mais, e o câmbio passa a ser o DSG de sete marchas.

Única versão disponível do sedã médio, a GLI não tem opcionais e parte de R$ 216.990. O preço é R$ 11.180 mais caro que o anterior, que tinha R$ 205.810 como preço inicial. Por esse valor, no entanto, o carro não vinha com teto solar, que era um opcional (agora é um item de série) e custava R$ 7.430.

Pode parecer antagônico, mas o que mais chama a atenção no Jetta GLI 2023 é o conjunto mecânico, que é praticamente o mesmo. O motor, por exemplo, segue sendo o 2.0 TSI (turbo) de quatro cilindros e injeção direta de combustível (somente gasolina), mas que foi recalibrado para receber 1 cv extra e chegar aos 231 cv. Já o torque permanece o mesmo: 35,7 kgfm a 1.500 rpm.

No entanto, o câmbio recebeu uma alteração que faz toda a diferença. Antes equipado com o famoso automatizado de dupla embreagem DSG de seis marchas, agora o sedã chega com DSG de sete velocidades. O resultado disso é um 0 a 100 km/h em 6,7 segundos (dados da fábrica) — 0,1 s mais rápido que o anterior. Já a velocidade máxima, que antes era de 250 km/h, baixou para 249 km/h.

Esteticamente, o Jetta GLI mudou pouco. A grade frontal e o para-choque foram redesenhados e as entradas de ar têm molduras vermelhas. As rodas de liga leve de 18 polegadas diamantadas trazem design renovado (utilizam pneus 225/45 R18) e a traseira tem novo difusor, que abriga as ponteiras de escape que passam a ter formato ovalado. A iluminação (dianteira e traseira) é Full LED e há duas novas cores no catálogo: Vermelho Kings e Azul Rising.

No interior, o destaque vai para a adoção da central multimídia VW Play. Com tela de 10,1" sensível ao toque e de alta resolução, ela permite conexão com Android Auto e Apple CarPlay sem a necessidade de cabo.

Outra novidade é o volante multifuncional, agora com botões "touch". Esse volante é encontrado nos veículos elétricos da marca, como ID.3 e ID.4, que estão em fase de estudos para o Brasil.

Entre os equipamentos de série, o Jetta GLI oferece teto solar panorâmico, seis airbags, controle adaptativo de velocidade e distância (ACC) com função Stop&Go, frenagem autônoma de emergência (AEB), sistema de frenagem pós-colisão e detector de fadiga. Vale destacar também o carregamento do smartphone por indução e o Ambient Light, recurso que permite ao motorista escolher até dez opções de cores para a iluminação interna.

Esportivo Porsche 911 com estilo retrô terá só 1,2 mil unidades

Fabricante alemão não divulgou quantos e por quanto o seleto 911 Sport Classic será oferecido ao mercado brasileiro

Raphael Panaro
De São Paulo

A Porsche segue com seu plano de mostrar (e vender) carros cada vez mais exclusivos. Depois do Heritage Edition baseado no 911 Targa, a marca alemã agora estreia o 911 Sport Classic, um esportivo de produção limitada, detalhes clássicos, 550 cv, tração traseira e... câmbio manual! Ah, e em breve estará disponível no Brasil.

O 911 Sport Classic é criação da Porsche Exclusive Manufaktur e terá somente 1.250 unidades produzidas. Assim como em seu antecessor direto, o 911 Sport Classic baseado no 997 apresentado em 2009, o visual é inspirado em modelos clássicos, como 911 original (1964) e no 911 Carrera RS 2.7 de 1972. Mas tudo feito sob a moderna e atual geração conhecida como 992.

A carroceria é larga — anteriormente, reservada aos modelos 911 Turbo — tem spoiler traseiro fixo no estilo do lendário duck-tail Carrera RS 2.7 e teto revestido com efeito de bolha dupla. As rodas são as clássicas Fuchs. A Porsche escolheu a cor cinza Fashion do antigo 356 e completou o pacote visual com faixas duplas em outro tom de cinza, assim como no teto e no spoiler.

No interior, o icônico padrão retrô pode ser encontrado nos painéis das portas e no centro dos bancos, enquanto o estofamento de couro em dois tons (preto e conhaque) clássico dá um toque clássico e nostálgico na cabine.

Além do visual que mistura o passado e o presente, o 911 Sport Classic chama atenção pelo conjunto mecânico. O esportivo não tem os seis cilindros aspirado de 408 cv do Sport Classic 2009 (que era o motor do Carrera S 997 da época). Agora é um seis cilindros boxer 3.7 turbo com 550 cv de potência.

Só que o modelo tem dois diferenciais: câmbio manual de sete marchas e tração traseira – em vez do conhecido PDK e da tração integral das outras versões. Os números de desempenho não foram revelados, mas o 911 Sport Classic deve fazer de 0 a 100 km/h na faixa dos 3,5 segundos.

Alguns exemplares do esportivo vão rodar pelas ruas brasileiras, mas a Porsche não especificou quantas e nem o preço de cada.

Publicidade McDonald's e Burger King fazem mudanças em duas linhas de produto após repercussão negativa

Consumidor reage ao 'parece, mas não é'

Ricardo Lessa
Para o Valor, de São Paulo

O poder de pressão das redes sociais e a influência do consumidor sobre as marcas ficaram bem explícitos nas últimas semanas, depois das polêmicas envolvendo os sanduíches McPicanha e Whopper Costela. Em menos de 15 dias, as gigantes de fast-food McDonald's e Buger King tiveram de vir a público se explicar, foram notificadas por órgãos de defesa do consumidor e pelo Conselho Nacional de Autorregulação Publicitária (Conar) e se viram obrigadas a fazer mudanças em linhas de produtos.

O rastilho da pólvora foi aceso no dia 19 de abril, quando o perfil do Instagram intitulado "Coma com os olhos", dedicado a comentários sobre produtos de alimentação, publicou uma foto do sanduíche Novo McPicanha com a tarja "Você está sendo enganado!". No texto, o dono da página, Itamar Taver, alertava que o sanduíche não continha picanha, apenas aroma de picanha no molho. Além disso, revelava documentos internos do McDonald's com orientações sobre a carne do novo sanduíche. Taver, um publicitário de Sorocaba (SP) de 48 anos, diz que não esperava tanta repercussão.

Ele acompanha rotineiramente pelas redes sociais, para sua página do Instagram, grupos de funcionários de diversas empresas de alimentos. Na primeira semana de abril, começou a observar comentários sobre o Novo McPicanha entre pessoas que trabalham no McDonald's. Notou que havia posts ironizando os consumidores que pensavam estar comendo picanha, mas na verdade consumiam uma carne comum.

Sob compromisso de não revelar a fonte, Taver recebeu de um funcionário uma correspondência interna, em que a empresa orientava: "esse sanduíche passará a usar carne 3:1, finalize os estoques de carne PIC." A nomenclatura, conforme descrito por Taver, prescreve a troca de uma carne de melhor qualidade por outra inferior.

Logo depois da postagem, em 19 de abril, começaram as reclamações nas redes sociais. O site Reclame Aqui, recebeu 1.651 queixas contra o McDonald's, que ficou em décimo sétimo lugar entre as empresas mais reclamadas dos últimos 30 dias, com 56,5% das reclamações resolvidas. O perfil "Coma com os olhos" recebeu 306 comentários. O caso foi veiculado em outras redes, ganhou repercussão na imprensa, na TV aberta e chegou ao Procon do Distrito Federal.

O McDonald's então se pronunciou, dizendo que a linha recém-lançada "Novos McPicanha" tinha esse nome "justamente para proporcionar uma nova experiência ao consumidor, ao oferecer sanduíches inéditos desenvolvidos com um sabor mais acentuado de churrasco". Afirmou que os lançamentos traziam "a novidade do exclusivo molho sabor picanha (com aroma natural de picanha)" e um hambúrguer maior, produzido com um "blend" de cortes de carne bovina selecionados.

A explicação não foi suficiente. Em 26 de abril, o Conar acatou a denúncia contra a rede de fast-food enviada por Taver. No dia 28, o Procon de São Paulo e o Ministério da Justiça notificaram a empresa e pediram esclarecimentos.

No dia seguinte, a Arcos Dourados, operadora do McDonald's na América Latina, publicou um anúncio nas redes sociais, com foto do sanduíche e a tarja "Foi mal galera". Resolveu retirar o produto de todos os restaurantes do país e informou que estava estudando os próximos passos. Procurada pelo **Valor** durante a elaboração dessa reportagem, a Arcos Dorados preferiu não se pronunciar.

O episódio do McPicanha logo chamou atenção para outro caso semelhante. O lanche Whopper Costela, do Burger King, feito com paleta suína e com "aroma natural" de costela, conforme explicavam letras miúdas de seu material publicitário. O perfil "Coma com os olhos" também comentou o caso e os comentários negativos se espalharam nas redes sociais. A rede foi notificada por órgãos de defesa do consumidor e pelo Conar.

Polêmica envolvendo McPicanha fez o McDonald's pedir desculpas e retirar linha de sanduíches de suas lojas

Inicialmente, a BK Brasil (agora chamada Zamp), responsável pela operação do Burger King no país, reagiu dizendo que a informação de que o lanche tinha apenas aroma de costela estava explícita desde o seu lançamento. Mas dias depois, em 3 de maio, decidiu mudar o nome do produto, também com um pedido de desculpas.

"Quando lançamos o Whopper Costela, anunciamos em nossas comunicações que ele é feito de carne de porco — paleta suína — e com sabor de costela, sem qualquer ingrediente artificial. Mas a reação das pessoas é um recado bem claro. Hora de ouvir, aceitar e agir. Sem meias palavras, sem gracinha, sem relativizar o problema. Por isso, a gente vem a público dizer que sentimos muito pelo ocorrido e anunciar a troca imediata do nome do sanduíche para Whopper Paleta Suína", afirmou a rede de fast-food em comunicado divulgado ao público. Procurada pelo **Valor**, a empresa não se pronunciou além da nota já divulgada.

A polêmica, no entanto, ainda não acabou. Nesta semana, o Senado aprovou a convocação de uma audiência no dia 12 para ouvir McDonald's e Burger King sobre os episódios. As investigações no Conar também seguirão adiante. As empresas têm 20 dias para apresentar suas defesas.

O publicitário Taver acha que são instrutivos casos como esses. "O consumidor não precisa ter medo, precisa ter consciência de seus direitos e de seu poder", diz.

"O consumidor está mais atento e as empresas precisam ficar mais atentas", afirma João Luiz Faria Netto, presidente do Conar. "Não importa se a letra é grande ou pequena, o consumidor tem que ser respeitado."

No ano passado, o Conar julgou 303 processos, a partir de 183 queixas de consumidores e 233 anúncios foram reprovados. Com orgulho, Faria Netto ressalta que nunca uma condenação do Conar, em mais de 10 mil processos julgados desde sua fundação, em 1979, deixou de ser cumprida.

"São casos que atingem não só a reputação da própria empresa, mas respingam em todo o setor", diz Solange Ricoy, fundadora da agência Alexandria, especializada em posicionamento de marcas e produtos, sobre os episódios dos lanches. Mas ela observa que o risco é inerente à publicidade. "Não se pode deixar de fazer por medo, o que precisa é estar preparado para administrar riscos e crises." As marcas podem até aproveitar as crises para se aproximar do consumidor, diz.

Agronegócios

Estratégia Compra de usina em Minas Gerais e ampliações em Goiás consolidam expansão da empresa após IPO

Jalles Machado amplia capacidade em 70%

Camila Souza Ramos
De São Paulo

A compra da usina mineira Santa Vitória era o passo que faltava para a goiana Jalles Machado se destacar do grupo de empresas de pequeno porte no setor e passar a integrar um pelotão de sucroalcooleiras de tamanho intermediário, com capacidade de moagem mais perto das 10 milhões de toneladas, como CMAA e Usina Colombo.

A companhia acertou a compra da usina que pertencia à Geribá Investimentos pelo total de R$ 704,9 milhões, incluindo assunção de dívidas. A empresa foi assessorada pela consultoria FG/A e pelo Pinheiro Neto Advogados.

A compra de uma terceira unidade era uma promessa da Jalles Machado aos investidores desde o IPO, em fevereiro de 2021. Mas a aquisição não era a única estratégia de crescimento da companhia, que logo após a entrada na B3 iniciou aportes para ampliar suas usinas em Goiás. Com a terceira planta, a capacidade total chegará a 8,5 milhões de toneladas, um salto de 70% em relação ao período anterior ao IPO.

O desafio agora será preencher as indústrias com cana. Nas usinas de Goiás, os investimentos para ampliar a capacidade em 1 milhão de toneladas estão em andamento desde a safra passada. A dificuldade maior será na Usina Santa Vitória, que nunca chegou perto de processar o máximo de sua capacidade, de 2,7 milhões de toneladas por safra.

Segundo Rodrigo Penna, diretor financeiro da Jalles Machado, a estratégia para a unidade será investir em aumento de produtividade, hoje inferior a 70 toneladas por hectare, e expansão de área. A empresa pode optar pela irrigação, uma vez que há equipamentos e 20 mil hectares irrigáveis, para aproveitar a concorrência fraca por terras na região.

Na safra atual, a unidade deve moer 2 milhões de toneladas, mais do que nos últimos anos, após um ano de administração da Geribá. A gestora comprou a usina da Dow Chemical, que havia erguido a planta em 2015 para apoiar a produção de bioplásticos, mas desistiu do projeto, o que levou a unidade a um prejuízo bilionário.

A Jalles Machado vem se preparando há mais de um ano para este ciclo de expansão. A empresa já tinha levantado R$ 520 milhões com a emissão de ações um ano atrás, e no início de 2022 levantou R$ 450 milhões com debêntures "verdes". Até a conclusão da compra da Usina Santa Vitória e consequente desembolso de R$ 515 milhões (valor já descontado das dívidas que serão assumidas), a empresa não descarta mais uma captação, afirmou Penna ontem, em teleconferência.

A Jalles Machado também assumirá R$ 189 milhões em dívidas da planta de cogeração. Segundo o executivo, os débitos com o BNDES serão mantidos, mas outros podem ser liquidados. Além disso, uma cláusula de earn-out prevê a partilha da receita do etanol na safra atual associado à produção de cana que superar 1,9 milhão de toneladas. Se a moagem ficar abaixo disso, a Jalles Machado receberá metade das perdas líquidas com a moagem menor.

illicaffè intensifica sua atuação no e-commerce

Café

Érica Polo
De São Paulo

Em sua primeira visita ao Brasil desde o início da pandemia, o presidente global da illycaffè, Andrea Illy, disse, em português fluente, que a empresa já se recuperou, em parte, do impacto que o fechamento de bares, hotéis e restaurantes teve sobre as operações.

Andrea e sua irmã, Anna, reuniram-se com jornalistas na capital paulista nesta quinta-feira para falar de planos de negócios, cenário global para o café e outras questões, como a realidade dos cafezais que visitaram no retorno ao país.

"Depois de dois anos sem vir [devido à pandemia], notamos que as novas gerações estão muito mais envolvidas nos negócios da família. São mais curiosos por novidades [sobre o cultivo], pelo meio ambiente, por diversificação de produtos", disse Anna. Os dois irmãos são representantes da família no board da companhia fundada pelo avô, Francesco Illy, na italiana Trieste em 1933.

Depois da venda de 20% para o fundo Rhône Capital em 2020, a empresa prepara a abertura de capital, ainda sem data. A mudança mais recente na estrutura do negócio foi a chegada de Cristina Scocchia, que ocupa o cargo de CEO global desde janeiro.

Andrea Illy, da illicaffè: consumo em domicílio já representa 60% das vendas

Com algumas modificações em canais de vendas, no Brasil, em 2021, a receita foi 62% maior do que a registrada no ano anterior e 32% superior à de 2019. Neste ano, a expectativa é crescer mais do que no ano passado, acrescentou Frederico Canepa, diretor para a América do Sul. A empresa não detalhou quanto faturou no mercado brasileiro. Em 2020, como já informou o **Valor**, a receita global consolidada da illycaffè alcançou € 446,5 milhões.

Entre 2020 e 2021, com o recuo das vendas nos canais fora do lar, a illycaffè avançou no e-commerce. O consumo nas residências passou a representar mais de 60% das vendas globais, e o restante ficou com hotéis, restaurantes e cafeterias — antes da pandemia, era o oposto. A ideia agora é buscar o equilíbrio (50% a 50%), visto que o segmento fora do lar tem margens mais altas. No Brasil, as fatias são similares.

A ampliação da rede de lojas físicas no país deve ser um dos próximos movimentos estratégicos da empresa, diz Canepa, mas ainda não há detalhes definidos. A illycaffè abriu no ano passado, em São Paulo, sua primeira loja-conceito da América Latina. A loja física é um chamariz para vendas do café da marca em outros canais.

Além disso, a divulgação digital continua. A oferta da linha de produtos no Mercado Livre e na Amazon foi um dos passos recentes.

Agora nas mãos da Camil, o café União está de volta

Estratégia

Fernanda Pressinott
De São Paulo

Quase cinco anos após estrear na B3, a Camil dá mais um passo no projeto de se consolidar como uma empresa completa de alimentos com o relançamento da marca União na área de café. A intenção é conquistar a fatia de 15% de mercado que a União, hoje mais conhecida pelo açúcar, deteve há 20 anos.

A Camil já investiu R$ 250 milhões em café, levando-se em conta a aquisição da marca Seleto, da JD&E, da fábrica de torrefação da mineira Café Bom Dia e da empresa de comercialização Agro Coffee, além dos aportes em marketing e vendas. Todos os recursos saíram do caixa da empresa que, ainda assim, mantém uma alavancagem considerada baixa, próxima de 2 vezes.

Além da União, que será a marca premium de café da empresa, a Camil manterá a Seleto e as marcas que vieram com a Bom Dia (Café Bom Dia, Sul de Minas e Café Brazil). "Com os preços atuais do café, nosso potencial de faturamento do setor é de R$ 1 bilhão ao ano", diz Luciano Quartiero, presidente da empresa.

Segundo ele, a alta dos preços do grão, que superou 15% em 12 meses, segundo o IPCA, impulsiona o faturamento, uma vez que, como ocorre com arroz, feijão e açúcar, é repassada quase integramente ao varejo.

Inicialmente, o café União será comercializado em São Paulo e no Rio de Janeiro, devido à limitação da capacidade produtiva, enquanto as demais marcas também aparecem em Minas Gerais. "Temos 3 mil toneladas de capacidade de produção ao mês e já contratamos equipamentos para mais 2 mil. Mas o espaço físico da fábrica em Varginha (MG) permite uma expansão para até 12 mil toneladas ao mês", afirma Quartiero.

"Fizemos um trabalho longo para relançar o União, com pesquisa de embalagem, blend, etc. Todos os que experimentaram, gostaram". Segundo o executivo, com a atual capacidade, é possível conquistar inicialmente 3% do mercado de café, e 5% em cinco meses — o consumo nacional é de 100 mil toneladas ao mês.

O próximo passo da expansão deverá ser em Minas — para aproveitar a capilaridade da rede de distribuição da Santa Amália, comprada em agosto. Depois, Nordeste e Sul.

Valor

Agronegócios

Cenários Medidas que reforçam a renda ajudarão a aquecer o consumo

Indústria de lácteos espera um ano menos traumático

CLAUDIO BELLI/VALOR

Ajustes de linhas de produção à conjuntura difícil também beneficiam os negócios

Érica Polo
De São Paulo

Depois de um 2021 atípico para os lácteos, quando as vendas de leite longa vida tiveram o maior recuo já registrado pela indústria (3,5%), este ano deverá ser menos complicado, acreditam representantes do ramo. Em parte porque, mesmo com um cenário econômico ainda difícil, em meio à inflação galopante — não apenas no Brasil —, é um ano eleitoral. A instabilidade que o pleito traz à economia costuma vir acompanhada de benefícios à população, como já vem acontecendo, que podem se refletir no caixa da indústria.

A leitura foi feita por empresários e executivos do setor. O grupo falou ao **Valor** durante a apresentação do estudo "Agronegócio do Leite: produção, transformação e oportunidades", elaborado pelo Departamento de Agronegócio da Fiesp, que mostra um raio-x setorial na última década.

"Em ano eleitoral corre mais dinheiro, e a renda [da população] melhora", resumiu Carlos Humberto de Carvalho, presidente do Sindicato da Indústria de Laticínios e Derivados do Estado de São Paulo (Sindileite). Assim como seus pares, ele se referiu a benefícios como o Auxílio Brasil, que passa por revisão de valor no Congresso Nacional.

O governo federal busca aumentar a média atual recebida pelas famílias de R$ 233 para R$ 400 neste ano. O auxílio contribuiu recentemente para que a população não abandonasse produtos básicos como o leite em 2020, quando teve início a pandemia, o que fez diferença para quem atua no setor.

Esses produtos têm peso na lista de supermercado. O recuo de vendas de leite líquido, como aconteceu em 2021, é um bom indicativo do tamanho do "aperto" do brasileiro. "Leite e derivados" é o segundo subgrupo de influência do índice de alimentação no domicílio, que compõe o grupo alimentos e bebidas do IPCA (medido pelo IBGE), diz Antonio Carlos Costa, superintendente de departamentos da Fiesp. Vale lembrar que, em março, a inflação de uma cesta de lácteos calculada pela Embrapa atingiu 4,2% (dado mais recente) — quase três vezes a inflação oficial brasileira para o mês (1,62%).

Além do fator renda, o ajuste industrial ao cenário é mais um fator que pode contribuir para os negócios. "Saímos escaldados de 2021. Muitas indústrias tomaram providências para resgatar margens", continuou Cicero Hegg, sócio fundador e diretor da Laticínios Tirolez.

Nesse negócio, quanto mais diversificadas forem as linhas de produção em um laticínio, melhor pode ser o resultado diante do cenário de consumo. Em novembro passado, a Embaré, por exemplo, estava ajustando mês a mês o destino do volume de leite captado para as linhas — seja de UHT, requeijão, iogurtes ou outras —, conforme a demanda.

Apesar dos fatores que podem trazer respiro, o setor ainda tem pontos de atenção. Um deles, diz Hegg, é o preço do milho, usado pelo produtor de leite para a alimentação do rebanho. Em 2021, a alta de custos aconteceu desde a ponta. A pecuária leiteira enfrentou altas de adubos e rações para o rebanho, com reflexos para toda a cadeia.

A produção hoje depende muito de ração, explica o dono da Tirolez. O país tem cinco modelos de produção. Um estudo da consultoria Agri-Point, de março, indicou que 77% das 100 maiores fazendas brasileiras de leite não utilizam (ou optam por usar "praticamente nada") de pastagens para alimentar suas vacas. Para a Embrapa Gado de Leite, o horizonte pode melhorar um pouco para a base da cadeia nos próximos meses, à medida que a colheita no Brasil ampliar a oferta de milho.

Enquanto observa as variáveis de curto prazo, a indústria de lácteos, conhecida por ser resiliente, seguirá ajustando os portfólios e queimando margens para não perder clientes. O dinamismo do setor pode ser compreendido em um comentário de Fábio Scarcelli, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Queijos (Abiq). "Costumamos dizer, entre nós, que, nesta indústria, previsões com mais de 15 dias podem sair erradas", brinca. "Mas concordo, a expectativa para 2022 é melhor".

Estudo da Fiesp aponta avanços e desafios da cadeia do leite

De São Paulo

Raio X do leite no Brasil
Produção, produtividade e captação

Havia em 2020 no país
1,1 milhão de fazendas produtoras, 3 mil laticínios, 2,6 milhões de pessoas empregadas na atividade

R$ 138,4 bilhões foi o Valor Bruto de Produção de leite em 2020, somando-se as atividades agrícolas e industriais

Derivados produzidos - participação no volume produzido pela indústria (%)

	2010	2019
Queijos	27,8	38,7
Leite UHT	23,7	22
Leite em pó	23,9	18,1

Fonte: Estudo "Agronegócio do Leite: produção, transformação e oportunidades", liderado pelo Departamento de Agronegócio da Fiesp

A produtividade média nas fazendas leiteiras do país cresceu 59% na última década, com os Estados do Sul na dianteira. Reflexo do aumento de produção entre 2011 e 2020, os laticínios compraram mais leite cru, convertendo-o principalmente em queijos, leite UHT e leite em pó, os derivados que puxaram a produção. O consumo per capita, no entanto, cresceu apenas 3%, menos do que a população, que aumentou 8% no período.

Como em toda atividade econômica em que os perfis dos agentes são muito distintos entre si, o potencial inexplorado ainda é muito grande. A avaliação e os dados são do estudo "Agronegócio do Leite: produção, transformação e oportunidades", elaborado pelo Departamento de Agronegócio da Fiesp.

No campo, uma das conquistas no período foi o aumento da produtividade por vaca, resultado de investimentos em genética, nutrição, saúde animal e tecnologia. A produção média saiu de 1,382 bilhão de litros por animal, em 2011, para 2,192 bilhões em 2020 — uma alta de 59%.

O ganho é relevante em uma atividade econômica que tem sofrido transformações paulatinas. O setor retrata um Brasil de vários Brasis ao reunir desde os megaprodutores aos fazendeiros com poucas cabeças de gado — casos em que as "mimosas" representam a única renda e o investimento da família. Com as adversidades, muitos pequenos produtores têm deixado a atividade, que passa por concentração.

Apesar das mudanças, a produtividade brasileira ainda é menor que a de grandes produtores globais. Na Nova Zelândia, a média é de 4,5 mil litros por animal ao ano, na União Europeia, de 7,2 mil litros, e, nos EUA, a 10,8 mil. Mas as médias nessas regiões cresceram de 11% a 16%, enquanto o avanço no Brasil foi de 59% no período.

"[No Brasil] O setor ficou um pouco atrasado se comparado com outros segmentos que hoje lideram a pauta exportadora do agronegócio. Mas há muito potencial para conquistar", diz Antonio Carlos Costa, superintendente de departamentos da Fiesp. O momento é desafiador e o setor penou sobretudo em 2021, com a disparada dos custos.

Segundo o estudo, o custo da operação industrial dos laticínios já vinha subindo — de 2010 a 2019, o aumento foi de 58%, para R$ 61 bilhões. No período, o valor bruto da produção dos laticínios cresceu 33%, para R$ 82 bilhões. Apesar do quadro, que inclui a baixa evolução do consumo per capita, a Fiesp apresenta uma visão de longo prazo positiva.

Para os analistas, a atividade tem potencial para novos ganhos em produtividade e consumo, assim como para atrair investimentos. Roberto Betancourt, diretor do Departamento de Agronegócio da Fiesp, pontua ser preciso aprimorar o sistema produtivo, já que melhoria de produtividade reduz custos. Para ele, os produtores em pior situação continuarão deixando a pecuária leiteira. "A busca da eficiência passa por todos os elos, desde o produtor ao varejo", acrescenta Cicero Hegg, sócio fundador da Laticínios Tirolez.

Na mesma década que a produtividade cresceu no campo, o volume de leite cru adquirido pelos laticínios subiu 18%, para 25,6 bilhões de litros em 2020. Queijos, UHT e leite em pó lideraram o segmento. Entre eles, o destaque são os queijos. "Foi o segmento que segurou o consumo", diz Nilson Muniz, diretor executivo da Associação Brasileira da Indústria de Lácteos Longa Vida (ABLV).

O queijo foi o derivado que mais ampliou sua participação, seja no volume de derivados produzido pela indústria ou no valor faturado por esse elo da cadeia com as categorias de lácteos. Em volume, a participação de queijos cresceu de 27,8%, em 2010, para 38,7% em 2019, enquanto em valor saiu de 21% para 27%. Segundo o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Queijo (Abiq), Fabio Scarcelli, em queijos o consumo per capita cresceu cerca de 2 quilos desde 2013, para 6 quilos.

Para ampliar o volume a 7,5 quilos de queijo por habitante em dez anos, conforme projeta a Abiq, será preciso trabalhar em frentes distintas, como em campanhas informativas para estimular o consumo. "A carne é uma proteína animal que faz mais sucesso por aqui. Na Europa, onde se aprende sobre tipos de queijo desde criança, é o contrário", cita Scarcelli. O consumo per capita de queijo na Europa chega a 20 quilos.

Naquele continente, a estrela dos churrascos não é o bife. "Tive a oportunidade de participar de um onde havia 12 tipos de queijos e apenas dois hambúrgueres abandonados em uma churrasqueira descartável", comenta. O fato é que o brasileiro gosta de queijo, mas conhece pouco, e por essa razão as campanhas sobre o produto devem continuar ocorrendo. Apesar de as vendas esbarrarem em poder de compra, o produto é quase uma unanimidade, reforça Hegg, da Tirolez. "Uma pesquisa recente que fizemos relatou 95% de aceitação e apreciação", afirma.

O queijo está entre os derivados lácteos que representam papel importante para explorar o potencial de consumo que a indústria enxerga para o setor. O brasileiro consome 172 litros de leite per capita por ano, indica a pesquisa, abaixo do absorvido no mercado americano, onde o volume é de 327 litros a cada ano. Na Europa, são 233 litros ao ano e, na Argentina, 265 litros.

"Nosso consumo médio de lácteos tem potencial de aumentar mais de 50% e se equiparar ao da Argentina, país com o qual compartilhamos aspectos econômico-sociais semelhantes", diz Carlos Humberto, presidente do Sindicato da Indústria de Laticínios e Derivados do Estado de São Paulo (Sindileite). *(EP)*

BRF despenca na B3 após perda bilionária

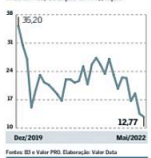
Mercado

José Florentino
De São Paulo

BRF na bolsa
Mês a mês, cotação em R$/ação

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Nesta quinta-feira, a BRF tentou transmitir uma mensagem de otimismo ao avaliar as perspectivas para os próximos trimestres e os efeitos positivos que um novo programa de redução de custos operacionais poderá ter sobre seus resultados. No entanto, o "copo meio cheio" não foi suficiente para o mercado digerir a perda bilionária da dona das marcas Sadia e Perdigão nos três primeiros meses deste ano: no fim da manhã, enquanto a companhia falava a investidores e analistas sobre o prejuízo de R$ 1,5 bilhão que acumulou de janeiro a março, seu valor de mercado caiu para o menor nível da história.

As ações da empresa abriram o dia já em forte baixa na B3. Por volta de 11h, quando o recuo era de quase 14%, o valor de mercado da companhia — que, em um distante ano de 2014, chegou a ser de R$ 60 bilhões — desceu a R$ 12,7 bilhões. A desvalorização perdeu força ao longo do dia, mas, ainda assim, os papéis terminaram em queda acentuada, de 6,52%, a R$ 12,77.

Questionado pelo **Valor** se o declínio das ações era desproporcional, o CEO da companhia, Lorival Luz, disse que o mercado é soberano e está refletindo sobre o resultado e o contexto geral em que a BRF está inserida. Leia-se: um quadro complicado para originação de grãos, que representam 45% dos custos da empresa, e de inflação em alta, que esmaga o poder de compra da população.

Em fevereiro, enquanto comentava os resultados do último trimestre de 2021, o CEO alertou que o cenário em janeiro tinha sido complicado. Dado o tamanho da cadeia produtiva, os ajustes necessários para a BRF adequar-se à nova realidade custaram mais de R$ 800 milhões — cerca de R$ 400 milhões foram para enxugar estoques e produção.

A estrutura interna também passa por mudanças, que pretendem simplificar processos. "Mas não haverá venda de ativos ou fechamento de fábricas e centros de distribuição", disse Luz.

Fato é que a aposta da BRF em produtos de valor agregado mais alto deu de cara em um muro resistente: a inflação generalizada no Brasil. Com as adequações, afirmou o executivo, o negócio vai "rodar mais limpo".

Lucro da 3tentos cresceu 39% no 1º tri

Balanço

Fernando Lopes
De São Paulo

A 3tentos, empresa com sede em Santa Bárbara do Sul (RS) que atua nos segmentos de insumos e grãos (originação e processamento), "driblou" os efeitos da seca que derrubou a colheita gaúcha de soja, colheu os frutos dos investimentos em curso em Mato Grosso e aproveitou a alta de preços e da demanda por seus produtos para encerrar o primeiro trimestre com forte avanço em seus principais indicadores.

O lucro líquido ajustado da companhia alcançou R$ 84,2 milhões de janeiro a março, 38,7% mais que em igual intervalo de 2021. O resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) cresceu 36,6% na comparação, para R$ 96,1 milhões — a margem Ebitda caiu 1,6 ponto, para 7,5% —, e a receita líquida subiu 65,5%, para R$ 1,273 bilhão.

Como a empresa abriu o capital na B3 no ano passado, disse Maurício Hasson, CFO da 3tentos, os resultados alcançados no trimestre também foram importantes para a relação da empresa com os investidores. "Nosso modelo de negócios foi colocado à prova, e podemos dizer que passou com louvor", afirmou Hasson ao **Valor**, em referência à diversificação de negócios e áreas geográficas de atuação que ganhou força.

Esse processo continuou no primeiro trimestre. Com Capex de R$ 123 milhões no período, foram inauguradas mais duas revendas de insumos em Mato Grosso — agora são três no Estado —, e as obras da nova fábrica de processamento de soja e produção de biodiesel no município de Vera, no "nortão" mato-grossense, tiveram prosseguimento. Em junho, a unidade já terá armazenagem, e o processamento deve ter início no segundo semestre de 2023.

Será destinada a Vera boa parte dos R$ 230 milhões em investimentos previstos até o fim do ano. Mas, com esses recursos, também será concluída a ampliação da planta industrial de Cruz Alta (RS), e serão inauguradas cinco novas lojas no Rio Grande do Sul até dezembro.

No segmento de insumos, a receita líquida da empresa cresceu 28,2% na comparação com os primeiros trimestres, para R$ 373,8 milhões, e o lucro bruto ajustado aumentou 61,7%, para R$ 78,3 milhões. Os elevados preços de fertilizantes e defensivos colaboraram para os avanços, mas, particularmente em defensivos, pesou o início das vendas em Mato Grosso. "O Estado já foi responsável por 15% das vendas no segmento de insumos", disse Hasson.

Em grãos, cujos preços estão nas alturas, os bons resultados com a comercialização de trigo ofuscaram a debacle da quebra da safra gaúcha de soja. A receita subiu 237,2%, para R$ 328,7 milhões, e o lucro bruto ajustado avançou 308,7%, para 36,7 milhões. No ramo industrial, a receita cresceu 50,1%, para 570,7 milhões, e o lucro bruto foi 31,4% maior (R$ 84,8 milhões). O avanço veio sobretudo do volume de farelo de soja vendido e dos preços do biodiesel.

Valor
Finanças

Bradesco, de Lazari, tem forte expansão do crédito no 1º tri e aumento robusto da margem financeira C3

Destaques

Reorganização do Inter
O Banco Inter informou que, no âmbito da reorganização societária, foi obtida a declaração de efetividade pela Securities and Exchange Comission (SEC, a comissão de valores mobiliários dos EUA), do aditamento à declaração de registro submetida pela Inter&Co ao órgão regulador. Essa etapa era uma condição da implementação da reorganização societária. O plano prevê a migração da base acionária do Banco Inter para a Inter&Co, com a listagem de suas ações na Nasdaq. Com a obtenção de declaração de efetividade pela SEC, o Inter confirmou que a assembleia geral extraordinária (AGE) sobre a reorganização será realizada no próximo dia 12 de maio. *(Eulina Oliveira)*

Índice de Renda Fixa Valor
Base = 100 em 31/dez/99

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Banco Modal e XP
O Banco Modal anunciou ontem a assinatura dos documentos definivos da combinação de negócios com o Banco XP. A aquisição do Modal pela XP foi anunciada em 7 de janeiro. Segundo o comunicado enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a estrutura da operação e seus termos e condições permanecem os mesmos já divulgados, inclusive no que diz respeito à relação de troca. O Modal destaca que o fechamento da operação ainda está sujeito ao cumprimento de determinadas condições precedentes usuais. Os acionistas do Modal terão que aprovar a oferta ainda em assembleia geral extraordinária. No último dia 2 de maio, a XP protocolou na SEC, a comissão de valores mobiliários americana, proposta que formaliza a incorporação das ações do Banco Modal com entrega posterior de ações preferenciais resgatáveis do Banco XP aos acionistas do Modal, com posições até 3 de maio. Após a conclusão da operação, os acionistas do Modal se tornarão acionistas diretos da XP por meio da detenção de papéis na forma de BDRs. *(EO)*

Lucro do Société Générale
O Société Générale informou que seu lucro do primeiro trimestre subiu, ajudado por todas as suas linhas de negócios, embora as provisões tenham subido. O banco francês reportou um lucro líquido de 842 milhões de euros (US$ 894,4 milhões de dólares), alta de 3,4% sobre os 814 milhões de euros um ano antes. O resultado bancário líquido, seu valor de primeira linha, foi de 7,28 bilhões de euros no trimestre, um aumento de 17% em relação aos 6,25 bilhões de euros do ano anterior. Todas as linhas de negócios contribuíram para o aumento, com os serviços bancários e financeiros de varejo internacionais e as soluções globais de bancos e investidores apresentando crescimento de receita de dois dígitos. *(Dow Jones Newswires)*

Ativos Disparada dos Treasuries derruba bolsas; dólar tem alta firme

Risco de juros mais altos leva temor aos mercados

Victor Rezende e Gabriel Roca
De São Paulo

O alívio nos mercados após a decisão de política monetária do Federal Reserve (Fed, o banco central americano) durou pouco. O temor de um cenário inflacionário ainda mais grave no futuro dominou as atenções do mercado e pesou no sentimento dos agentes, o que gerou forte reprecificação dos juros de longo prazo. O ajuste nas taxas, por sua vez, provocou um forte aperto das condições financeiras, o que jogou as bolsas para baixo ao redor do globo, enquanto o dólar ganhou ainda mais fôlego.

A declaração do presidente do Fed, Jerome Powell, de que os dirigentes do banco central não consideram ativamente, neste momento, um aumento de 0,75 ponto, causou alívio na véspera, mas foi o principal fator a gerar a aversão a risco nos negócios de ontem. Na visão do mercado, o Fed, ao não sancionar um aumento mais agressivo nos juros no curto prazo, pode ter de enfrentar uma inflação mais alta no curto prazo e ser forçado a aumentar os juros a níveis ainda mais elevados.

Assim, o juro da T-note de dez anos, considerado o principal "benchmark" [referência] dos mercados globais, disparou e, nas máximas do dia, chegou a 3,106%. É o maior nível desde novembro de 2018. Ao mesmo tempo, o juro real de dez anos nos EUA deu um salto, ao passar de 0,07% para 0,18%. A reação dos outros ativos a esse movimento foi forte e ajudou a escancarar o processo de reprecificação nos mercados, que agora estão em ambiente de juros mais elevados. Em Wall Street, o índice Dow Jones caiu 3,12% e o S&P 500 recuou 3,56%; já o índice eletrônico Nasdaq sofreu um tombo de 4,99%.

Por aqui, os reflexos também se deram de forma expressiva. O Ibovespa encerrou o pregão em queda de 2,81%, aos 105.304,19 pontos. Durante o dia, o índice chegou, até mesmo, a apagar os ganhos registrados neste ano. Já o dólar encerrou o dia negociado a R$ 5,0166, em alta de 2,38%. A quinta-feira, porém, foi de volatilidade elevada no câmbio e o dólar chegou a subir acima de R$ 5,05 nas máximas do dia, alinhado ao comportamento global, já que o índice DXY, que mede o desempenho do dólar ante seis moedas fortes, continuou a renovar máximas em 20 anos.

"O aumento dramático dos juros reais ocorre na medida em que o mercado recalibra suas apostas para a combinação de uma política de aperto acelerado, perspectivas de crescimento deterioradas e inflação que continua a acelerar em um ritmo não visto em quase 40 anos", afirma o chefe de estratégia de juros do banco canadense BMO Capital Markets, Ian Lyngen.

O movimento mais representativo, para o estrategista, está no salto dos juros reais de longo prazo nos EUA, que, desde 2020, estão no campo negativo, mas que têm passado a ficar acima de zero nos últimos dias. "Isso claramente está ocorrendo à custa do 'valuation' dos ativos de risco. Embora o Fed provavelmente seja encorajado pela queda nas expectativas de inflação após a reunião, a queda de 3,5% do S&P e o VIX [índice de volatilidade] acima de 30 pontos destacam o outro lado de um cenário de política restritiva", aponta Lyngen.

Na visão de Joaquim Sampaio, operador de juros americanos da RPS Capital, "o Fed quer derrubar o S&P e apertar as condições financeiras". Ele nota que Powell "jogou um balde de água fria" nos juros de curto prazo e esse movimento puxou para cima as taxas de longo prazo. E é justamente no momento em que o juro longo reage e sobe com força que as condições financeiras ficam mais apertadas, esfriando a economia.

Nos cálculos do Goldman Sachs, as condições financeiras dos EUA estão no nível mais apertado desde julho de 2020, embora, do ponto de vista histórico, ainda estejam bastante acomodatícias. Os juros, em especial os de longo prazo, tendem a ser os principais elementos a determinar o estado das condições financeiras. Com as taxas mais altas, a tendência é que o crédito seja afetado, pesando em investimentos e no consumo mais à frente.

E o atual cenário de aperto pode desenhar, inclusive, juros longos ainda mais altos do que o atualmente precificado. "Achamos que o aumento dos rendimentos dos Treasuries ainda está para acontecer e que as ações continuarão a sofrer", diz Thomas Mathews, economista de mercados da Capital Economics.

Com taxas mais altas, a tendência é que o crédito seja afetado, pesando em investimentos e no consumo

Ele nota que, na curva de juros americana, as expectativas agora parecem próximas das projeções da consultoria, com uma precificação de juros entre 2,5% e 2,75% no fim do ano e entre 3,25% e 3,5% em 2023. "Como resultado, suspeitamos que o pior da liquidação do mercado de Treasuries neste ano pode ter acabado, mas ainda não achamos que os juros de longo prazo tenham atingido o pico ainda."

O economista não se diz surpreso com a retomada do movimento de alta dos juros dos Treasuries longos e acha que "continuarão assim". A Capital Economics projeta que o retorno da T-note de dez anos chegará ao pico de 3,75% até meados do próximo ano. Assim, o aumento das taxas deve manter a valorização das ações sob pressão.

"Em um cenário de desaceleração do crescimento dos lucros, isso pode significar que os preços das ações caiam ainda mais", afirma Mathews, cuja projeção aponta para o S&P 500 em 3.750 pontos em meados de 2023. Ontem, o índice estava em 4.146,87 pontos.

Algumas casas, porém, já têm adotado cenários mais agressivos que o defendido pela consultoria britânica. É o caso da BTG Pactual Asset Management, cuja revisão de cenário publicada ontem aponta para os juros americanos em 4,5% no fim do ciclo.

"Quando a gente olha as medidas de núcleo que o Fed mais gosta de olhar, elas continuaram muito elevadas, indicando inflação próxima a 6,5%, 7%, ou seja, um nível bem acima da meta de inflação de 2%. Além disso, a taxa de desemprego caiu mais e os salários aceleraram no primeiro trimestre e, inclusive, estão no nível mais alto da série histórica", aponta a economista Stefanie Birman. Ela nota que, foi com base nesse cenário, que o mercado começou a especular a possibilidade de aumento de 0,75 ponto nos juros em junho.

"Se a gente olhar o que os membros do Fed têm dito, esse não é o cenário mais provável. No entanto, se os dados de inflação, de atividade e de salário continuarem apontando uma aceleração forte, pode ser que o Fed tenha que reavaliar essa estratégia e, aí sim, fazer uma aceleração mais forte nas próximas reuniões", diz Birman em vídeo sobre a revisão de cenário da gestora.

Para o diretor de investimentos da Reach Capital, Ricardo Campos, o cenário atual é o de reversão das condições de estímulos oferecidas durante a crise provocada pela pandemia. Há, ainda, problemas de oferta, com a guerra na Ucrânia e os 'lockdowns' na China, que agravam a situação inflacionária.

"O problema é como vai ser atravessar esse momento de transição de um ambiente de muita acomodação para um momento mais normal. Todo mundo passou a discutir nos últimos 15 dias se vamos ter um pouso suave ou não e qual será o tamanho do juro necessário para combater essa inflação toda", afirma Campos.

Ao avaliar o mercado acionário brasileiro, porém, ele nota que o preço das algumas ações está atrativo nos níveis atuais. "Ainda há espaço para a queda naquelas apostas de que o juro ia ser zero para sempre e que a conta nunca ia chegar. Ela já chegou. Mas, uma vez que a conta esteja paga, não vejo problemas estruturais de longo prazo. Normalmente é o momento de comprar e não de vender", diz.

Porém, setores tradicionalmente mais sensíveis aos juros mais altos, como o imobiliário e o de shoppings, também exibiram perdas expressivas. As ações ordinárias da MRV caíram 7,20%, enquanto as units do Iguatemi recuaram 6,28%.

Esse movimento se deu, portanto, no momento em que a disparada dos retornos dos Treasuries contaminou o mercado de juros local. A taxa do DI para janeiro de 2024 saltou de 12,515% para 12,905%, enquanto a do DI para janeiro de 2025 subiu de 11,97% para 12,33%.

Embora a disparada de mais de 0,3 ponto percentual nos juros futuros esteja diretamente ligada ao mercado de Treasuries, a reação à decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central também teve peso. Na medida em que a autoridade não fechou a porta para os próximos passos da Selic e deixou o cenário em aberto, o mercado colocou nos preços cenários alternativos, que passaram a contemplar alguma possibilidade de aumento da taxa além de junho.

"O movimento é natural, dada a sinalização do Copom. O mercado colocava na conta a probabilidade de subir 1 ponto ontem e parar. Era um movimento entendido com probabilidade razoável. Não é o plano agora. Ele deve continuar um pouco mais o ciclo e dar mais uma alta em junho", afirma Maurício Bernardo, sócio e gestor de juros da Vinland Capital. Assim, na visão do profissional, "é natural que haja uma reversão nos preços na nossa curva", em um movimento ajudado pela piora externa.

Reação nas bolsas internacionais
Variações no dia, em %

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Governo planeja isenção de IR para estrangeiro

Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro
De Brasília

O governo pediu ao Congresso Nacional que inclua no projeto de lei do marco de garantias (PL 4188/2021) a isenção de imposto de renda para investimentos estrangeiros em títulos de renda fixa corporativos (debêntures, debêntures incentivas, CRI e CRA). A medida é uma tentativa de atrair recursos externos, o que pode ajudar a diminuir a cotação do dólar, mas a expectativa é que também contribua para reduzir o custo de captação das empresas.

A mudança, antecipada pelo presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), em entrevista ao **Valor** publicada ontem, deve ser incluída pelo deputado João Maia (PL-RN) no projeto que cria o marco das garantias. O texto deve ser votado na semana do dia 17 de maio diretamente no plenário, segundo acordo entre os partidos selado ontem.

"Ainda não decidi se acato a emenda. Vou apresentar meu parecer mais para o fim do mês. Mas tem uma tendência de achar a questão meritória para atrair o investimento estrangeiro", afirmou Maia. Segundo ele, a interpretação do governo é a de que a taxação sobre os investidores estrangeiros torna esses títulos, hoje, menos atrativos.

Hoje, a isenção de imposto de renda para não residentes no Brasil vale para títulos públicos e para a renda variável. Representantes do Ministério da Economia sugeriram ampliar esse benefício fiscal para os títulos de renda fixa corporativos, como as debêntures e os certificados de recebíveis imobiliários (CRI) e do agronegócio (CRA). A medida é uma demanda antiga do setor, que vê nela um passo importante para desenvolver o mercado secundário de crédito privado no país, hoje pequeno.

Relatório da Associação Brasileira de Private Equity e Venture Capital (Abvcap) utilizado pelo governo para justificar a medida aponta que haveria um grande potencial de atração de recursos estrangeiros se a mudança fosse aprovada. No caso dos títulos isentos de Imposto de Renda, a participação nominal de investidores estrangeiros soma R$ 1,4 trilhão. Nos títulos sem isenção de renda fixa corporativa, a participação de capital externo é de apenas R$ 22 bilhões.

Os investidores não residentes representam 2,54% do volume adquirido de títulos de renda fixa corporativa no Brasil. Em renda variável, eles são 53,16%. Em comparação com outros países, a participação do capital externo também é muito pequena: investidores de externos são 18% dos compradores desse tipo de título na Europa, 41% na Itália, 58% na Alemanha e na França, 17% no Japão e de mais de 10% nos países emergentes da Ásia.

Se a participação dos estrangeiros na renda fixa corporativa aumentar do patamar atual para em torno de 10% ou 20% do volume de operações, a projeção feita é de entrada de mais R$ 70 bilhões a R$ 150 bilhões em investimentos externos no país. É uma ideia que vem sendo defendida por bancos e grandes empresas junto ao governo há anos.

Na análise de integrantes do Ministério da Economia, para novas emissões de títulos, o impacto será microeconômico porque deve aumentar a demanda por papéis de dívida corporativa e, assim, reduzir o custo de captação das companhias (em tese, o investidor externo poderá exigir uma remuneração menor, já que não terá o desconto do imposto a afetar sua rentabilidade). A avaliação é a de que seria um atrativo grande para fundos de pensão, com perfil mais conservador de investimentos.

Já para os papéis vendidos no mercado secundário, o impacto será macroeconômico, por permitir uma entrada de recursos estrangeiros, valorizar o real e ajudar a reduzir a inflação. Além disso, no mercado secundário, se houver cláusula de recompra das debêntures, pode ocorrer uma operação da empresa para trocar uma dívida mais cara por outra mais barata, com o benefício.

Além da mudança no imposto de renda, o projeto também alteraria a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2022 para permitir que a concessão desse benefício fiscal ultrapasse o prazo de cinco anos, teto estabelecido por esta lei. É o mesmo tratamento dado, segundo Maia, aos incentivos tributários concedidos às micro e pequenas empresas.

Ativos Nubank renovou mínima após queda de 6,07%; Stone caiu 11,01%

Fintechs brasileiras recuam com tensão nas bolsas de NY

Álvaro Campos
De São Paulo

A forte desvalorização que se viu ontem nas bolsas em reação ao aumento de juros nos Estados Unidos também afetou de forma significativa as ações das fintechs brasileiras negociadas em Nova York.

As ações do Nubank encerraram o dia com queda de 6,07%, cotadas a US$ 5,42 — no menor patamar para o fechamento desde o IPO, em dezembro. Os papéis da Stone recuaram 11,01%, para US$ 8,89. PagSeguro recuou 9,44%, cotada a US$ 13,14. A XP, que já havia caído 7,46% na quarta-feira, após a divulgação do balanço, teve mais um dia de queda, embora mais branda. Os papéis apresentaram desvalorização de 1,83% ontem, negociados a US$ 21,43.

Não é de hoje que a perspectiva de alta das taxas americanas vem penalizando os ativos das companhias com perfil "tech", uma vez que os juros mais altos encarecem o custo de captação dessas empresas e tornam os investidores mais seletivos. Na quarta-feira, o Federal Reserve, banco central americano, acelerou o aperto monetário, subindo as taxas em 0,5 ponto percentual para o intervalo de 0,75% e 1%. Também anunciou o início do enxugamento do balanço patrimonial para 1º de junho.

Ontem, disseminou-se no mercado o temor de um aperto monetário mais duro e mais prolongado para debelar a inflação. Houve queda generalizada nos principais índices acionários de Nova York, mas o maior tombo foi do Nasdaq Composite, que tem um forte componente de empresas de tecnologia. O índice recuou 4,99%, aos 12.317,69 pontos.

Além da pressão vendedora generalizada, alguns papéis refletiram notícias dos últimos dias. Foi o caso do Nubank. Em relatório, divulgado anteontem, o Itaú BBA afirmou que a antecipação do fim do período de restrição à venda de ações da fintech negociadas no IPO, entre outros fatores, pode levar a uma distorção de preços dos papéis no curto prazo. O banco divulgou um estudo com diversos modelos de "valuation" (avaliação), sendo que a média aponta para um preço de US$ 6 a US$ 7 para o papel. Em um cenário negativo, a faixa chegaria a um patamar entre US$ 3 e US$ 4, e na ponta oposta, com um cenário positivo, subiria acima de US$ 8.

A pressão nos mercados também não poupou o bitcoin, que aos poucos parece começar a ter mais correlação com o horário comercial e os índices de mercado tradicionais dos EUA. A criptomoeda teve a maior queda desde 21 de janeiro e, no início da noite, era cotada com desvalorização de 11%, a US$ 35.611 depois de ter subido 5,3% na véspera. O ether, moeda digital da rede ethereum, recuou 8.7%.

"Os investidores estão nervosos com o fato de o Fed continuar a aumentar as taxas de juros após a alta de 50 bps de ontem", disse Jason Lau, diretor de operações da Okcoin em São Francisco. "O potencial de aumentos adicionais das taxas torna a trajetória da economia global incerta." *(Com Bloomberg)*

Estagflação no Reino

FRANK AUGSTEIN/POOL/AP

O Banco da Inglaterra (BoE) elevou as taxas de juros para seu nível mais alto desde o início de 2009 e alertou que o Reino Unido corre risco de uma recessão junto com inflação de dois dígitos. O aumento da taxa de 0,75% para 1% foi apoiado pela maioria dos nove integrantes do comitê do BoE, com três votos por uma alta maior. Previsões negativas, com indicação de que a economia caminha para uma estagflação, levaram a libra ao menor nível em quase dois anos e provocaram queda nos rendimentos dos títulos do governo. As duras afirmações apresentadas vêm após o aviso do presidente Federal Reserve (Fed), Jerome Powell, de que controlar a inflação pode causar "alguma dor". O presidente do BOE, Andrew Bailey (foto), descreveu a perspectiva como o mais difícil desafio enfrentado desde que ganharam autoridade para definir os juros, há 25 anos. "Reconheço as dificuldades que isso causará às pessoas no Reino Unido, particularmente aquelas de baixa renda", disse em coletiva.

Cenário de estagnação com inflação complica decisões do BCE, diz Panetta

Bloomberg

Membro do Conselho Executivo do Banco Central Europeu (BCE), Fabio Panetta disse que a expansão econômica quase parou na zona do euro e enfrenta mais "custos altos" à medida que as autoridades lutam contra a inflação recorde.

No mais severo alerta do BCE sobre os danos causados pela guerra na Ucrânia, Panetta disse ao jornal italiano La Stampa que a economia da região está "de fato estagnada".

"Isso torna as escolhas do BCE mais complicadas, já que um aperto monetário com o objetivo de conter a inflação acabaria prejudicando o crescimento, que já está enfraquecendo", disse ele.

A guerra na Ucrânia — na fronteira da zona do euro — está dificultando a recuperação da pandemia. O Fundo Monetário Internacional (FMI) reduziu sua previsão de crescimento de 2022 para o bloco monetário para apenas 2,8%. Como exemplo da situação, os pedidos às fábricas da Alemanha despencaram em março, caindo mais do que o previsto depois que a invasão da Rússia nublou as perspectivas para a principal economia da Europa.

Os comentários de Panetta atingem uma nota muito mais cautelosa do que alguns de seus colegas "hawkish" (inclinados ao aperto monetário) no BCE, que levantaram a possibilidade de elevar as taxas de juros de mínimas históricas a partir de julho. Aumentos maiores do que o normal ocorreram esta semana nos EUA, Índia e Austrália.

Panetta disse que seria "imprudente" agir sem primeiro ver os números do Produto Interno Bruto (PIB) do segundo trimestre, sinalizando que prefere esperar mais para tomar uma decisão.

As próximas reuniões do BCE acontecem de 8 a 9 de junho e de 20 a 21 de julho. Embora os dados do PIB do segundo trimestre não sejam publicados oficialmente até 29 de julho, os indicadores sobre o desempenho da economia estarão disponíveis mais cedo.

O presidente do Banco de Portugal, Mário Centeno, disse ontem que os números do segundo trimestre serão "muito importantes", citando a estagnação como um "cenário possível".

Questionado sobre os aumentos das taxas de juros, Panetta disse que "não faz muita diferença se ocorrerem dois ou três meses antes ou depois". Nas circunstâncias atuais, no entanto, "taxas negativas e compras líquidas de ativos podem não ser mais necessárias".

Após uma enxurrada de pedidos de membros do BCE para uma ação mais rápida, Piet Christiansen, estrategista-chefe do Danske Bank, minimizou as observações de Panetta. "Dado que ele é a única voz 'dovish' (inclinada ao afrouxamento monetário) desde a reunião de abril, eu o considero um lobo solitário nesta fase", disse ele por e-mail. "Eu vejo o campo dovish como uma minoria."

Panetta disse que a inflação está sendo alimentada por fatores internacionais que a política monetária só pode abordar de maneira limitada. Isso significa que o BCE "não pode domar a inflação por conta própria sem causar altos custos para a economia".

A recuperação da pandemia na zona do euro já pode estar vacilando: apesar de as autoridades rejeitarem as conversas sobre estagflação, o crescimento do primeiro trimestre aumentou apenas 0,2% em relação aos três meses anteriores. As fábricas estão sinalizando problemas com a inflação, que é quase quatro vezes a meta de 2%, e um novo aperto de oferta agravado pelas restrições para conter a covid na China. Enquanto isso, qualquer recuperação no consumo europeu — à medida que as restrições impostas pelo combate ao vírus são afrouxadas — pode desaparecer com a erosão do poder de compra.

A guerra na Ucrânia continua a ser a principal preocupação. A União Europeia planeja proibir as importações de petróleo russo — provavelmente trazendo mais pressão altista aos preços ao consumidor. O Kremlin interrompeu os fluxos de gás natural para a Polônia e a Bulgária na semana passada.

O fim do conflito na Ucrânia "aliviaria as tensões nos mercados internacionais — de petróleo, gás e alimentos — que estão elevando a inflação", disse Panetta.

O Fed deve um discurso franco para desinflar bolha de ativos

Análise

Gillian Tett
Financial Times

Esta semana, os olhares dos financistas se fixaram com firmeza no Federal Reserve (Fed, o banco central dos Estados Unidos). O que não é nada surpreendente. Na quarta-feira, a autoridade monetária elevou as taxas de juro no ritmo mais agressivo dos últimos 22 anos, ao mesmo tempo que seu presidente, Jerome Powell, finalmente reconheceu o óbvio: a inflação está "alta demais".

Mas enquanto os investidores analisam as palavras de Powell, eles deveriam lembrar também de um banco central do outro lado do mundo: o Reserve Bank da Nova Zelândia (RBNZ).

Nos últimos anos, esse peixe pequeno frequentemente tem sido um precursor insólito de tendências mundiais maiores. No fim do século 20, por exemplo, o RBNZ foi pioneiro em definir metas de inflação. Mais recentemente, adotou os relatórios sobre mudanças climáticas na frente da maioria de seus pares.

No ano passado, o banco começou a apertar a política monetária antes da maioria dos seus equivalentes. E esta semana foi mais longe ainda: seu último relatório sobre estabilidade financeira alerta para um risco "razoável" de declínio "desordenado" nos preços dos imóveis residenciais à medida que a era dos subsídios e isenções fiscais se encerre.

Previsivelmente, o RBNZ também declarou que espera evitar uma crise desestabilizadora. Mas o ponto fundamental é este: os membros do banco central neozelandês sabem que têm uma bolha de ativos em mãos, já que os preços dos imóveis deram um salto de 45% nos últimos dois anos e "ainda estima-se que estejam acima dos níveis sustentáveis". Isso é um reflexo tanto das taxas de juro ultrabaixas quanto de políticas habitacionais internas deploráveis.

E agora o RBNZ está dizendo ao público e aos políticos que essa bolha precisa ser esvaziada, esperançosamente sem percalços. Não há mais uma "opção de compra" neozelandesa – ou uma rede de segurança do banco central para evitar quedas de preços.

Como seria bom se o Fed fosse tão honesto e direto. Na quarta-feira, Powell tentou adotar um discurso um pouco mais franco, ao dizer à população americana que a inflação criou "dificuldades significativas" e as taxas de juro precisariam subir "rapidamente" para acabar com isso. Ele também manifestou uma "admiração enorme" por seu antecessor Paul Volcker, que cinco décadas atrás elevou as taxas para combater a inflação, mesmo ao custo de uma recessão.

Mas o que Powell não fez foi discutir os preços dos ativos – muito menos admitir que nos últimos tempos eles foram tão inflacionados pelo crédito barato que é provável que caiam quando a política monetária mudar.

Um purista a respeito de bancos centrais pode argumentar que essa omissão simplesmente reflete a natureza do mandato de Powell, que é de "promover o máximo de emprego e preços estáveis para a população americana", como ele disse na quarta-feira. De qualquer forma, os indícios sobre o risco de curto prazo de uma queda dos preços dos ativos são ambivalentes.

Sim, o S&P 500 mergulhou na área de correção (quando um índice de ações cai mais de 10%) duas vezes este ano, com quedas consideráveis nas ações de tecnologia. Mas os índices americanos de ações na verdade subiram 3% na quarta-feira, depois que Powell assumiu um tom mais leniente do que o esperado ao descartar um aumento de 75 pontos base na próxima reunião do Fed.

E não há nenhum sinal de queda nos preços dos imóveis americanos neste momento. Pelo contrário, o índice Case-Shiller de preços de imóveis residenciais está 34% mais alto do que há dois anos, de acordo com os dados mais recentes (de fevereiro).

No entanto, é difícil de acreditar que Powell possa acabar com a inflação de bens e serviços ao consumidor e ao mesmo tempo manter intactos os preços dos ativos. Afinal de contas, um fator-chave para que esses preços chegassem a níveis elevados é que o balanço patrimonial de US$ 9 trilhões do Federal Reserve quase dobrou durante a pandemia da covid-19 (e aumentou nove vezes desde 2008).

E pode-se argumentar que o aspecto mais significativo da decisão de quarta-feira do Fed não é o aumento de 50 pontos base nas taxas, mas o fato de que o banco prometeu começar em junho a cortar suas participações em hipotecas e títulos do Tesouro em US$ 47,5 bilhões por mês – e acelerar para uma redução mensal de US$ 90 bilhões a partir de setembro.

De acordo com os cálculos do Bank of America, isso implica um encolhimento de US$ 3 trilhões no balanço patrimonial (em outras palavras, um aperto quantitativo) ao longo dos próximos três anos. E é altamente improvável que o impacto disso esteja embutido nos preços.

Afinal, um aperto quantitativo nessa escala nunca aconteceu antes, o que significa que nem as autoridades do Fed nem os analistas de mercado sabem realmente o que esperar. Ou como Matt King, analista do Citibank, observa: "A realidade é que o aperto ainda não começou de verdade."

É claro que alguns economistas podem argumentar que não faz sentido o Fed explicar claramente esse risco para os preços dos ativos neste momento, já que assim poderia abalar a confiança. Isso não tornaria Powell popular com uma Casa Branca que tem pela frente uma eleição difícil, nem o ajudaria a alcançar seu objetivo declarado de um pouso econômico "suave" (ou "mais ou menos suave"), dado que o sentimento do consumidor tem oscilado nos últimos meses.

Mas o motivo pelo qual é necessário falar com franqueza é que uma dúzia de anos de relaxamento extremo da política monetária deixou muitos investidores (e famílias) viciados em subsídios e isenções e agindo como se fossem permanentes. Além disso, como nos últimos anos o Fed tem repetidamente resgatado investidores no caso de rápidas correções de preços de ativos – a última vez em 2020 –, muitos investidores partem do pressuposto de que existe uma "opção de compra" do Fed.

Por isso, se Powell quer mesmo imitar seu herói Volcker e tomar medidas duras para a saúde de longo prazo da economia, ele deveria seguir o manual neozelandês e dizer ao público e aos políticos americanos que muitos preços de ativos foram empurrados para alturas insustentáveis pelos subsídios e isenções.

Isso pode não lhe render fãs no Congresso. Mas ninguém nunca acreditou que seria fácil esvaziar uma bolha de preços de ativos de vários trilhões de dólares. E o Fed tem mais chance de fazer isso sem percalços se começar cedo e gentilmente. A recuperação de quarta-feira mostra as consequências de manter o silêncio.

Balanço Margem com clientes tem alta anual de 19,6% e compensa avanço da inadimplência e PDD

Bradesco tem lucro de R$ 6,8 bi e revisa projeções para cima

Álvaro Campos e Ricardo Bomfim
De São Paulo

O Bradesco apresentou forte expansão da carteira de crédito no primeiro trimestre, e o avanço dos spreads também contribuiu para um aumento robusto da margem financeira. A inadimplência e as despesas com provisões para devedores duvidosos (PDD) também avançaram, mas ainda assim o banco melhorou suas projeções oficiais para este ano, em especial para a margem com clientes, que mede o resultado do crédito.

O lucro líquido recorrente do Bradesco foi de R$ 6,821 bilhões no primeiro trimestre, com alta anual de 4,7%. Na comparação com o quarto trimestre, houve avanço de 3,1%. O resultado ficou um pouco acima da média das projeções dos analistas consultados pelo **Valor**, que apontava ganho de R$ 6,754 bilhões.

O presidente executivo do Bradesco, Octavio de Lazari Jr., afirmou, em comunicado, que o resultado demonstra a capacidade do banco de capturar oportunidades mesmo em um cenário de incertezas. "Estamos satisfeitos com as entregas deste primeiro trimestre. O mundo é outro, está em transformação, e, nesse contexto, são intensas as mudanças globais na política monetária, no câmbio e na inflação. Isso gera volatilidade. Nossa decisão é focar na escala, no investimento em tecnologia, inovação e rigoroso controle dos orçamentos".

De acordo com Lazari, o ganho de R$ 231 milhões com a desmutualização da Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP) foi classificado como extraordinário e não teve, assim, efeito no resultado recorrente.

A carteira de crédito expandida atingiu R$ 834,451 bilhões em março, alta de 2,7% no comparativo trimestral e de 18,3% em 12 meses. A carteira de pessoa física somou R$ 331,404 bilhões, com altas de 3,3% e 22,6%, na mesma base de comparação. Em pessoas jurídicas, totalizou R$ 503,047 bilhões, com avanços de 2,3% e 15,7%, respectivamente.

A margem financeira atingiu R$ 17,061 bilhões, com aumento de 0,6% no trimestre e alta de 9,5% em 12 meses. O melhor desempenho veio da margem com clientes, que somou R$ 15,8 bilhões, com altas de 7% e 19,6%, respectivamente. A taxa média foi de 9,7%, de 9,1% tanto no último trimestre quanto no primeiro do ano passado. Já a margem com o mercado, que reflete operações de tesouraria e gestão de balanço, totalizou R$ 1,243 bilhão, queda de 43,1% no trimestre e recuo de 47,2% em 12 meses.

As despesas com PDD ficaram em R$ 4,836 bilhões no primeiro trimestre, com aumento de 12,9% no trimestre e de 23,8% em 12 meses. A inadimplência subiu para 3,2% no fim primeiro trimestre, ante 2,8% em dezembro e 2,5% em março de 2021. Em pessoa física, a inadimplência passou para 4,4%, frente a 3,8% e 3,5%. E em micro, pequenas e médias, atingiu 3,6%, acima dos 3,1% de dezembro e dos 2,6% de março do ano passado.

De acordo com a administração, o movimento de aumento da inadimplência já era esperado, dado o forte crescimento da carteira e a dinâmica do mix de produtos (especialmente em pessoas físicas e micro, pequenas e médias empresas). "Em comparação com os períodos que antecederam a pandemia, estamos com índices menores, mesmo com o crescimento expressivo da carteira de crédito, o que demonstra nossa boa gestão de riscos", afirmou o banco.

A receita de serviços somou R$ 8,611 bilhões, com queda de 2,9% no trimestre e crescimento de 6,7% em 12 meses. Enquanto isso, as despesas operacionais totalizam R$ 11,702 bilhões, com recuo de 9,1% e expansão de 4,4%, respectivamente. A rentabilidade sobre o patrimônio líquido médio trimestral (ROAE) atingiu 18%, de 17,5% no quarto trimestre e 18,7% no primeiro trimestre de 2021. O índice de Basileia ficou em 15,7%, de 15,8% e 15,4%.

O Bradesco revisou suas projeções para 2022, que se tornaram bem mais otimistas. A mudança de "guidance" nessa época do ano não é tão comum, já que geralmente os bancos reveem os indicadores após os resultados do segundo trimestre. A principal alteração foi para o crescimento da margem com clientes, que passou da faixa de 8% a 12% para o intervalo de 18% a 22%.

A projeção para a expansão da receita de tarifas passou de 2% a 6% para 4% a 8%. Já a estimativa para o crescimento das despesas operacionais passou de 3% a 7% para 1% a 5%, ou seja, o banco acredita que conseguirá segurar melhor seus gastos. A única revisão negativa no guidance foi para as despesas com PDD, que passaram da faixa de R$ 15 bilhões a R$ 19 bilhões para o intervalo de R$ 17 bilhões a R$ 21 bilhões.

"Temos confiança que o trabalho de todas nossas equipes nos levará a cumprir os guidances apresentados", afirmou Lazari. "Apesar do aumento da Selic, a originação de crédito mantém boa dinâmica, pois as pessoas voltaram ao consumo", lembrou, destacando ainda o mercado de cartões, que apresentou forte crescimento.

No começo do ano, quando os bancos divulgaram as projeções, o Bank of America fez um relatório afirmando que o Itaú era de Marte e o Bradesco, de Vênus, já que o primeiro tinha projeções bem mais otimistas que o segundo. Agora, parece que os astros estão se alinhando na Cidade de Deus.

ANA PAULA PAIVA/VALOR

Lazari, do Bradesco: Apesar da alta da Selic, crédito mantém boa dinâmica, porque as pessoas voltaram ao consumo

Investida da Kinea, Paketá vai além do consignado privado

Álvaro Campos
De São Paulo

A fintech de crédito Paketá, que atua com consignado privado e recebeu no ano passado aporte da Kinea, gestora de private equity do Itaú, vai começar a fazer antecipação de salário e crédito lastreado no FGTS, ainda tendo como fio condutor o uso intensivo de tecnologia. Hoje a startup tem mais de 1,6 mil empresas conveniadas, que somam quase 200 mil funcionários.

Fundada no fim de 2018, a Paketá não revela o tamanho da sua carteira, mas o CEO, Fabian Valverde, diz que o portfólio cresceu 673% em 2021 e que atualmente o ritmo de concessão está entre R$ 8 milhões e R$ 10 milhões por mês, e avançando fortemente. "A intenção é que isso dobre muito rapidamente. Nossa intenção é chegar em 2 milhões de funcionários elegíveis em 18 meses." O mercado potencial do consignado privado é estimado em R$ 140 bilhões, enquanto na antecipação de salário, R$ 537 bilhões, e no FGTS, outros R$ 323 bilhões.

Valverde diz que o lançamento dos dois novos produtos faz parte da estratégia de ofertar um empréstimo que seja mais apropriado para o cliente. "Tinha funcionário que pedia um empréstimo consignado de R$ 200 para pagar em 24 meses. Não faz sentido. Com a garantia do FGTS, por exemplo, o risco é bem menor, a inadimplência é próxima de zero, e aí a gente pode cobrar uma taxa ainda menor. Nossa intenção é prover o crédito mais adequado, em um modelo sustentável", afirma.

A Paketá atua em dois modelos. O primeiro, na concessão de crédito direta, com sua marca própria, como correspondente bancário. No segundo, é uma provedora de "software as a service" (SaaS), fornecendo sua plataforma para instituições parceiras em um modelo "white label", em que é a marca do parceiro que aparece. Hoje, 70% da receita vem do crédito e 30% do SaaS, mas Valverde diz que essa proporção pode se inverter rapidamente, já que a fintech vem conquistado novos parceiros. Hoje, são seis, sendo o Itaú o principal deles.

Com o uso da tecnologia, a Paketá consegue ter uma inadimplência em torno de 2% no consignado privado, quase metade da média da indústria. Com base nos dados fornecidos pelas empresas parceiras, percebeu, por exemplo, que o funcionário que falta menos tem menor chance de sair daquele emprego — e assim deixar de pagar o empréstimo —, e a partir daí passou a oferecer taxas mais baratas para esse perfil de empregados.

Informações de diferentes segmentos também ajudam. A fintech observou que, no agronegócio, um salário de R$ 2,5 mil é considerado relativamente alto e, quem ganha nessa faixa, tende a permanecer 16 anos naquele emprego. "Se temos parceria com uma usina e eles têm um funcionário que tem cinco, seis anos de casa, sabemos que ele tende a ficar mais uns dez anos lá, então o risco é menor", cita o CEO. No segmento de "call center", por outro lado, a rotatividade é muito maior. Os funcionários tendem a ficar entre 18 e 24 meses na empresa, então a Paketá sabe que tem de oferecer empréstimos com prazo menor. "No segmento de condomínios, sabemos que o zelador tende a ser muito mais longevo que a faxineira", conta.

A Paketá usa a estrutura de fundo de recebíveis (FIDC) para seus empréstimos próprios e Valverde diz que tem cerca de R$ 800 milhões disponíveis no momento e, quando eles forem consumidos, consegue levantar outro fundo rapidamente. Os R$ 27 milhões captados com a Kinea em setembro passado não vão para funding e serão usados para investir, principalmente, em tecnologia, pessoas e marketing. "Não fizemos essa rodada de aporte pensando só no dinheiro, queríamos um parceiro com o melhor alinhamento possível, que nos levasse para outro patamar. O acordo com a Kinea faz todo sentido, traz um selo de governança, de segurança, de escalabilidade", conta. A gestora do Itaú ficou com uma fatia de 15% na fintech.

XP cria conta internacional e quer 50% do fluxo brasileiro ao exterior

Adriana Cotias
De São Paulo

A XP anunciou ontem a sua entrada no mercado internacional com uma conta para brasileiros investirem no exterior. Com uma tecnologia integrada ao aplicativo atual, o cliente da plataforma poderá acessar todas as empresas listadas nas duas principais bolsas dos Estados Unidos, a Nasdaq e a Nyse, e outras opções fora do Brasil. Na transferência de recursos, o câmbio será feito automaticamente, em tempo real.

Segundo Thiago Maffra, CEO da XP, o projeto da XP Internacional vai ser um embrião para a atuação da companhia no exterior. À medida que a tecnologia esteja pronta, o grupo pretende buscar também o investidor estrangeiro. "Vai ser a sementinha da nossa expansão internacional. Começa com um 'hub' nos Estados Unidos, que dá acesso ao cliente brasileiro lá fora, mas pode ser o meio para a expansão em outros mercados e início da entrada no americano."

De acordo com o executivo, ainda não está definido estrategicamente qual público a XP vai buscar a partir do ano que vem, se o americano ou o de outros países na América Latina. "Como é um hub que conecta os Estados Unidos com o cliente brasileiro, poderia conectar qualquer outro tipo de cliente, não necessariamente só o de varejo."

Ele destacou que o acesso aos ativos listados nas bolsas americanas contempla alternativas dos mercados europeu e asiático. Em um curto espaço de tempo, o plano é incluir títulos de dívida, fundos e até serviços bancários. Entre os planos está oferecer um cartão de débito para os brasileiros fazerem suas transações fora do país.

Num mercado potencial que calcula ser de R$ 50 bilhões a R$ 60 bilhões em termos de fluxo de investimentos de brasileiros no exterior, a XP pretende abocanhar pelo menos metade desse bolo em três anos com a sua conta internacional. O cronograma prevê uma lista de espera para clientes de varejo com perfil para a renda variável agora em maio, com abertura das contas e início das operações em junho. A partir de julho, o plano é abrir gradualmente para os demais investidores da plataforma.

Segundo Lucas Rabechini, diretor de produtos financeiros da XP, embora o mercado internacional seja pouco explorado pelos brasileiros, há interesse latente. Pesquisa interna da companhia identificou que 77% dos investidores têm interesse em ter parte dos recursos no exterior, e quando essa sondagem é extrapolada para pessoas que já têm dinheiro fora do país, a parcela que pretende aumentar a alocação supera os 90%.

Na apresentação do projeto, o executivo apresentou as estatísticas da evolução do patrimônio do brasileiro investido no exterior, uma cifra que vem em crescimento progressivo desde 2017 e que em 2021 alcançou R$ 827 bilhões, um crescimento de 28,6% em relação ao ano anterior. Os dados foram extraídos da base da Anbima, até novembro de 2021, mas abrangem também fundos do tipo Investimento no Exterior, que podem investir acima de 40% do risco em ativos estrangeiros — não significa que estejam com a parcela toda alocada.

O foco inicial vai ser o cliente de varejo, que vai poder acessar mais de 10 mil ativos entre ações, fundos de índice (ETF) e recibos de ações (ADR) nas bolsas americanas. O aplicativo integrado da XP vai munir o investidor de relatórios de análise para direcionar o cliente na jornada da internacionalização. "O investidor vai ter o controle da carteira como um todo e vai ter uma abertura de conta sem fricção, em poucos cliques", diz Rabechini.

Isso é possível porque a maioria dos documentos exigidos e o reporte do "conheça o seu cliente" já estão nas mãos da plataforma. "O câmbio vai ser instantâneo. A partir do momento que enviar o dinheiro, em poucos segundos o cliente vai ter os recursos e poderá operar." Dentro da base atual, de 3,5 milhões de investidores, a XP não abriu a fatia elegível à conta internacional, seleção que será feita com auxílio de algoritmos.

A Avenue, corretora fundada por brasileiros nos EUA sob o mote da internacionalização, tem cerca de US$ 2 bilhões, de mais de 600 mil investidores. No ano passado, o C6 lançou uma conta global de investimentos e o Inter o seu home broker casado com experiência de serviços bancários.

Finanças

Contabilidade Caso Nubank trouxe à tona discussão a respeito dessa forma de remuneração de executivos

Como o pagamento em ações entra no balanço

Fernando Torres
De São Paulo

A divulgação do pagamento de mais de R$ 800 milhões para a diretoria do Nubank prevista para 2022, sendo R$ 678 milhões na forma de ações apenas para o presidente David Vélez, provocou alvoroço nas redes sociais e também entre investidores. O valor foi considerado elevado por muitos, mesmo quando se ponderam os feitos de Vélez e da empresa que ele ajudou a criar e a listar em bolsa valendo algumas dezenas de bilhões de dólares.

O que pouca gente entende, porém, é o que significam os valores que o Nubank e outras empresas registram como pagamento baseado em ações em seus balanços e, posteriormente, divulgam no Formulário de Referência — principal documento de informações corporativas enviado anualmente à Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

O termo técnico usado é "baseado em ações" porque existem diferentes tipos de programas, envolvendo opções, ações restritas, ações "fantasma" ou qualquer outro tipo de outorga que a criatividade empresarial permitir. Digamos que num determinado ano uma empresa tem suas ações cotadas próximas de R$ 5 cada, e que faça um contrato de retenção com seu principal executivo dando direito a ele comprar 1 milhão de ações por R$ 5 dali a três anos, se determinadas metas forem cumpridas (tecnicamente, a empresa está outorgando opções de compra de ações).

Ao fazer esse tipo de acordo, a ideia é que o executivo passe a estar mais alinhado com acionistas e queira que a ação se valorize ao máximo nesse intervalo, dado que poderá comprá-la por R$ 5, mesmo que a ação esteja valendo R$ 8 ou mais no mercado.

Se em três anos as ações estiverem efetivamente cotadas a R$ 8, o executivo vai comprar 1 milhão de ações a R$ 5 cada e terá o direito de vendê-las por R$ 8, obtendo o ganho de R$ 3 milhões.

Já se a empresa tiver comprado 1 milhão de ações na data em que assinou o contrato (lá atrás) e guardado em tesouraria para entregar ao executivo, terá desembolsado R$ 5 milhões em caixa.

E qual valor a empresa registra como despesa na contabilidade? Nem os R$ 3 milhões de ganho efetivo nem os R$ 5 milhões que a empresa desembolsou de caixa. Segundo o professor Eliseu Martins, um dos principais especialistas em contabilidade do país, conforme a norma contábil vigente no Brasil e Europa (IFRS) e nos EUA (US Gaap), a empresa deve registrar como despesa o valor justo desse direito de compra na data em que o contrato foi assinado, cálculo que leva em conta variáveis, como taxa livre de risco, volatilidade das ações, probabilidade de ocorrência de eventos entre outras.

No exemplo, vamos supor que o valor justo na data do contrato era de R$ 1,5 por ação, ou R$ 1,5 milhão no total. É natural que o valor justo seja menor que o potencial ganho efetivo no futuro, dada a incerteza sobre o desfecho do negócio. Por exemplo, se dali a três anos as ações estão valendo R$ 4 ou menos cada, o executivo não vai exercer seu direito de compra a R$ 5. Na prática, não embolsou nada. Se a ação estiver a R$ 12, e não a R$ 8, seu ganho total salta para R$ 7 milhões.

Uma vez calculado o valor justo de R$ 1,5 milhão, a empresa então deve reconhecer uma despesa de R$ 500 mil por ano, até completar o total em três anos. Vale ressaltar que ainda que seja tratado como "despesa" e reduza o lucro da companhia e a base de distribuição de dividendos, o pagamento não diminui o patrimônio líquido, e tem como contrapartida ajuste positivo lançado na conta "entre as reservas de capital" dentro do PL.

Já se a empresa tivesse deixado para comprar as ações a ser dadas pelo executivo na data de exercício (no fim), e não na data da outorga (começo), o efeito líquido em termos de caixa seria perda de R$ 3 milhões na data futura (desembolso de R$ 8 milhões contra recebimento de R$ 5 milhões), que não seria coincidente com a despesa contabilizada de R$ 1,5 milhão.

Uma terceira hipótese é que a empresa apenas emita novas ações na data do exercício das opções. Neste caso, não haveria qualquer desembolso de caixa pela companhia, e sim uma entrada de R$ 5 milhões. Ainda assim, teria registrado em três anos uma despesa de R$ 1,5 milhão.

Nos três casos — compra antecipada das ações, compra na data do exercício, ou emissão de ações —, o executivo teve ganho de R$ 3 milhões e os demais acionistas perda econômica de R$ 3 milhões.

O pagamento com ações restritas, conhecidas também pela sigla em inglês RSU, foi o adotado pelo Nubank para retenção do seu presidente e maior acionista, David Vélez, que detém 21% do capital total e 75% do poder de voto.

Conforme a documentação enviada pela empresa aos reguladores, ainda em 2020 foi firmado um acordo de retenção, em que ele teria direito a receber ações equivalentes a 0,5% do capital se o Nubank fosse avaliado de US$ 20 bilhões e US$ 30 bilhões, e a 1% se superasse US$ 30 bilhões.

As condições foram sucessivamente atendidas. A empresa informou que ele recebeu o equivalente a 45,58 milhões de ações classe A do Nubank em julho de 2021. Ao se considerar o valor dos papéis no IPO, a US$ 9, a bolada recebida pode ser estimada em US$ 410 milhões. Entre o fim de outubro e início de novembro do ano passado, pouco antes da abertura de capital, foi negociado um novo acordo de retenção, por cinco anos. O contrato prevê que Velez terá direito a receber ações que equivalem a 1% do capital do Nubank se atingirem US$ 18,69 cada (mais que o triplo da cotação atual), e a 2% do capital se o valor atingir US$ 35,30.

O valor justo calculado foi estimado em US$ 422,6 milhões, ou R$ 2,33 bilhões pelo dólar de 17 de novembro (R$ 5,52), data de aprovação pelos acionistas. Na documentação enviada aos reguladores, a empresa diz que é o valor que será registrado como despesa, ao longo de 7,5 anos, prazo máximo para atingimento da meta. Porém, ao se calcular o valor anual, chega-se a cifra de R$ 311 milhões por ano, distante dos R$ 678 milhões que o Nubank revelou. E a explicação, segundo o banco, é que há sobreposição com parte do contrato original, de 2020, a ser reconhecida contabilmente em 2022.

Finanças | Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 05/05/22

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1*	12.364,4036830	-0,03	0,11	3,16
IRF-M	1+**	15.627,2340000	-0,55	-0,49	-0,24
IRF-M	Total	14.284,3504270	-0,37	-0,29	0,94
IMA-B	5***	7.717,3204040	-0,10	0,37	5,82
IMA-B	5+****	9.611,7738130	-0,53	0,06	2,05
IMA-B	Total	8.342,9495830	-0,31	0,22	3,96
IMA-S	Total	5.184,7638030	0,05	0,19	3,59
IMA-Geral	Total	6.514,9135640	-0,18	0,07	3,17

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	20/04/22	19/04/22	Há 1 semana	No fim de março	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	28,97	29,01	31,14	28,92	29,02	20,43
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	24,59	24,95	25,29	25,98	26,91	17,71
Conta garantida pré - a.a.	44,45	43,28	41,06	36,60	41,14	32,43
Desconto de duplicata pré - a.a.	25,45	26,14	24,59	23,85	24,32	19,68
Vendor pré - a.a.	18,57	19,63	18,33	18,46	15,57	9,79
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	18,36	18,71	19,19	19,61	20,56	10,48
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	17,40	17,38	18,03	18,06	19,44	13,48
Conta garantida pós - a.a.	25,57	26,04	26,27	25,36	25,71	17,49
ACC pós - a.a.	3,92	4,31	4,11	4,71	4,23	3,40
Factoring - a.m.	3,71	3,72	3,71	3,72	3,74	3,67

Fontes: Banco Central, Anbc e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	05/05/22	04/05/22	Há 1 semana	No fim de abril	Há 1 mês	Há 12 meses
Libor - empréstimos interbancários em dólar *						
1 mês	0,8449	0,8451	0,8000	0,8033	0,4460	0,3256
3 meses	1,3707	1,4061	1,2860	1,3349	0,9666	0,1699
6 meses	1,9721	2,0196	1,8481	1,9107	1,4749	0,2006
9 meses	-	-	-	-	-	-
1 ano	2,6721	2,7484	2,5491	2,6286	2,2279	0,2790
Euro Libor - empréstimos interbancários em euro *						
1 mês	-	-	-	-	-	-0,5743
3 meses	-	-	-	-	-	-0,5423
6 meses	-	-	-	-	-	-0,5234
1 ano	-	-	-	-	-	-0,4961
Euribor **						
1 mês	-	-0,544	-0,522	-0,538	-0,548	-0,553
3 meses	-	-0,427	-0,438	-0,429	-0,467	-0,531
6 meses	-	-0,205	-0,242	-0,226	-0,375	-0,515
1 ano	-	0,234	0,118	0,166	-0,093	-0,483
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	4,00	3,50	3,50	3,50	3,50	3,25
Federal Funds	1,00	0,50	0,50	0,50	0,50	0,25
Taxa de Desconto	1,00	0,50	0,50	0,50	0,50	0,25
T-Bill (1 mês)	0,41	0,43	0,30	0,33	0,17	0,01
T-Bill (3 meses)	0,82	0,88	0,89	0,84	0,67	0,02
T-Bill (6 meses)	1,34	1,40	1,31	1,40	1,14	0,04
T-Note (2 anos)	2,70	2,64	2,61	2,72	2,53	0,15
T-Note (5 anos)	3,01	2,92	2,84	2,96	2,70	0,80
T-Note (10 anos)	3,04	2,94	2,87	2,93	2,55	1,57
T-Bond (30 anos)	3,12	3,04	2,90	3,00	2,58	2,24

Fontes: EMMI e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa da British Bankers Association com base em informações de 16 bancos ** Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

Renda Fixa	Mês mai/22*	abr/22	mar/22	fev/22	jan/22	dez/21	Acumulado Ano*	12 meses**
Selic	0,18	0,83	0,93	0,76	0,73	0,77	3,47	7,11
CDI	0,18	0,83	0,93	0,76	0,73	0,77	3,47	7,11
CDB (1)	-	0,84	0,76	0,73	0,60	0,57	2,96	7,58
Poupança (2)	0,67	0,56	0,60	0,50	0,56	0,55	2,91	6,45
Poupança (3)	0,67	0,56	0,60	0,50	0,56	0,49	2,91	4,75
IRF-M	-0,29	-0,12	0,84	0,58	-0,08	1,89	0,94	1,22
IMA-B	0,22	0,83	3,07	0,54	-0,73	0,22	3,96	4,69
IMA-S	0,19	0,69	0,91	0,92	0,83	0,78	3,59	7,66
Renda Variável								
Ibovespa	-2,38	-10,10	6,06	0,89	6,98	2,85	0,46	-9,27
Índice Small Cap	-3,48	-8,36	8,81	-5,19	3,42	3,80	-5,64	-20,81
IBrX 50	-2,37	-10,51	5,42	1,75	7,66	3,76	0,89	-9,44
ISE	-3,07	-10,17	7,48	-3,43	3,86	1,73	-6,14	-10,28
IMOB	-4,29	-6,62	5,72	-6,94	10,28	6,43	-3,03	-22,37
IDIV	-2,18	-5,19	10,00	-2,32	7,47	1,60	7,10	3,76
IFIX	-1,09	1,19	1,42	-1,29	-0,99	8,78	-0,80	-1,68
Dólar Ptax (BC)	1,75	3,83	-7,81	-4,07	-4,00	-0,70	-10,31	-8,97
Dólar Comercial (mercado)	1,50	3,85	-7,70	-2,81	-4,83	-1,11	-10,01	-8,99
Euro (BC) (4)	1,44	-1,35	-9,07	-3,78	-4,96	-0,12	-16,79	-20,25
Euro Comercial (mercado) (4)	1,49	-1,00	-9,33	-2,63	-5,54	-1,07	-16,20	-20,16
Ouro B3	0,67	2,40	-4,89	1,49	-8,33	3,13	-8,79	-2,13
Inflação								
IPCA (5)	-	0,94	1,62	1,01	0,54	0,73	4,17	12,00
IGP-M	-	1,41	1,74	1,83	1,82	0,87	6,98	14,66

Fontes: Anbima, BC, B3, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. * Rendimento até o dia 05/mai. ** Até abr/22. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 2.703/2012. (4) Variação sobre o Real. (5) expectativa de 0,94% para o mês de abril

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 02/05/22

Categorias	Patrimônio líquido R$ milhões (1)	Rentabilidade nominal - % no dia	no mês	em 2022	em 12 meses	Estimativa da captação líquida - R$ milhões no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	2.752.519,92					-11.763,24	-11.763,24	102.471,61	257.222,88
RF Indexados (2)	159.306,04	-0,03	-0,03	4,24	6,57	-248,02	-248,02	-36.371,80	-45.387,06
RF Duração Baixa Soberano (2)	553.641,73	0,04	0,04	3,07	6,47	-3.175,16	-3.175,16	45.085,07	-34.583,99
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	627.838,17	0,05	0,05	3,49	7,74	-4.021,68	-4.021,68	23.640,31	86.409,64
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	77.966,47	0,04	0,05	3,48	7,56	213,19	213,19	238,85	5.872,10
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	152.194,95	0,05	0,05	6,11	14,35	18,86	18,86	1.753,05	15.227,70
RF Duração Livre Soberano (2)	193.084,97	0,03	0,03	3,85	8,09	-101,01	-101,01	19.793,32	29.103,01
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	580.638,70	0,04	0,04	4,01	8,03	-1.026,34	-1.026,34	42.187,26	51.289,50
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	148.278,77	0,00	0,00	3,63	7,34	554,21	554,21	5.304,02	18.439,38
Ações	521.361,68					-264,25	-264,25	-38.607,87	-35.799,04
Ações Indexados (2)	9.857,15	-1,12	-1,12	0,99	-11,25	51,96	51,96	-2.173,94	-3.202,64
Ações Índice Ativo (2)	44.237,71	-1,41	-1,41	0,18	-16,81	135,61	135,61	-8.397,80	-9.040,41
Ações Livre	220.797,57	-0,72	-0,72	-4,94	-17,82	-141,27	-141,27	-16.870,72	-22.231,29
Fechados de Ações	42.582,46	-0,75	-0,75	-4,09	-8,15	0,85	0,85	1.823,24	6.226,24
Multimercados	1.572.089,23					-5,21	-5,21	-47.048,27	-36.710,30
Multimercados Macro	180.773,88	-0,03	-0,03	5,59	12,07	96,06	96,06	-8.672,92	-37.486,50
Multimercados Livre	569.040,95	0,01	0,01	3,98	5,02	-61,42	-61,42	-30.764,16	-49.348,50
Multimercados Juros e Moedas	62.862,45	0,07	0,07	3,59	7,98	190,23	190,23	1.990,55	6.349,30
Multimercados Invest. no Exterior (2)	671.722,28	0,21	0,21	-1,13	1,06	-130,67	-130,67	-2.393,80	44.841,39
Cambial	8.363,37	2,87	2,87	-8,92	-6,32	-13,75	-13,75	1.061,19	1.678,40
Previdência	1.075.207,56					16,14	16,14	-5.244,72	7.003,24
ETF	36.936,08					-77,94	-77,94	-2.436,34	7.611,61
Demais Tipos	1.626.325,14					-4.371,98	-4.371,98	-44.399,78	129.238,72
Total Fundos de Investimentos	**5.966.477,85**					**-32.108,25**	**-12.108,25**	**10.195,59**	**211.808,61**
Total Fundos Estruturados (3)	**1.169.224,80**					**1.557,54**	**1.557,54**	**68.573,84**	**122.704,01**
Total Fundos Off Shore (4)	**43.773,21**					-	-	-	-
Total Geral	**7.179.475,86**					**-10.550,71**	**-10.550,71**	**78.769,44**	**333.712,62**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo excluí os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos Imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de março de 2022 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	05/05/22	04/05/22	Há 1 semana	No fim de abril	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	12,75	11,75	11,75	11,75	11,75	2,75
Selic - taxa over ao ano	12,65	11,65	11,65	11,65	11,65	2,65
Selic - taxa over ao mês	1,4184	1,3122	1,3122	1,3122	1,3122	0,3114
Selic - taxa efetiva ao ano	12,51	11,65	11,65	11,65	11,65	2,65
Selic - taxa efetiva ao mês	1,0346	0,9667	0,8343	0,8343	0,8343	0,2182
CDI - taxa over ao ano	12,65	11,65	11,65	11,65	11,65	2,65
CDI - taxa over ao mês	1,4184	1,3122	1,3122	1,3122	1,3122	0,3114
CDI - taxa efetiva ao ano	12,51	11,65	11,65	11,65	11,65	2,65
CDI - taxa efetiva ao mês	1,0346	0,9667	0,8343	0,8343	0,8343	0,2182
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	11,27	4,72
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	0,8942	0,3850
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	11,95	2,22
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	0,9450	0,1829
Taxa de juros de referência - B3						
D3 - 3 meses (em % ao ano)	12,93	12,86	12,79	12,81	12,35	3,82
D6 - 6 meses (em % ao ano)	13,20	13,00	12,96	12,96	12,63	4,45
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	12,68	12,63	12,44	12,47	11,78	3,41
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	12,79	12,73	12,62	12,65	12,17	3,61
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	12,93	12,86	12,78	12,81	12,34	3,81
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	13,03	12,94	12,90	12,93	12,47	4,04
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	13,18	13,02	12,99	13,01	12,62	4,42
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	13,26	13,03	13,01	13,01	12,71	5,41

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 05/05/22

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em jun/22	99.105,93	12,650	33.955	12,646	12,656	12,656
Vencimento em jul/22	98.108,80	12,782	246.520	12,776	12,794	12,786
Vencimento em ago/22	97.102,78	12,914	6.155	12,910	12,930	12,914
Vencimento em set/22	96.000,87	13,025	7.845	13,025	13,060	13,055
Vencimento em out/22	94.996,57	13,110	542.190	13,070	13,140	13,125
Vencimento em nov/22	94.045,51	13,175	520	13,130	13,155	13,155
Vencimento em dez/22	93.099,75	13,231	350	13,175	13,180	13,180
Vencimento em jan/23	92.093,10	13,235	951.215	13,160	13,260	13,235
Vencimento em fev/23	91.108,24	13,220	1.355	13,220	13,220	13,220
Vencimento em mar/23	90.303,79	13,220	970	13,195	13,220	13,220
Vencimento em abr/23	89.246,65	13,275	66.820	13,165	13,305	13,270
Dólar comercial	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - R$/US$ 1.000,00 Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em jun/22	5.065,55	2,19	311.165	4.972,00	5.098,00	5.067,50
Vencimento em jul/22	5.113,03	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em ago/22	5.155,80	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em set/22	5.203,99	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em out/22	5.246,53	-	0	0,00	0,00	0,00
Euro	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - R$/€ 1.000,00 Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em jun/22	5.333,83	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em jul/22	5.391,97	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em ago/22	5.446,14	-	0	0,00	0,00	0,00
Ibovespa	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - pontos do índice Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em jun/22	106.602	-2,76	249.145	105.070	108.855	106.835
Vencimento em ago/22	108.687	-	0	0	0	0
Vencimento em out/22	110.612	-	0	0	0	0

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 05/05/22

Indicador	Compra	Venda	Variações % No dia	No mês	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	5,0045	5,0051	-0,08	1,75	-10,31	-7,09
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	5,0160	5,0166	2,38	1,50	-10,01	-6,49
Dólar Turismo (R$/US$)	5,0316	5,2116	2,45	1,83	-9,86	-6,62
Euro (BC) - (R$/€)	5,2572	5,2599	-0,40	1,44	-16,79	-18,66
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	5,2904	5,2910	1,81	1,49	-16,20	-17,83
Euro Turismo (R$/€)	5,3194	5,4994	1,60	1,65	-16,22	-18,07
Euro (BC) - (US$/€)	1,0505	1,0509	-0,31	-0,30	-7,22	-12,45
Ouro*						
B3 (R$/g) **	-	301,000	3,08	0,67	-8,79	-1,31
Nova York (US$/onça troy)	-	1.877,08	-0,89	-1,04	2,67	5,08
Londres (US$/onça troy)	-	1.895,20	1,42	-1,06	4,13	6,59

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. * Última cotação. ** Contrato = 250g

Índices de ações Valor/Coppead

Em pontos

Índice	05/05/22	04/05/22	No fim de abr/22	dez/21	Variação - em % dia	mês	Ano
Valor/Coppead Performance (IP20)	145.154,86	149.140,59	147.613,77	134.046,86	-2,67	-1,67	8,29
Valor/Coppead Mínima Variância	90.630,14	92.806,60	91.769,21	86.927,17	-2,35	-1,24	4,26

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data do vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
B3	20/09/21	20/09/31	120	700	4,125	4,125	333,8
Rumo	22/09/21	18/01/32	124	500	4,2	4,25	346,3
Banco do Brasil	30/09/21	30/09/26	60	750	3,25	3,25	244,2
Banco do Brasil (1)	11/01/22	11/01/29	84	500	4,875	-	328,7
Açu Petróleo	13/01/22	13/07/35	162	600	7,5	-	598,8
Globo Comunicação e Participações	14/01/22	14/01/32	120	400	5,5	-	402,5
Bradesco	18/01/22	18/03/27	62	500	4,375	4,375	285,5

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 05/05/22. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Social bonds

ADR - Índices

Em 05/05/22

Índice	05/05/22	04/05/22	Em 29/04/22	31/12/21	05/05/21	Variação - em % dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	143,95	149,08	144,69	160,14	166,09	-3,44	-0,51	-10,11	-13,33
S&P BNY Emergentes	289,60	303,15	294,60	339,00	408,46	-4,47	-1,70	-14,57	-29,10
S&P BNY América Latina	194,45	201,64	199,48	179,82	199,96	-3,57	-2,52	8,13	-2,76
S&P BNY Brasil	207,77	215,82	214,45	184,87	219,71	-3,73	-3,11	12,39	-5,43
S&P BNY México	252,07	261,59	259,37	279,00	249,54	-3,64	-2,81	-9,65	1,01
S&P BNY Argentina	72,95	76,49	74,80	70,86	59,43	-4,62	-2,48	2,94	22,76
S&P BNY Chile	172,09	173,70	164,86	134,90	176,38	-0,93	4,38	27,57	-2,43
S&P BNY Índia	2.650,31	2.720,69	2.677,01	3.190,48	2.761,95	-2,59	-1,00	-16,93	-4,04
S&P BNY Ásia	171,10	178,65	173,05	207,32	234,76	-4,23	-1,13	-17,47	-27,12
S&P BNY China	335,75	359,65	345,15	428,56	717,66	-6,65	-2,72	-21,66	-53,22
S&P BNY Rússia	175,68	176,31	179,10	319,36	311,94	-0,36	-1,91	-44,99	-43,68
S&P BNY Turquia	16,41	16,43	16,22	16,83	21,21	-0,09	1,18	-2,45	-22,62

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
19/04 a 19/05	0,1280	0,6286	0,6286	0,9190
20/04 a 20/05	0,1301	0,6308	0,6308	0,9211
21/04 a 21/05	0,1302	0,6309	0,6309	0,9212
22/04 a 22/05	0,1302	0,6309	0,6309	0,9212
23/04 a 23/05	0,0968	0,5973	0,5973	0,8776
24/04 a 24/05	0,1209	0,6215	0,6215	0,9219
25/04 a 25/05	0,1549	0,6557	0,6557	0,9662
26/04 a 26/05	0,1538	0,6546	0,6546	0,9650
27/04 a 27/05	0,1568	0,6576	0,6576	0,9681
28/04 a 28/05	0,1609	0,6617	0,6617	0,9722
29/04 a 29/05	0,1278	0,6671	0,6671	0,9288
30/04 a 30/05	0,1072	0,6671	0,6671	0,8880
01/05 a 31/05	0,1317	0,6671	0,6671	0,9328
01/05 a 01/06	0,1663	0,6671	0,6671	0,9776
02/05 a 02/06	0,1909	0,6919	0,6919	1,0225
03/05 a 03/06	0,1904	0,6914	0,6914	1,0230
04/05 a 04/06	0,1937	0,6947	0,6947	1,0253

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 05/05/22

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
Variação % em reais					
Ibovespa	105.304	-2,81	-2,38	0,46	-11,93
IBrX	45.086	-2,77	-2,43	0,75	-12,93
IBrX 50	17.659	-2,63	-2,37	0,89	-12,31
IEE	81.527	-2,15	-1,99	6,84	2,93
SMLL	2.231	-3,71	-3,48	-5,64	-24,24
ISE	3.445	-3,43	-3,07	-6,14	-13,07
IMOB	702	-4,83	-4,29	-3,03	-27,24
IDIV	6.801	-2,56	-2,18	7,10	1,24
IFIX	2.782	-0,20	-1,09	-0,80	-2,54
Variação % em dólares					
Ibovespa	21.039	-2,72	-4,06	12,01	-5,20
IBrX	9.008	-2,68	-4,11	12,34	-6,28
IBrX 50	3.528	-2,55	-4,04	12,49	-5,62
IEE	16.289	-2,06	-3,68	19,13	10,79
SMLL	446	-3,63	-5,16	5,18	-18,46
ISE	688	-3,34	-4,73	4,66	-6,43
IMOB	140	-4,67	-5,87	8,11	-21,70
IDIV	1.359	-2,48	-3,85	19,42	8,96
IFIX	556	-0,10	-2,80	10,62	4,88

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Prêmio de risco do EMBI+*

Spread em pontos base **

País	Spread 05/05/22	04/05/22	Variação - em pontos No dia	No mês	No ano
Geral	391	396	-5,0	-3,0	5,0
África do Sul	381	391	-10,0	-8,0	33,0
Argentina	1.788	1.763	25,0	-13,0	100,0
Brasil	299	300	-1,0	-7,0	-27,0
Colômbia	379	383	-4,0	5,0	27,0
Filipinas	134	143	-9,0	0,0	43,0
México	233	232	1,0	-13,0	20,0
Peru	175	182	-7,0	-5,0	35,0
Turquia	525	531	-6,0	11,0	-53,0
Venezuela	29.272	31.004	-1.732,0	-1.207,0	-29.231,0

Fonte: JP Morgan. Elaboração: Valor Data. *Calculado pelo JP Morgan. **Sobre o título do tesouro americano

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diário	
ago/21	371.325	13/04/22	350.454
set/21	368.886	14/04/22	349.092
out/21	367.927	18/04/22	348.718
nov/21	367.772	19/04/22	347.946
dez/21	363.704	20/04/22	348.268
jan/22	359.898	22/04/22	346.610
fev/22	358.240	25/04/22	347.369
mar/22	353.669	26/04/22	346.849

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos. Obs.: Devido à greve no BC, os dados não estão disponíveis.

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	05/05/22	04/05/22	03/05/22	02/05/22	29/04/22	28/04/22
Índice	1.656,49	1.661,00	1.658,01	1.657,71	1.658,96	1.658,31
Var. no dia	-0,27%	0,18%	0,02%	-0,08%	0,04%	0,01%
Var. no mês	-0,15%	0,12%	-0,06%	-0,08%	0,18%	0,15%
Var. no ano	1,81%	2,08%	1,90%	1,88%	1,96%	1,92%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 05/05/22

Moeda	Em US$ * Compra	Venda	Em R$ ** Compra	Venda
Baht (Tailândia)	34,3900	34,4000	0,14550	0,14550
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	5,0045	5,0051
Bolívar Soberano (Venezuela)	4,5359	4,5473	1,1005000	1,1034000
Boliviano (Bolívia)	6,8000	6,9500	0,7201	0,7360
Colon (Costa Rica)	662,8250	665,6500	0,007518	0,007551
Coroa (Dinamarca)	7,0806	7,0816	0,7067	0,7069
Coroa (Islândia)	131,2900	131,5800	0,03803	0,03812
Coroa (Noruega)	9,5164	9,5201	0,5257	0,5259
Coroa (Rep. Tcheca)	23,3840	23,3940	0,2139	0,2140
Coroa (Suécia)	9,9670	9,9700	0,5020	0,5022
Dinar (Argélia)	144,7300	145,5800	0,03438	0,03458
Dinar (Kuwait)	0,3066	0,3070	16,3013	16,3245
Dinar (Líbia)	4,7785	4,8008	1,0424	1,0474
Direitos Especiais de Saque ***	1,3451	1,3451	6,7316	6,7324
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6726	3,6735	1,3623	1,3628
Dirham (Marrocos)	10,0279	10,0329	0,4988	0,4991
Dólar (Austrália)***	0,7090	0,7092	3,5482	3,5496
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	5,0045	5,0051
Dólar (Belize)	1,9982	2,0332	2,4614	2,5048
Dólar (Canadá)	1,2849	1,2850	3,8946	3,8953
Dólar (Cayman)	0,8250	0,8350	5,9934	6,0668
Dólar (Cingapura)	1,3871	1,3874	3,6071	3,6083
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	5,0045	5,0051
Dólar (Hong Kong)	7,8493	7,8494	0,6376	0,6376
Dólar (Nova Zelândia)***	0,6401	0,6405	3,2034	3,2058
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7042	6,8450	0,7311	0,7466
Euro (Comunidade Europeia)***	1,0505	1,0509	5,2572	5,2599
Florim (Antilhas Holandesas)	1,7845	1,8200	2,7497	2,8048
Franco (Suíça)	0,9874	0,9875	5,0678	5,0690
Guarani (Paraguai)	6826,6000	6835,9300	0,0007321	0,0007332
Hryvnia (Ucrânia)	29,5000	31,0000	0,1614	0,1697
Iene (Japão)	130,4000	130,4300	0,03837	0,03838
Kuna (Croácia)	7,1758	7,1819	0,6968	0,6975
Libra (Egito)	18,4300	18,5300	0,2701	0,2716
Libra (Líbano)	1505,7000	1518,7000	0,003295	0,003324
Libra (Síria)	2511,0000	2514,0000	0,00199	0,00199
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,2329	1,2331	6,1700	6,1718
Naira (Nigéria)	414,6200	415,6200	0,01204	0,01207
Lira (Turquia)	14,8589	14,8689	0,3366	0,3368
Novo Dólar (Taiwan)	29,7060	29,7160	0,16840	0,16850
Novo Sol (Peru)	3,7841	3,7950	1,3187	1,3227
Peso (Argentina)	116,1500	116,1700	0,04308	0,04309
Peso (Chile)	863,8000	865,0100	0,005786	0,005794
Peso (Colômbia)	4099,5500	4113,6500	0,001217	0,001221
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2085	0,2085
Peso (Filipinas)	52,5400	52,5600	0,09522	0,09526
Peso (México)	20,2984	20,3089	0,2464	0,2466
Peso (Rep. Dominicana)	55,0600	55,1800	0,09069	0,09090
Peso (Uruguai)	41,4500	41,6000	0,12030	0,12080
Rande (África do Sul)	16,0554	16,0605	0,3115	0,3117
Rial (Arábia Saudita)	3,7508	3,7510	1,3342	1,3344
Rial (Irã)	42000,0000	42000,0000	0,0001192	0,0001192
Ringgit (Malásia)	4,3470	4,3500	1,1505	1,1514
Rublo (Rússia)	62,2500	67,2500	0,07442	0,08040
Rúpia (Índia)	76,5420	76,5870	0,06534	0,06539
Rúpia (Indonésia)	14495,0000	14499,0000	0,0003452	0,0003453
Rúpia (Paquistão)	185,2200	186,1200	0,02689	0,02702
Shekel (Israel)	3,4166	3,4187	1,4639	1,4649
Won (Coréia do Sul)	1272,2900	1273,0900	0,003931	0,003934
Yuan Renminbi (China)	6,6535	6,6580	0,7517	0,7523
Zloty (Polônia)	4,4597	4,4654	1,1207	1,1223

	Cotações Ouro Spot (2)	Paridade (3)	Em R$(1) Compra	Venda
Dólar Ouro	1873,93	0,01660	301,4759	301,5120

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	05/05/22	04/05/22	Variações % No dia	No mês	No ano	Em 12 meses	Em 12 meses Menor índice	Maior índice
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	32.997,97	34.061,06	-3,12	0,06	-9,19	-3,60	32.632,64	36.799,65
EUA	Nova York	Nasdaq-100	12.850,55	13.535,71	-5,06	-0,03	-21,26	-4,83	12.850,55	16.573,34
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	12.317,69	12.964,86	-4,99	-0,14	-21,27	-8,31	12.317,69	16.057,44
EUA	Nova York	S&P 500	4.146,87	4.300,17	-3,56	0,36	-12,99	-0,50	4.063,04	4.796,56
Canadá	Toronto	S&P/TSX	20.696,17	21.184,95	-2,31	-0,32	-2,48	7,17	19.107,77	22.087,22
México	Cidade do México	IPC	50.529,95	51.432,63	-1,76	-1,73	-5,15	4,40	48.399,80	56.609,54
Colômbia	Bogotá	COLCAP	1.581,65	1.613,72	-1,99	1,23	12,10	27,55	1.182,18	1.635,71
Venezuela	Caracas	IBVC	5.698,17	5.657,73	0,71	0,40	-3,74	17,06	4.758,90	6.781,05
Chile	Santiago	IPSA	4.853,79	4.887,57	-0,69	1,58	12,66	3,18	3.982,18	4.994,67
Peru	Lima	S&P/BVL General	21.070,93	22.469,02	-6,22	-7,66	-0,19	7,46	15.529,47	25.642,58
Argentina	Buenos Aires	Merval	86.434,10	89.401,35	-3,32	-2,06	3,51	75,85	49.152,27	96.044,88
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.219,91	1.226,19	-0,51	-2,09	-10,41	-1,53	3.149,62	3.620,57
Alemanha	Frankfurt	DAX-30	13.902,52	13.970,82	-0,49	-1,39	-12,48	-8,36	12.831,51	16.271,75
França	Paris	CAC-40	6.368,40	6.395,68	-0,43	-2,53	-10,97	0,46	5.962,96	7.376,37
Itália	Milão	FTSE MIB	23.758,71	23.902,06	-0,60	-2,03	-13,12	-2,88	22.160,28	28.162,67
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	4.097,20	4.065,34	0,78	-0,22	-4,94	2,06	3.672,45	4.402,32
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	1.743,10	1.741,43	0,10	-2,43	-6,49	12,47	1.520,59	1.900,17
Espanha	Madri	IBEX-35	8.434,70	8.500,50	-0,77	-1,74	-3,20	-5,94	7.644,60	9.281,10
Grécia	Atenas	ASE General	888,47	900,35	-1,32	-3,68	-0,55	-2,52	789,66	971,09
Holanda	Amsterdã	AEX	696,19	698,68	-0,36	-2,08	-12,75	-2,51	656,74	827,57
Hungria	Budapeste	BUX	42.515,32	43.170,67	-1,52	-2,20	-16,18	-3,69	38.913,62	55.925,58
Polônia	Varsóvia	WIG	55.467,40	56.695,38	-2,17	-3,96	-19,96	-8,98	55.467,40	74.813,24
Portugal	Lisboa	PSI-20	5.788,51	5.831,68	-0,72	-2,37	3,95	13,69	4.894,43	6.133,52
Rússia	Moscou	RTS*	1.119,92	1.114,13	0,52	3,55	-29,82	-27,07	742,91	1.919,58
Suécia	Estocolmo	OMX	1.985,13	2.011,12	-1,29	-3,58	-17,96	-11,99	1.972,04	2.456,17
Suíça	Zurique	SMI	11.877,27	11.880,24	-0,02	-2,07	-7,75	6,92	10.989,32	12.970,53
Turquia	Istambul	BIST 100	2.466,26	Feriado	1,47	1,47	32,76	73,68	1.346,84	2.556,81
Israel	Tel Aviv	TA-125	Feriado	Feriado	-	-4,13	-1,67	16,94	1.681,67	2.152,16
África do Sul	Joanesburgo	All Share	69.682,65	70.357,58	-0,96	-3,80	-5,46	3,47	61.453,42	77.536,12
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	Feriado	Feriado	-	-0,11	-6,85	-6,92	24.717,53	30.670,10
Austrália	Sidney	All Ordinaries	7.639,20	7.564,80	0,98	-1,11	-1,80	4,02	7.114,50	7.926,80
China	Shenzhen	SZSE Composite	1.891,66	Feriado	0,68	0,68	-25,23	-17,72	1.752,27	2.561,91
China	Xangai	SSE Composite	3.067,76	Feriado	0,68	0,68	-15,72	-11,00	2.886,43	3.715,37
Coréia do Sul	Seul	KOSPI	Feriado	2.677,57	-	-0,65	-10,08	-14,93	2.614,49	3.305,21
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	20.793,40	20.869,52	-0,36	-1,40	-11,13	-26,83	18.415,08	29.468,00
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	55.702,23	55.669,03	0,06	-2,38	-4,38	14,43	48.677,55	61.765,59
Indonésia	Jacarta	JCI	Feriado	Feriado	-	-	9,84	20,97	5.760,58	7.276,19
Tailândia	Bangcoc	SET	1.643,30	Feriado	-0,54	-1,45	-0,86	6,07	1.521,72	1.713,20
Taiwan	Taipé	TAIEX	16.696,12	16.565,83	0,79	0,63	-8,36	-0,87	15.353,89	18.526,35

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madrid e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares

CCR S.A.

CNPJ/MF Nº. 02.846.056/0001-97 - NIRE Nº. 35300158334 - COMPANHIA ABERTA

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 2022

1. DATA, HORA E LOCAL: Em 24 de março de 2022, às 17h00, na sede da Companhia, localizada na Avenida Chedid Jafet, nº. 222, Bloco B, 5º andar, São Paulo/SP. **2. PRESENÇA:** Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, mediante a participação por intermédio da plataforma Zoom, juntamente com os membros da Diretoria Executiva da Companhia, nos termos do artigo 16, §4º do Estatuto Social da Companhia. **3. MESA:** Presidente: Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna e Secretário: Pedro Paulo Archer Sutter. **4. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a celebração, por sua controlada indireta Aeris Holding Costa Rica, S.A. ("Aeris"), de Termo Aditivo ao Contrato para la Gestión Interesada de Los Servicios Aeroportuarios do Aeropuerto Juan Santamaria ("Contrato de Gestão Interessada"). **5. DELIBERAÇÕES:** Os Senhores Conselheiros, examinadas as matérias constantes da ordem do dia, após debates e discussões, por unanimidade dos votos presentes e sem quaisquer restrições, conforme previsto no artigo 17 do Estatuto Social da Companhia e respectivos incisos, deliberaram aprovar a celebração da Adenda nº. 4 ao Contrato de Gestão Interessada por sua controlada indireta Aeris, gestora do Aeroporto Internacional Juan Santamaria, a ser firmado junto ao Consejo Técnico de Aviación Civil ("CETAC"), o qual tem por objeto a recomposição do equilíbrio da equação econômico-financeira do contrato de Gestão Interessada, devido às perdas relativas à Pandemia COVID-19, tudo conforme termos e condições apresentados nesta reunião. **6. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, é assinada por todos os presentes, sendo que a certidão desta ata será assinada digitalmente, de acordo com previsto no parágrafo 1º do artigo 10 da MP 2.200-2/2001 e levada a registro perante a Junta Comercial competente. São Paulo/SP, 24 de março de 2022. **Assinaturas:** Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna, Presidente da Mesa e Pedro Paulo Archer Sutter, Secretário. **Conselheiros:** **(1)** Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna; **(2)** Eduardo Bunker Gentil; **(3)** Eliane Aleixo Lustosa de Andrade; **(4)** Flávio Mendes Aidar; **(5)** Henrique Sutton de Sousa Neves; **(6)** Leonardo Porciúncula Gomes Pereira; **(7)** Luís Claudio Rapparini Soares; **(8)** Luiz Alberto Colonna Rosman; **(9)** Luiz Carlos Cavalcanti Dutra Júnior; **(10)** Paulo Roberto Reckziegel Guedes; **(11)** Renato Torres de Faria; **(12)** Ricardo Coutinho de Sena; e **(13)** Wilson Nélio Brumer. Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado em Livro próprio. *Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna - Presidente da Mesa - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil, Pedro Paulo Archer Sutter - Secretário - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil.* JUCESP nº 209.661/22-7 em 28.04.2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
PARANÁ ESPORTE

AVISO DE LICITAÇÃO

Curitiba, 05 de maio de 2022.

PROTOCOLO	18.685.138-2		
N. LICITAÇÃO BB	935450	**Nº EDITAL GMS**	601/2022
MODALIDADE	Pregão Eletrônico		
OBJETO	Aquisição de camisas polo, mochilas, bonés, squeezes e pulseiras emborrachadas. Todos os itens serão personalizados com as logo marcas do Estado do Paraná, da Copel – Companhia Paranaense de Energia e do Programa Geração Olímpica e Paralímpica, destinados aos atletas e técnicos bolsistas que representam e representarão o Estado do Paraná em diversos campeonatos Estaduais, Nacionais e Internacionais no ciclo 2022/2023.		
VALOR MÁXIMO	R$ 163.875,00 (Cento e sessenta e três mil oitocentos e setenta e cinco reais).		
D. ABERTURA	19/05/2022 às 09:00 – Abertura e 19/05/2022 às 09:30 – Lances – Horário de Brasília.		
LOCAL DA DISPUTA E EDITAL	www.licitacoes-e.com.br		
INFORMAÇÕES	https://www.administracao.pr.gov.br/Compras/Pagina/Compras-Parana-Consulta-de-Editais-e-Licitacoes		
PREGOEIRO	Ronald Pedro Catarino		

Klabin S.A.

CNPJ/MF nº 89.637.490/0001-45
NIRE 35300188349

Reunião Extraordinária do Conselho de Administração realizada no dia 31 de março de 2022

1. Data, Horário e Local: Aos 31 (trinta e um) dias do mês de março de 2022, às 14h00 (quatorze horas) reuniu-se por meio de videoconferência o Conselho de Administração da Klabin S.A. ("Companhia"), com sede localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.600, 5º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **2. Convocação:** Os conselheiros foram previamente convocados nos termos do artigo 18 do Estatuto Social. **3. Presenças:** Presentes os membros do Conselho de Administração da Companhia, conforme nomes relacionados no fecho da presente ata. **4. Mesa:** Paulo Sergio Coutinho Galvão Filho - Presidente e Fábio Fernandes Medeiros - Secretário. **5. Ordem do Dia:** **(a)** Eleição do Presidente do Conselho de Administração; **(b)** Eleição da Diretoria Estatutária. **6. Assuntos e Deliberações Tomadas:** **(a) Eleição do Presidente do Conselho de Administração:** Os conselheiros elegeram, por unanimidade, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2023, o conselheiro **Paulo Sergio Coutinho Galvão Filho** como Presidente do Conselho de Administração da Companhia, nos termos do artigo 17, §1º do estatuto social; **(b) Eleição da Diretoria Estatutária:** Os conselheiros elegeram, por unanimidade, para compor a Diretoria Estatutária da Companhia, com mandato até a reunião do Conselho de Administração seguinte à Assembleia Geral Ordinária de 2023, os seguintes Diretores: • **Cristiano Cardoso Teixeira**, brasileiro, casado, administrador, portador do RG nº 16771543-4/SSP-SP e inscrito no CPF/MF nº 128996528-50, residente e domiciliado em São Paulo/SP, com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3600 - 5º andar, São Paulo, para o cargo de **Diretor Geral**; • **Flávio Deganutti**, brasileiro, casado, engenheiro químico, portador do RG nº 638.418/SSP-MS e inscrito no CPF/MF sob o nº 608.490.291-04, residente e domiciliado em São Paulo, SP, com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3600 - 5º andar, São Paulo/SP, para o cargo de **Diretor de Papéis**; • **Francisco Cesar Razzolini**, brasileiro, casado, engenheiro químico, portador do RG nº 2.221.062/SSP-PR e inscrito no CPF/MF nº 581.536.089-91, residente e domiciliado em São Paulo/SP, com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3600 - 5º andar, São Paulo, para o cargo de **Diretor de Tecnologia Industrial, Inovação e Sustentabilidade**; • **Marcos Paulo Conde Ivo**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 28.804.466-6 e inscrito no CPF/MF nº 220.481.088-65, residente e domiciliado na cidade de São Paulo/SP, com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3600 - 5º andar, São Paulo, para o cargo de **Diretor Financeiro e de Relações com Investidores.** **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, da qual lavrou-se a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada pelos Conselheiros presentes e pelo Secretário. São Paulo, 31 de março de 2022. Paulo Sergio Coutinho Galvão Filho - Presidente, Fábio Fernandes Medeiros - Secretário, Wolff Klabin, Daniel Miguel Klabin, Horacio Lafer Piva, Roberto Klabin Martins Xavier, Alberto Klabin, Celso Lafer, Marcelo Bertini Barbosa, Camilo Marcantonio Junior, Sérgio Francisco Monteiro de Carvalho Guimarães, Francisco Lafer Pati, Vera Lafer, Mauro Rodrigues da Cunha e Isabella Saboya. Certifico que o texto supra constitui extrato fiel da ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração de 31 de março de 2022, lavrada em livro próprio. **Fábio Fernandes Medeiros** - Secretário. Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico que foi registrado sob nº 220.466/22-1, em 03/05/2022. (a) Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS BB VOTORANTIM HIGHLAND INFRAESTRUTURA

CNPJ/ME nº 18.289.873/0001-21

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL

Dia, hora e local: Dia 28 de abril de 2022, às 15 horas, em primeira convocação e às 15h30, em segunda convocação, realizada de forma virtual, por meio de audioconferência conforme disposto no item 4 do Ofício-Circular CVM nº 6/2020/CVM/SIN, de 26.03.2020.

Convocação: por meio de publicação no jornal Valor Econômico feita por **BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.** ("Administrador") em 08.04.2022.

Instalação e Presenças: A presente Assembleia Geral ("Assembleia") foi instalada, em segunda convocação, mediante o envio de Manifestação de Voto de Quotistas detentores de 11,69% (onze inteiros e sessenta e nove centésimos por cento) do total de cotas emitidas pelo Fundo.

Composição da mesa diretora: Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Rodrigo Santos Mello e como secretária a Srª. Danielle da Silva Fernandes Pereira, ficando assim constituída a Mesa Diretora dos Trabalhos.

Ordem do Dia:

1. Aprovação das Demonstrações Financeiras do Fundo referentes ao exercício social findo em 31.12.2021.

Deliberação:

1. Aprovadas as Demonstrações Financeiras do Fundo, referentes ao exercício social findo em 31.12.2021, pela totalidade de manifestações de votos recebidos.

Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente encerrou a Assembleia Geral.

Rio de Janeiro, 05 de maio de 2022

Rodrigo Santos Mello – Presidente
Danielle da Silva Fernandes Pereira – Secretária

BB DTVM

Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.

enel

Companhia Aberta
CNPJ/ME nº 61.695.227/0001-93 - NIRE 35.300.050.274

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2022

1. DATA, HORA E LOCAL: Em 26 de abril de 2022, às 16h, na sede da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Companhia"), na Avenida das Nações Unidas, nº 1440, 17º ao 23º andar, conj. 1 ao 4, Torre B1 Aroeira, Vila Gertrudes, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04794-000. **2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Convocação realizada nos termos do §1º do artigo 10 do Estatuto Social da Companhia, estando presentes os Srs. Guilherme Gomes Lencastre, Britaldo Pedrosa Soares, Mario Fernando de Melo Santos, Nicola Cotugno, Marcia Massotti de Carvalho, Marcia Sandra Roque Vieira Silva, Ana Claudia Gonçalves Rebello e Alexandre Meduneckas. **3. MESA:** Sr. Guilherme Gomes Lencastre, na qualidade de Presidente; e Sra. Maria Eduarda Fischer Alcure, na qualidade de Secretária. **4. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre (i) a realização da 27ª (vigésima sétima) emissão ("Emissão") de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, no valor de R$800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais) da Companhia ("Debêntures"), para distribuição pública com esforços restritos de distribuição ("Oferta"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme em vigor ("Instrução CVM 476") e da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme em vigor, e as características da Emissão; (ii) a delegação de poderes à Diretoria da Companhia, para tomar, direta ou indiretamente, por meio de procuradores, todas as providências e assinar todos os documentos necessários à formalização da Emissão e da Oferta, incluindo, mas sem se limitar, a (a) contratação de instituições financeiras para intermediar e coordenar a Oferta, bem como dos demais prestadores de serviços relacionados à realização da Emissão e da Oferta; e (b) negociação e assinatura dos instrumentos necessários à realização da Emissão e da Oferta, inclusive da escritura de emissão e seus eventuais aditamentos; e (iii) ratificação de todos os atos praticados pela Diretoria e demais representantes legais da Companhia no âmbito da Emissão e da Oferta. **5. DELIBERAÇÕES:** Abertos os trabalhos, verificado o quórum de presença e validamente instalada a presente reunião, os membros do Conselho de Administração da Companhia deliberaram, por unanimidade de votos, e sem quaisquer restrições aprovar: **5.1** A realização da Emissão e da Oferta, as quais passarão a ter as seguintes características e condições, a serem reguladas no "Instrumento Particular de Escritura da 27ª (Vigésima Sétima) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A." ("Escritura de Emissão"): **(a) Destinação dos Recursos:** Nos termos do artigo 2º da Lei 12.431, de 24 de junho de 2011 ("Lei 12.431"), do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016 ("Decreto 8.874"), da Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 3.947, de 27 de janeiro de 2011 ("Resolução CMN 3.947") e da Portaria MME (conforme abaixo definido), os recursos líquidos captados pela Companhia por meio da emissão das Debêntures serão utilizados exclusivamente para o pagamento futuro ou reembolso de gastos e despesas e/ou dívidas relacionados à implementação e exploração do projeto descrito na Portaria MME (conforme abaixo definido) e qualificado como prioritário pelo MME ("Projeto"), desde que, com relação aos gastos, despesas ou dívidas passíveis de reembolso, tenham ocorrido em prazo igual ou inferior a 24 (vinte e quatro) meses contados da data de encerramento da Oferta. O Projeto conta com as características a serem previstas na Escritura de Emissão. **(b) Projetos de Infraestrutura Considerado como Prioritários pelo Ministério de Minas e Energia:** As Debêntures contarão com o incentivo fiscal previsto no artigo 2º da Lei 12.431, do Decreto 8.874, da Resolução CMN 3.947 e da Portaria nº 245, de 27 de junho de 2017, do Ministério de Minas e Energia ("MME"), sendo os recursos captados por meio das Debêntures investidos no Projeto. Nos termos da Lei 12.431 e do Decreto 8.874, foi expedida, pelo MME, a Portaria nº 1.285, de 23 de março de 2022, a qual foi publicada no Diário Oficial da União ("DOU") em 24 de março de 2022 ("Portaria MME"), definindo o enquadramento do Projeto como prioritário. **(c) Valor Total da Emissão:** O valor total da Emissão será de R$800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais), na Data de Emissão. **(d) Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R$1.000,00 (mil reais). **(e) Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 15 de abril de 2022 ("Data de Emissão"). **(f) Número de Séries:** A Emissão será realizada em série única. **(g) Quantidade de Debêntures:** Serão emitidas 800.000 (oitocentas mil) Debêntures. **(h) Prazo e Data de Vencimento:** Ressalvadas as hipóteses de Resgate Antecipado Facultativo (conforme abaixo definido) da totalidade das Debêntures, Resgate Antecipado Obrigatório (conforme abaixo definido) da totalidade das Debêntures, Oferta de Resgate Antecipado (conforme aplicável e conforme abaixo definido) desde que com o cancelamento da totalidade das Debêntures e/ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, conforme aplicável, nos termos previstos na Escritura de Emissão, o prazo das Debêntures será de 10 (dez) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de abril de 2032 ("Data de Vencimento"). **(i) Forma e Comprovação da Titularidade das Debêntures:** As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de certificados e/ou cautelas, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo escriturador das Debêntures, e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Balcão B3 ("B3"), será expedido, por esta, extrato em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures ("Debenturistas"). **(j) Conversibilidade:** As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações ordinárias ou preferenciais da Companhia. **(k) Espécie:** As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58, caput, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme em vigor ("Lei das Sociedades por Ações"), não contando com garantia real ou qualquer segregação de bens da Companhia como garantia aos Debenturistas em caso de necessidade de execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Companhia decorrentes das Debêntures e da Escritura de Emissão. **(l) Repactuação Programada:** As Debêntures não serão objeto de repactuação programada. **(m) Amortização Programada:** Sem prejuízo de eventual Resgate Antecipado Facultativo (conforme abaixo definido), Resgate Antecipado Obrigatório (conforme abaixo definido), Oferta de Resgate Antecipado (conforme abaixo definido), Amortização Extraordinária Facultativa (conforme abaixo definido) e/ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, o pagamento do Valor Nominal Unitário Atualizado será realizado em 3 (três) parcelas anuais e consecutivas, sempre no dia 15 de abril de cada ano, sendo a primeira em 15 de abril de 2030 e a última na Data de Vencimento, conforme tabela abaixo:

Data da Amortização	Percentual do Valor Nominal Unitário em 15/04/22 a ser amortizado*	Percentual do saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado a ser amortizado**
15 de abril de 2030	33,3333%	33,3333%
15 de abril de 2031	33,3333%	50,0000%
Data de Vencimento	33,3334%	100,0000%

* Percentuais destinados a fins meramente referenciais. ** Percentuais destinados ao cálculo de amortização do Valor Nominal Atualizado das Debêntures. **(n) Atualização Monetária das Debêntures:** O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, será atualizado monetariamente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), calculado e divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"), desde a Primeira Data de Integralização (conforme abaixo definida), até a data de seu efetivo pagamento ("Atualização Monetária"), sendo o produto da Atualização Monetária automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso ("Valor Nominal Unitário Atualizado"). A Atualização Monetária será calculada conforme fórmula a ser descrita na Escritura de Emissão. **(o) Remuneração das Debêntures e Pagamento da Remuneração:** Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado, incidirão juros remuneratórios correspondentes a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ com juros semestrais (NTN-B) com vencimento em 15 de agosto de 2030, a ser verificada conforme as taxas indicativas divulgadas pela ANBIMA em sua página na Internet (http://www.anbima.com.br), sendo apurada no dia útil anterior à data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme abaixo definido), acrescida exponencialmente de *spread* de 0,60% (sessenta centésimos por cento) ao ano-base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidentes desde a primeira Data de Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido abaixo) imediatamente anterior ("Remuneração"). A Remuneração será calculada de acordo com a fórmula a ser descrita na Escritura de Emissão. ("Remuneração"). **(p) Data de Pagamento da Remuneração:** Sem prejuízo de eventual Resgate Antecipado Facultativo (conforme abaixo definido), Resgate Antecipado Obrigatório (conforme abaixo definido), Oferta de Resgate Antecipado (conforme abaixo definido), Amortização Extraordinária Facultativa (conforme abaixo definido) e/ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, a Remuneração será paga semestralmente, no dia 15 dos meses de abril e outubro, nas datas abaixo indicadas, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de outubro de 2022 e o último na Data de Vencimento ("Data de Pagamento da Remuneração"):

Parcela	Data de Pagamento da Remuneração	Parcela	Data de Pagamento da Remuneração
1	15 de outubro de 2022	11	15 de outubro de 2027
2	15 de abril de 2023	12	15 de abril de 2028
3	15 de outubro de 2023	13	15 de outubro de 2028
4	15 de abril de 2024	14	15 de abril de 2029
5	15 de outubro de 2024	15	15 de outubro de 2029
6	15 de abril de 2025	16	15 de abril de 2030
7	15 de outubro de 2025	17	15 de outubro de 2030
8	15 de abril de 2026	18	15 de abril de 2031
9	15 de outubro de 2026	19	15 de outubro de 2031
10	15 de abril de 2027	20	Data de Vencimento das Debêntures

(q) Forma de Subscrição e de Integralização e Preço de Integralização: As Debêntures serão subscritas e integralizadas de acordo com os procedimentos da B3, observado o plano de distribuição da Oferta. O preço de subscrição das Debêntures, **(i)** na primeira Data de Integralização, será o seu Valor Nominal Unitário; e **(ii)** nas Datas de Integralização posteriores à primeira Data de Integralização, será o Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização até a data da efetiva integralização ("Preço de Integralização"). A integralização das Debêntures será realizada à vista e em moeda corrente nacional no ato da subscrição. O Preço de Integralização poderá ser acrescido de ágio ou deságio nas respectivas Datas de Integralização, desde que garantido tratamento equânime aos investidores em cada Data de Integralização. Para fins da Emissão, "Data de Integralização" é a data em que ocorrer a subscrição e a integralização de Debêntures. **(r) Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures:** Observado o disposto no artigo 1º, parágrafo 1º, inciso II, combinado com o artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei 12.431, na Resolução CMN nº 4.751, de 26 de setembro de 2019, conforme alterada ("Resolução 4.751"), e demais regulamentações do CMN e nas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, inclusive em relação ao prazo mínimo entre a Data de Emissão e a data da oferta de resgate antecipado, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, desde que respeitado o prazo médio ponderado dos pagamentos transcorrido entre a Data de Emissão e a data do efetivo resgate superior a 4 (quatro) anos, ou prazo inferior que venha a ser autorizado pela legislação ou regulamentação aplicáveis, oferta facultativa de resgate antecipado da totalidade (sendo vedada oferta facultativa de resgate antecipado parcial) das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, que será endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas para aceitar o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, nos termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão ("Oferta de Resgate Antecipado"). **(s) Resgate Antecipado Facultativo:** Observado o disposto no artigo 1º, parágrafo 1º, inciso II, combinado com o artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei 12.431, na Resolução 4.751 e demais regulamentações do CMN e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, a Companhia poderá optar, a seu exclusivo critério, por realizar o resgate antecipado facultativo integral das Debêntures, desde que o prazo médio ponderado dos pagamentos transcorrido entre a Data de Emissão e a data do efetivo resgate seja superior a 4 (quatro) anos, calculado nos termos da Resolução 3.947, ou prazo inferior que venha a ser autorizado pela legislação ou regulamentação aplicáveis ("Resgate Antecipado Facultativo"). O valor a ser pago aos Debenturistas no âmbito do resgate será equivalente ao valor indicado no item (i) ou no item (ii) a seguir, dos 2 (dois) o que for maior: (i) o Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido da Remuneração, calculados *pro rata temporis*, desde a Data da Primeira Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, dos Encargos Moratórios e de encargos eventualmente devidos e não pagos até a data do efetivo resgate; (ii) o valor presente das parcelas remanescentes de pagamento de amortização do saldo do Valor Nominal Atualizado e da Remuneração, utilizando como taxa de desconto o *cupom* do título Tesouro IPCA+ com juros semestrais (NTN-B), com vencimento mais próximo à *duration* remanescente das Debêntures, calculado conforme fórmula a ser descrita na Escritura de Emissão. **(t) Amortização Extraordinária Facultativa:** Desde que venha a ser legalmente permitido, observado o disposto no artigo 1º, parágrafo 1º, inciso II, combinado com o artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei 12.431, bem como demais regulamentações do CMN e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, a Companhia poderá optar, a seu exclusivo critério, por realizar a amortização extraordinária facultativa das Debêntures, limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário Atualizado, desde que o prazo médio ponderado dos pagamentos transcorrido entre a Data de Emissão e a data da efetiva amortização seja superior a 4 (quatro) anos, calculado nos termos da Resolução 3.947, ou prazo inferior que venha a ser autorizado pela legislação ou regulamentação aplicáveis ("Amortização Extraordinária Facultativa"). O valor a ser pago aos Debenturistas no âmbito da Amortização Extraordinária Facultativa será equivalente ao valor indicado no item (i) ou no item (ii) a seguir, dos 2 (dois) o que for maior: **(i)** o Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido da Remuneração, calculados *pro rata temporis*, desde a primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, dos Encargos Moratórios e de encargos eventualmente devidos e não pagos até a data do efetivo resgate; **(ii)** o valor presente das parcelas remanescentes de pagamento de amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado e da Remuneração, utilizando como taxa de desconto o cupom do título Tesouro IPCA+ com juros semestrais (NTN-B), com vencimento mais próximo à *duration* remanescente das Debêntures, calculado conforme fórmula a ser descrita na Escritura de Emissão. **(u) Resgate Antecipado Obrigatório ou Inclusão de Garantia:** Caso o Contrato de Concessão nº 162/1998-ANEEL, de 15 de junho de 1998, para distribuição de energia elétrica ("Contrato de Concessão") não seja renovado em até 1 (um) ano antes do vencimento previsto em tal instrumento, a Companhia estará obrigada, a seu exclusivo critério, a **(i)** observado o disposto na Lei 12.431, na Resolução 4.751, nas regulamentações do CMN e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, realizar o resgate antecipado da totalidade (sendo vedado o resgate parcial) das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures e sem a incidência de qualquer prêmio ou penalidade para a Companhia ("Resgate Antecipado Obrigatório"); ou **(ii)** incluir uma garantia fidejussória, na forma de fiança, da Enel Brasil S.A. ou de qualquer outra sociedade que lhe venha a suceder como controladora direta da Companhia, desde que tal sociedade seja uma controlada do grupo econômico da Companhia; ou **(iii)** incluir uma fiança bancária do Itaú Unibanco S.A., Banco Bradesco S.A., Banco Santander (Brasil) S.A. ou Banco do Brasil S.A. ou qualquer outra instituição financeira individual que figure dentre as 5 (cinco) maiores instituições financeiras no Brasil, em número de ativo total, conforme estatísticas sobre o Sistema Financeiro Nacional do Banco Central do Brasil; ou **(iv)** convocar com, no mínimo, 15 (quinze) dias corridos do prazo estabelecido para renovação da concessão de que é titular em conformidade com o Contrato de Concessão ("Concessão"), uma Assembleia Geral de Debenturistas para propor a inclusão de qualquer outra garantia real ou fidejussória, até a efetiva renovação da Concessão, observado os demais termos a serem definidos na Escritura de Emissão. **(v) Aquisição Facultativa:** A Companhia e suas partes relacionadas poderão, a qualquer tempo a partir de 2 (dois) anos contados da Data de Emissão, nos termos do artigo 1º, parágrafo 1º, inciso II, combinado com o artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei 12.431, ou antes de tal data, desde que venha a ser legalmente permitido, nos termos da Lei 12.431, da regulamentação do CMN ou de outra legislação ou regulamentação aplicável, adquirir Debêntures, desde que, conforme aplicável, observem o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, no artigo 13, conforme aplicável, no artigo 15 da Instrução CVM 476, na Instrução CVM nº 620, de 17 de março de 2020, e na regulamentação aplicável da CVM e do CMN. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão, a critério da Companhia, ser canceladas, na forma que vier a ser regulamentada pelo CMN, em conformidade com o disposto no artigo 1º, parágrafo 1º, inciso II, combinado com o artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei 12.431, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures. **(w) Local de Pagamento:** Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos da Escritura de Emissão serão realizados pela Companhia **(i)** no que se refere a pagamentos referentes ao Valor Nominal Unitário Atualizado, à Remuneração e aos Encargos Moratórios, e com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na B3, por meio da B3; ou **(ii)** para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3, por meio do escriturador ou, com relação aos pagamentos que não possam ser realizados por meio do escriturador, na sede da Companhia, conforme o caso. **(x) Encargos Moratórios:** Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido pela Companhia aos Debenturistas nos termos da Escritura de Emissão, adicionalmente à Atualização Monetária e ao pagamento da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, sobre todos e quaisquer valores em atraso incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e (ii) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) ("Encargos Moratórios"). **(y) Vencimento Antecipado:** As obrigações decorrentes das Debêntures poderão ser declaradas antecipadamente vencidas na ocorrência de determinadas hipóteses previstas na Escritura de Emissão, obrigando a Companhia a realizar o pagamento da totalidade das Debêntures, com o seu consequente cancelamento, pelo Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a primeira Data de Integralização, ou desde a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, até a data do efetivo pagamento, conforme o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos da Escritura de Emissão. **(z) Colocação e Procedimento de Distribuição:** As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476, sob o regime de garantia firme de colocação com relação à totalidade das Debêntures, ou seja, para o montante total de R$800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais), com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários responsáveis pela distribuição das Debêntures ("Coordenadores", sendo um deles o coordenador líder da Oferta), nos termos do "*Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da 27ª (vigésima sétima) Emissão da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.*" ("Contrato de Distribuição"). O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Distribuição. Para tanto, os Coordenadores poderão acessar, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Profissionais (conforme definido abaixo), sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais. **(aa) Procedimento de Coleta de Intenções de Investimentos:** Observados os termos do artigo 3º da Instrução CVM 476, será adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelos Coordenadores, sem lotes mínimos ou máximos, para definição, junto à Companhia da taxa final da Remuneração das Debêntures ("Procedimento de *Bookbuilding*"). Após a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, a Escritura de Emissão será aditada para ajustar a taxa final de Remuneração das Debêntures, sem necessidade de nova aprovação deste Conselho de Administração e sem necessidade de aprovação de Assembleia Geral de Debenturistas. **(bb) Público Alvo da Oferta:** Nos termos da Instrução CVM 476, a Oferta será destinada a Investidores Profissionais, e para fins da Oferta, serão considerados "Investidores Profissionais" aqueles investidores referidos no artigo 11 da Resolução da CVM nº 30, de 11 de maio de 2021, observado que os fundos de investimento e carteiras administradas de valores mobiliários cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor, para os fins dos limites previstos na Instrução CVM 476. **(cc) Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica:** As Debêntures serão depositadas **(A)** para distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela B3, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e **(B)** para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3. **(dd) Tratamento Tributário:** As Debêntures gozam do tratamento tributário previsto no artigo 2º da Lei 12.431. **(ee) Demais características:** As demais características das Debêntures, da Emissão e da Oferta serão descritas na Escritura de Emissão, no Contrato de Distribuição e nos demais documentos pertinentes à Oferta e à Emissão. **5.2.** A delegação de poderes à Diretoria da Companhia, direta ou indiretamente, por meio de procuradores, a tomar todas as providências e assinar todos os documentos necessários à formalização da Emissão e da Oferta, inclusive, mas não se limitando a **(a)** contratação de uma ou mais instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais para a distribuição pública de Debêntures; **(b)** contratação dos prestadores de serviços necessários à realização da Emissão e da Oferta, tais como agente fiduciário, escriturador, agente de liquidação, assessores legais, agência de classificação de risco, entre outros; e **(c)** discussão, negociação, definição dos termos da Oferta, das Debêntures e da Emissão, bem como a celebração, pela Companhia, no âmbito da Emissão e da Oferta, da Escritura de Emissão e de seus eventuais aditamentos, e demais documentos necessários no âmbito da Emissão, além da prática de todos os atos necessários à efetivação da Emissão e da Oferta; e **5.3** A ratificação de todos os atos praticados pela Diretoria e demais representantes legais da Companhia no âmbito da Emissão e da Oferta. **6. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu a reunião por encerrada, sendo lavrada a presente ata na forma de sumário, a qual foi lida, achada conforme e assinada por todos os membros do Conselho de Administração presentes. **Assinaturas: Mesa**: Guilherme Gomes Lencastre – Presidente; Maria Eduarda Fischer Alcure – Secretária. **Conselheiros de Administração**: Guilherme Gomes Lencastre, Britaldo Pedrosa Soares, Mario Fernando de Melo Santos, Nicola Cotugno, Marcia Massotti de Carvalho, Marcia Sandra Roque Vieira Silva, Ana Claudia Gonçalves Rebello e Alexandre Meduneckas. Certifico que a presente é cópia fiel daquela lavrada em livro próprio. São Paulo, 26 de abril de 2022. Maria Eduarda Fischer Alcure - Secretária. **JUCESP** nº 209.577/22-8 em 03/05/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Aliansce Sonae Shopping Centers S.A.

CNPJ nº 05.878.397/0001-32 - NIRE 33.3.003.325-11 - ("Companhia")

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 25 de Abril de 2022

1. Data, Hora e Local: 25 de abril de 2022, às 18h, via comunicação eletrônica, em conformidade com o parágrafo 4º do artigo 13 do Estatuto Social da Companhia. **2. Convocação e Presença:** A reunião foi regularmente convocada, nos termos do parágrafo 1º do artigo 18 de seu Estatuto Social. A presença dos membros do Conselho de Administração se deu por meio de comunicação eletrônica, em conformidade com o parágrafo 4º do artigo 13 de seu Estatuto Social. **3. Mesa:** Sr. Renato Feitosa Rique foi eleito para presidir os trabalhos e convidou a Sra. Érica Cristina da Fonseca Martins para secretariar a reunião. **4. Ordem do Dia e Deliberações:** Instalada a Reunião do Conselho de Administração e discutidas as matérias da ordem de dia, os membros do Conselho de Administração presentes, por maioria e sem ressalvas ou reservas, decidiram o que segue: **4.1.** Aprovar as seguintes políticas da Companhia: **a)** Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, Comitês de Assessoramento e Diretoria Estatutária, conforme Anexo I; **b)** Política de Gestão de Riscos Corporativos, conforme Anexo II; **c)** Política de Remuneração dos Administradores, conforme Anexo III; **5. Encerramento, Lavratura e Aprovação da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, em formato sumário, que lida e achada conforme, foi assinada pelos presentes. Rio de Janeiro, 25 de abril de 2022. **Mesa**: Sr. Renato Feitosa Rique e Sra. Érica Cristina da Fonseca Martins. **Conselheiros Presentes**: Renato Feitosa Rique, Volker Kraft, Peter Ballon, Marcela Dutra Drigo, Fernando Maria G. M. Antunes de Oliveira, Luiz Alves Paes de Barros e Alexandre Silveira Dias. **Confere com a original lavrada em livro próprio.** Rio de Janeiro, 25 de abril de 2022. **Mesa**: Érica Cristina da Fonseca Martins - **Secretária. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro** - Certifico o Arquivamento em 04/05/2022 sob o número 00004873444 e Protocolo: 00-2022/351371-7 em 03/05/2022. **Jorge Paulo Magdaleno Filho** - Secretário Geral.

Investimentos Carteira deve incluir crédito privado, multimercados e ativos internacionais

Com alta de juros no Brasil e nos EUA, renda fixa domina

Adriana Cotias
De São Paulo

A alta simultânea de juros pelo Comitê de Política Monetária (Copom) e pelo Federal Reserve (Fed, o banco central americano) coloca um desafio extra no colo do investidor. Ambos os movimentos têm como objetivo frear a inflação após estímulos trilionários durante a pandemia. A Selic, que subiu a 12,75% ao ano na quarta-feira, traz um aparente conforto ao assegurar aquele tal retorno na casa do 1% ao mês, o sonho de qualquer rentista.

Mas o risco é o aumento de preços na economia corroer os ganhos se o aplicador concentrar os seus recursos na renda fixa pós-fixada se o plano de voo do BC não surtir o efeito desejado. O recomendável, segundo especialistas de investimentos, é não perder a bússola da diversificação e fazer um mix com bolsa, multimercados e até ativos internacionais.

Enquanto o Fed tem ainda um roteiro longo de aumento de juros para cumprir, o Banco Central brasileiro parece estar mais perto do fim do ciclo, o que é bom para a renda fixa, mas não necessariamente àquela ligada ao CDI, diz Fernando Siqueira, executivo-responsável pela área de pesquisa da Guide Investimentos. Ele sugere papéis prefixados e indexados à inflação com prazo entre quatro e cinco anos. "Os títulos estão em níveis muito altos, e dificilmente vão muito além nos próximos meses, é possível garantir um retorno mais elevado num prazo maior", diz.

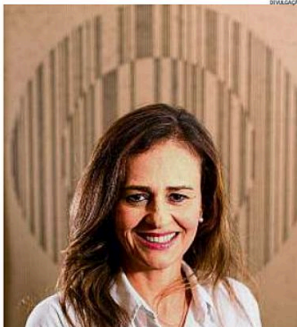
Apesar dos riscos, a casa ainda mantém uma visão positiva para a bolsa, para quem tem horizonte acima de um ano. Com a alta da Selic, as ações ficaram mais baratas, especialmente as de menor capitalização de mercado, que ficaram fora do alvo do capital externo nos primeiros meses do ano. "Como está terminando o ciclo de alta e ano que vem devemos ver uma transição, talvez valha comprar mais bolsa", afirma Siqueira. "O que deixa com pé atrás é que os juros estão subindo nos Estados Unidos e isso tem impacto no mundo inteiro."

Para o especialista, a direção do aperto monetário americano está dada e as taxas de juros futuras lá fora já refletem isso, mas o risco é o freio monetário acabar provocando uma recessão. Tal desfecho, invariavelmente, resulta numa reavaliação dos preços dos ativos como um todo. "Esse deve ser o grande tema do mercado nos próximos meses, o tamanho da desaceleração da economia, que pode trazer mais volatilidade e queda para as bolsas." Outro senão é a visão de parte dos agentes de que o Fed possa estar atrasado e o plano de ajuste traçado seja insuficiente para domar a inflação. "O BC colocou muito dinheiro na economia, como se diz, 'jogou dinheiro de helicóptero', e nada foi produzido da noite para o dia, um bom pedaço do aumento de preços vem daí."

A percepção de Siqueira é que o movimento de alta de companhias de petróleo, minério de ferro e de grãos, que receberam impulso do capital externo, está se esgotando. Já as "small caps", que ficaram em segundo plano, podem ter performance melhor do que o Ibovespa até 2023. "Mas ainda estou um pouco cauteloso, vale privilegiar papéis mais defensivos, de qualidade, evitando investimentos muito arriscados em companhias cíclicas, muito endividadas ou com margem baixa, que em qualquer desvio de rota saem do lucro para o prejuízo."

Os emergentes, talvez pela memória inflacionária, anteciparam o aperto monetário, e para o brasileiro esse "gap" abriu oportunidade para investir com risco doméstico, diz Eduardo Castro, executivo-chefe de investimentos da Portofino Multi Family Office. Enquanto no Brasil o BC elevou a taxa básica de 2% para 12,75% ao ano desde o início de 2021, o Fed subiu 0,75 ponto no mesmo período, e só nas últimas duas reuniões. "O investidor brasileiro tem a possibilidade de buscar alternativas de renda fixa com ganho substancial de juro real."

Risco é aceleração de aumentos de juros nos EUA provocar recessão e uma onda de reavaliação de ativos

Títulos que pagam taxas na casa dos 6% mais a correção pelo IPCA 12 meses à frente colocam o Brasil em ligeira vantagem em relação aos países desenvolvidos, mais atrasados na correção. Castro lembra que o fenômeno inflacionário é global, que mais de uma dezena de bancos centrais fizeram altas recentes e que o novo surto de covid-19 na China e a guerra entre Rússia e Ucrânia representam um choque de oferta adicional, com pressões em energia e alimentos, principalmente. "Mas, para o brasileiro, a renda fixa tem alternativas suficientes para navegar no cenário de incerteza ganhando dinheiro."

DIVULGAÇÃO
Sandra Blanco, da Órama: hora de aproveitar taxas mais altas e travar ganhos

Na Portofino, a recomendação foi diminuir a posição em renda variável e aumentar na renda fixa. "Tem muita oportunidade em ativos incentivados com estrutura de garantias robustas", diz Castro. O mix tem sido dividido em papéis atrelados ao IPCA e os que pagam um adicional sobre o CDI para aproveitar o carrego com taxas maiores. E se a situação como um todo piorar, os ativos indexados a preços servem de proteção.

Em bolsa, a sugestão é ter posições menores e mais defensivas, prossegue o executivo. Gestores de multimercados com maior capacidade para surfar os ciclos também compõem a carteira. Já a parcela dedicada a investimentos no exterior foi reduzida a um terço em ações e o que tinha em renda fixa virou caixa. Mas os preços lá fora de títulos corporativos já começam a chegar num nível convidativo, afirma Castro. Empresas com bom nível de classificação de risco de crédito vêm pagando de 7% a 8% em dólar. "Nesses níveis, a gente já começa a avaliar a renda fixa com outros olhos. Mas não tem pressa, porque o nível de incertezas é bastante razoável."

Com a percepção de que o ciclo de aumento de juros está perto do fim, vale o investidor aproveitar esse período de taxas mais altas para travar bons retornos para a sua carteira, segundo Sandra Blanco, estrategista-chefe da Órama Investimentos. "Diferentemente do Fed [o banco central americano], que não se sabe até onde vai, o Brasil está mais adiantado e em algum momento vai parar, e quando fizer isso as taxas vão ser reavaliadas", diz.

A cesta de prefixados, desde títulos do Tesouro Nacional até papéis emitidos por bancos e empresas, como debêntures ou certificados de recebíveis imobiliários e do agronegócio (CRI e CRA), entra no cardápio recomendado pela executiva. "Cada investidor, dentro da sua carteira, do seu horizonte de investimento, tem que fazer a diversificação que seja condizente com o seu perfil, os seus objetivos e necessidades de liquidez", diz Blanco. "O pré, para se aproveitar da taxa mais alta, precisa fazer um compromisso de dois a três anos para valer a pena."

O cuidado é não bloquear todo o capital e ficar sem acesso à liquidez numa emergência. Para esse dinheiro mais de curto prazo, títulos pós-fixados a 110%, 115% do CDI, são um bom destino, afirma Blanco.

Mesmo com a inflação surpreendendo com altas acima das expectativas, ela diz que o investidor tende a conseguir ganho real no mix destinado à renda fixa, porque a Selic vai ser maior. A Órama tem hoje uma estimativa de 7,8% para o IPCA, e estuda revisá-la para um nível superior. Buscar ativos que assegurem IPCA + 6% ao ano ou adicional de 2% a 3% sobre o CDI pode trazer essa proteção contra a alta dos preços na economia.

Outra classe que pode se aproveitar da transição para um novo ciclo de política monetária adiante são os multimercados, destaca Blanco. "Os gestores têm o carrego elevado do CDI e conseguem, com todas as distorções de preços na mesa, extrair algum retorno adicional."

A renda variável segue como indicação para quem tem perfil de longo prazo. A avaliação dentro da Órama é que o nível atual (105 mil pontos) é ponto de entrada. "A gente vê muitas empresas que estão entregando bons resultados, se reinventaram na pandemia, tiveram que fazer ajustes e hoje são mais produtivas", aponta Blanco. "Há boas oportunidades, mas com muita volatilidade, precisa ter horizonte de longo prazo e não dá para entrar de uma só vez, precisa estabelecer um cronograma de compras graduais." Com eleições à frente e a guerra entre a Rússia e a Ucrânia, as chances de um período de solavancos são grandes, acrescenta.

A alta recente da Selic revela a preocupação da autoridade monetária brasileira com a dinâmica da inflação e, assim, os investimentos precisam espelhar esse momento econômico e buscar proteção da correção inflacionária, diz a gestora de recursos Patricia Palomo, conselheira da Planejar. O Tesouro IPCA e títulos pós-fixados, como o Tesouro Selic ou CDBs atrelados ao CDI, que vão acompanhar a trajetória dos juros, entram nesse cardápio.

Com os demais ativos, que não acompanham a dinâmica da inflação, como os prefixados, ela sugere cautela. Num momento em que os bancos centrais das economias desenvolvidas aceleram o passo do aperto monetário e retiram estímulos de forma mais sistêmica, o resultado é que interferem na dinâmica das empresas relacionadas ao setor de tecnologia e consumo. "O investidor precisa ficar atento e avaliar com cuidado o melhor momento para investir nesses tipos de ativos e setores", diz. Palomo acrescenta que o balanço de riscos desta última alta do Fed é diferente das anteriores. A decisão sobre alocações mais arriscadas deve ser bem medida.

Leia reportagens sobre investimentos e finanças pessoais no site
www.valorinveste.com

B3 atinge 100 mi de operações de seguros

Sérgio Tauhata
De São Paulo

A B3 alcançou a marca de 100 milhões de registros de operações de seguro. A empresa é uma das registradoras autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) a operar dentro do SRO (Sistema de Registro de Operações de Seguros), base para a implementação do "open insurance".

Segundo a companhia, são 28,6 milhões de apólices registradas na plataforma da bolsa, que conta com cerca de 80% de market share entre as registradoras. Para esse serviço, a B3 criou a plataforma InsurConnect, que oferece desde 2020 infraestrutura para que seguradoras realizem os registros, informando dados de apólices, endossos, fluxos financeiros, sinistros, entre outras informações.

Desde novembro de 2020 passou a ser obrigatório o registro por parte das empresas que operam o seguro garantia. Em seguida, novos ramos do setor passaram a ter a mesma obrigatoriedade e, de acordo com a regulamentação aprovada pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e regulamentada pela Susep, todas as operações deverão integrar o sistema até 2023 com o objetivo de acelerar a digitalização.

"O registro desses dados é fundamental para a modernização do mercado de seguros, pois trata-se de um modelo capaz de dar mais agilidade e transparência com menores custos", analisa Ícaro Demarchi Araujo Leite, superintendente de Produtos de Seguros da B3.

De acordo com a B3, mais de 70 seguradoras, dos segmentos de ramos elementares, vida e previdência, já realizaram o registro por meio da plataforma da empresa. "A organização dessas informações, tanto para o órgão regulador quanto para as operadoras, proporciona os insumos necessários para o avanço do mercado de seguros em termos de criação de novas possibilidades de negócios que estejam alinhadas aos avanços tecnológicos e ao tratamento de dados em conformidade com a LGPD", completa Leite.

Além da registradora, a B3 lançou em dezembro de 2021 uma plataforma de serviços para open insurance. Desenvolvida em parceria com a startup Finansystech, a ferramenta promove o tráfego e o gerenciamento de dados entre as empresas participantes do sistema e pode ser integrada com a base de dados da B3 no SRO.

A nova era inflacionária

Palavra do gestor

Marília Fontes

A última vez que o mercado mundial conheceu a inflação de dois dígitos foi na década de 70, após dois choques do petróleo. A inflação americana bateu 14,80% de alta em 1980, levando o juro americano para 20%.

De 1980 para cá, vivemos quatro décadas de quedas sucessivas nas taxas de juros mundiais, consequência de anos de inflação cadente. O crescimento da China como potência exportadora de produtos mais baratos, a globalização e o aumento da concentração de renda com o desenvolvimento da tecnologia foram os motivos que mais contribuíram para a queda de preços ao redor do mundo.

Com as cadeias de produção interligadas, foi possível importar itens dos países produtores pelo menor custo. A migração urbana dos trabalhadores chineses criou um dos mercados de trabalho mais baratos e abundantes da história. A tecnologia reduziu a mão de obra necessária tanto nas indústrias como nos serviços, criando gigantes mundiais com alta concentração de renda.

As consequências desse mundo de inflação baixa são parte da nossa realidade atual. Taxas de juros próximas a zero, que incentivam a tomada de risco. Desde aumento nos preços das ações até recursos abundantes para startups foram fenômenos observados durante os últimos anos.

O medo de deflação e "japanização" das economias foi tão grande que gerou políticas expansionistas de "quantitative easing" e impressão de dinheiro.

Mas recentemente o mundo mudou, e nem todo mundo percebeu.

A globalização sofreu duros golpes nos anos recentes, começando pela guerra comercial entre China e EUA, seguida pela pandemia do novo coronavírus e a descontinuidade da cadeia de produção mundial — intensificada com as recentes sanções econômicas impostas à Rússia.

A China não exporta mais deflação para o mundo. Agora seu exército de trabalhadores se transformou em uma nova classe média, com mudança do padrão de consumo para tecnologia, energia, carne, e com consequência nos preços desses ativos.

Em cima de uma demanda mais forte por energia ainda foi colocada uma pressão contra investimentos em energias não renováveis pelo movimento ESG, sem que os investimentos em energia limpa sejam capazes de suprir a demanda.

A única tendência ainda presente na economia mundial é a grande concentração de renda, apesar desta ter sido amenizada recentemente com as políticas de auxílio financeiro diretamente aos menos favorecidos.

A quebra de produção na cadeia mundial por conta da pandemia deu o pontapé inicial na alta dos preços. Porém, as políticas de estímulos e a forte recuperação econômica trataram de contaminar outros itens, generalizando as altas.

Nos EUA, por exemplo, além da inflação de 8,5% nos últimos doze meses, temos uma taxa de desemprego de 3,6%, uma das mais apertadas da história. A dificuldade das empresas de preencherem as vagas de trabalho está levando a pressões salariais que também impactam a inflação.

Em cima de todo esse cenário que já demandava muita atenção dos bancos centrais, ainda tivemos a alta nos preços das commodities vinda das sanções econômicas impostas à Rússia, uma das maiores produtoras do mundo.

Estamos falando de mais inflação, em cima de um número que já preocupava. E, ao contrário do que muita gente diz por aí, a inflação não é limitante de si mesma.

Os primeiros sinais de inflação no Brasil foram respondidos com fortes altas da taxa Selic, que foi de 2% para os 12,75% atuais, e deve seguir subindo para patamares ainda mais elevados.

Mas, ao redor do mundo, as taxas ainda estão muito próximas de zero. Nos EUA, o limite inferior da taxa de juro segue em 0,25%, enquanto a inflação anualizada está em 8,5%. Eles se esqueceram do que é inflação e das consequências corrosivas que ela pode ter na atividade econômica e no estado de bem-estar social de uma nação. Não deve demorar até que os menos favorecidos pressionem por compensações pelos impactos inflacionários e isso se torne um problema político.

Quando as economias desenvolvidas acordarem para o problema que estão criando com fortes estímulos em cima de um ciclo expansionista, terão que promover um rápido ajuste das condições monetárias.

Os impactos da alta dos juros americanos em 1980 incluíram dez anos de bolsa parada, sem valorização, e com queda de múltiplos. Em 1973 o preço sobre lucro do SPX caiu para apenas 7 vezes. Ou seja, o mercado pagava aproximadamente 7 anos de lucro para comprar uma ação. Atualmente, este mesmo múltiplo está em 21 vezes.

Aumentos nas taxas de juros causam redução de liquidez, e esse dinheiro barato disponível para ativos de risco também sofre neste cenário. O investidor atual deve estar preparado para um novo cenário mundial: a era da inflação. E esta será exatamente oposta ao mercado dos últimos 40 anos.

As economias desenvolvidas estão rasgando o livro texto dos princípios econômicos, e acreditando que a inflação irá se regular. Mas olhando para a história, fica difícil achar plausibilidade neste tipo de esperança. É preciso mudar esta mentalidade urgentemente, sob o risco de ter que tomar medidas ainda mais duras no futuro.

Marília Fontes é sócia-fundadora da Nord Research
E-mail
marilia.fontes@nordresearch.com.br.

Valor
Legislação
& Tributos SP

Destaques

Extração ilegal
A 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) firmou o entendimento de que, nos casos de extração ilegal de minérios, a indenização à União deve ser fixada em 100% do faturamento obtido com a atividade irregular ou do valor de mercado do volume extraído – o que for maior. De acordo com os ministros, uma reparação abaixo disso poderia frustrar o caráter pedagógico-punitivo da sanção e incentivar a impunidade. O colegiado deu provimento ao recurso especial (REsp 1.923.855) interposto pela União contra acórdão do Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª Região que fixou a indenização em 50% do faturamento bruto obtido pelos réus com a extração irregular. A Corte regional levou em consideração que os infratores tiveram despesas com a atividade, como o pagamento de impostos. No caso dos autos, a União propôs ação civil pública contra a Cooperativa de Exploração Mineral da Bacia do Rio Urussanga (Coopemi) e outros dois réus, pleiteando indenização por danos materiais de cerca de R$ 1,17 milhão – valor de mercado estimado de 39,7 toneladas de argila e 53,8 toneladas de areia, conforme parecer técnico do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

Dano moral
O Tribunal Superior do Trabalho (TST) condenou a MRV Construções e o Parque Moradas da Serra Incorporações, de Minas Gerais, ao pagamento de indenização por dano moral coletivo, no valor de R$ 200 mil, pela contratação de empresas prestadoras de serviços com capital social incompatível com o número de empregados. Segundo a 6ª Turma, as empresas praticaram atos ilícitos contra a ordem jurídica trabalhista e ofenderam a coletividade de trabalhadores. Os parâmetros entre o capital social da empresa e o número de empregados estão previstos no artigo 4º-B, inciso III, alíneas "a" a "e", da Lei nº 6.019/1974, que trata do trabalho temporário, e foram introduzidos pela Lei da Terceirização (Lei nº 13.429/2017). Os valores variam de R$ 10 mil (para empresas com até dez empregados) a R$ 250 mil (com mais de cem). Em fiscalização do trabalho realizada no canteiro de obras, em junho de 2017, constatou-se que a MRV havia constituído a Parque Moradas da Serra como sociedade de propósito específico (SPE) para a execução da obra. Esta, por sua vez, havia contratado três microempresas para prestar serviço: uma com 50 empregados e capital social de R$ 20 mil, e as outras com sete e 11 empregados e capital social de apenas R$ 5 mil (RR-10709-83.2018.5.03.0025).

Falta de CNH
A 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) entendeu que a ausência da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) do motorista envolvido em acidente de trânsito, por si só, não leva ao reconhecimento de sua culpa – cuja caracterização depende de prova da relação de causalidade entre a falta de habilitação e o acidente. O colegiado manteve acórdão do Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA) que condenou uma transportadora a indenizar motorista vítima de colisão entre seu carro e um veículo da empresa. Embora a CNH do motorista do carro estivesse vencida, o TJBA entendeu que a empresa não comprovou relação direta entre essa circunstância e o acidente. No caso analisado, a vítima viajava com a família quando seu carro foi atingido pelo caminhão da transportadora, que fazia uma ultrapassagem indevida na contramão. A vítima ingressou com ação de indenização contra a empresa. No recurso ao STJ, a transportadora alegou que existiria culpa concorrente da vítima, porque ela estava com a CNH vencida e, ao dirigir, colocou a sua família em risco (REsp 1.986.488).

Tributário Número de acordos firmados com a Fazenda Nacional atingiu a marca de 1,1 milhão em abril

União negocia dívidas de R$ 263 bi com contribuintes

Joice Bacelo
De Rio

O número de acordos fechados por empresas e pessoas físicas com a União para pagamento de dívidas fiscais atingiu a marca de 1,1 milhão no mês de abril — somando R$ 263 bilhões em valores negociados. Os contribuintes vêm se valendo da chamada "transação tributária", que permite à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) conceder descontos e parcelamentos.

Essa modalidade existe há pouco mais de dois anos. Foi instituída em fevereiro de 2020, por meio da Lei nº 13.988. O Fisco, desde então, tem permissão para sentar à mesa e negociar — inclusive dívidas de altíssimo valor.

A Universidade Candido Mendes, por exemplo, fechou acordo há poucos dias para regularizar um passivo de R$ 1,25 bilhão. Foi a maior quantia negociada pela equipe da procuradoria na 2ª Região, que abrange os Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Em São Paulo, casos bilionários vêm sendo registrados desde o ano passado. O Grupo Ruas, que atua no transporte urbano, fechou acordo para pagamento de R$ 3,12 bilhões no mês de julho. Já a Inepar, do setor de infraestrutura, formalizou a renegociação de R$ 2,6 bilhões de dívidas fiscais em dezembro.

Funciona de forma diferente do que se via nos parcelamentos do tipo Refis, que previam uma modelagem única de descontos e parcelamentos. Ou seja, um só cálculo para todos os contribuintes do país que quisessem aderir.

Nas transações, os acordos são "sob medida" — para um conjunto específico de contribuintes ou de forma individualizada. O desconto e o valor da entrada e das parcelas, nesses casos, variam conforme o fluxo de caixa e a capacidade de pagamento.

"A transação considera a efetiva situação econômica do contribuinte. É a única política pública capaz de permitir a regularização com respeito aos princípios da igualdade, da Justiça e da livre concorrência", diz o procurador João Grognet, coordenador-geral de estratégias de recuperação de créditos da PGFN.

Existem diferentes modalidades. Mais de dez. Em uma delas, chamada de transação individual, o Fisco e o contribuinte sentam à mesa para negociar. É destinada para aqueles que têm dívidas de mais de R$ 15 milhões. Foi o modelo utilizado tanto pela Candido Mendes como pelo Grupo Ruas e a Inepar.

Os descontos, em regra geral, são de até 50% e a dívida pode ser parcelada em um prazo máximo de 84 meses. Empresas em recuperação judicial — caso da Inepar e da Candido Mendes — têm mais vantagens. Os descontos podem alcançar 70% e o prazo de pagamento vai a 120 meses.

Pessoas físicas, micro e pequenas empresas, instituições sem fins lucrativos e de educação são ainda mais favorecidas. Se encaixam no percentual mais alto, de 70%, e podem parcelar as dívidas em até 145 meses.

A Universidade Candido Mendes, além de estar em processo de recuperação, cumpre os requisitos para aproveitar a melhor condição de pagamento. A dívida original, de R$ 1,25 bilhão, com o acordo, foi reduzida para cerca de R$ 400 milhões. A quitação ocorrerá em 145 meses.

As outras modalidades de transação disponíveis aos contribuintes têm condições predeterminadas em um edital ou portaria e funcionam por adesão. Nesta semana, por exemplo, foi lançado edital para a negociação de discussões sobre amortização de ágio que estejam na esfera administrativa ou judicial.

Esse litígio, segundo a Receita Federal, envolve em torno de R$ 150 bilhões. Quem optar pelo acordo, precisa desistir do processo. Há previsão de descontos de até 50% e o prazo de adesão se encerra em 29 de julho.

Antes, em 30 de junho, há previsão de encerramento de prazo de uma leva de outras transações. Dentre elas, duas pioneiras, instituídas durante a pandemia. A chamada de extraordinária permite o pagamento da dívida com entrada em três vezes e o restante em 81 prestações — ou 142 se for pessoa física.

A outra, denominada excepcional, possibilita o pagamento das dívidas em 84 parcelas ou 145 se for pessoa física, com entrada reduzida e diluída em 12 meses e descontos de até 70% em multas e juros.

A transação individual — direcionada aos contribuintes que têm dívidas de valor elevado — não tem prazo para que os acordos sejam propostos. E funcionam de forma mais customizada.

"Conseguimos ajustar de acordo com a condição econômica de cada devedor", diz Tiago Voss dos Reis, procurador-chefe da unidade virtual da procuradoria na 2ª região. Ele e a procuradora Andréa Borges Araújo estiveram à frente das negociações com a Candido Mendes.

A universidade, por exemplo, nos dois primeiros anos, vai pagar parcelas mensais menores. Ficou acordado dessa forma para conciliar os pagamentos à União com os compromissos assumidos no processo de recuperação judicial.

A partir do terceiro ano do acordo, com o caixa menos comprometido, o valor das parcelas aumenta. Ainda assim, em formato customizado: serão 11 prestações ordinárias, que representarão 0,5% da dívida, e uma extraordinária, que corresponderá a 7%. Essa, de valor elevado, é chamada de "prestação balão" — serve como reforço ao pagamento.

Tiago Reis: acordos fechados com base na condição econômica de cada devedor

Essas prestações de alto valor estão relacionadas à venda de imóveis da universidade. A Candido Mendes tem um plano de desinvestimento em curso e a expectativa é de que as vendas sejam realizadas antes dos vencimentos acordados com a União. Se não der tempo, no entanto, terá que pagar a quantia da mesma forma.

A universidade ofereceu outros imóveis e ativos como garantia ao pagamento. E, além disso, dois gestores constam como fiadores da dívida. Se a Candido Mendes não cumprir o acordo, terão que responder com o patrimônio pessoal.

Havia dívidas tributárias e previdenciárias acumuladas desde os anos 1980. "Era acompanhada há muito tempo pela procuradoria. Com a transação, além da perspectiva de pagamento, nós reduzimos litigiosidade", afirma a procuradora Andréa Borges Araújo.

Celso Viana, pró-reitor jurídico da Candido Mendes, vê a transação como um grande feito. A universidade está em processo de reestruturação societária, para se transformar em empresa — hoje responde como sociedade sem fins lucrativos — e a regularização fiscal, diz, solidifica esse processo. "Traz total segurança para potenciais parceiros investidores."

O processo de recuperação da Candido Mendes é liderado pelo advogado Luiz Roberto Ayoub, desembargador aposentado do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ). Atualmente, é sócio do escritório Galdino & Coelho.

Para ele, a negociação do passivo fiscal consolida a viabilidade do processo de recuperação e "comprova a plena capacidade da instituição de quitar todas as suas dívidas". As negociações com a PGFN foram encabeçadas pelo advogado tributarista Gustavo Brigagão.

Só ficaram de fora do acordo as dívidas relacionadas ao FGTS. Essa questão está sendo discutida judicialmente. A Candido Mendes fechou acordo de pagamento com os trabalhadores no processo de recuperação judicial. A PGFN, no entanto, entrou com recurso porque os descontos acertados ficaram acima do limite permitido pela resolução do Conselho Curador do FGTS.

Hoje, vale decisão do juiz da recuperação judicial em favor da Candido Mendes. Inclusive, com determinação para a emissão da certidão de regularidade.

TRT livra imobiliária de indenização de R$ 5 milhões

Bárbara Pombo
De São Paulo

O Tribunal Regional do Trabalho (TRT) do Rio de Janeiro livrou uma imobiliária do pagamento de R$ 5 milhões em danos morais coletivos. Os desembargadores consideraram que não foi constatada fraude na contratação de cerca de 700 corretores como autônomos.

A decisão foi proferida, por maioria de votos, pela 2ª Turma do TRT, em ação civil pública movida pelo Ministério Público do Trabalho (MPT). O órgão pedia que a Patrimóvel, uma grande empresa de corretagem do Rio de Janeiro, deixasse de firmar contratos de associação com os profissionais, além do pagamento da indenização. Alegava que essa forma de contratação mascarava relações de emprego.

De acordo com a desembargadora Marise Costa Rodrigues, relatora do caso, não é ilegal a contratação dos corretores por vínculo associativo. "A mera existência de corretores de imóveis nas instalações mantidas pela ré exclusivamente em decorrência da celebração de contrato de associação não viola nenhuma norma jurídica", afirma no voto (processo nº 0161000-04.2009.5.01.0046).

Ela cita decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) favorável à terceirização ampla. Faz referência, ainda, à lei que regulamenta a profissão de corretor de imóveis (nº 6.530, de 1978). A partir de uma alteração de 2015, a norma passou a autorizar de forma expressa o vínculo associativo com a imobiliária, desde que "não configurados os elementos caracterizadores do vínculo empregatício".

Cristiano Barreto: mudança em lei alterou os rumos da discussão

Para o MPT, esses requisitos (subordinação, remuneração, pessoalidade e não eventualidade) estariam presentes no caso. As comissões explicitariam, segundo a procuradoria, o caráter assalariado do trabalho. Haveria ainda controle da empresa sobre o cumprimento de plantão nos stands de venda, além da supervisão de um gerente nos atendimentos aos clientes.

A maioria dos desembargadores, porém, afastou as alegações do MPT, a partir de depoimentos de testemunhas no processo. Segundo a relatora, os corretores não se sujeitariam às ordens da imobiliária. Haveria, segundo ela, coordenação e compartilhamento do poder de organização entre a empresa e os corretores de imóveis.

"Nada obstante assuma a empresa acionada o protagonismo na organização dos plantões internos e externos, é conferida aos corretores de imóveis a possibilidade de escolha dos empreendimentos que desejam participar. Também se denota a ausência de imposições empresariais acerca do modo de atuação dos profissionais e dos períodos de descanso anual", diz.

De acordo com os advogados Cristiano Barreto e Rafael Thome, sócios da Barreto Advogados & Consultores Associados, que representou a empresa, eventual decisão favorável ao MPT mudaria totalmente a forma de atuação da imobiliária no mercado. "Teria que reconhecer a relação de emprego com todos os profissionais", afirma Thome.

A possibilidade de terceirização ampla e a mudança na lei que regula a profissão de corretor, diz Barreto, alteraram os rumos da discussão na ação civil pública, ajuizada em 2009. "Está mais fácil agora defender a forma de contratação por vínculo associativo."

O procurador do trabalho Andre Luiz Riedlinger Teixeira afirma que vai recorrer da decisão ao Tribunal Superior do Trabalho (TST). Para ele, ficou caracterizado o vínculo de emprego dos corretores da imobiliária, como concluiu investigação feita por meio de inquérito civil — que deu respaldo à ação civil pública.

"É perfeitamente possível que não exista vínculo de emprego em um caso concreto. Já me deparei várias vezes com corretores de imóveis realmente autônomos", diz Teixeira. "Mas também é verdade de que há situações nas quais o vínculo de emprego estava muito bem caracterizado, como é o caso da situação da Patrimóvel."

Segundo Dario Abrahão Rabay, advogado trabalhista e sócio do Cescon Barrieu Advogados, o mercado imobiliário adota o contrato de associação de forma regular. Mas, acrescenta, pode haver risco de reconhecimento de vínculo de emprego, especialmente se ficar comprovado que o corretor respondia a ordens de alguém.

Em julgamentos neste ano, o TST teve entendimentos divergentes sobre o assunto, mas chancelou as decisões proferidas pelos tribunais regionais. A 5ª Turma, por exemplo, manteve acórdão do TRT do Rio Grande do Sul que reconheceu o vínculo de emprego entre corretor e imobiliária. No caso, os desembargadores avaliaram, pelas provas, que o profissional era subordinado às determinações da empresa (processo nº 21497-73.2015.5.04.0013).

A 8ª Turma, por outro lado, manteve decisão do TRT do Paraná em sentido oposto. Foi considerado válido, no caso, o contrato de prestação de serviço firmado entre o corretor e a imobiliária. Além disso, os desembargadores não viram subordinação na relação (processo nº 10916-47.2016.5.09.0652).

Por que processar o governo é uma obrigação?

Opinião Jurídica

Gustavo D. V. B. da Silva e Adalberto Braga Neto

A provocação do título tem como objetivo alertar o gestor tributário, o empresário e todo aquele que quer cuidar bem do seu dinheiro que uma mudança de postura é necessária no contexto atual. Já não cabe aguardar a consolidação da jurisprudência para iniciar a discussão sobre o pagamento de um tributo não devido.

Processar o governo é medida de justiça fiscal, equilíbrio concorrencial e exigência básica de gestão de quem é responsável pelo dinheiro.

Sugira a um cidadão inglês ou alemão processar seu próprio governo e verá em seus olhos indignação e ouvirá “mas está errado processar o governo, eu que devo me adequar ao sistema”.

Surpreenda-se, por outro lado, quando sem maiores questionamentos a Fazenda Pública desses países depositarem voluntariamente valores em caso de pagamento a maior de tributos. Ali impera a segurança e a previsibilidade.

Aqui, por outro lado, até o passado é incerto (sim, o fato já aconteceu, mas será mesmo que foi assim?)! E não é que o empresário brasileiro é mais malicioso, um malandro por assim dizer. Na verdade, são as circunstâncias que o obriga a agir de modo diverso. E, muita calma, não estamos sugerindo a máxima falaciosa de que “só ganha quem sonega”, um dos grandes males deste país, mas chegando à conclusão de que “quem não luta por pagar menos não ganha” (ou perde muito).

Mas o que houve para que o alarme disparasse? Algumas recentes decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) em matéria tributária trouxeram ao lume a figura da modulação de efeitos, isto é, a determinação de limites sobre uma decisão, seja em tempo ou redução de consequências.

Infelizmente, o que nasceu para ser uma exceção, voltada a impedir grandes impactos econômicos e sociais, virou quase uma regra de validação da ilegalidade.

Em vários temas, o STF tem definido a aplicação prospectiva, apenas para o futuro, de decisão que autoriza o não pagamento de tributos. Assim o foi na afamada “tese do século” (exclusão do ICMS do PIS e da Cofins - RE 574706) e tantos outros temas nos últimos meses: quando se definiu que incide ISS, e não o ICMS, sobre operações de software (ADIs 1945 e 5659), no afastamento da incidência do ITCMD sobre doações e heranças de bens no exterior (RE 851108), ou quando determinou a incidência de ISS e não do ICMS sobre a manipulação de medicamentos em farmácia (RE 605552).

A orientação desses julgamentos foi, então, de que quem tivesse se antecipado e discutido o pagamento reconhecidamente indevido, promovendo ação judicial antes da decisão, poderia recuperar o que pagou sem dever. Contudo, quem tivesse aguardado providências do Judiciário poderia parar de pagar, mas não restituir.

Veja-se que é impossível não enxergar um estímulo ao litígio nesse cenário. E um estímulo ao governante para seguir exigindo mais do que deve.

E a questão se agravou. Até o fim de 2021 vinha prevalecendo na posição do STF que a linha de corte entre quem tem direito a restituir e quem não tem seria (i) a publicação da decisão que afastou o tributo ou (ii) a decisão posterior, em geral em sede de embargos de declaração, que tratou especificamente da modulação de efeitos. Havia um lapso temporal entre a sinalização da posição da Corte (julgamento) e o marco limitador da propositura de ação judicial para a restituição.

Deliberou o STF em dezembro de 2021, na ADI 5469, ao esclarecer a aplicação da modulação de efeitos sobre a decisão que afastou o pagamento do diferencial de alíquotas (Difal-ICMS) em operações interestaduais com não contribuintes, que a linha de corte seria a data do julgamento, não mais publicação ou embargos de declaração.

É inviável aguardar uma sinalização sobre o sucesso de determinada discussão tributária no Brasil

Logo, é inviável aguardar uma sinalização sobre o sucesso de determinada discussão tributária. Quem não se antecipa paga a conta do ato ilegal ou inconstitucional praticado pelo governo.

Validou-se, do lado governamental, a prática do “crime compensa”, porque mesmo indevido será recebido. E, por outro lado, apontou-se a espada à testa do empresário para que discuta tudo o quanto entenda indevido, o quanto antes.

Não se está a falar — com o processar o Estado — do chamado aproveitamento das ditas “oportunidades tributárias”, busca de benefício tributário ou algo assim, mas sim de uma conduta para garantir conformidade legal.

Imaginemos que o empresário “A” consulta seu advogado em 2012 sobre um tributo e obtém resposta de que é indevido. Resolve promover uma discussão judicial e, como usual, percorre o trajeto judicial ao longo de alguns anos. A seu turno o empresário “B” resolve aguardar, discordando do mesmo pagamento, mas não querendo gastar com a discussão e “não acreditando que a tese vingará num Judiciário politizado”. Em 2021, o STF enfim analisa a matéria e decide que o tributo é indevido. Mas, aquele mesmo “Judiciário politizado” sensibiliza-se com o argumento fazendário de que o impacto é muito grande e modula os efeitos de sua decisão, admitindo, fictamente, que uma inconstitucionalidade possa ser suspensa em tempo e efeito, decidindo que dali por diante não deve ser pago, mas que não devem haver restituição a quem não discutia.

A empresa “A” é concorrente direta de “B”, brigam nos centavos. Pois bem, ambos pagaram o mesmo tributo indevido, mas “A” terá quase 15 anos de recolhimentos restituídos, enquanto “B” não. Errado estava quem cobrou, não “B”, mas as circunstâncias atuais nos fazem afirmar que “B” rasgou dinheiro. Seria ele um mau gestor?

Os ingleses, alemães e suíços que nos desculpem, mas no Brasil o empresário “B” não soube gerir corretamente sua empresa e desperdiçou seu dinheiro. A escola de administração chamada Brasil nos ensina mais uma. Alguém aceita uma jabuticaba?

Gustavo Dalla Valle Baptista da Silva e Adalberto Braga Neto são, respectivamente, especialista em gestão tributária e sócio de Leite de Barros Zanin Advocacia (LBZ) e coordenador da área de contencioso tributário do mesmo escritório

Odontoprev S.A.

CNPJ/ME nº 58.119.199/0001-51 - NIRE 35.300.156.668 - Companhia Aberta

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 28 de Abril de 2022

Data, Hora e Local: 28 de abril de 2022 às 15 horas, na sede social da Companhia situada na Alameda Araguaia, 2104 - 21 Andar - Alphaville - CEP: 06455-000, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo. **Convocação:** Convocação realizada na forma do Estatuto Social. **Presenças:** Participação da maioria dos membros do Conselho de Administração por vídeo conferência, de acordo com o previsto no artigo 17 do Estatuto Social da Companhia. O Sr. Américo Pinto Gomes, membro suplente, substituiu o Sr. Luiz Carlos Trabuco Cappi, membro efetivo e Presidente do Conselho de Administração. **Mesa:** Presidente: Sr. Manoel Antônio Peres; Secretário: Sr. André Chidichimo de França. **Ordem do Dia:** **(i)** Encerramento do atual Programa de Recompra de Ações de emissão da Companhia, aprovado em 28/10/2021; e **(ii)** Aprovação do novo Programa de Recompra de Ações ("Programa de Recompra") de emissão da Companhia. **Deliberações:** Pela unanimidade de votos dos membros presentes do Conselho de Administração, foram tomadas as seguintes deliberações, sem reservas ou ressalvas: **(i)** Aprovado o encerramento do atual Programa de Recompra de Ações de emissão da Companhia, aprovado em 28/10/2021, por ter sido atingido o volume de aquisição previsto; e **(ii)** Nos termos do artigo 18, XIV, do Estatuto Social da Companhia e atendidas as exigências da Instrução CVM nº 567/15, e demais disposições legais vigentes, aprovam o novo "Programa de Recompra" de ações emissão da Companhia, autorizando a aquisição, pela Companhia, de até 18.000.000 (dezoito milhões) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sem redução de seu capital social, representativas, na presente data, de 6,5% das ações ordinárias em circulação no mercado, mediante a utilização de recursos mantidos na conta de Reserva de Lucros, cabendo à Diretoria definir a oportunidade e a quantidade de ações a serem efetivamente adquiridas, observados os limites e o prazo de validade desta autorização. A decisão de cancelamento das ações mantidas em tesouraria poderá ser tomada oportunamente, pelo Conselho de Administração, e comunicada ao mercado. Tendo em vista o disposto no artigo 5º da Instrução CVM nº 567/15 e no Anexo 30-XXXVI da Instrução CVM n 480/09 (que constitui o Anexo I da presente ata), especifica-se o seguinte: (a) o objetivo da Companhia na operação é maximizar a geração de valor para os acionistas, dado que, na visão Companhia, o valor atual das ações não reflete os fundamentos do modelo de negócios, ativos e perspectiva de retorno futuro da Companhia; (b) a quantidade de ações a ser adquirida é de até 18.000.000 (dezoito milhões)de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da Companhia; (c) o prazo máximo para liquidação da operação ora autorizada é de até 18 (dezoito) meses a contar de 29.04.2022, inclusive, cabendo à Diretoria definir o melhor momento para as aquisições; (d) na presente data, a Companhia possui 274.874.172 (duzentos e setenta e quatro milhões, oitocentos e setenta e quatro mil, cento e setenta e dois) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal em circulação no mercado, conforme definição prevista no artigo 8º, §3 , da Instrução CVM n 567/15, e 6.697.340 (seis milhões, seiscentos e noventa e sete mil, trezentos e quarenta) ações ordinárias e sem valor nominal mantidas em tesouraria na presente data; (e) o preço de compra das ações será pago mediante utilização de recursos disponíveis oriundos da conta de Reserva de Lucros que, conforme Demonstrações Financeiras Anuais com data base de 31/03/2022, totalizam R$275.020 mil; e (f) a instituição intermediária será o Bradesco S.A. CTVM, com sede na Avenida Paulista, 1.450/7 andar - São Paulo/SP. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se a presente ata, a qual foi lida, achada conforme, aprovada e por todos os presentes assinada. **Presenças:** Mesa: Manoel Antonio Peres - Presidente, André Chidichimo de França - Secretário; **Conselheiros:** Manoel Antônio Peres, Ivan Luiz Gontijo Junior, Samuel Monteiro dos Santos Junior, César Suaki dos Santos, Murilo Cesar Lemos dos Santos Passos, Thais Jorge de Oliveira e Silva, Américo Pinto Gomes. Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Barueri/SP, 28 de abril de 2022. **Mesa: Manoel Antônio Peres** - Presidente; **Andre Chidichimo de França** - Secretário. **JUCESP** n 000.000/22-0 em 00/00/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral. **Anexo I da Ata de Reunião do Conselho de Administração da Odontoprev S/A Realizada em 28 de Abril de 2022, às 15h.** Anexo 30-XXXVI da Inst. CVM 480/09 Negociação de Ações de Própria Emissão. **1. Justificar pormenorizadamente o objetivo e os efeitos econômicos esperados da operação:** O objetivo do Programa de Recompra de Ações de emissão da Companhia ("Programa de Recompra"), aprovado na Reunião do Conselho de Administração, é de maximizar a geração de valor para os acionistas, dado que, na visão Odontoprev, o valor atual das ações no mercado não reflete os fundamentos do modelo de negócios, ativos e perspectiva de retorno e geração de resultados. **2. Informar as quantidades de ações (i) em circulação e (ii) em tesouraria:** A Companhia possui (i) 274.874.172 ações em circulação e (ii) 6.697.340 ações em tesouraria. **3. Informar a quantidade de ações que poderão ser adquiridas:** A Companhia poderá adquirir até 18.000.000 (dezoito milhões) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de sua própria emissão, representativo de 6,5% das ações em circulação no mercado, negociadas na B3 S/A ("B3"), sob o código "ODPV3". **4. Descrever as principais características dos instrumentos derivativos que a companhia vier a utilizar, se houver:** Não aplicável, dado que a Companhia não utiliza instrumentos derivativos. **5. Descrever, se houver, eventuais acordos ou orientações de voto existentes entre a companhia e a contraparte das operações:** Não aplicável, dado que não há conhecimento das contrapartes nas operações na B3. **6. Na hipótese de operações cursadas fora de mercados organizados de valores mobiliários, informar: a. o preço máximo (mínimo) pelo qual as ações serão adquiridas (alienadas):** Não aplicável, as operações serão realizadas na B3, a preços de mercado. **b. se for o caso, as razões que justificam a realização da operação a preços mais de 10% (dez por cento) superiores, no caso de aquisição, ou mais de 10% (dez por cento) inferiores, no caso de alienação, à média da cotação, ponderada pelo volume, nos 10 (dez) pregões anteriores:** Não aplicável, as operações serão realizadas na B3, a preços de mercado. **7. Informar, se houver, os impactos que a negociação terá sobre a composição do controle acionário ou da estrutura administrativa da sociedade:** Não aplicável, a Companhia não estima impactos da negociação sobre a composição acionária, ou a estrutura administrativa da Odontoprev. **8. Identificar as contrapartes, se conhecidas, e, em se tratando de parte relacionada à companhia, tal como definida pelas regras contábeis que tratam desse assunto, fornecer ainda as informações exigidas pelo art. 8º da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009:** Não aplicável, a Companhia realizará as operações na B3, não havendo conhecimento de quem serão as contrapartes nas operações. **9. Indicar a destinação dos recursos auferidos, se for o caso:** Não aplicável, a Companhia não auferirá recursos, as ações serão mantidas em tesouraria, para futuro cancelamento. **10. Indicar o prazo máximo para a liquidação das operações autorizadas:** As aquisições, objeto do Programa de Recompra, poderão ser feitas pelo prazo de até 18 (dezoito) meses, contados a partir de 29.04.2022, inclusive, e encerrando-se, portanto, em 30.10.2023, inclusive, cabendo a Diretoria definir o melhor momento para as aquisições. **11. Identificar instituições que atuarão como intermediárias, se houver:** As operações de recompra serão realizadas na B3, com intermediação da Bradesco S.A. CTVM, com sede na Avenida Paulista, 1.450/7º andar - São Paulo/SP, inscrita no CNPJ sob o nº 61.855.045/0001-32. **12. Especificar os recursos disponíveis a serem utilizados, na forma do art. 7º, § 1º, da Instrução CVM nº 567, de 17 de setembro de 2015:** A aquisição de ações ocorrerá mediante aplicação de recursos disponíveis oriundos da conta de Reserva de Lucros que, conforme Demonstrações Financeiras com data base de 31.03.2022, totalizam R$275.020 mil. **13. Especificar as razões pelas quais os membros do conselho de administração se sentem confortáveis de que a recompra de ações não prejudicará o cumprimento das obrigações assumidas com credores nem o pagamento de dividendos obrigatórios, fixos ou mínimos:** O Conselho de Administração entende que a situação financeira atual da Companhia é compatível com a execução do Programa de Recompra, nas condições aprovadas, não sendo previsto nenhum impacto no pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios. Essa conclusão resulta da avaliação do potencial montante financeiro a ser empregado no Programa de Recompra de ações quando comparado com (i) o montante, não restrito, disponível em caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras da Companhia (ii) a expectativa de geração de caixa e (iii) a não existência de qualquer financiamento bancário ou instrumento de dívida junto ao mercado de capitais. Assinado por: Manoel Antonio Peres - CPF: 03383388883; Assinado por: André Chidichimo de Franca - CPF: 25307016875.

CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A.

CNPJ/ME nº 10.760.260/0001-19 – NIRE 35.300.367.596 | *Companhia Aberta*

Edital de Segunda Convocação

Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 13 de maio de 2022

Os Srs. Acionistas da **CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A.** ("Companhia") ficam convocados a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), a ser realizada, em segunda convocação, no dia 13 de maio de 2022, às 8:30 horas, de forma exclusivamente digital, considerando-se, portanto, realizada na sede social da Companhia na Santo André-SP, na Rua da Catequese, nº 227, 11º andar, sala 111, CEP 09090-401, nos termos da Resolução CVM nº 81/2022, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) a reforma do Estatuto Social da Companhia, conforme detalhado na Proposta da Administração; e (ii) a consolidação do Estatuto Social da Companhia. Participação na AGE: Os acionistas interessados em participar da AGE por meio de sistema eletrônico de participação a distância deverão apresentar sua solicitação e se cadastrar previamente na plataforma *Ten Meetings* até 2 (dois) dias antes da data de realização da AGE, ou seja, até **11 de maio de 2022**, por meio do seguinte endereço eletrônico https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal/?id=B484F9964B60 ("Cadastro"), bem como enviar, através do mesmo endereço eletrônico, todos os documentos necessários para participação na AGE, conforme detalhado abaixo e na Proposta da Administração divulgada nas páginas eletrônicas da Companhia (https://ri.cvc.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários (http://www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (http://www.b3.com.br) na rede mundial de computadores. Após a aprovação do Cadastro pela Companhia, o acionista receberá seu login e senha individual para acessar a plataforma por meio do e-mail utilizado para o Cadastro. Os acionistas que não realizarem o Cadastro na forma e prazo previstos acima não estarão aptos a participar da AGE via sistema eletrônico de participação a distância. O sistema eletrônico de participação a ser disponibilizado pela Companhia permitirá que os acionistas cadastrados no prazo supramencionado participem, se manifestem e votem na AGE sem que se façam presentes fisicamente, nos termos estabelecidos pela Resolução CVM nº 81/2022. Ressalta-se que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à AGE, uma vez que ela será realizada exclusivamente de modo digital. Informações detalhadas sobre o acesso à plataforma digital e regras de conduta a serem adotadas na AGE constam do Manual e Proposta da Administração disponível nos websites indicados no último parágrafo deste Edital. Quórum: Conforme estabelecido no art. 135 da Lei das S.A., a instalação da AGE se dará, nesta segunda convocação, com a presença de qualquer número de acionistas. Representação: Poderão participar da AGE ora convocada os acionistas titulares de ações ordinárias emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, munidos dos respectivos documentos de identidade e de comprovação de poderes, devendo ser observadas as formalidades exigidas nos termos do art. 126 da Lei das S.A., do § 5º do art. 7º, do Estatuto Social da Companhia, do item 12.2 do Formulário de Referência da Companhia e da Proposta da Administração divulgada nas páginas eletrônicas da Companhia (https://ri.cvc.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários (http://www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (http://www.b3.com.br) na rede mundial de computadores. Votação a Distância: Nos termos do art. 49, parágrafo único, da Resolução CVM nº 81/2022, as instruções de voto recebidas por meio do respectivo boletim de voto a distância enviadas para a AGE em primeira convocação serão consideradas normalmente para a AGE em segunda convocação. Caso não tenha enviado boletim de voto a distância ou deseje alterar ou manifestar seu voto, o acionista poderá participar por meio de sistema eletrônico de participação a distância disponibilizado pela Companhia, pessoalmente ou por meio de procurador devidamente constituído, sendo que as orientações detalhadas constam da Proposta da Administração. Os documentos a serem discutidos na AGE encontram-se à disposição nas páginas eletrônicas da Companhia (https://ri.cvc.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários (http://www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. –Brasil, Bolsa, Balcão (http://www.b3.com.br) na rede mundial de computadores. Santo André/SP, 05 de maio de 2022. ***Valdecyr Maciel Gomes*** *– Presidente do Conselho de Administração.*

(05, 06 e 07/05/2022)

PDG REALTY S.A. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES

Companhia Aberta

CNPJ/ME nº 02.950.811/0001-89 - NIRE 35.300.158.954 | Código CVM 20478

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA, EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO, EM 16 DE MAIO DE 2022

PDG REALTY S.A. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES ("Companhia"), vem, nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), e dos arts. 3º, 4º e 5º da Instrução CVM nº 481/09 ("ICVM 481"), convocar Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada, em segunda convocação, no dia **16 de maio de 2022, às 15:00 horas**, exclusivamente de forma digital, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Companhia, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (A) **Em Assembleia Geral Ordinária**. (i) as contas dos administradores e o relatório da Administração, e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do parecer do Conselho Fiscal referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021; **(ii)** a proposta da administração para a destinação dos resultados relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021; **(iii)** a fixação do número de membros do Conselho de Administração da Companhia; **(iv)** a eleição dos membros do conselho de Administração da Companhia; **(v)** a caracterização dos conselheiros independentes, nos termos do artigo 17 do Regulamento do Novo Mercado; **(vi)** a instalação do Conselho Fiscal da Companhia; **(vii)** a fixação do número de membros do Conselho Fiscal da Companhia; **(viii)** a eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal da Companhia; **(ix)** a fixação da remuneração global anual dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal para o exercício de 2022; (B) **Em Assembleia Geral Extraordinária:** **(i)** a alteração do Estatuto Social da Companhia para atender as exigências regulatórias do regulamento de listagem do segmento especial da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão denominado Novo Mercado; **(ii)** a alteração do artigo 1 do Estatuto Social da Companhia para excluir a expressão "em recuperação judicial" da razão social da Companhia; **(iii)** a implementação de alterações pontuais e meramente formais na numeração e nas referências cruzadas contidas Estatuto Social; e **(iv)** a consolidação do Estatuto Social decorrente das alterações aprovadas nos itens acima. **1. Documentação de Suporte para a Assembleia.** A documentação e as informações relativas às matérias a serem deliberadas na Assembleia, incluindo a Proposta da Administração contendo também informações complementares relativas à participação na Assembleia e ao acesso por sistema eletrônico encontram-se à disposição dos Acionistas na sede e na página na rede mundial de computadores da Companhia (https://ri.pdg.com.br/), da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br) e da B3 (https://www.b3.com.br/pt_br/). **2. Percentual para Adoção de Voto Múltiplo.** Nos termos do art. 3º da Instrução CVM nº 165/91 e do art. 4º da ICVM 481, a Companhia informa que: (i) percentual mínimo para solicitar a adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração é de, pelo menos, 5% (cinco por cento) do capital social total e votante; e (ii) nos termos do §1º do art. 141 da Lei das S.A., o requerimento para a adoção do voto múltiplo deverá ser realizado em até 48 horas antes da realização da Assembleia, de modo a facilitar seu processamento pela Companhia e a participação dos demais acionistas, nacionais e estrangeiros. **3. Acesso e Participação na Assembleia.** Para participar da Assembleia os Acionistas deverão encaminhar à Companhia solicitação de participação por escrito, juntamente com os documentos necessários para participação conforme instruções abaixo, impreterivelmente **até 12 de maio de 2022**, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores da Companhia, exclusivamente pelo e-mail ri@pdg.com.br ("Solicitação de Acesso"). A Solicitação de Acesso deverá (i) conter a identificação do Acionista e, se for o caso, de seu representante legal que comparecerá à Assembleia, incluindo seus nomes completos e seus CPF ou CNPJ, conforme o caso, telefone e endereço de *e-mail* do solicitante; e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na Assembleia, conforme detalhado a seguir. Mediante a validação das informações constantes das Solicitações de Acesso recebidas, a Companhia encaminhará convites individuais de participação à cada Acionista solicitante com as instruções para registro e acesso à plataforma digital utilizada para a realização da Assembleia. Caso o Acionista não receba convite com as instruções para registro e acesso à plataforma digital com até 24 horas de antecedência do horário de início da Assembleia, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, por meio do e-mail ri@pdg.com.br, com até, no máximo, 12 horas de antecedência do horário de início da Assembleia, para que seja prestado o suporte necessário. Não poderão participar da Assembleia Geral os acionistas que não realizarem a Solicitação de Acesso e/ou não informarem a ausência do recebimento das instruções de acesso à Assembleia na forma e prazos previstos acima. A Companhia não se responsabiliza por qualquer problema operacional ou de conexão que o Acionista venha a enfrentar, bem como por qualquer outro evento que possa dificultar ou impossibilitar a sua participação na Assembleia por meio da plataforma digital. Nos termos do artigo 126 da Lei das S.A. os Acionistas deverão enviar comprovante atualizado da titularidade das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da Companhia, expedido pelo agente escriturador da Companhia e/ou pela instituição de custódia, bem como cópia simples dos seguintes documentos: (i) Acionistas Pessoas Físicas: documento de identidade (RG, CNH, passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do acionista e, se for o caso, de seu representante legal, e atos que comprovem a representação legal, quando for o caso; (ii) Acionistas Pessoas Jurídicas: os seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: (a) Contrato Social ou Estatuto Social, conforme aplicável; (b) ato societário de eleição do administrador que (b.1) comparecer à Assembleia como representante da pessoa jurídica ou (b.2) assinar procuração para que terceiro represente o acionista pessoa jurídica; (c) procuração e/ou instrumentos que outorguem poderes para que terceiro represente o Acionista pessoa jurídica, se for o caso; e (d) a documentação mencionada no item (i) acima para o representante do Acionista pessoa jurídica que comparecer à Assembleia; ou (iii) Acionistas Fundos de Investimento: regulamento do fundo, devidamente registrado no órgão competente, além dos documentos do representante que comparecer à Assembleia, conforme mencionados no item (i) acima, bem como os documentos societários mencionados no item (ii) acima relacionados à administradora ou à gestora do fundo, conforme a instituição a que couber a representação nos termos do regulamento do fundo. Com relação à participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação para participação na Assembleia deverá ter sido realizada há menos de 1 ano. Adicionalmente, em cumprimento ao disposto no art. 654, §§1 e 2º, do Código Civil, a procuração deverá conter a indicação do lugar onde foi passada, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos, contendo reconhecimento de firma do outorgante ou, alternativamente, com assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil. Vale destacar que (i) as pessoas naturais que forem Acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja Acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no art. 126, §1º, da Lei das S.A.; e (ii) as pessoas jurídicas que forem Acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu Contrato Social ou Estatuto Social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, Acionista ou advogado. Os documentos dos Acionistas expedidos no exterior devem ser emitidos pelos órgãos competentes ou assinados pelos representantes legais dos Acionistas e traduzidos por tradutor juramentado matriculado na Junta Comercial. Ressalta-se que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à Assembleia, uma vez que será realizada exclusivamente de modo digital. Caso o Acionista opte pelo exercício do direito de voto a distância nos termos da ICVM 481, o Acionista poderá enviar os boletins de voto à distância por meio de seus respectivos agentes de custódia ou da instituição prestadora de serviços de escrituração das ações da Companhia, ou diretamente à Companhia, conforme orientações e prazos constantes dos Boletins de Voto a Distância e da Proposta da Administração. São Paulo, 05 de maio de 2022. **Conselho de Administração da PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações**.

Declaração de Propósito

Juliane Pina Yung Biasetto, inscrita no CPF nº 217.301.258-40, e **Marcio Koiti Yamada**, inscrito no CPF nº 313.858.318-04. **Declaram**, nos termos do art. 6º do Regulamento Anexo II à Resolução nº 4.122, de 2 de agosto de 2012, sua intenção de exercer cargos de administração no(a) Banco MUFG Brasil S.A., inscrito no CNPJ sob o nº 60.498.557/0001-26. **Esclarecem** que eventuais objeções à presente declaração, acompanhadas da documentação comprobatória, devem ser apresentadas diretamente ao Banco Central do Brasil, por meio do Protocolo Digital, na forma especificada abaixo, no prazo de quinze dias contados da divulgação, por aquela Autarquia, de comunicado público acerca desta, observado que os declarantes podem, na forma da legislação em vigor, ter direito a vistas do processo respectivo. Protocolo Digital (disponível na página do Banco Central do Brasil na internet), Selecionar, no campo "Assunto": Autorizações e Licenciamentos para Instituições Supervisionadas e para Integrantes do SPB. Selecionar, no campo "Destino": o componente do Departamento de Organização do Sistema Financeiro - Deorf mencionado abaixo: **Banco Central do Brasil** - Departamento de Organização do Sistema Financeiro - Gerência Técnica em São Paulo - DEORF, Gerência de Organização do Sistema Financeiro - GTSP2. São Paulo, 28/04/2022.

Restoque Comércio e Confecções de Roupas S.A.

CNPJ/ME 49.669.856/0001-43 - NIRE 35.300.344.910 - Companhia Aberta

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os acionistas da Restoque Comércio e Confecções de Roupas S.A. ("Companhia") para comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária da Companhia que será realizada, em segunda convocação, no dia 13 de maio de 2022, às 11h30, na sede da Companhia, localizada na Rua Othão, 405, Vila Leopoldina, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("Assembleia"), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** deliberar sobre a adaptação do estatuto social da Companhia ao Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A.- Brasil, Bolsa, Balcão, conforme alterações detalhadas com marcas de revisão apresentadas na proposta da administração. **(ii)** deliberar sobre a consolidação do estatuto social para contemplar as adaptações propostas. **Instruções Gerais:** Os acionistas poderão participar pessoalmente na Assembleia ou ser representados, nos termos do artigo 126, parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76, portando, além do documento de identidade e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso: (i) comprovante expedido pela instituição escrituradora; (ii) o instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante; e (iii) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente. Para melhor organização da Assembleia, a Companhia solicita aos acionistas que forem participar, via representação ou pessoalmente, que entreguem os documentos necessários com até 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia aos cuidados de Márcia Areco, na Rua Othão, 405, 1º andar, Vila Leopoldina, CEP 05313-020, na Cidade e Estado de São Paulo ou por e-mail (ri@restoque.com.br). Encontram-se à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia, no seu site de Relações com Investidores (www.restoque.com.br), assim como nos sites da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br), cópias dos documentos relativos às matérias a serem discutidas na Assembleia aqui convocada, nos termos da regulamentação aplicável. São Paulo, 05 de maio de 2022. **Marcelo Faria de Lima - Presidente do Conselho de Administração.**

Eurofarma Laboratórios S.A.

CNPJ/MF nº 61.190.096/0001-92 - NIRE 35.300.411.838

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 08/02/2022

1. Data, Hora e Local: aos 08/02/2022, às 09h, na sede social da Eurofarma Laboratórios S.A. ("Companhia"), localizada na Rodovia Presidente Castelo Branco, 3565 - Quadra GL lote A, Ingahi, Cidade de Itapevi, Estado de São Paulo, CEP 06696-000. **2. Convocação:** Dispensada a publicação de Editais de Convocação, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15/12/1976 e suas alterações posteriores ("Lei das S.A."), por estarem presentes os acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme se verifica pelas assinaturas lançadas no Livro de Presenças dos Acionistas. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Maurizio Billi e secretariados pelo Sr. Alexandre Metello. **4. Ordem do Dia:** **(i)** Distribuição extraordinária de dividendos no valor bruto total de R$ 2.606.327,96; e **(ii)** autorização aos representantes legais da Companhia. **5. Deliberações:** A unanimidade dos acionistas presentes na Assembleia deliberou: **(i)** aprovar a distribuição extraordinária de dividendos, aos acionistas da Companhia, no valor bruto total de R$ 2.606.327,96, que será distribuído conforme proporção das ações detidas por cada acionista, provenientes do saldo de contas de dividendos a pagar; e **(ii)** autorizar os representantes legais da Companhia a praticarem todos os atos que se fizerem necessários à implementação da deliberação acima. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrada a Assembleia Geral, da qual se lavrou a presente ata que, após lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. São Paulo, 08/02/2022. **Presidente:** Maurizio Billi; **Secretário:** Alexandre Metello. **Acionistas: Santos Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia,** neste ato representado pelo Administrador e representante legal **Oliveira Trust Servicer S.A.**, CNPJ: 02.150.453/0001-20; e **Maurizio Billi**. Confere com a original lavrada em livro próprio. Mesa: Maurizio Billi - **Presidente,** Alexandre Metello - **Secretário.** Acionistas: **Maurizio Billi, Santos Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia** - *representado pelo seu Administrador Oliveira Trust Servicer S.A.* **JUCESP** nº 100.498/22-0 em 21/02/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

LOCAWEB SERVIÇOS DE INTERNET S.A.

Companhia Aberta com Capital Autorizado - CNPJ/ME nº 02.351.877/0001-52 - NIRE nº 35.300.349.482

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL REALIZADA EM 23 DE MARÇO DE 2022

Data, Hora, Local: 23.03.2022, às 14:30 hs e remota realização por meio eletrônico (via plataforma *Zoom*). **Presença**: totalidade dos membros. **Mesa**: Presidente: Regina Longo Sanchez, Secretária: Ana Paula Wirthmann. **Deliberações Aprovadas**: *Em relação às matérias constantes do item (A) da Ordem do Dia*, nos termos dos incisos "II" e "VII" do artigo 163 da Lei das SA's, opinar favoravelmente sobre: (i) o relatório anual da administração referente ao exercício social encerrado em 31.12.2021; e, ainda, (ii) as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2021; com emissão de parecer favorável às suas aprovações pela AGOE, conforme minuta constante do "Anexo I"; e, ainda, *Em relação às matérias constantes do item (B) da Ordem do Dia*, nos termos do inciso "III" do artigo 163 da Lei das SA's, opinar favoravelmente sobre a proposta da administração da Companhia acerca: (i) do orçamento de capital para o exercício social de 2022, no montante de R$98.300.000,00 e que compreende ativos imobilizados e intangíveis, nos termos do Anexo C da "Proposta da Administração" a ser deliberada na AGOE; (ii) da modificação do capital social estatutário da Companhia em razão do último aumento de capital social aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia no âmbito de seu capital autorizado, de modo a refletir a atual expressão do capital social da Companhia, bem como o atual número de ações de emissão da Companhia, nos termos dos Anexos Q e R da "Proposta da Administração" a ser deliberada na AGOE; e, ainda, (iii) da proposta de Incorporação da Ananke pela Companhia, nos termos da minuta do Protocolo ora acostado ao presente ato, com emissão de parecer favorável à aprovação de tais propostas da administração pela AGOE, (dispensados de publicações pós correspondente arquivamento da presente perante a Junta Comercial e passíveis de oportunas convalidações no âmbito da AGOE. **Encerramento**: Nada mais. São Paulo, SP, 23.03.2022. Mesa: Regina Longo Sanchez - "Presidente", Ana Paula Wirthmann - "Secretária". Membros do Conselho Fiscal presentes: Regina Longo Sanchez, Ana Paula Wirthmann, João Alberto Gomes Bernacchio. JUCESP nº 184.156/22-1 em 11.04.2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

PROMON S.A.

CNPJ/ME nº 05.315.149/0001-83 - NIRE 35.300.192.184

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Promon S.A. ("Companhia") a se reunir em **Assembleia Geral Extraordinária** ("AGE"), que será realizada no dia 17/05/2022 às 9h30min a.m., de forma exclusivamente digital, através de videoconferência pela plataforma "I-Sat" (http://promon.isatvideo.com.br/), nos termos do art. 124, §2º-A da Lei nº 6.404/1976 e da Instrução Normativa DREI nº 81/2020, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **a)** Alteração dos artigos 8º e 9º do Estatuto Social para: **a.1)** rever as regras de composição do Conselho de Administração; **a.2)** flexibilizar os requisitos para candidatura e eleição de membros do conselho de administração; **a.3)** formalizar os impedimentos de candidatos e membros do Conselho de Administração; e **a.4)** incluir aperfeiçoamentos de redação dos referidos artigos 8º e 9º do Estatuto Social; **b)** Consolidação do Estatuto Social; e **c)** Outros assuntos de interesse geral. **Informações Gerais**: Os acionistas que desejarem participar da AGE deverão acessar a plataforma "I-Sat" (http://promon.isatvideo.com.br/), mediante utilização de *login* e senha pessoais enviados, em 06/05/2022, por Serviços a Acionistas ao e-mail do acionista cadastrado na Companhia. Caso o acionista que desejar participar da Assembleia Geral não tenha recebido seu *login* e senha pessoais até às 18h00min do dia 06/05/2022, deverá entrar em contato com Serviços a Acionistas através do seguinte e-mail: servicos-acionistas@promon.com.br. Caso o acionista pretenda ser representado por procurador (que, nos termos da lei, deve ser outro acionista, administrador da Companhia ou advogado), haverá a necessidade de envio prévio da documentação para Serviços a Acionistas (servicos-acionistas@promon.com.br) até às 9h00min a.m. do dia 17/05/2022, contendo: (i) e-mail do procurador que acessará a plataforma I-Sat; (ii) cópia de procuração devidamente assinada há menos de 1 ano da data da AGE; (iii) cópia de documento oficial de identificação pessoal do acionista que contenha assinatura semelhante à da procuração (ex: RG, CNH, CREA etc.); e (iv) cópia de documento de identificação do procurador. Os acionistas poderão votar exclusivamente por meio de boletim de voto a distância. As instruções detalhadas de como os acionistas poderão participar e votar na AGE, bem como os documentos de suporte estão disponíveis para consulta no seguinte endereço: https://acionistasweb.promon.com.br, acessível mediante utilização do *login* e senha pessoal do Acionista. Tais instruções foram também enviadas pela Companhia ao e-mail cadastrado pelos acionistas junto a Serviços a Acionistas. Em caso de dúvidas sobre o acesso ao link informado, por favor, entrar em contato por e-mail: servicos-acionistas@promon.com.br. São Paulo, 6, 7 e 10 de maio de 2022. Conselho de Administração.

BRK Ambiental – Centro Norte Participações S.A.

CNPJ/ME nº 14.435.130/0001-61 – NIRE 35.300.414.250

Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 11 de abril de 2022, às 14:00 horas

Dia, Hora e Local: Aos 11/04/2022, às 14:00 horas, realizada de forma exclusivamente digital, considerando-se, portanto, realizada na sede social da Companhia, localizada na Avenida das Nações Unidas, nº 14.261, 13º andar, Ala B, Vila Gertrudes, São Paulo-SP. **Convocação**: Dispensada a publicação de Edital de Convocação. **Publicações**: Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2021, publicados, de forma digital e físico, no jornal Valor Econômico, na edição de 31/03/2022, e na página de relação com investidores da Companhia (www.ri.brkambiental.com.br). **Presenças**: (i) Acionista representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas constantes no Livro de Presença de Acionistas; e (ii) Sr. José Mario Ribeiro do Espírito Santo, representante da administração da Companhia, tendo sido dispensada a presença do representante da Ernst & Young Auditores Independentes S.S., em face da inexistência de quaisquer dúvidas em relação às Demonstrações Financeiras. **Mesa**: José Mario Ribeiro do Espírito Santo, Presidente; e Rodolfo Duarte Bruscain, Secretário. **Ordem do Dia**: Deliberar sobre: **1)** as contas dos administradores, as demonstrações financeiras da Companhia e do parecer dos auditores independentes referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2021; **2)** a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2021; e **3)** a remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício de 2022. **Deliberações**: O acionista detentor da totalidade do capital social da Companhia, sem quaisquer restrições, resolve autorizar a lavratura da presente ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme faculta o artigo 130, §1º da Lei das S.A., e: **1)** aprovar, após esclarecimentos dos representantes da administração da Companhia sobre os principais pontos relacionados ao desempenho da Companhia no último exercício social, as demonstrações financeiras, contendo as Notas Explicativas e o Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31/12/2021; **2)** aprovar a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31/12/2021, do qual se apurou prejuízo de R$ 3.421.325,19, o qual permanecerá na conta Prejuízos Acumulados, remanescendo um saldo nesta conta no montante de R$ 58.163.346,34; e **3)** aprovar o montante global de R$ 50.000,00, como limite da remuneração dos administradores da Companhia, para o exercício social de 2022, em observância ao disposto no artigo 152 da Lei das S.A. Os Diretores eleitos renunciam ao recebimento de toda e qualquer remuneração que possa ser atribuída, inclusive a título de "pro labore", tendo em vista que são remunerados pela Sociedade que indicou, na qualidade de empregados desta Sociedade. **Conselho Fiscal**: Não há Conselho Fiscal permanente, nem foi instalado no presente exercício. **Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. São Paulo/SP, 11/04/2022. Assinaturas: **Mesa**: José Mario Ribeiro do Espírito Santo, Presidente; e Rodolfo Duarte Bruscain, Secretário. **Acionista**: BRK Ambiental Participações S.A. (representada nos termos do seu Estatuto Social). JUCESP – Certifico o registro sob o nº 218.890/22-9 em 02/05/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

AIG RESSEGUROS BRASIL S.A.

CNPJ nº 13.525.547/0001-52 - NIRE nº 35.300.392.965

EXTRATO DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 28/03/2022.

Data, Hora e Local: 28/03/2022, às 15h, na Sede Social da Companhia. **Quorum:** Acionistas representando a totalidade do capital social. **Convocação:** Dispensada. **Mesa:** Presidente: Fernando Borges Porelo (Diretor da acionista AIG Seguros Brasil S.A.); Secretário: Dr. Fabricio Ferrigno Toledo de Oliveira (Advogado). **Deliberações:** deliberaram: **1)** Aprovar, sem ressalvas, as contas dos administradores, após examinar, discutir e votar o Relatório Anual da Administração, o Balanço Patrimonial, o Parecer dos Auditores Independentes, o Parecer Atuarial e as demais Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social findo em 31/12/ 2021, que foram publicados no jornal Valor na edição de 24/02/2022. **2)** Aprovar a proposta da Diretoria sobre a destinação a ser dada ao resultado do exercício, devendo ser registrado o lucro no valor de R$ 799.900,09, que será alocado na conta "241820000001 Prejuízos acumulados". **3)** Fixar, como remuneração global e anual para os membros da Diretoria, a verba honorária de até R$ 3.000.000,00, que compreende também as verbas de representação e benefícios de qualquer natureza. **4)** Ratificar, por força do deliberado na AGE de 10.02.2022, a composição da Diretoria, com mandato até a AGO de 2023: • Thomas Kelly Batt – Diretor; • Fernando Borges Porelo – Diretor; • Luis Ricardo Souza de Almeida – Diretor; • Edson Lima de Souza – Diretor; e • Hercules de Paiva Ferreira Pascarelli – Diretor. **5)** Ratificar a designação de Diretores responsáveis por áreas perante a SUSEP, conforme se relaciona a seguir: **- Funções de caráter executivo ou operacional: i) Sr. Thomas Kelly Batt:** Diretor responsável pelas relações com a SUSEP; **ii) Sr. Edson Lima de Souza:** Diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234 e Resolução CNSP nº 432); **iii) Sr. Hercules de Paiva Ferreira Pascarelli:** Diretor responsável administrativo-financeiro; **iv) Sr. Hercules de Paiva Ferreira Pascarelli:** Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade; **e v) Sr. Hercules de Paiva Ferreira Pascarelli:** Diretor responsável pelo cumprimento das obrigações da Resolução CNSP nº 143. **- Funções de caráter de fiscalização ou controle: i) Sr. Luis Ricardo Souza de Almeida:** Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613/98 (Circulares SUSEP nº 234 e nº 612); **ii) Sr. Luis Ricardo Souza de Almeida:** Diretor responsável pelos controles internos; e **iii) Sr. Luis Ricardo Souza de Almeida:** Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes. **Administradores:** Presentes os administradores da Companhia. **Auditores Independentes:** Foi dispensada a presença dos Auditores Independentes. **Conselho Fiscal:** O Conselho Fiscal da Companhia não foi ouvido por não se encontrar instalado no período. São Paulo (SP), 28 de março de 2022. **Fernando Borges Porelo** - Presidente da Mesa; **Fabrício Ferrigno Toledo de Oliveira** - Secretário da Mesa. **JUCESP** nº 201.246/22-3 em 18/04/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

PECINI LEILÕES — EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS ON LINE — MAC

1º Público Leilão – 13/05/2022 às 10h00 | 2º Público Leilão – 13/05/2022 às 11h00

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, Matrícula Jucesp 715, autorizada pelas comitentes abaixo informadas, venderá em 1º ou 2º Público Leilão, na forma do art. 63, § 1º ao 5º da Lei nº 4.591/64, c/c incisos VI e VII do art. 1º da Lei nº 4.864/65, os direitos sobre os Instrumentos Particulares de Promessa de Venda e Compra de Unidade Autônoma Condominial, firmados com fundamento nas referidas legislações, relativos às Frações Ideais nos Terrenos e Partes Construídas das seguintes Unidades Autônomas Condominiais: **•01- APARTAMENTO Nº 21, TORRE Nº 01 - AROEIRA, 2º ANDAR, do Empreendimento RAIZ SÃO PAULO PARQUE RESORT, em construção**, à Rua Pereira Barreto nº 159, 29º Subdistrito – Santo Amaro, São Paulo/SP. Áreas: Privativa Coberta: 108,500m²; Comum Divisão Proporcional e Não Proporcional Total: 133,828m², (sendo 60,837m² coberta e 72,991m² descoberta), já incluída a área correspondente a 02 vagas de garagem indeterminadas; Total: 242,328m²; FIT: 0,001716. Matrícula nº 392.118 - 11º CRI de São Paulo/SP. **1º LEILÃO: R$ 1.012.948,71. 2º LEILÃO: R$ 899.350,77.** Mac Veneza Empreendimentos Imobiliários Ltda. - CNPJ: 13.375.906/0001-32. **•02- APARTAMENTO Nº 17, TORRE Nº 06 - FIGUEIRA, 1º ANDAR, do Empreendimento RAIZ SÃO PAULO PARQUE RESORT, em construção**, à Rua Pereira Barreto nº 159, 29º Subdistrito – Santo Amaro, São Paulo/SP. Áreas: Privativa Coberta: 83,590m²; Comum Divisão Proporcional e Não Proporcional Total: 114,018m², (sendo 54,085m² coberta e 59,933m² descoberta), já incluída a área correspondente a 02 vagas de garagem indeterminadas; Total: 197,608m²; FIT: 0,001372. Matrícula nº 392.118 - 11º CRI de São Paulo/SP. **1º LEILÃO: R$ 649.943,21. 2º LEILÃO: R$ 435.965,23.** Mac Veneza Empreendimentos Imobiliários Ltda. - CNPJ: 13.375.906/0001-32. **•03- APARTAMENTO Nº 163, TORRE A, 16º ANDAR, do empreendimento ESTILO CHÁCARA SANTO ANTÔNIO, em construção**, à Rua Estilo Barroco nº 422 e Avenida Santo Amaro nº 5.762, 30º Subdistrito – Ibirapuera, São Paulo/SP. Áreas: Privativa coberta: 72,920m²; Privativa total: 72,920m²; Comum: 58,524m², (sendo 48,734m² coberta e 9,790m² descoberta); Total: 131,444m²; Coef. de proporcionalidade: 0,0061190. Matrícula nº 275.886 - 15º CRI de São Paulo/SP. **1º LEILÃO: R$ 898.705,11. 2º LEILÃO: R$ 873.402,86.** Mac 45 Empreendimentos Imobiliários Ltda. - CNPJ: 14.115.304/0001-09. **UNIDADES EM CONSTRUÇÃO.** Regras dos Leilões: **i)** O Arrematante pagará o valor do lanço à vista; 5% de comissão à leiloeira; ITBI; custas cartoriais para lavratura e registro da escritura; **ii)** O Arrematante se sub-rogará nos direitos e obrigações do título originário; **iii)** Venda em caráter *ad corpus*; **iv)** Eventual ocupação, desocupação pelo arrematante; **v)** Hipotecas bancárias serão baixadas em até 180 dias a contar da emissão das matrículas individualizadas das unidades; **vi)** As Comitentes terão preferência na forma da lei. **Os interessados deverão obrigatoriamente, tomar conhecimento do Edital completo disponível no portal da Pecini Leilões. www.pecinileiloes.com.br. Informações: contato@pecinileiloes.com.br, Whatsapp: (11) 97577-0485. Fone: (19) 3295-9777. Av. Rotary nº 187, Jd. das Paineiras, Campinas/SP.**

BRK - NE/N/CO S.A.

CNPJ/ME nº 34.480.751/0001-74 – NIRE 35.300.539.982

Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 26 de abril de 2022, às 16:00 horas

Data, Hora e Local: Aos 26/04/2022, às 10:00 horas, realizada de forma exclusivamente digital, considerando-se, portanto, realizada na sede da Companhia, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.261, 29º andar, parte, Ala B, Vila Gertrudes, São Paulo/SP. **Convocação**: Dispensada a publicação de Edital de Convocação, conforme disposto no artigo 124, § 4º, da Lei nº. 6.404/76 ("Lei das S.A."). **Publicações**: Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2021, publicados, de forma digital e físico, no jornal Valor Econômico na página E10, na edição de 26/04/2022, e na página de relação com investidores da Companhia (www.ri.brkambiental.com.br). **Presenças**: (i) Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura no Livro de Presença de Acionistas; e dos (ii) Srs. José Gerardo Copello e Sergio Garrido de Barros, representantes da administração da Companhia, tendo sido dispensada a presença do representante da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("Auditores Independentes"), em face da inexistência de quaisquer dúvidas em relação às demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2021. **Mesa**: Presidente, Sr. José Gerardo Copello; Secretário: Sr. Rodolfo Duarte Bruscain. **Ordem do Dia**: Deliberar sobre: **(1)** as contas dos administradores, as demonstrações financeiras da Companhia e o parecer dos auditores independentes referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2021; **(2)** a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31/12/2021; **(3)** a reeleição dos membros da Diretoria da Companhia, para uma nova gestão de 2 anos); e **(4)** a remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício de 2022. **Deliberações**: Os acionistas detentores da totalidade do capital social da Companhia, sem quaisquer restrições, resolvem: **(1)** aprovar, após esclarecimentos dos representantes da administração da Companhia sobre os principais pontos relacionados ao desempenho da Companhia no último exercício social, as demonstrações financeiras, contendo as Notas Explicativas e o Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31/12/2021; **(2)** aprovar a destinação do resultado do exercício social findo em 31/12/2021, tendo sido apurado prejuízo de R$ 1.064.359,19, o qual permanecerá na conta Prejuízos Acumulados; **3)** aprovar, em função do término de mandato dos membros da Diretoria, a eleição dos seguintes membros para compor a Diretoria da Companhia, com prazo de gestão até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2024: (i) Diretor Presidente - **José Gerardo Copello**, norte americano, casado, bacharel em ciência contábeis, portador da Carteira Nacional de Habilitação CNH nº 01045319795-DETRAN/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 168.253.758-73; e (ii) Diretor sem designação específica - **Sergio Garrido de Barros**, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 0577620070-SSP/BA, inscrito no CPF/ME sob o nº 857.253.405-97, ambos com endereço comercial na Avenida das Nações Unidas, nº 14.261, Ala B, 29º andar, Vila Gertrudes, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04.794-000. Os Srs. José Gerardo Copello e Sergio Garrido de Barros aceitam os cargos para os quais foram eleitos e declaram, sob as penas de lei, não estar inclusos em quaisquer dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer as atividades mercantis, ou a administração de sociedades mercantis, declaração que fazem mediante a assinatura dos respectivos Termos de Posse, os quais se encontram devidamente arquivados na sede social da Companhia; e **4)** aprovar o montante global de R$ 50.000,00, como limite da remuneração dos administradores da Companhia, para o exercício social de 2022, em observância ao disposto no artigo 152 da Lei das S.A. Os Diretores eleitos renunciam ao recebimento de toda e qualquer remuneração que possa ser atribuída, inclusive a título de "pro labore", tendo em vista que são remunerados pela Sociedade que indicou, na qualidade de empregados desta Sociedade. **Conselho Fiscal**: Não há Conselho Fiscal permanente, nem foi instalado no presente exercício. **Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. São Paulo/SP, 26/04/2022. Assinaturas: **Mesa**: José Gerardo Copello, Presidente; e Rodolfo Duarte Bruscain, Secretário. **Acionistas**: BRK Ambiental Participações S.A. e BRK Ambiental – Projetos Ambientais S.A. (representada nos termos do seu Estatuto Social). Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 218.543/22-0 em 02/05/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

BRK Ambiental Participações S.A.

CNPJ/ME nº 24.396.489/0001-20 – NIRE 35.300.489.748 – Companhia Aberta – Categoria B

Ata da Assembleia Geral Ordinária Iniciada em 18 de abril de 2022, às 14:00 horas e Retomada no dia 19 de abril de 2022, às 10:00 horas

Data, Hora e Local: Iniciada no dia 18/04/2022 dias do mês de abril de 2022, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital, considerando-se, portanto, realizada na sede social da BRK Ambiental Participações S.A., localizada na cidade de São Paulo-SP, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.261, 13º andar – parte, Ala B, Vila Gertrudes, CEP 04.794-000 ("Companhia"). **Convocação**: Conforme edital de convocação publicado, de forma digital e físico, no jornal Valor Econômico nas edições de 25, 26 e 29/03/2022, na página de relação com investidores da Companhia (www.ri.brkambiental.com.br) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.gov.br/cvm/pt-br), em cumprimento ao disposto no artigo 124 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A.") **Publicações**: (i) Aviso aos Acionistas, comunicando que os documentos mencionados no artigo 133 da Lei das S.A. foram colocados à disposição dos acionistas na sede da Companhia, conforme publicado, de forma digital e físico, no jornal Valor Econômico nas edições de 11, 12 e 15/03/2022, na página de relação com investidores da Companhia (www.ri.brkambiental.com.br) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.gov.br/cvm/pt-br); e (ii) Relatório da Administração, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2021, publicados, de forma digital e físico, no jornal Valor Econômico nas E3, E4, E5, E6, E7 e E8, na edição de 28/03/2022, na página de relação com investidores da Companhia (www.ri.brkambiental.com.br) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.gov.br/cvm/pt-br). **Presenças**: (i) Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura no Livro de Presença de Acionistas; e do (ii) Sr. Sergio Garrido de Barros, representante da administração da Companhia, tendo sido dispensada a presença do representante da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("Auditores Independentes"), em face da inexistência de quaisquer dúvidas em relação às demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2021. **Mesa**: Verificado o quórum para instalação da Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia"), a mesa foi composta pelo Presidente, Sr. Luiz Ildefonso Simões Lopes, e pela Secretária, a Sra. Paula Godinho da Silva Lacava. **Ordem do Dia**: Deliberar sobre: **1)** o exame do relatório da administração, das contas dos administradores, das demonstrações financeiras da Companhia e do parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2021; **2)** a aprovação da proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2021; e **3)** a fixação da remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício de 2022. **Deliberações**: Instalada a Assembleia no dia 18/04/2022, os acionistas detentores da totalidade do capital social da Companhia, resolvem, por unanimidade, autorizar a lavratura da presente ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme faculta o artigo 130, §1º da Lei das S.A. **Suspensão dos Trabalhos**: Em seguida, a unanimidade dos acionistas da Companhia concordou em suspender a Assembleia. **Reabertura da Assembleia**: Em 19/04/2022, foram retomados os trabalhos da Assembleia, às 10:00 horas, de forma exclusivamente virtual, com a presença da totalidade dos acionistas da Companhia. **Deliberações**: Os acionistas detentores da totalidade do capital social da Companhia resolvem: **1)** após esclarecimentos do Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia Sr. Sergio Garrido de Barros sobre os principais pontos relacionados ao desempenho da Companhia no último exercício social, aprovar (i) o Relatório da Administração, (ii) as contas dos administradores, (iii) as Demonstrações Financeiras, contendo as Notas Explicativas, inclusive a destinação de resultado dos exercícios sociais encerrados em 31/12/2021, e (iv) o parecer dos Auditores Independentes constante das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2021, emitido em 10/03/2022 ("Parecer"), ratificando-se todos os atos praticados; **2)** aprovar a proposta da administração para destinação do lucro líquido da Companhia, referente ao exercício social encerrado em 31/12/2021, no valor total de R$ 91.146.975,96, da seguinte forma: (i) R$ 4.557.398,78 equivalentes a 5% do lucro líquido apurado, destinado à Reserva Legal, nos termos do Art. 193 da Lei das S.A.; e (ii) R$ 64.941.932,89, retidos e destinados para a conta de reserva de retenção de lucros. Em ato contínuo, os acionistas da Companhia, aprovaram, por unanimidade, destinar os dividendos mínimos obrigatórios no valor de R$ 21.647.644,29 apurado nas Demonstrações Financeiras da Companhia, para a conta de reserva de retenção de lucros, conforme recomendando pelos membros do Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 10 de março de 2022, totalizando R$ 86.589.577,18, retidos e destinados para a conta de reserva de retenção de lucros, nos termos do § 3º do Art. 202 da Lei das S.A.; e **3)** aprovar a fixação do montante global de até R$ 25.958.646,00, sem encargos, como limite da remuneração anual global dos administradores da Companhia, para o exercício social de 2022, em observância ao disposto no artigo 152 da Lei das S.A., ficando a individualização a cargo do Conselho de Administração. **Conselho Fiscal**: Não há Conselho Fiscal permanente, nem foi instalado no presente exercício. **Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia da qual se lavrou a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. São Paulo/SP, 19/04/2022. Assinaturas: **Mesa**: Luiz Ildefonso Simões Lopes, Presidente; e Paula Godinho da Silva Lacava, Secretária. **Acionistas**: BR Ambiental Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço- FI-FGTS. Certifico que a presente ata é cópia fiel da ata original, lavrada no Livro de Atas de Assembleias Gerais da Companhia. Paula Godinho da Silva Lacava – Secretária. JUCESP. Certifico o registro sob o nº 218.626/22-8 em 02/05/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Valid Trust is Power — VALID SOLUÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 33.113.309/0001-47 - NIRE 33.3.0027799-4

ATA DA RCA REALIZADA EM 02/02/2022

Data, Hora e Local: 02/02/22, às 14h, na Rua Peter Lund, nº 146/202 - São Cristóvão, CEP 20930-390 na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. **Convocação:** Comunicado enviado a cada um dos membros do Conselho de Administração, com a antecedência prévia estabelecida no art. 18, § 1º do Estatuto Social da Cia.. **Quorum de Instalação e Presença:** Presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, tendo a reunião se realizado por videoconferência, conforme previsão contida no art. 18 do Estatuto Social. **Mesa**: Presidente: Sidney Levy; Secretário: Renato Tyszler. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a concessão da Fiança bancária pela Valid Soluções S.A., na qualidade de fiador e Valid Usa, Inc, na qualidade de afiançado. **Deliberações:** Após a matéria da Ordem do Dia haver sido analisada e discutida, foi aprovada, por unanimidade de votos dos membros do Conselho de Administração da Cia., sem quaisquer restrições, reservas ou oposição, nos termos do art. 19, inciso xxxvii do Estatuto Social da Cia., a concessão da fiança bancária pela Valid Soluções S.A. em favor da instituição HSBC Bank USA, National Association, com as seguintes características: Fiador: Valid Soluções S.A.; Devedor: Valid Usa, Inc.; Credor: HSBC Bank USA, National Association, Valor: a responsabilidade do Fiador sob a Carta de Fiança é limitada a um montante de até US$ 15,000,000, acrescido de encargos ou penalidades decorrentes das Obrigações Garantidas assumidas pela Valid Usa nas operações globais incorridas com o Credor; Prazo: O Fiador permanecerá na qualidade de Fiador e responsável pelos compromissos assumidos no âmbito da Carta de Fiança por prazo indeterminado, ou até que extintas todas as obrigações decorrentes das Operações. Renúncia benefícios de ordem: O Fiador deverá renunciar aos privilégios de ordem, bem como aqueles estabelecidos nos arts. 366, 371, 821, 827, 829, 830, 834, 835, 837, 838, inciso I, e 839 da Lei nº 10.406 de 10/01/02. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta ata, a qual após lida e achada conforme foi assinada pelos conselheiros presentes. Presidente: Sidney Levy, Secretário: Renato Tyszler. Conselheiros: Sidney Levy, Claudio Almeida Prado, Henrique Bredda, Guilherme Affonso Ferreira, Fiamma Zarife. RJ, 02/02/22. Sidney Levy - Presidente; Renato Tyszler - Secretário. Jucerja em 10/02/22 sob o nº 4764794. Jorge Paulo Magdaleno Filho - Secretário Geral.

EDITAL

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde, a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 100/2022 - Oferta de Compra nº 090102000012022OC00136** referente ao processo **SES-PRC-2022/01708**, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO DOMICILIAR EM SAÚDE, NA MODALIDADE INTERNAÇÃO DOMICILIAR, EM ATENDIMENTO À DEMANDA JUDICIAL** a ser realizado por intermédio do Sistema Eletrônico de Contratações denominado "Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo", **cuja abertura está marcada para o dia 18/05/2022 às 10:00 horas.**

Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 06/05/2022**, o site www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.

O Edital da presente licitação encontra-se disponível no site www.e-negociospublicos.com.br.

AVISO DE LICITAÇÃO

A CDHU comunica às empresas interessadas a abertura da seguinte licitação:

PG 10.47.046 – Licitação nº 046/2022 – Contratação de empresas para prestação de serviços técnicos profissionais especializados de consultoria para revisão dos processos da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo – CDHU. O edital completo estará disponível para download no site **www.cdhu.sp.gov.br** a partir das 00h00min do dia 09/05/2022 – Esclarecimentos até 06/07/2022 – Abertura: 13/07/2022 às 10h, na Rua Boa Vista, 170, 2º Subsolo – Auditório, Centro, São Paulo/SP.

CDHU

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PRESIDENTE EPITÁCIO

PROC. 049/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2022 - AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto o Pegão eletrônico n.º 035/2022, cujo objeto é o **Registro de Preços para futura e fracionada aquisição de gêneros alimentícios em geral, para consumo e utilização pela merenda escolar e outros setores que necessitem.** O pregão eletrônico ocorrerá no dia **19/05/2022 às 08:30 hrs**, no site: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O Edital na íntegra será fornecido aos interessados, pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente e disponível também por meio do site: http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br e **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O telefone para contato é (0**18) 3281-9777. Pres. Epitácio, 05 de maio de 2.022. **Cassia Regina Z. Furlan - Prefeita Municipal - Leonardo Menezes Trombeta - Secretário de Educação.**

PROC. 032/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2022 - AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto o Pegão eletrônico n.º 027/2022, cujo objeto é o **Registro de Preços para futura e fracionada contratação de laboratório especializado em confecção de próteses dentárias totais e parciais, superiores e inferiores, sob medida, para atender a demanda da população do município de Presidente Epitácio /SP, em atendimento ao Programa Brasil Sorridente.** O pregão eletrônico ocorrerá no dia **20/05/2022 às 14:00 hrs**, no site: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O Edital na íntegra será fornecido aos interessados, pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente e disponível também por meio do site: http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br e **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O telefone para contato é (0**18) 3281-9777. Pres. Epitácio, 05 de maio de 2.022. **Cassia Regina Z. Furlan - Prefeita Municipal - José Carlos Botelho Tedesco - Secretário de Saúde.**

PROC. 034/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2022 - AVISO DE LICITAÇÃO - 2ª EDIÇÃO

Encontra-se aberto o Pegão eletrônico n.º 028/2022, cujo objeto é a **Abertura de Processo Licitatório para contratação de serviços de telecomunicações - Internet Dedicada (Link Dedicado 500 Mbps - Full Duplex), visando atender as necessidades da Prefeitura de Presidente Epitácio SP.** O pregão eletrônico ocorrerá no dia **23/05/2022 às 08:30 hrs**, no site: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O Edital na íntegra será fornecido aos interessados, pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente e disponível também por meio do site: http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br e **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O telefone para contato é (0**18) 3281-9777. Pres. Epitácio, 05 de maio de 2.022. **Cassia Regina Z. Furlan - Prefeita Municipal - Bruno Cesar dos Santos Ramos - Secretário de Administração.**

PROC. 052/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2022 - AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto o Pegão eletrônico n.º 037/2022, cujo objeto é o **Registro de Preços para futura e fracionada aquisição de sacos plásticos para o acondicionamento de resíduos recicláveis e sacos de lixo de acondicionamento de resíduos comuns para a secretaria de obras e todas as secretarias que necessitem.** O pregão eletrônico ocorrerá no dia **23/05/2022 às 14:00 hrs**, no site: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O Edital na íntegra será fornecido aos interessados, pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente e disponível também por meio do site: http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br e **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O telefone para contato é (0**18) 3281-9777. Pres. Epitácio, 05 de maio de 2.022. **Cassia Regina Z. Furlan - Prefeita Municipal - Hevair Luiz Rodrigues da Silva - Secretário de Obras.**

PROC. 053/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2022 - AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto o Pegão eletrônico n.º 038/2022, cujo objeto é o **Registro de Preços para futura e fracionada aquisição de caçambas do tipo papa entulho com capacidade mínima de 4 m³, para atender as necessidades da secretaria de saúde e aquelas que necessitem.** O pregão eletrônico ocorrerá no dia **24/05/2022 às 08:30 hrs**, no site: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O Edital na íntegra será fornecido aos interessados, pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente e disponível também por meio do site: http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br e **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O telefone para contato é (0**18) 3281-9777. Pres. Epitácio, 05 de maio de 2.022. **Cassia Regina Z. Furlan - Prefeita Municipal - José Carlos Botelho Tedesco - Secretário de Saúde.**

PROC. 054/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2022 - AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto o Pegão eletrônico n.º 039/2022, cujo objeto é a **Abertura de Processo Licitatório para aquisição de equipamentos Agrícolas e para a atividade pesqueira, conforme convênio s/n (SAA-PRC-2021/09544), firmado com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento.** O pregão eletrônico ocorrerá no dia **25/05/2022 às 08:30 hrs**, no site: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O Edital na íntegra será fornecido aos interessados, pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente e disponível também por meio do site: http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br e **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O telefone para contato é (0**18) 3281-9777. Pres. Epitácio, 05 de maio de 2.022. **Cassia Regina Z. Furlan - Prefeita Municipal - Roberto Gallego Filho - Secretário de Agricultura.**

PROC. 057/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2022 - AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto o Pegão eletrônico n.º 040/2022, cujo objeto é o **Registro de Preços para futura e fracionada aquisição de óleo Lubrificante diversos para uso em máquinas e veículos que pertencem a frota da secretaria de obras e aquelas que necessitarem.** O pregão eletrônico ocorrerá no dia **26/05/2022 às 08:30 hrs**, no site: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O Edital na íntegra será fornecido aos interessados, pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente e disponível também por meio do site: http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br e **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O telefone para contato é (0**18) 3281-9777. Pres. Epitácio, 05 de maio de 2.022. **Cassia Regina Z. Furlan - Prefeita Municipal - Hevair Luiz Rodrigues da Silva - Secretário de Obras.**

PROC. 059/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 042/2022 - AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto o Pegão eletrônico n.º 042/2022, cujo objeto é a **Abertura de Processo Licitatório para aquisição de um aparelho de ultrassonografia digital, para atender a demanda da Secretaria de Saúde.** O pregão eletrônico ocorrerá no dia **27/05/2022 às 08:30 hrs**, no site: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O Edital na íntegra será fornecido aos interessados, pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente e disponível também por meio do site: http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br e **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O telefone para contato é (0**18) 3281-9777. Pres. Epitácio, 05 de maio de 2.022. **Cassia Regina Z. Furlan - Prefeita Municipal - José Carlos Botelho Tedesco - Secretário de Saúde.**

PROC. 060/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2022 - AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto o Pegão eletrônico n.º 043/2022, cujo objeto é a **Abertura de Processo Licitatório para aquisição de um aparelho de Raio - X DIGITAL, para atender a demanda da Secretaria de Saúde.** O pregão eletrônico ocorrerá no dia **27/05/2022 às 14:00 hrs**, no site: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O Edital na íntegra será fornecido aos interessados, pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente e disponível também por meio do site: http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br e **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O telefone para contato é (0**18) 3281-9777. Pres. Epitácio, 05 de maio de 2.022. **Cassia Regina Z. Furlan - Prefeita Municipal - José Carlos Botelho Tedesco - Secretário de Saúde.**

PROC. 058/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2022 - AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto o Pegão eletrônico n.º 041/2022, cujo objeto é o **Registro de Preços para futura e fracionada aquisição de produtos de higiene pessoal, para atender a demanda da Casa Lar - Secretaria de Assistência Social.** O pregão eletrônico ocorrerá no dia **30/05/2022 às 08:30 hrs**, no site: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O Edital na íntegra será fornecido aos interessados, pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente e disponível também por meio do site: http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br e **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O telefone para contato é (0**18) 3281-9777. Pres. Epitácio, 05 de maio de 2.022. **Cassia Regina Z. Furlan - Prefeita Municipal - Dulce Mara Rizzatto Menezes - Secretário de Assistência Social.**

PROC. 056/2022 - TOMADA DE PREÇOS Nº 011/2022 - AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto a Tomada de Preços n.º 011/2022, cujo objeto é a **Abertura de processo licitatório para a Contratação de empresa, para execução de Recapeamento Asfáltico nas Ruas Maceió, João Pepino e Manaus, conforme Programa de Planejamento Urbano, Proposta Caixa nº 1065.066-37/2019, SICONV 884803/2019.** O recebimento dos envelopes ocorrerá no dia **24/05/2022 às 15:00 hrs**, e deverão ser entregues no Paço Municipal Ernesto Coser, na Divisão de Licitações. O Edital na íntegra será fornecido aos interessados, pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente e disponível também por meio do site: http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br. O telefone para contato é (0**18) 3281-9777. Pres. Epitácio, 05 de maio de 2.022. **Cassia Regina Z. Furlan - Prefeita Municipal - Sérgio Antônio Maroto - Secretário de Planejamento e Hevair Luiz Rodrigues da Silva - Secretário de Obras.**

PROC. 050/2022 - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2022 - AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto a Concorrência Pública n.º 001/2022, cujo objeto é a **Concessão de uso de bem público, denominado "Quiosques nº 01, 02 e 04, da Orla Fluvial, no Município de Presidente Epitácio.** O recebimento dos envelopes ocorrerá até o dia **07/06/2022 às 08:30 hrs**, e deverão ser entregues no Paço Municipal Ernesto Coser, na Divisão de Licitações. O Edital na íntegra será fornecido aos interessados, pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente e disponível também por meio do site: http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br. O telefone para contato é (0**18) 3281-9777. Pres. Epitácio, 05 de maio de 2.022. **Cassia Regina Z. Furlan - Prefeita Municipal - Wantuyr Barbosa Tartari - Secretário de Turismo.**

Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP

CNPJ 62.577.929/0001-35

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE DATA

Licitação Presencial nº 002/2022 - Contratação de serviços profissionais especializados de consultoria fiscal, contábil, tributária, societária e previdenciária, nas especificações estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I e nas condições previstas na Minuta de Contrato - Anexo XII, partes integrantes do edital. A Prodesp comunica que, a sessão da Licitação Presencial nº 002/2022 foi prorrogada para o dia 30/05/2022 às 09h30, tendo em vista questões administrativas.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 013/2022 - OC nº 513101510852022OC00013 - Solução para atualização do PROJETO INTRAGOV do Governo do Estado de São Paulo, dividida em dois lotes, sendo o lote 01 formado pelo serviço de comunicação de voz e vídeo (SCV2), com instalação, operação, manutenção, suporte técnico e gerenciamento de solução de voz e vídeo sobre IP e o fornecimento de informações relativas à prestação deste serviço, sem caráter de exclusividade, abrangendo todos os municípios do território do Estado de São Paulo e em Brasília - DF e o lote 02 pelo serviço telefônico comutado (STFC) no modelo centralizado, para o tráfego de chamadas originadas em unidade governamental destinadas a usuários da rede telefônica pública comutada (RTPC) e vice-versa e o fornecimento de informações, sem caráter de exclusividade, com entroncamentos centralizados em endereços distintos. A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br às 9h do dia 08/06/2022. O edital poderá ser consultado e cópias obtidas nos endereços eletrônicos www.bec.sp.gov.br - opção "pregão eletrônico", www.prodesp.sp.gov.br - opção "fornecedores - editais de licitação" e www.imesp.com.br - opção "enegociospublicos".

Prodesp

LOCAWEB SERVIÇOS DE INTERNET S.A.

Companhia Aberta com Capital Autorizado - CNPJ/ME nº 02.351.877/0001-52 - NIRE nº 35.300.349.482

Extrato da Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 23.03.2022

Data, Hora, Local: 23.03.2022, às 15hs., na sede social, Rua Itapaiúna, nº 2.434, São Paulo/SP. **Presença**: Totalidade dos membros. **Mesa**: Gilberto Mautner - Presidente, Rafael Chamas Alves - Secretário. **Deliberações Aprovação**: **(i)** o relatório da administração, as contas da administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2021, sendo que tais documentos, incluindo o relatório dos auditores independentes e parecer do Conselho Fiscal, foram avaliados e aprovados pelos Diretores, e serão submetidos aos Acionistas na forma da legislação aplicável e em sede de Assembleia Geral, juntamente com demais assuntos a serem oportunamente encaminhados por sua Administração mediante convocação a ser realizada até o término deste corrente mês; **(ii)** a autorização para a Diretoria praticar todos e quaisquer atos necessários ao cumprimento das deliberações tomadas na presente reunião do Conselho de Administração; e, no contexto de outros assuntos do interesse geral, **(iii)** a dispensa de publicação do "Anexo I" e posteriormente ao arquivamento desta perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo - "JUCESP". **Encerramento**: Nada mais. São Paulo, SP, 23.03.2022, às 15hs.. Membros do Conselho de Administração: Gilberto Mautner; Ricardo Gora; Andrea Gora Cohen; Claudio Gora; Flavio Benicio Jansen Ferreira; Carlos Elder Maciel de Aquino; German Pasquale Quiroga Vilardo; e, ainda, Sylvio Alves de Barros Netto. Assistiram a reunião os membros do Conselho Fiscal, nos termos do artigo 163, §3º da Lei das SA's, a saber: Sras. Regina Longo Sanchez e Ana Paula Wirthmann e o João Alberto Gomes Bernacchio. **Mesa**: Gilberto Mautner - ("Presidente"), Rafael Chamas Alves - ("Secretário"). JUCESP nº 185.150/22-6 em 12.04.2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL E URBANO DO ESTADO DE SÃO PAULO - CDHU

C.N.P.J. 47.865.597/0001-09 - NIRE 3530003189-0

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU, a reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia 12 de Maio de 2022, às 11:00 horas, na sede social, à Rua Boa Vista, n.º 170, 13º andar, nesta Capital.

1. Eleição de membro para o Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento;
2. Outros assuntos de interesse da Companhia.

LAIR ALBERTO SOARES KRÄHENBÜHL
Presidente do Conselho de Administração

CDHU

REDE AGRO FIDELIDADE E INTERMEDIAÇÃO S.A. E CONTROLADAS

CNPJ 33.150.406/0001-87

Retificação

A presente demonstração financeira tem por objetivo retificar as informações veiculadas na edição do dia 07/04/22 páginas E5 e E6 (https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2022/04/07/RedeAgro1561540407042022.pdf) do Jornal Valor Econômico. Reapresentamos também: Nota 10 - Provisão para Perdas com Investimentos; 11 - Empréstimos com Coligadas; 12 - Fornecedores; 16 - Imposto de Renda e Contribuição Social; 17 - Patrimônio Líquido.

Para os Períodos de doze meses findos em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020 - (Em milhares de reais - R$)

Balanço Patrimonial

ATIVOS / CIRCULANTES	Controladora 31/12/2021	Controladora 12/31/2020	Consolidado 31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	253.451	239.874	273.455
Contas a receber	436.811	109.324	437.048
Contas a receber - partes relacionadas	74.023	58.975	80.046
Impostos a recuperar	6.276	5.657	9.461
Outros ativos	504	897	542
Total dos ativos circulantes	771.065	414.727	800.552
NÃO CIRCULANTES			
Empréstimo - partes relacionadas	9.023	-	-
Contas a receber	16.873	1.702	16.873
Direito de Uso	4.110	4.882	4.110
Outros ativos	-	-	28
Imobilizado	857	843	857
Intangível	18.998	10.001	21.263
Total dos ativos não circulantes	49.860	17.428	43.130
TOTAL DOS ATIVOS	820.925	432.155	843.682

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Controladora 31/12/2021	Controladora 12/31/2020	Consolidado 31/12/2021
CIRCULANTES			
Fornecedores	498.851	172.544	503.040
Fornecedores - partes relacionadas	22.750	17.972	22.750
Salários e encargos sociais	4.856	3.666	4.871
Impostos, taxas e contribuições	3.086	923	7.041
Operações de arrendamento mercantil	721	718	721
Receita diferida	215.869	192.899	240.510
Outras obrigações	2.896	2.839	2.896
Total do passivo circulante	749.028	391.561	781.829
NÃO CIRCULANTES			
Fornecedores	10.835	1.602	10.835
Salários e encargos sociais	1.324	1.067	1.324
Operações de arrendamento mercantil	3.553	4.218	3.553
Imposto de renda e contribuição social a pagar	3.330	3.082	3.330
Imposto de renda diferido	4.547	4.470	4.547
Provisão para perdas com investimentos	10.052	-	-
Outras obrigações	-	-	2
Total do passivo não circulante	33.640	14.439	23.595
Total dos passivos	782.668	406.000	805.425
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	14.253	11.415	14.253
Reserva Legal	1.489	879	1.489
Reservas de lucros	22.549	13.861	22.549
Outros resultados abrangentes	(34)	-	(34)
Total do patrimônio líquido	38.257	26.155	38.257
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	820.925	432.155	843.682

Demonstrações do Resultado

(Em milhares de reais - R$, exceto o lucro básico e diluído por ação)

	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidada 31/12/2021
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	71.503	49.922	72.634
Custos dos Serviços Prestados	(8.327)	(3.112)	(9.187)
LUCRO BRUTO	63.176	46.810	63.447
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas Gerais e Administrativas	(26.981)	(16.864)	(35.323)
Despesas Comerciais	(21.534)	(15.272)	(23.383)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(10.117)	-	-
Outras Receitas, líquidas	4	300	4
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	4.548	14.974	4.744
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	16.360	4.789	16.360
Despesas financeiras	(1.062)	(211)	(1.259)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	19.846	19.552	19.846
Imposto corrente	(7.574)	(6.042)	(7.574)
Imposto diferido	(77)	(1.558)	(77)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	12.195	11.952	12.195
Lucro por ação - básico e diluído (em reais - R$)	0,86	1,05	0,86

Demonstrações do Resultado Abrangente

	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Lucro líquido do exercício	12.195	11.952	12.195	11.952
Ajuste de conversão de demonstrações financeiras de controladas no exterior	(34)	-	(34)	-
Total de resultados abrangentes	12.160	11.952	12.160	11.952

Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Reserva Legal	Reservas de lucros	Resultado do Exercício	Outros resultados abrangentes	Total Patrimônio líquido
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	11.415	281	4.009	-	-	15.705
Lucro líquido do exercício	-	-	-	11.952	-	11.952
Reserva Legal	-	598	-	(598)	-	-
Dividendos mínimos	-	-	-	(2.839)	-	(2.839)
Transferência para reserva de lucros	-	-	9.852	(8.515)	-	1.337
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	11.415	879	13.860	-	-	26.154
Lucro líquido do exercício	-	-	-	12.195	-	12.195
Outros resultados abrangentes	-	-	-		(34)	(34)
Aumento de capital	2.838	-	-	-	-	2.838
Reserva legal	-	610	-	(610)	-	-
Dividendos mínimos	-	-	-	(2.896)	-	(2.896)
Transferência para reserva de lucros	-	-	8.689	(8.689)	-	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	14.253	1.489	22.549	(0)	(34)	38.257

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 - (Em milhares de reais - R$)

	Controladora 12/31/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 12/31/2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	19.846	19.552	19.846
Ajustes:			
Depreciação e amortização	5.362	2.186	5.418
Provisão breakage	1.069	157	1.069
Provisão para pagamento de bônus	3.917	2.607	3.917
Provisão de férias	1.152	-	1.152
Juros sobre arrendamentos	371	77	371
Resultado da equivalência patrimonial, líquido de impostos	10.151	-	-
Aumento (redução) nos saldos de ativos:			
Contas a receber	(357.705)	(44.665)	(375.083)
Impostos a recuperar	(619)	(5.236)	(3.805)
Outros ativos	393	(472)	327
Aumento (redução) nos saldos de passivos:			
Fornecedores	340.317	152.816	355.624
Salários e encargos sociais	1.446	(75)	1.462
Impostos, taxas e contribuições	2.163	499	6.118
Imposto de renda e contribuição social a pagar	3.330	3.082	3.330
Receita diferida	22.970	1.115	47.612
Outras obrigações	(2.838)	(2.089)	(2.831)
Caixa proveniente das operações	51.323	129.554	64.525
Juros pagos	(320)	(82)	(320)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(16.795)	(6.015)	(16.795)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	34.208	123.457	47.410
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado	(270)	(718)	(270)
Aquisição de intangível	(13.327)	(8.368)	(15.647)
Caixa recebido de venda de ativo imobilizado	3	-	3
Aporte de capital em investidas	(99)	-	-
Outros Resultados Abrangentes	(34)		(34)
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	(9.023)	-	-
Caixa aplicado nas atividades de investimento	(22.750)	(9.086)	(15.948)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento de capital via integralização de dividendos	2.838	-	2.838
Pagamentos de arrendamentos	(720)	(521)	(720)
Caixa utilizado nas atividades de financiamento	2.118	(521)	2.118
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	13.576	113.850	33.580
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	239.874	126.024	239.874
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	253.451	239.874	273.455

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020 - (Valores Expressos em Milhares de Reais - R$, Exceto quando indicado de outra forma)

10. PROVISÃO PARA PERDAS COM INVESTIMENTOS

	Controladora 31/12/2021
Capital investido	99
Ajustes na conversão dos investimentos das controladas no exterior	(34)
Resultado de equivalência patrimonial	(10.117)
Investimentos	(10.052)

Com intuito de expandir a representatividade no mercado, a Companhia decidiu pela abertura de filiais na Colômbia, México e Argentina em 2021, visando explorar novos mercados para as linhas de fidelidade, marketplace de insumos e commodities no mercado da América Latina. Como tais empresas ainda estão em seus primeiros meses de operação, as três filiais reconheceram prejuízos para o exercício, de modo que o resultado de equivalência patrimonial excedeu o valor do capital investido, razão pela qual os investimentos foram classificados no passivo. a) Participação percentual nos investimentos.

Investida	2021	2020
ORBIA COLOMBIA SAS (i)	100%	-
NUCLE INTERMEDIACION Y FIDELIDAD SA DE CV (i)	99,99%	-
ORBIA ARGENTINA S.A.U. (i)	100%	-

(i) Investimento associado à filiais abertas na Colômbia, México e Argentina ao longo de 2021, com o intuito de fomentar as operações de programas de Loyalty em outros países da américa latina, conforme mencionado na nota explicativa 2.3 acima. b) Capital investido em cada investida

Investida	2021	2020
ORBIA COLOMBIA SAS	79	-
NUCLE INTERMEDIACION Y FIDELIDAD SA DE CV	15	-
ORBIA ARGENTINA S.A.U.	5	-
	99	-

Resultado de equivalência patrimonial

Investida	2021	2020
ORBIA COLOMBIA SAS	(3.456)	-
NUCLE INTERMEDIACION Y FIDELIDAD SA DE CV	(1.930)	-
ORBIA ARGENTINA S.A.U.	(4.731)	-
	(10.117)	-

Movimentação da conta de investimentos

	Orbia Colombia	Nucle Interm.	Orbia Argentina
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	-	-
Resultado Acumulado	-	-	-
Equivalencia patrimonial	(3.456)	(1.930)	(4.731)
Ajustes na conversão dos investimentos das controladas no exterior	2	(141)	105
Aporte de Capital	79	15	5
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(3.375)	(2.056)	(4.621)

11. EMPRÉSTIMOS COM COLIGADAS

	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020
ORBIA COLOMBIA SAS	4.528	-
NUCLE INTERMEDIACION	4.495	-
Total	9.023	-

Controladora	31/12/2020	Adições	Juros incorridos	Amortização de principal e juros	Atualização (variação cambial)	31/12/2021
ORBIA COLOMBIA SAS	-	4.205	63	-	260	4.528
NUCLE INTERMEDIACION	-	4.589	127	-	(221)	4.495
Total	-	8.794	190	-	39	9.023

Os empréstimos foram realizados ao longo de 2021 junto às filiais da Colômbia e México, com o objetivo de suprir as necessidades iniciais de caixa daquelas empresas, visto terem iniciado suas operações ao longo do exercício corrente. Os empréstimos foram realizados sob as seguintes condições: Orbia Colombia SAS: principal de US$800.000 captado em 11 de agosto de 2021, com taxa de juros de 3,65% ao ano e pagamento de principal e juros em 390 dias a partir da contratação, com opção de renovação automática. Nucle Intermediacion: principal de MXN16.000 captado em 3 de agosto de 2021, com taxa de juros de 7% ao ano e pagamento de principal e juros em 365 dias a partir da contratação, com opção de renovação automática. A administração da Companhia não tem a intenção de liquidar estes empréstimos junto a Controladora durante o exercício de 2022.

12. FORNECEDORES

	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021
Marketplace	426.720	127.464	426.720
Outros fornecedores	82.966	46.682	87.156
Total	509.686	174.146	513.875
Circulante	498.851	172.544	503.040
Não circulante	10.835	1.602	10.835

Parte substancial do saldo refere-se aos valores a pagar para os vendedores referente as transações na plataforma de marketplace totalizando R$426.720 (R$127.464 em 31 de dezembro de 2020) e o saldo restante sob serviços prestados e produtos resgatados na plataforma de fidelidade. **16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL** - 16.1. Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado - O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$240, e a contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável, ajustado na forma legal. A alíquota combinada é 34%. De acordo com a atual legislação do imposto de renda, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não têm prazo para prescrição e sua utilização é limitada a 30% do saldo do lucro tributável anual. No ano atual, a Companhia se utilizou do incentivo da Lei do Bem (previsto na Lei 11.196/05), que permite que empresas que incorram em dispêndios com pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica se utilizem de parte desse valor como uma exclusão permanente na apuração de seu imposto de renda e contribuição social da pessoa jurídica. A Companhia incorre em dispêndios para o desenvolvimento de seus produtos digitais, uma vez que suas operações ocorrem substancialmente no ambiente digital e, para tal, incorre em investimentos materiais no desenvolvimento desses sistemas e plataformas. Conforme estabelecido na Lei 11.196/05, a Companhia está autorizada a considerar uma exclusão permanente um montante de 60% dos gastos elegíveis. O benefício em questão correspondeu a uma diferença permanente de R$8.608 na apuração. A reconciliação entre as despesas do imposto de renda e da contribuição social pelas alíquotas nominais e efetivas está demonstrada a seguir:

	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021
Lucro antes do IRPJ e CSLL	19.846	19.552	19.846
Alíquota nominal combinada	34%	34%	34%
Despesa com IRPJ e CSLL	(6.736)	(6.648)	(6.736)
Multas	-	(514)	-
Outros	(915)	(438)	(915)
Débito de IRPJ e CSLL no resultado do período	(7.651)	(7.600)	(7.651)
IRPJ e CSLL Corrente	(7.574)	(6.042)	(7.574)
IRPJ e CSLL Diferido	(77)	(1.558)	(77)
Alíquota efetiva	39%	39%	39%

As alíquotas de imposto de renda aplicáveis para os demais países da américa latina são, respectivamente, 30% para a Colômbia, 30% para o México e 30% para a Argentina. 16.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos - O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil. O imposto de renda e a contribuição social diferidos da Companhia e suas controladas têm a seguinte origem:

	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021
Provisão de receita de "breakage"	(15.293)	(14.224)	(15.293)
Provisão para o pagamento de bônus	1.324	314	1.324
Outras provisões	596	763	596
Base de cálculo de IR e da CS diferidos	(13.373)	(13.147)	(13.373)
Alíquota	34%	34%	34%
Saldo no fim do exercício	(4.547)	(4.470)	(4.547)

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - a) Capital social - Em 31 de dezembro de 2020 o capital subscrito e integralizado da Companhia era de R$11.415 representado por ações ordinárias escriturais. Em 22 de abril de 2021, a Administração definiu, em Assembleia Geral, pela integralização de dividendos no valor de R$2.270 da Bayer S.A e R$568 da Bravium Comércio Ltda., associados ao lucro líquido apurado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Após tal integralização, as ações estão distribuídas da seguinte forma:

Quantidade de ações	2021	2020
Bayer S.A.	11.401.780	9.132.000
Bravium Comércio Ltda.	2.851.694	2.283.000
	14.253.474	11.415.000

b) Reserva legal - A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram constituídos o montante de R$ 610 referentes ao lucro líquido do período (R$598 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020). c) Destinação do lucro - De acordo com o Estatuto Social da Companhia, é garantido aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Companhias por Ações (11.638/07). É facultativa a distribuição de dividendos complementares em montantes a serem determinados pela Companhia e, em caso de deliberação, deve ser submetida à aprovação de Assembleia de Acionistas.

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	12.195	11.952
Constituição de reserva legal (5%)	(610)	(598)
Lucro a distribuir	11.585	11.354
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(2.896)	(2.838)

Em 23 de março de 2020 os acionistas aprovaram que o montante dos dividendos mínimos obrigatórios do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 deveria compor o saldo de lucros acumulados. Em 22 de abril de 2021, a Administração definiu, em Assembleia Geral, pela integralização de dividendos no valor de R$ 2.271 da Bayer S.A e R$ 568 da Bravium Comércio Ltda., associados ao lucro líquido apurado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Diretoria

Ivan Richard Moreno Filho - Presidente
Adriana Iwassaki - Diretora Financeira
Vinicius Santos Pereira Barbosa - Contador - CRC: 1SP264357/0-9

ESPECIAL PUBLICITÁRIO PRODUZIDO POR G.lab GLAB.GLOBO.COM

Imóveis de Valor

FOTOS DE FERNANDO GUERRA/STUDIO MK27/DIVULGAÇÃO

O resort de luxo Patina Maldives, inaugurado em 2021, foi todo projetado pelo arquiteto Marcio Kogan, em parceria com Renata Furlanetto e Diana Radomysler: preocupação maior foi em criar um diálogo com a natureza exuberante do lugar

De hotéis paradisíacos a condomínios luxuosos, profissionais do país têm assinado projetos importantes ao redor do mundo

Arquitetos brasileiros ganham projeção no exterior

Um resort em ilha privativa com acomodações que parecem flutuar sobre o mar turquesa das Maldivas; apartamentos sofisticados em Miami com apelo *artsy* e minimalista, casas de veraneio em Portugal que entregam um frescor moderno ao tradicionalismo arquitetônico do país lusitano... Esses projetos recentes trazem consigo a assinatura de arquitetos brasileiros, algo que tem se tornado cada vez mais frequente no mercado imobiliário de luxo internacional.

Avaliada como de altíssima qualidade, a arquitetura contemporânea brasileira vem conquistando fãs e clientes em todos os continentes. Conhecido no passado graças a nomes como os de Oscar Niemeyer, Lina Bo Bardi e Paulo Mendes da Rocha, o país se destaca agora por expoentes como Isay Weinfeld, Arthur Casas, Patricia Anastassiadis, David Bastos e Marcio Kogan.

Com mais de 250 prêmios no escritório, o Studio mk27, Kogan dá aulas no exterior — ele é professor na Politecnico di Milano, na Itália — e é o nome por trás do resort Patina Maldives, nas ilhas Fari, inaugurado há um ano. São 90 apartamentos (chamados de *villas*) e 20 residências maiores que ficam sobre o mar, cujas diárias começam em US$ 1,5 mil.

Para Kogan, sua geração vem ganhando destaque nos últimos 15 anos, o que pode ajudar a abrir portas no exterior também para jovens profissionais. "É o momento de maior valorização do arquiteto brasileiro no exterior desde o Modernismo", avalia.

BRASILIDADE

Kogan acredita que o arquiteto brasileiro carrega um trunfo: a capacidade de criar diálogos com a cultura e o meio ambiente locais em seus projetos. "Vi muitos empreendimentos nas Maldivas que não tinham identidade própria: poderiam estar em qualquer outro lugar do mundo", afirma.

DAVID BASTOS/DIVULGAÇÃO

DAVID BASTOS/DIVULGAÇÃO

A visão de David Bastos para o condomínio de casas Boutique Villas, em Cascais, Portugal: projetos com alma brasileira no exterior

ANASTASSIADIS ARQUITETOS/DIVULGAÇÃO

Sofisticação minimalista nos ambientes do 57 Ocean, empreendimento residencial de alto padrão com ambientes assinados por Patricia Anastassiadis

Sua colega Patricia Anastassiadis concorda. "Somos uma mistura de culturas, e isso nos dá um sotaque diferente, uma flexibilidade de pensamento que nos permite transitar em diversas situações. É um entendimento mais amplo sobre o lugar onde se está projetando", argumenta.

A arquiteta assina dezenas de empreendimentos na Europa, no Caribe e nos Estados Unidos — dos sofisticados restaurantes e bares no icônico Grand Hotel du Cap-Eden Roc, na Riviera Francesa, a superapartamentos de frente para o mar no condomínio 57 Ocean, em Miami. "No empreendimento na Flórida, onde o luxo costuma ser mais superlativo, procurei adaptar meu trabalho e criar uma conexão com ambientes cheios de obras de arte e elementos de design, mas sem excessos."

Compreender as tradições locais também tem sido um dos desafios de David Bastos em seus projetos em Portugal. Na renovação de um apartamento em Lisboa, ele se deparou com uma parede de azulejos que, por lei, não poderia ser removida. "A legislação é bastante rígida sobre os imóveis tombados ou com elementos protegidos por valor histórico. Não é como se quer fazer, mas como se pode", diz.

Já no luxuoso condomínio de casas que assina em Cascais, o Boutique Villas, no litoral português, a liberdade foi total, já que se trata de uma obra 100% nova. "Procurei trazer um pouco de luz e do mar, com muita transparência, que é uma marca do meu trabalho", conta.

Das 16 casas, 15 já foram reservadas. O valor de cada uma gira em torno de €3,3 milhões. Segundo David, muitos de seus clientes o procuram porque querem dar um toque de brasilidade em suas propriedades. "Eles gostam do nosso trabalho pelo sentimento que os projetos conseguem transferir. É um calor, uma emoção diferente."

NESTA EDIÇÃO

Pesquisa da consultoria Brain Inteligência Estratégica aponta que o mercado imobiliário de luxo e superluxo teve crescimento de 14% nos dois primeiros meses deste ano na comparação com o mesmo bimestre de 2021. A profusão de empreendimentos cada vez mais sofisticados resultou no aumento de 3,9% no volume de vendas no período • Pág. 3

Na paisagem da capital paulista, cada vez mais se destacam torres com fachadas geométricas, edifícios residenciais com formas assimétricas, andares sobrepostos como caixas e outras abordagens diferenciadas. Esses edifícios com design exclusivo são referências urbanas que confirmam a vocação de São Paulo em abrigar construções de caráter único • Pág. 6

Entrevista | *Otavio Zarvos, sócio-fundador da Idea!Zarvos*

'A arquitetura autoral é perene'

O pioneirismo é uma marca registrada de Otavio Zarvos, 55 anos, sócio e fundador da incorporadora Idea!Zarvos, em São Paulo. Engenheiro apaixonado por arquitetura, ele foi o primeiro a convocar um time de arquitetos estrelados para assinar os projetos residenciais de sua empresa, nos idos anos 2.000 — algo tornado obrigatório pelos concorrentes tempos depois.

Desde então, já entregou mais de 40 edifícios e mudou a paisagem da Zona Oeste da capital paulista com seus empreendimentos de design e caráter inconfundíveis. Até o final deste ano, serão mais seis lançamentos, com VGV de R$ 1,4 bilhão. Foi dele também a ideia de incluir a relação com a cidade nos croquis dos projetos. Exigia de seus colaboradores que os prédios com a sua marca fossem bonitos, funcionais e gentis com o entorno imediato. Também virou tendência de mercado.

Agora, outra inovação acaba de ser lançada: a Galeria Idea!Zarvos, onde reuniu todos os apartamentos decorados da marca em um só endereço. "Entendemos que era mais civilizado fazer dessa forma. Para a cidade, é positivo porque produz menos resíduo, causa menos transtornos à vizinhança e diminui a circulação de pessoas", afirma.

A seguir, Zarvos descreve o papel de incorporador na melhoria das cidades; faz críticas à atuação do poder público na transformação urbana; e define o valor do design para seu negócio.

IDEA/ZARVOS/DIVULGAÇÃO

Otavio Zarvos: "Quem constrói tem uma responsabilidade estética muito grande, porque o imóvel ficará lá por dezenas de anos"

Como surgiu a ideia da galeria?

Otavio Zarvos — Como tudo o que fazemos na empresa, buscamos sempre um tripé que dê suporte às decisões tomadas internamente: deve funcionar para os investidores, para os usuários e para a cidade. Neste ano, serão seis lançamentos de imóveis, e teríamos que fazer seis estandes de venda e seis decorados, contratar seis empresas de segurança, enfim, tudo isso em vários pontos da cidade.

Por isso, pensamos em agrupar tudo no mesmo espaço, um terreno de três mil metros quadrados, em Pinheiros. Entendemos que era mais civilizado fazer dessa forma. Para a cidade, é positivo porque produz menos resíduo, causa menos transtornos às vizinhanças e diminui a circulação de pessoas. Para o consumidor, criamos uma experiência de lazer; e, para os investidores, reduzimos os custos operacionais associados aos lançamentos de produtos.

Além da função comercial, a galeria tem um papel institucional, que é abrir espaço para promover palestras e debates, dando voz a uma série de pessoas que julgamos importantes para discutir os temas relacionados à cidade e ao setor.

Qual o papel das incorporadoras na melhoria da qualidade de vida nas cidades?

O incorporador tem de ser visto como uma ferramenta e não um agente da mudança. Ele não tem capacidade de entender sozinho as necessidades de uma cidade. A transformação é uma responsabilidade dividida entre a sociedade — os usuários e moradores do bairro onde está se empreendendo —, os incorporadores, que vão construir efetivamente, e os acadêmicos, que detêm o conhecimento mais profundo sobre as cidades. O problema é que essas partes sempre estão em conflito, e o debate acaba sendo imaturo. Por isso, temos buscado promover o diálogo, visando contribuir para o debate.

> "A transformação (das cidades) é uma responsabilidade dividida entre a sociedade, os incorporadores e os acadêmicos. O problema é que essas partes sempre estão em conflito, e o debate acaba sendo imaturo

> A arquitetura de boa qualidade é um fator real de valorização dos edifícios, porque só o design pode enganar, ficar restrito a questões de fachada e, por trás, ser um prédio como outro qualquer

> Pensar de forma mais urbanística acaba sendo um bom negócio porque permite criar para um bairro aquilo que ele não tem em abundância. E, se for algo raro, teoricamente o valor do produto vai ser maior

E qual é o papel dos governos?

Não incluí o poder público nessa divisão porque, muitas vezes, ele tenta erroneamente ser o protagonista e não um mediador. Como no futebol, o poder público deve ser o juiz e não querer chutar a bola.

Na prática, como as construtoras podem agir para transformar a vida nos bairros?

Primeiro, entregar prédios funcionais, de muita qualidade e esteticamente bonitos. Algo que só com a arquitetura autoral se consegue realizar. Tem de ser bonito, perene e funcional. Depois, cuidar do entorno imediato do empreendimento. O prédio vai interagir com aquele quarteirão, e é preciso cuidar dessa transição entre o espaço público e o privado. O nosso prédio comercial na Vila Madalena, o Corujas, não tem gradil para a rua, recuamos a guarita, criamos uma vaga para *food truck*, construímos uma arquibancada voltada para o passeio para que os pedestres possam se sentar, a calçada foi alargada e ganhou paisagismo. Enfim, procuramos ser gentis com a cidade. A ideia é entregar um espaço novo e mais gostoso para o bairro.

Por fim, e mais complexo, é responder ao propósito do prédio: o porquê de construir ali e para qual finalidade. Esse seria um papel da prefeitura, definir o que pretende para cada bairro. Esse não é papel do incorporador. O que falta construir naquele local? Apartamentos menores? Lojas? Escolas? É difícil para o incorporador ter essa perspectiva. As empresas são mais ferramentas operacionais do que pensadoras da cidade.

Políticas urbanísticas ajudam ou atrapalham o negócio?

Pensar de forma mais urbanística acaba sendo um bom negócio porque permite criar para um bairro aquilo que ele não tem em abundância. E, se for algo raro, teoricamente o valor do produto vai ser maior a médio e longo prazos. O mercado imobiliário não age assim muitas vezes, vai na onda do que está dando certo — seja flat, escritório, estúdio — e repete isso à exaustão. E isso pode matar um bairro. Já vimos acontecer em São Paulo, como nas regiões da Berrini ou do Morumbi, que poderiam ter muito mais vitalidade do que têm. Acredito que os bairros devam ser diversos, seja no perfil de uso, de produtos imobiliários ou em relação às pessoas.

Qual o peso do design na valorização de um empreendimento?

Sempre digo que o design é uma questão de evolução e de educação. A menos que aconteça uma catástrofe, como uma guerra, o apreço pelo design não regride. Aliás, a arquitetura de boa qualidade é fator real de valorização dos edifícios, porque só o design pode enganar, ficar restrito a questões de fachada e, por trás, ser um prédio como outro qualquer. E, do ponto de vista financeiro, vimos que prédios que aderiram a modismos de suas épocas ficaram muito desvalorizados no transcorrer do tempo.

Historicamente, sua empresa usa arquitetos renomados para assinar os empreendimentos. Por quê?

A arquitetura autoral é perene, um componente que é muito importante para um imóvel. Quem constrói tem uma responsabilidade estética muito grande, porque o imóvel ficará lá por dezenas de anos. Ou para sempre, talvez. Então, é uma grande interferência na cidade. A arquitetura autoral dá uma segurança maior quanto a isso. É preciso ser criterioso na escolha do profissional, não assumir riscos e conhecer profundamente o trabalho, como quem vai a uma galeria de arte e lê a crítica sobre o artista.

Por dentro do mercado

GAFISA/DIVULGAÇÃO

WE SOROCABA SEDIA EVENTOS AOS SÁBADOS

A Gafisa inicia amanhã a promoção de eventos com feira de produtos naturais, atividades de bem-estar, palestras, gentilezas urbanas e oficinas para toda a família. As atrações acontecem nos sábados de maio no estande de vendas do We Sorocaba, em Botafogo, empreendimento localizado à Rua Sorocaba, 701, das 10h às 16h. A programação deste primeiro sábado foi criada especialmente para o Dia das Mães e terá oficina de flores sobre arranjos e buquês decorativos

TARJAB FIRMA PARCERIAS MULTIMARCAS

A incorporadora Tarjab fechou uma série de parcerias com marcas conhecidas para criar experiências sofisticadas aos futuros moradores do Signatur, novo empreendimento da empresa na zona sul de São Paulo. A biblioteca do edifício, por exemplo, contará com livros da Livraria Cultura. O espaço gourmet terá personalização da Evino. Já os objetos de arte das áreas comuns serão da Urban Arts.

HOUSI/DIVULGAÇÃO

HOUSI LANÇA PLATAFORMA DE SERVIÇOS

Startup de gestão de imóveis para locação por assinatura, a Housi reuniu uma série de serviços disponíveis aos moradores dos empreendimentos dentro do mesmo aplicativo. Nele, é possível pedir comida, fazer compras de mercado, reservar um horário na lavanderia, agendar com a manicure ou alugar um carro, dentre outras opções. A Housi já atua em 150 condomínios em 120 cidades do Brasil.

G.LAB É O ESTÚDIO DE BRANDED CONTENT DA EDITORA GLOBO, ESPECIALIZADO EM SOLUÇÕES DE CONTEÚDO PARA MARCAS

CONTATO COMERCIAL SP: João Meyer — jomeyer@edglobo.com.br
CONTATO COMERCIAL RJ: Marcelo Lima — mlima@oglobo.com.br
DEMAIS REGIÕES: ana.lima@edglobo.com.br

SUGESTÕES DE PAUTA: imoveisdevalor.glab@edglobo.com.br

DABLOY/GETTY IMAGES

Vista parcial de São Paulo, a cidade brasileira que mais reúne empreendimentos de alto luxo e sofisticação, um tipo de imóvel que acaba sendo uma proteção contra a inflação

Sem sofrer influência de fatores econômicos, clientes de alto poder aquisitivo buscam por mais conforto e, principalmente, sofisticação

Mercado de luxo e alto luxo cresce 14% em dois meses

O mercado imobiliário de luxo e alto luxo registrou nos dois primeiros meses deste ano aumento de 14% no volume de lançamentos em comparação a janeiro e fevereiro de 2021, com um total de 787 unidades. Os dados constam de pesquisa recente da consultoria Brain — Inteligência Estratégica e atestam a efervescência do segmento, com uma profusão de empreendimentos cada vez mais sofisticados, o que justifica o crescimento de 3,9% no volume de vendas no período.

Levando-se em consideração que no primeiro bimestre de 2021 o cenário econômico no país era absolutamente favorável ao investimento no mercado imobiliário (momento em que as taxas de juros alcançaram a mínima histórica de 2%), o desempenho do mercado no segmento de luxo e alto luxo torna-se ainda mais significativo.

Na avaliação do sócio-diretor da Brain, Fabio Tadeu Araújo, o movimento de ressignificação da moradia desencadeado pela pandemia ainda é a principal justificativa para o crescimento desse mercado, uma vez que a decisão de compra do cliente de alto poder aquisitivo não é influenciada por fatores econômicos — prevalece a procura por mais conforto e, principalmente, sofisticação.

"Há uma busca sem precedentes na História moderna por bem-estar. Para o consumidor de luxo, diferenciais de conforto como um apartamento com pé-direito alto e varandas integradas são importantes", afirma Tadeu, ressaltando que a recente valorização dos imóveis acima dos índices de inflação também vem contribuindo para o desempenho do mercado.

Michel Wurman, diretor da Área Imobiliária do BTG Pactual, segue na mesma linha de análise e aponta a valorização desse segmento como uma das razões para a performance do mercado imobiliário no primeiro bimestre do ano. Mas pondera que a oferta de ativos de maior qualidade vem estimulando o aumento da demanda. "O mercado brasileiro hoje tem poucos produtos interessantes e diferenciados, o que gera uma demanda forte por causa da escassez", diz ele.

Na sua avaliação, nos últimos dois anos houve uma grande evolução no conceito dos empreendimentos, com a incorporação no mercado nacional de tendências internacionais. "Os residenciais ganharam mais sofisticação e requinte, na medida em que as empresas começaram a testar produtos com designers internacionais, trazendo para o mercado tendências mundiais."

O presidente da Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc), Luiz França, corrobora a opinião, enfatizando que "o mercado imobiliário inovou e criou produtos que atendem a demandas de um público mais sofisticado". E constata: "O comprador desse tipo de imóvel está em busca de conforto, localização privilegiada, segurança e todos os atributos de um residencial de padrão diferenciado".

França argumenta ainda que outro ponto a ser considerado é que o imóvel, por proteger o capital da inflação, é muito buscado por pessoas de alta renda. Na sua avaliação, o mercado imobiliário do segmento de alto padrão deve manter-se em expansão a despeito dos prognósticos pouco favoráveis para a economia brasileira nos próximos meses.

"A compra de imóveis é uma ótima opção para proteger o patrimônio em função das variáveis econômicas que o país vive hoje. É uma boa opção de investimento. Além disso, nas metrópoles há poucos espaços disponíveis em áreas nobres, o que torna muito atrativos os produtos de luxo que são lançados."

No total das unidades lançadas por região, o Sul do país apresentou o maior índice de crescimento: 19,4% contra 6,2% em 2021. O valor global de lançamento (VGL) teve aumento de 70,4%. E, segundo a Brain, a região deverá fechar o ano com aumento de 20% no volume de lançamentos. A região Sudeste deverá manter-se estável, em razão do elevado número de lançamentos ocorridos recentemente.

Já a região Nordeste, assim como o Sul, também tem excelentes perspectivas de evolução, podendo atingir algo como 20% de expansão. "Vai depender apenas do número de empresas interessadas em investir naquele mercado. O problema do Nordeste não é de demanda, mas de oferta", afirma Tadeu, referindo-se ao fato de poucas empresas especializadas atuarem no mercado de construção nos estados da região.

TRISUL/DIVULGAÇÃO

Acima: a sofisticação dos empreendimentos também passa pela atenção das incorporadoras com o meio ambiente, o que faz o cliente decidir se investe ou não em um imóvel

AFLALO GASPERINI/DIVULGAÇÃO

Ao lado: em residencial do Itaim, o destaque são as vistas permanentes para o Parque do Povo, garantindo a contemplação do tapete verde formado pelas árvores

---

Acúmulo de riqueza no topo da pirâmide, surgimento de novos bilionários e oportunidades de negócio aquecem o setor

Real estate de luxo vive boom mundial

Com a retomada da economia a partir de meados de 2021, o mercado imobiliário de alto padrão em todo o mundo passou a experimentar um novo ciclo de alta de preços e negócios. Nos Estados Unidos, por exemplo, as vendas de casas de luxo cresceram 15% no ano passado.

Para este ano, a tendência de valorização se confirma. De acordo com um levantamento da consultoria Knight Frank publicado no mês de março, o preço dos imóveis desse segmento nos 28 principais mercados globais do setor deve subir, em média, 5,7% neste ano. Cidades como Dubai, Miami e Zurique poderão registrar percentuais superiores a dois dígitos, alcançando até 12% de sobrepreço.

Segundo analistas do mercado, a razão do aquecimento é o acúmulo de riqueza no topo da pirâmide. No ano passado, a população de milionários no mundo — com patrimônio acima de US$ 5 milhões — cresceu quase 20%, conforme demonstrado no "The Report: 2022 global luxury market insights", produzido pelo Coldwell Banker Real Estate LLC, dos Estados Unidos. Outro dado, da Oxfam, revelou o surgimento de um bilionário novo a cada 26 horas em 2021.

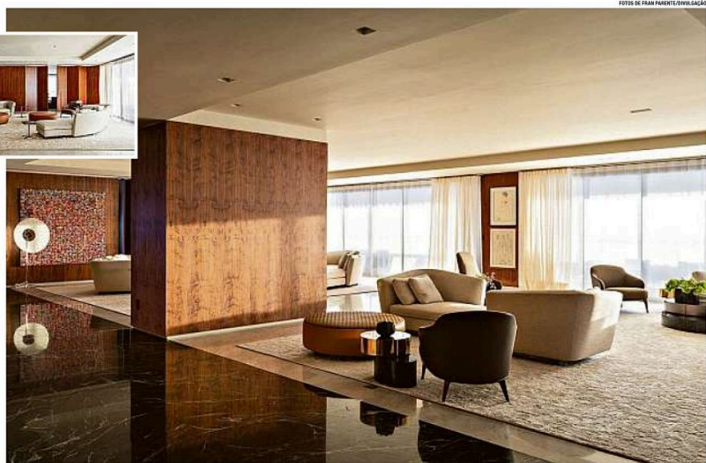
Miami, na Flórida, deve se confirmar como um dos destinos preferenciais desse tipo de investimento. O lugar abriga 2,8 mil *ultra-high net worth individuals*, pessoas com patrimônio acima dos US$ 30 milhões, que buscam a cidade atraídos pelo clima ensolarado e pelos impostos mais brandos.

No ano passado, o mercado de imóveis para alta renda em todo o condado cresceu 40%. Outro fator de atração são os valores dos imóveis, comparativamente mais acessíveis em relação a capitais europeias e do Oriente Médio. Segundo a Knight Frank, com US$ 3 milhões já se consegue acessar a faixa de 1% dos empreendimentos mais caros da cidade. Em Mônaco, seria preciso desembolsar quase US$ 15 milhões para a mesma categoria de produto.

VALE_T/ISTOCKPHOTO

Miami atrai pessoas com patrimônio alto pelo clima ensolarado e pelo imposto baixo

FOTOS DE FRAN PARENTE/DIVULGAÇÃO

No estar, o conforto foi a prioridade na execução do projeto e também na escolha dos móveis

A disposição dos móveis, da Minotti, permite que a circulação pelo apartamento seja livre e espaçosa. As pedras são da Natural Stone, e a automação, da Automi

Para tornar o projeto tão imponente quanto as suas inspirações, o conforto e o receber foram explorados na arquitetura e nos móveis, como a mesa que acomoda 30 pessoas

Palácio da Alvorada e seus vãos foram inspiração em projeto de apartamento

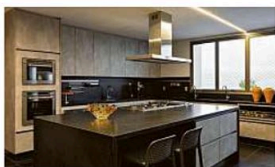
EVELYN NOGUEIRA

O casal de moradores do apartamento de 990 metros quadrados preza pelo conforto e pelo receber bem. Quando iniciaram uma reforma no imóvel, pediram um projeto que fosse imponente, além de uma disposição de ambientes e layout prezando por aconchego da família, a recepção e a integração das pessoas.

O imóvel, localizado em Salvador, na Bahia, foi reformado pelo escritório DB Arquitetos, comandado por David Bastos. O ponto de partida e inspiração do projeto foi a vista para a Baía de Todos os Santos e os grandes vãos do Palácio da Alvorada, em Brasília.

A obra durou 12 meses e modificou todos os ambientes do apê. A área social, composta por galeria, hall, sala de estar e jantar, varanda, *home* e brinquedoteca, tem as paredes revestidas com laminado de madeira, para dar mais aconchego, e móveis italianos foram dispostos pelos ambientes.

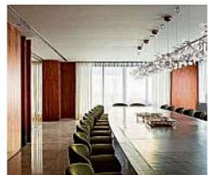
Na cozinha, na despensa e na área de serviço, um piso de granito preto escovado foi usado no chão e nas bancadas. A solução traz um ar moderno para o ambiente, com um layout pensado para atender a família de forma prática no dia a dia e em momentos de festa.

Já na área íntima, o piso de assoalho de madeira, as paredes com pintura e esquadrias minimalistas conferem ambientes mais reservados e intimistas para o casal, que pode se isolar de forma confortável nos quartos.

O preto traz um aspecto moderno para a cozinha e deixa o ambiente jovial

Há ainda um espaço para home office na sala de TV

O projeto foi guiado pela bela vista para a Baía de Todos os Santos

À esquerda e à direita: o lustre da Moooi acompanha a mesa de jantar de 30 lugares

Ao centro: a marcenaria do estar foi feita por Tinho, um marceneiro local. Cortinas e persianas são da Única.

Para Bastos, o principal desafio do projeto foi o dimensionamento dos dutos do sistema de ar condicionado, que eram muito grandes e interferiam na altura do forro. "Para solucionar esse problema, em vez de abaixar os forros em sua totalidade, fizemos rebaixos apenas nos trechos em que passavam os dutos, deixando o restante o mais alto", explica o arquiteto.

O destaque fica para a mesa de jantar, que acomoda de forma confortável 30 pessoas. Para os moradores, a área social é o espaço favorito do apartamento. Entre todos os ambientes, o jantar é o que mais lhes agrada, pois nele podem receber amigos e parceiros.

Tendências

BROOKFIELD/DIVULGAÇÃO

Com projetos ousados e de padrão global, como o FL 3500 (ao lado), a capital paulista vem recebendo novos empreendimentos com arquitetura única

Novos edifícios com design único confirmam a vocação de São Paulo para abrigar empreendimentos diferenciados que se tornam referências urbanas na metrópole

Arquitetura arrojada marca paisagem da capital paulista

Na última década, São Paulo ganhou uma série de empreendimentos que se destacam na paisagem por conta da ousadia e do caráter único de sua arquitetura. São torres corporativas com fachadas geométricas, edifícios residenciais com formas assimétricas, andares sobrepostos como caixas e outras abordagens diferenciadas que os tornam tão marcantes na paisagem urbana que passaram a ser referência geográfica onde se localizam.

Na Avenida Faria Lima, por exemplo, o trecho entre as ruas Horácio Lafer e Tabapuã ficou conhecido como o mais moderno da cidade com a inauguração dos edifícios FL 3500 (em 2013) e Pátio Malzoni (2012). O primeiro, assinado pela Kom Arquitetura, em parceria com a Tishman Speyer, tem volumetria totalmente atípica para a região, com seus cinco andares de escritórios distribuídos de forma mais horizontalizada e fachada prismada que remete a um diamante lapidado.

Do outro lado da avenida, o Malzoni é lembrado como "aquele com a casinha embaixo", em referência a uma antiga construção bandeirista, tombada e preservada sob o vão de 30 metros de altura e 44 metros de largura do grandioso edifício de escritórios, de autoria do escritório Rubin Botti e da Tegra Incorporadora.

No segmento comercial, outras torres recentes se destacam na cidade, como a Infinity Tower (2014) e a São Paulo Corporate Towers (2016), ambas com projeto da Aflalo & Gasperini Arquitetos, em parcerias internacionais com a KPF Architects (EUA) e a Pelli Clarke (EUA), respectivamente. Há ainda o Vitra (2015), de Pablo Slemenson e Daniel Libeskind (EUA), com incorporação da JHSF.

Um pouco mais antigos, a torre de escritórios do complexo Aché Cultural — "aquele edifício listrado em vermelho e preto" no bairro de Pinheiros, sobre o Instituto Tomie Ohtake — e o prédio-navio que abriga o Hotel Unique, ambos projetos de Ruy Ohtake, são bons exemplos de uma tendência de ousadia que vem se consolidando na capital.

EXIGÊNCIA DE MERCADO

Nos prédios residenciais, o fenômeno se repete: diversos projetos novos têm marcado os bairros e o *skyline* paulistano. É o caso do MN15 Ibirapuera, da Gafisa, assinado pelo escritório Königsberger Vannucchi Arquitetos Associados. Entregue no ano passado, o edifício chama a atenção com suas varandas desencontradas em todos os andares, o que cria um efeito de torção e movimento.

O projeto recebeu o prêmio internacional A'Design Award, o que elevou o valor do seu metro quadrado para cerca de R$ 30 mil nas duas unidades ainda disponíveis. Outros edifícios da região com projetos mais tradicionais têm o metro quadrado avaliado em até R$ 20 mil.

CEO da Esquema Imóveis, Marco Túlio Vilela Lima diz que a arquitetura arrojada se tornou fator de valorização do alto padrão. "Dependendo da localização, o preço pode ser até 30% maior em relação aos vizinhos de mesmo nível", afirma.

Para o CEO da Incorporadora Gafisa São Paulo, Guilherme Benevides, o comprador desse tipo de produto acompanha o apelo de exclusividade comum no segmento luxo, seja para itens de uso pessoal — relógios, roupas e celulares — ou para bens de consumo mais duráveis. "É natural que, na hora de buscar um imóvel para morar, esse público espere que a arquitetura traga exclusividade e traduza seu estilo de vida sofisticado."

QUEBRA DE PARADIGMA

Na Zona Oeste, uma aposta ousada da Ideia!Zarvos dividiu opiniões na época do lançamento, nos anos 2000. O Edifício 360º, no Alto da Lapa, do arquiteto Isay Weinfeld, surpreendeu ao "empilhar caixas" de concreto e marcar a paisagem da região.

"Eu queria um prédio escultórico, que não tivesse frente, lateral ou fundo. Também queria um conceito de casas suspensas, com varandas e diferentes tamanhos de unidades distribuídas randomicamente", lembra Otavio Zarvos, sócio-fundador da empresa.

Tamanho arrojo rendeu prêmios, como o Mipimar Future Project 2009, e excelente resultado comercial, com vendas aceleradas até a entrega da obra, em 2018. Sob o ponto de vista arquitetônico, o Edifício 360º quebra o paradigma de que prédios diferentes poderiam desfigurar a arquitetura da cidade. Ao contrário, projetos assim representam a diversidade de povos e culturas.

"Esse cenário caótico é extremamente estimulante e fértil e impactou no nosso modo de criar os projetos, trazendo certo gosto pelo orgânico, o oblíquo ou o curvo, que se tornou um traço permanente dos nossos projetos", afirma o arquiteto Guilherme Sibaud, sócio do escritório franco-brasileiro Triptyque.

JHSF/DIVULGAÇÃO

Vitra, de Pablo Slemenson e Daniel Libeskind (EUA)

HUMA/DIVULGAÇÃO

Forma Itaim, do espanhol Fermín Vázquez

ANA MELLO/DIVULGAÇÃO

São Paulo Corporate Towers

IDEIA!ZARVOS/DIVULGAÇÃO

Edifício 360º, de Isay Weinfeld

NELSON KON/DIVULGAÇÃO

Hotel Unique, em formato de navio, de Ruy Ohtake

RENATO DE SOUSA/DIVULGAÇÃO

Inaugurado em 1965, o Edifício Itália, no Centro, é um dos ícones da internacionalização arquitetônica da cidade

Prédios históricos cujo design marca a cidade há décadas também revelam a multiculturalidade paulistana e sua abertura ao novo

Ousadia traduzida em diversos idiomas

Não é de hoje que São Paulo abriga edifícios marcantes que carregam uma diversidade de estilos arquitetônicos de diversos países. Ícones da cidade construídos desde o século passado já traziam essa influência do exterior.

O Edifício Martinelli, do arquiteto húngaro Willian Fillinger, trouxe traços da arquitetura francesa e ganhou popularidade por ter sido considerado, em 1934, o prédio mais alto da América Latina, com seus 30 andares. Já o Edifício Itália, de 1965, do alemão Franz Heep, com quatro mil janelas na fachada, é um ótimo exemplo da arquitetura modernista.

Hoje, o diálogo com autores internacionais traz um ar mais cosmopolita ao mercado imobiliário da capital. "As incorporadoras e arquitetos do segmento de alto padrão têm optado por linguagens mais conectadas com o mundo internacional", afirma o arquiteto José Augusto Fernandes Aly, coordenador de Educação Continuada da FAU Mackenzie.

Para o professor, não faz sentido desejar que a arquitetura represente uma cultura pura e local porque, com a globalização, a tecnologia e a difusão do conhecimento — como técnicas de construção —, a tendência é que ocorra uma miscigenação ainda maior nos projetos, tornando-os expressões arquitetônicas cada vez mais universalizadas.

Sexta-feira, 6 de maio de 2022 - Ano 22 - Nº 1116

Turbilhão de mudanças

Como um mundo mais caótico, imprevisível e incompreensível tem acelerado transformações nos conselhos de administração

A arte de Tim Burton

A exposição **"A Beleza Sombria dos Monstros: 13 Anos da Arte de Tim Burton"** irá recriar a atmosfera do pintor e cineasta, de filmes como "Edward Mãos de Tesoura" e "O Estranho Mundo de Jack". Serão ocupados dois andares da Oca, no parque Ibirapuera, em São Paulo, a partir deste domingo (dia 8) até 14 de agosto. Labirintos de espelhos, teatro de sombras e realidade virtual são alguns dos recursos utilizados para criar a atmosfera na qual o público poderá visualizar os personagens criados pelo artista americano. "Como ponto de partida, utilizamos o livro 'The Art of Tim Burton'", diz Naum Simão, diretor-geral da exposição.

Descentralização

Com o aumento na arrecadação da Prefeitura do Rio em 2021, a lei municipal de incentivo à cultura teve seus recursos ampliados para R$ 64 milhões, quase R$ 10 milhões a mais que no ano passado. Para descentralizar a produção nos diversos territórios da cidade, o edital da lei do ISS estabeleceu a realização de, no mínimo, 30% dos projetos superiores a R$ 300 mil em áreas desfavorecidas. "Fizemos estudos que apontam que mais de 80% dos recursos ainda estão concentrados no centro e zona sul", afirma Fernanda Romano, secretária-executiva da comissão à frente do mecanismo. "Com essa cota estabelecida, as empresas patrocinadoras precisarão ampliar o olhar para outras regiões e expressões."

•

O teto mínimo de projetos nessas áreas desprivilegiadas foi ampliado de 20% para 30% em função dos resultados verificados no ano passado. Após o estabelecimento do dispositivo, os recursos aportados nessas regiões passaram de 15% para 20% do total investido via renúncia fiscal, o que correspondeu a cerca de R$ 10 milhões. "O melhor dos cenários seria chegar a 30% neste ano", diz Romano. "Porém, 25%, o equivalente a R$ 16 milhões, já seria um ótimo patamar." O edital da Lei do ISS está com inscrições abertas para os produtores culturais até o final do mês.

Crise do café e MST

Escrita por Mário de Andrade, a ópera "Café" ganhou nova montagem, no Theatro Municipal de São Paulo, com participações da Orquestra Sinfônica Municipal e do MST. Em cartaz até domingo, o espetáculo se passa durante a crise de 1929. O poeta modernista utiliza o coro, e não um solista, como protagonista dessa revolta. "O atual no texto é a crise econômica e um progresso excludente ligado ao agronegócio da cultura cafeeira", diz o diretor da encenação, Sérgio de Carvalho, da Companhia do Latão. "Do ponto de vista estético, o Mário buscou uma ópera coletiva, uma das coisas mais vivas e interessantes do trabalho."

DIVULGAÇÃO

Rio Creative Conference

Concluída no domingo, a quarta edição do Rio2C, Rio Creative Conference, alcançou um volume de negócios semelhante ao registrado em 2019. É o que calcula Rafael Lazarini, CEO do evento dedicado à indústria criativa. "Tivemos uma surpresa positiva, com o maior ano em termos de frequência e um volume de cerca de R$ 250 milhões, semelhante ao registrado na edição anterior à pandemia", diz. "São R$ 180 milhões em negócios e R$ 70 milhões de impacto direto na economia da cidade."

João Bernardo Caldeira, para o Valor ■

EU&Destaques

SILVIA ZAMBONI/VALOR

À Mesa com o Valor Incorporador Jorge M. Pérez (centro) diz a Daniel Salles que os preços do mercado imobiliário de São Paulo vão subir. **Pág. 14**

A menina yanomâmi

Não só o índio, o mais desvalido, mas o negro, o pobre, a mulher, a criança, o idoso e o morador de rua são vítimas de ocorrências de tratamento incompatível do outro com a condição humana. Por **José de Souza Martins**

CARVALL

A notícia de que uma menina yanomâmi de 12 anos de idade havia sido sequestrada, estuprada por um grupo de garimpeiros de um garimpo ilegal e assassinada, em Roraima, despertou indignação e medo nos últimos dias. Sobretudo aumentou nossas incertezas sociais.

A denúncia foi de Júnior Hekurari Yanomami, jovem líder indígena, presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena Yanomâmi e Ye'kwana. Os garimpeiros invadiram a comunidade e sequestraram uma mulher, uma criança de 4 anos e a adolescente. A criança caiu no rio.

A situação de risco étnico na Terra Indígena Yanomâmi vem sendo denunciada há tempos. Com dados de 2021, a Hutukara Associação Yanomâmi e a Associação Wanasseduume Ye'kwana, duas entidades que se ocupam da situação e dos problemas dessa população, com apoio do Instituto Socioambiental, publicaram neste abril de 2022 o bem fundamentado documento a respeito: "Yanomâmi sob ataque - garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomâmi e propostas para combatê-lo".

O estudo, com base em fotografias de satélite, mostra que naquela área há imensas cicatrizes na floresta, a dos 19 garimpos, que cresceram 46% do ano passado para cá. Há nela cerca de 200 aldeias yanomâmi, algumas de índios ainda não contatados e completamente vulneráveis ao assédio dos garimpeiros.

Já aconteceu antes, quando a probabilidade de mudança de governo incrementou ações de grilagem de terra, de invasão de terras indígenas, de desmatamento ilegal e de violência contra populações tradicionais do campo. Essas modalidades de violência sugerem que os beneficiários das formas ilegais e predatórias de economia, implicitamente apoiados pelo governo atual, intuem que os resultados da próxima eleição mudarão o cenário de omissões e de medidas antissociais de que se valem.

A degradação ambiental e a alteração das condições de vida dos índios têm disseminado carências e fome. O equilíbrio na relação do nativo com a natureza foi rompido, o que compromete sua própria sobrevivência. Mulheres têm sido objeto de violência sexual em troca de comida. Bebidas alcoólicas e drogas têm sido oferecidas a adolescentes dos dois sexos como meio de criar dependência e vulnerabilidade.

Darcy Ribeiro, em um estudo antropológico referencial, "Os índios e a civilização", escrito à luz de amplo material etnográfico, conclui que o contato dos índios brasileiros com o branco tem sido feito com o pior tipo de branco. No fundo o que não nos representa nem representa as grandes conquistas do humanismo, da civilização e do reconhecimento da relevância humana da diferença e do direito à diferença.

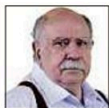
A tragédia repercutiu no STF, na palavra firme e clara da ministra Cármen Lúcia, do STF: "Acho que não é mais possível calar ou se omitir diante do descalabro de desumanidades criminosamente imposto às mulheres brasileiras, dentre as quais mais ainda as indígenas, em situação de enorme vulnerabilidade, que estão sendo mortas pela ferocidade desumana e incontida de alguns".

Um amortecimento crescente da consciência social, sobretudo a partir dos anos 2010, uma clara inversão de valores, que se manifesta até mesmo em seitas e religiões cada vez mais identificadas com o dinheiro do que com caridade e a corresponsabilidade, vão definindo uma espécie de nova personalidade básica do brasileiro, intimidada, retraída, oposta a tudo que acreditávamos ser. Está em andamento um vasto projeto de disseminação de medo e insegurança para nos mostrar quem é que manda.

Não só o índio, o mais desvalido, mas o negro, o pobre, a mulher, a criança, o idoso, o morador de rua também são vítimas de ocorrências cada vez mais visíveis e disseminadas de tratamento incompatível do outro com a condição humana.

Nos últimos anos cresceu não só o número de denúncias de atos de extrema violência contra mulheres por parte do marido ou companheiro, como cresceu o número de casos de estupro de crianças, até de bebês, não raro por gente da própria família. Ou seja, a sociedade brasileira está mergulhada num profundo estado de anomia, como se não tivesse regras sociais próprias de uma sociedade normal e civilizada.

Não é raro que as sociedades se desorganizem. Raro é que sejam nelas frágeis os mecanismos compensatórios de regeneração das relações sociais violadas e de produção de relações que instaurem um novo padrão de relacionamentos, em patamar mais desenvolvido e mais civilizado.

Aqui, os mecanismos sociais de superação da anomia e dos fatores de desordem não têm tido o vigor necessário para compensar a decomposição dos valores sociais de referência da conduta socialmente sancionada. Pior mesmo é que vão surgindo evidências de uma aceitação tácita da normalidade do que é anômalo. ■

José de Souza Martins é sociólogo. Professor Emérito da Faculdade de Filosofia da USP. Professor da Cátedra Simón Bolívar, da Universidade de Cambridge, e fellow de Trinity Hall (1993-94). Pesquisador Emérito do CNPq. Membro da Academia Paulista de Letras. Entre outros livros, é autor de "Fronteira - a degradação do outro nos confins do humano" (Contexto).

A força feminina que muda uma guerra

Livro retrata espiãs que ajudaram luta contra o nazismo. Por **Célia de Gouvêa Franco**, para o Valor, de São Paulo

Nos últimos anos, livros (de ficção ou não), pesquisas e artigos revisitaram o papel das mulheres em conflitos armados, demonstrando que, em muitos casos, elas tiveram uma participação muito mais importante do que o relatado anteriormente. Uma publicação recente com esse propósito, lançada em 2019 nos Estados Unidos, chega ao Brasil.

"As mulheres do Dia D" (Sextante, tradução de Bruno Fiuza e Roberta Clapp, R$ 59,90) impressiona, antes de mais nada, pelo embasamento das histórias que conta. Tanto que das 384 páginas da versão em português, 25% são dedicadas a notas bibliográficas e explicativas que incluem menções a jornais e revistas, mas também depoimentos (em cartas, por exemplos) de alguns dos principais retratados no livro. O subtítulo resume bem do que se trata: "A história real das espiãs que sabotaram os nazistas e ajudaram os Aliados a vencer a guerra". Como se pode inferir, o texto reúne drama, ação, tragédia, mas também romance.

Sarah Rose, a autora, é colunista do "The Wall Street Journal" e já contribuiu para "The Economist" e "The Washington Post", todos os três veículos jornalísticos de ótima qualidade.

Seu treino como jornalista certamente a ajudou a garimpar informações preciosas que ajudam a contextualizar e detalhar pequenos e grandes lances vividos por mulheres que, cada uma à sua maneira, entraram na Segunda Guerra Mundial não como enfermeiras e motoristas de ambulâncias, como centenas de outras, mas sim como espiãs enviadas ao teatro de guerra. Entram em cena no livro também homens que as escolheram para participar dos esforços de guerra, seus colegas de trabalho na França e opositores.

Sarah Rose se concentrou em recuperar as histórias de cinco mulheres que ajudaram as forças de resistência francesa durante a ocupação do país pelo exército alemão por ordem de Adolf Hitler, particularmente na organização de redes de apoio aos soldados das tropas aliadas quando eles fossem tentar retomar a França dos nazistas, movimento desencadeado no Dia D, o 6 de junho de 1944.

MARIA SMILIOS/DIVULGAÇÃO

Livro de Sarah Rose impressiona pelo embasamento das histórias que conta

Em alguns casos, essas moças, francesas que estavam morando na Grã-Bretanha, foram enviadas de volta à França com nomes e histórias falsificadas para servir como elo entre a resistência e o comando de guerra em Londres.

O livro se torna mais interessante porque não se prende apenas à descrição dos treinamentos por que passaram as moças e, depois, sua vida em terras francesas. Jones consegue descrever também o jogo de forças entre os diversos campos envolvidos na guerra, como, por exemplo, os embates entre a Grã-Bretanha do primeiro-ministro Winston Churchill e as forças francesas lideradas por Charles De Gaulle.

A animosidade entre os dois era tal que Churchill disse a De Gaulle: "Toda vez que eu tiver que decidir entre você e Roosevelt [o presidente americano na época], sempre vou escolher Roosevelt". A frase foi registrada pelo próprio De Gaulle num dos seus livros de memórias. Nas disputas entre os dois líderes dos Aliados na Segunda Guerra, a escritora prefere claramente o inglês ao francês, considerado antipático e esnobe por muitos que conviveram com ele.

O apoio explícito de Churchill à proposta de algumas pessoas do governo britânico de participação direta de mulheres no cenário da guerra — especificamente na França — ameniza, um pouco, a imagem machista dele.

O principal encarregado de encontrar mulheres com perfil adequado para serem treinadas como espiãs, o capitão inglês Selwyn Jepson, encontrou uma fórmula para enfrentar os que se opunham à incorporação de mulheres às Forças Armadas britânicas. Depois de uma conversa com o primeiro-ministro, que concordara com sua proposta, ele dizia apenas: "Você gostaria de falar com Churchill a respeito disso?".

O treinamento dispensado às mulheres que iriam para a França foi muito semelhante ao dos homens, incluindo aprender a saltar de paraquedas e a como mandar mensagens para Londres em códigos, entre tantas outras tarefas que na época eram consideradas pouco femininas. Depois que chegaram ao território francês, ocupado pelos alemães, elas passaram por longos períodos de solidão e mesmo de tédio até que se engajaram em atividades muito arriscadas, como implantar bombas para dinamitar estradas de ferro ou linhas de transmissão de energia.

Várias espiãs enviadas pelo serviço secreto britânico foram presas e torturadas pelos nazistas — cenas que foram contadas em detalhes por elas depois da vitória dos Aliados. Mas "As mulheres do Dia D" também não poupa franceses ou britânicos por terem cometido erros e mesmo atrocidades às vezes contra pessoas que estavam do seu lado na guerra.

Um episódio marcante nesse sentido reconta a história de dois franceses que participaram intensamente dos esforços para salvar vidas dos seus conterrâneos logo depois da invasão da França pelas forças de Hitler, trabalhando em hospitais e ajudando fugas para outros países. Perseguidos pelos nazistas, os dois, Andrée Borrel e Maurice Dufour, buscaram refúgio na Inglaterra, e queriam continuar no esforço de guerra. Mas foram submetidos a interrogatórios muito duros por oficiais do governo britânico e por franceses liderados por De Gaulle.

Dufour acabou sendo espancado pelos franceses porque se recusou a fornecer informações sobre sua rota de fuga da França para Londres pois queria proteger o pessoal da resistência que continuava em território francês.

Algumas mulheres retratadas por Sarah Rose, assim como diversos dos seus colegas espiões, também não saem do livro como salvadores da pátria. Alguns, torturados, entregaram segredos aos nazistas, atrasando os esforços dos Aliados. Essas descrições se alternam com cenas de heroísmo e coragem que expõem dilemas morais pelos quais milhares de pessoas estão passando novamente em países submetidos a situações terríveis, como a Ucrânia e a Rússia, para citar apenas o caso mais notório. ■

A herança bolsonarista é profunda

Em algum momento a população cobrará resultados e não adiantará mais falar em nome de Deus, da Pátria e da Liberdade ou chamar os adversários de comunistas. Por **Fernando Luiz Abrucio**

Fernando Abrucio, doutor em ciência política pela USP e professor da Fundação Getulio Vargas, escreve neste espaço quinzenalmente

E-mail: fabrucio@gmail.com

Assumir a cadeira presidencial em 2023 será bem mais difícil do que em qualquer outro período da história recente. Claro que sempre é complicado governar o Brasil, um país complexo, desigual, com um sistema político que exige muitas negociações e com parte dos parlamentares interessados mais em negociatas do que no interesse público. Isso faz parte do jogo. Mas o bolsonarismo deixou uma herança que amplia os obstáculos à governabilidade em dois sentidos: ele não resolveu ou aprofundou os problemas do país e, pior, criou travas para a resolução das grandes questões nacionais.

O primeiro sentido da herança negativa do bolsonarismo está expresso no conjunto de problemas que ele deixou ou agravou em quatro grandes áreas de políticas públicas. A primeira refere-se às políticas sociais, cujas estruturas construídas em décadas foram desmontadas. Pegue-se o exemplo da saúde e da educação e se constata que o desastre foi enorme, com consequências de curto e longo prazo.

O fracasso na saúde ficou bem claro com a má condução da política nacional contra a pandemia de covid-19. Se não fosse o SUS, com seus profissionais qualificados e sua estrutura que ajudou a construir os serviços nos estados e municípios, talvez tivéssemos um número mais próximo de 1 milhão de mortes. Mas se não tivesse havido o negacionismo e a descoordenação federativa produzida por quem deveria zelar para cooperação entre os níveis de governo, a quantidade de óbitos teria sido bem menor. Especialistas calculam que em torno de 400 mil mortes poderiam ter sido evitadas, para não falar daqueles que estão até hoje sofrendo sequelas terríveis da doença.

Os problemas da política sanitária bolsonarista não estão apenas no combate à covid-19. A cobertura vacinal do país está caindo vertiginosamente e a dengue explodiu neste ano, o que revela que o país não tem estratégias para combater doenças que atingem muita gente. Igualmente desastrosa é a gestão dos insumos de saúde, com a falta de vários medicamentos básicos no SUS, como não acontecia desde o início da década de 1990. E os programas para grupos mais vulneráveis, como a população indígena, tiveram um retrocesso gigantesco.

O fato é que o país está menos preparado agora para epidemias ou pandemias que podem nos assolar nos próximos anos, algo que, infelizmente, tem condições críveis de ocorrer. O esgarçamento do SUS vai aumentar a mortalidade e piorar a saúde dos mais pobres, com fortes efeitos sociais, além de afetar o capital humano disponível, com consequências ruins para a produtividade da economia.

Na educação, a situação é ainda pior. O bolsonarismo lavou as mãos para a crise educacional gerada por quase dois anos de escolas fechadas, com cerca de 5 milhões de alunos não tendo acesso ao ensino remoto. O governo federal teria de ter ajudado governos estaduais e municipais num país com grande desigualdade territorial, do mesmo modo que desde o governo FHC a União tem atuado para reduzir tais disparidades. As grandes questões educacionais foram deixadas de lado para que discussões sem nenhum impacto no aprendizado dos estudantes ganhassem centralidade. Junto com o abandono da educação básica houve a redução drástica do apoio à ciência e à tecnologia, o que nos condena ao subdesenvolvimento.

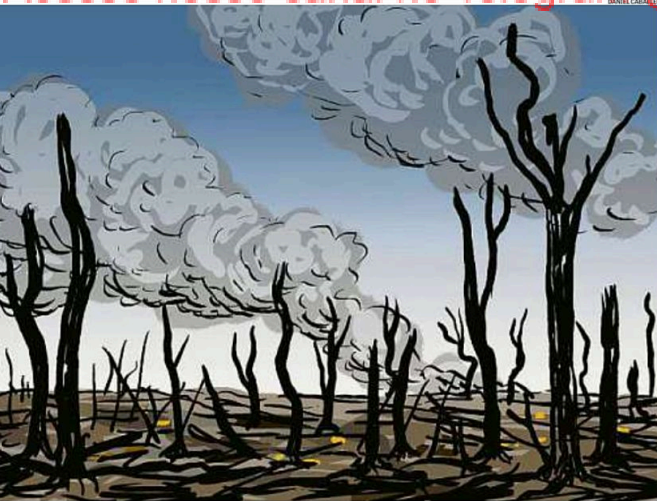
Para fechar esse ciclo de maldades, o MEC se tornou um antro de corrupção por meio do uso de emendas do Orçamento Secreto. Cabe frisar que o desastre bolsonarista na educação tem mais efeitos de longo prazo do que qualquer erro de política econômica. Perder quatro anos de política educacional significa reduzir a capacidade de desenvolvimento econômico e social do país, com menos oportunidades, ascensão social e produção de capital humano. Imagine oito anos num cenário como esse, qual seria o resultado?

A segunda herança perversa do bolsonarismo reside no fracasso das políticas ambientais. O meio ambiente

é um ativo do país para o seu futuro econômico, para sua posição geopolítica e para garantir a diversidade natural que faz parte da civilização brasileira. O que temos tido nos últimos anos é o desmonte dos órgãos ambientais federais, o aumento do desmatamento, o crescimento do garimpo ilegal na Amazônia e a ameaça constante à preservação de todos os ecossistemas. O país estava virando uma referência internacional e já se tornou um mau exemplo.

Toda a população brasileira irá sofrer com isso: os mais pobres e os ruralistas, com a mudança climática que afetará a produção de alimentos; os trabalhadores e os bancos, pois o Brasil está perdendo muitos investimentos e financiamentos por não ter um selo verde no momento; os povos indígenas e os que moram no Sudeste, porque o que se perde de floresta pode significar menos água para os que vivem nos grandes centros.

A política externa é a terceira

DANIEL CABALLERO

herança nefasta produzida pelo governo Bolsonaro. Em poucas palavras, o Brasil se isolou completamente dos principais circuitos geopolíticos e é visto como um pária pelos países mais importantes do mundo ou de nossa região. Já não é mais chamado para as reuniões do G7 — para a próxima, o Senegal foi convidado e nós, não.

O isolacionismo tem vários efeitos negativos, como deixar de participar de decisões globais de grande relevância, receber menos investimentos ou mesmo ter a possibilidade de sofrer sanções explícitas ou implícitas dos governos ou de suas sociedades, reduzir os intercâmbios científicos, em suma, ser desimportante e malvisto lá fora cobra um preço interno de menor desenvolvimento no presente e no futuro.

O desenvolvimento econômico e social fecha o ciclo de problemas estruturais que foram ampliados durante o bolsonarismo. No curto prazo, a inflação só aumenta e está fora do controle, e só voltará a níveis razoáveis em 2024 (se tudo der certo). Para reduzir esse problema, os juros foram aumentados, o que vai implicar um custo fiscal alto para o quadriênio que vem, num Orçamento já apertado, que não consegue garantir recursos adequados nem para investimento nem para evitar o sucateamento da máquina pública federal.

Completa esse quadro um alto desemprego, que não cairá para menos de 10% nos próximos dois anos, e uma queda da renda real da população, com maior impacto entre os mais pobres, cada vez mais pauperizados e sem acesso a bens básicos, além de terem perdido a esperança de ascensão iniciada com o Plano Real — na verdade, é pior do que isso: a fome voltou a ser um fenômeno amplo no Brasil.

Essas dificuldades de curto prazo alimentam-se da ausência de um projeto econômico e social de longo prazo. O governo Bolsonaro não tem um plano estratégico para o país, movendo-se mais pelos humores populistas do presidente frente às intempéries políticas. Num dia, propõe-se a privatização da Eletrobras — num modelo que vai aumentar o custo da energia no país —, enquanto noutro se intervém na direção da Petrobras. Numa semana o assunto é a liberdade econômica, na seguinte é a criação de um auxílio aos caminhoneiros — embora o que se mantém mesmo no Brasil são os subsídios às empresas, método já assimilado por Paulo Guedes. E o tema das várias desigualdades brasileiras? Este só aparece como estratégia populista e assistencialista. Com mais quatro anos de bolsonarismo, seremos mais pobres, mais desiguais e menos ricos.

É possível pensar que uma mudança de governo poderia alterar essa situação. Os mais esperançosos poderiam, ademais, acreditar que um segundo governo Bolsonaro seria capaz de evitar parte dos problemas criados por ele mesmo — o tom da campanha vai mostrar que é preciso ser muito Poliana para embarcar nessa tese. De todo modo, qualquer uma dessas hipóteses enfrenta um obstáculo maior. Existe uma segunda herança do bolsonarismo que não advém dos seus erros e fracassos nas políticas públicas. O pior legado bolsonarista é ter criado uma lógica política que dificulta bastante a saída da crise atual.

Paul Pierson, um grande cientista político americano, definiu um conceito que cabe bem a essa segunda herança do bolsonarismo, a mais profunda de todas. Trata-se do termo "path dependence", cujo significado é que algumas trajetórias ganham uma força institucional e/ou social difícil de ser revertida. Bolsonaro estabeleceu uma lógica política que será um obstáculo à mudança quem quer que seja o novo presidente.

Entre seus elementos estão a (re)politização das Forças Armadas, o fortalecimento de uma oligarquia parlamentar pela constitucionalização do jogo individualista (quando não secreto) das emendas orçamentárias, a produção de uma visão autoritária contra as instituições em pelo menos 20% da população, o fortalecimento de grupos religiosos que atuam contra a secularização do Estado e o incentivo ao armamentismo da sociedade, facilitando inclusive à formação de milícias políticas e de bandidagem.

Esse "path dependence" retrógrado e autoritário criado por Bolsonaro será uma barreira às grandes transformações pelas quais o Brasil precisa passar para dar certo no século XXI. A saída dessa armadilha política será o maior problema do próximo presidente, talvez até para Bolsonaro, porque em algum momento a população cobrará resultados de políticas públicas, e não adiantará mais falar em nome de Deus, da Pátria e da Liberdade ou chamar os adversários de comunistas. ■

Conselho para um mundo de problemas

Pandemia, guerra, ativismos, avanços tecnológicos... Turbilhão de mudanças força transformações nos colegiados que definem a governança das empresas. Por Carlos Rydlewski, para o Valor, de São Paulo

Em abril de 2020, nos primórdios da pandemia, Jamais Cascio, historiador e professor da Universidade da Califórnia, nos EUA, perpetrou um desses artigos de alto impacto, cuja síntese tem o poder de levar ordem a cenários nos quais, até então, só se percebia uma miscelânea de elementos desconexos.

No texto, sob o título "Facing the Age of Chaos" ("Enfrentando a era do caos"), Cascio propunha a aposentadoria do acrônimo VUCA (de volátil, incerto, complexo e ambíguo, em inglês). O termo havia sido cunhado nos anos 1980, no US Army War College, para ilustrar o tipo de mundo que emergira no pós-Guerra Fria. Nos anos 1990, o conceito espalhou-se pelas lideranças militares. No início dos 2000, invadiu livros sobre estratégia e planejamento de negócios.

Em seu lugar, Cascio sugeria a ascensão de outro acrônimo, o BANI (de frágil, ansioso, não linear e incompreensível, também em inglês). Isso porque, alegou o acadêmico, a realidade em curso já não podia ser definida pelo velho modelo. Com a pandemia, os riscos haviam subido algumas oitavas na escala dos rebuliços. Nesse novo tom, o que era "instável" se fez "caótico"; o "difícil de antecipar" tornou-se "imprevisível" e o "ambíguo" se travestiu de "incompreensível". Como consequência, concluiu o professor americano, caducaram algumas ferramentas usadas para que as empresas navegassem em meio a turbulências.

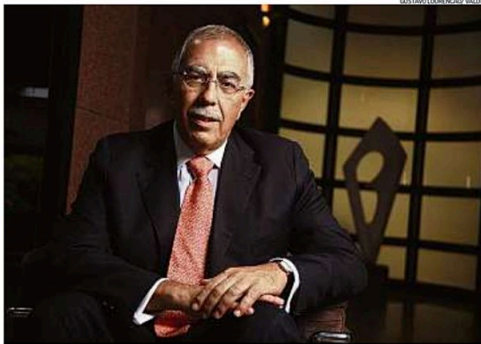
E a ideia pegou. "O quadro atual é BANI e disso ninguém duvida", diz a consultora Sandra Guerra, autora do livro "A caixa-preta da governança" (Best Business, 2021). "Deve haver agora raríssimos empresários, conselheiros ou executivos dispostos a rejeitar essa constatação, sobreviventes que são da pandemia." E se a "banização" do planeta afeta os negócios como um todo, acrescenta Guerra, ela atinge em cheio o órgão das companhias mais sensível aos desafios de médio e longo prazos: os conselhos de administração, os principais responsáveis por conduzir as companhias por uma trajetória longeva e, oxalá, suave.

Uma tarefa que não anda nada fácil. "A lista de riscos que hoje ameaça as empresas é simplesmente aterrorizante", diz Pedro Parente, um dos fundadores da eB Capital, uma gestora de private equity, mas que esteve à frente de conselhos de gigantes como Banco do Brasil, Syngenta, BRF e Petrobras. "Para cumprir seu papel, os conselhos de administração precisam mudar. Eles têm de se adaptar a essa nova realidade. E isso já está acontecendo, ainda que de forma localizada e pontual."

Antes de enumerar tais mudanças, porém, é preciso definir com mais clareza o que é o novo contexto. Numa apropriação

LUIS USHIROBIRA/VALOR

Sandra Guerra: rejeição a novas ideias nos conselhos às vezes chega ao limite do bullying

GUSTAVO LOURENCAO/ VALOR

José Monforte: "Ninguém está preparado. Hoje, a governança acontece como se fosse ao vivo"

da lógica do filósofo polonês Zygmunt Bauman, pode-se dizer que ele cria "empresas líquidas", dada a fluidez do ambiente no qual estão inseridas. Neste momento, esse caldo BANI, por assim dizer, comporta rescaldos da pandemia e uma guerra na Ucrânia — com a agravante de envolver uma potência atômica, a Rússia. Tudo isso acontece em meio a crises políticas recorrentes, ativismos de toda a sorte, concorrência e consumo disruptivos, ameaças climáticas e um processo de digitalização tão veloz quando estonteante.

E qual conselho de administração está preparado para lidar com uma lista dessa envergadura e, de quebra, cumprir seu papel de timoneiro estratégico em longas jornadas? Quem responde é José Monforte, que integrou dezenas de conselhos de empresas como Natura, Grupo Martins, Vivo, Claro, Eletrobras, Banco do Brasil, Petrobras e hoje está na Cyrela e na CCR. "A resposta é simples: ninguém está preparado", diz. "Hoje, a governança acontece como se fosse ao vivo, em tempo real."

No front dos conselhos, observa Monforte, há duas grandes camadas de desafios. Elas são bem distintas, ainda que simultâneas e entrelaçadas. A primeira delas diz respeito à "governança na crise". Ela se aplica a temas como a pandemia e ao confronto no Leste Europeu. Ou seja, são perturbações com começo, meio e fim. No início de situações como essas, impõe-se uma dieta à base de extrema cautela. É quando entra em cena, destaca Monforte, a "regra do homem prudente" (ou, no original, "the prudent man rule"), formulada em 1830 pelo juiz Samuel Putnam, de Massachusetts, que se tornou um paradigma do comportamento conservador nos negócios.

Quando essas crises atingem seu ponto médio, o tratamento muda. Nesse momento, os conselhos devem sair do casulo — ou bunker —, buscar novas oportunidades e retomar os planos interrompidos. Para Monforte, não só a pandemia já passou (há tempos) desse ponto, como a mesma análise se aplica aos combates na Ucrânia. "Com relação aos impactos da guerra, acho que os mais substanciais já são conhecidos e, nesse sentido, o evento já passou da metade", afirma. Assim, observa o conselheiro, cabe à governança planejar e agir desde já com base nesse novo momento.

A segunda camada de encrencas que desabou sobre o colo dos conselhos de administração, frisa Monforte, tem uma natureza diferente. Ela é mais intrigante do que a primeira (a "governança na crise"), por ser menos óbvia e mais complexa, e tem a ver com a "governança na transformação".

Abarca temas de escopo menos nítido como as mudanças tecnológicas em curso, reunidas sob o chapéu da "digitalização", as alterações climáticas, além das mudanças no consumo e na postura dos stakeholders, as tais "partes relacionadas ao negócio" (que vão dos funcionários, passam pelos fornecedores e alcançam os mais variados grupos de interesse ligados às companhias e dispersos pela sociedade).

É nos stakeholders, por exemplo, que têm origem tensões que pressionam as empresas por um alinhamento entre lucro e propósito, por revisões da cultura corporativa e, principalmente, por mais atenção às questões de ESG, as novas três letrinhas mágicas da sigla, em inglês, para ambiental, social e governança. "Foi-se o tempo em que o capital era o principal, ou mesmo, o único vetor de pressão sobre as decisões das empresas", aponta Monforte.

"Hoje, a sociedade assumiu um papel central na governança ao dizer o seguinte para as companhias: 'Se você não atuar com determinadas especificações, está fora'. É ela que concede ao negócio uma 'licença social' para existir. E ninguém vai se valorizar e repetir lucro

sem contar com a lealdade dos stakeholders."

Pois são esses dois grandes fatores, crises e transformações globais, que estão atuando como grandes propulsores de mudanças nos conselhos de administração. "E muitas dessas alterações não são necessariamente novas", observa Leila Loria, presidente do conselho de administração do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), além de acumular passagens por conselhos de companhias como JBS, Copel e Pernambucanas. "Mas, no geral, elas foram aceleradas pela pandemia."

A crise sanitária, por exemplo, levou as relações entre firmas e funcionários a um patamar inusitado. "O tema 'gente', no sentido de gerir o capital humano em busca do melhor relacionamento com os funcionários, assumiu desde então uma importância muito maior nas empresas", diz o consultor Sidney Ito, um dos responsáveis pela área de riscos e governança corporativa da KPMG no Brasil. "E até por isso ele invadiu as salas dos conselhos de administração."

Uma invasão, por assim dizer, inevitável, na avaliação de Álvaro de Souza, que passou por conselhos de organizações como Santander, Ambev, Gol e, entre outras, o World Wildlife Fund (WWF-Internacional). "Até recentemente, eu estava na presidência de um conselho de uma empresa com quase 47 mil pessoas", diz o conselheiro. "Com a pandemia, tivemos de criar até um 0800 para ajudar os funcionários nos mais diversos aspectos da vida, o que incluiu até a culinária. Isso porque muitos casais tiveram de enfrentar o isolamento ao lado de seus filhos e não sabiam nem cozinhar. Ou seja, aconteceram coisas que antes da pandemia seriam impensáveis."

Essa relevância alcançada pelo capital humano durante a pandemia, observam os especialistas, teve um efeito colateral. "Houve um acréscimo de mulheres nos conselhos de administração nesse período", nota Leila Loria. Uma adição, aliás, considerada positiva pela presidente do conselho do IBGC. Como se sabe, a representatividade feminina nesses órgãos é baixa, embora indique ser crescente, segundo uma pesquisa realizada pela consultoria KPMG. As mulheres representavam 14% dos integrantes de conselhos em 2021, ante 11% em 2020. Em 2013, eram 5,6%.

E não é apenas a camada da "governança na crise" que tem dado destaque — e disparado alertas — às relações entre companhias e trabalhadores nos conselhos de administração. O arrastão tecnológico está provocando um resultado similar.

"A tecnologia lança um desafio gêmeo sobre os negócios", destaca a economista Maria Helena Santana, ex-presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e conselheira de organizações como Itaú, Oi e CI&T. "Ele tem a ver tanto com o aparato técnico, que inclui sistemas e equipamentos, como também com a forma com que as pessoas atuam em seus cargos.

As empresas precisam de pessoas que trabalhem de uma nova maneira, mais horizontal e colaborativa. Necessitam ainda de gente com um tipo de vivência diferente, com exposição a assuntos ligados à transformação digital e à aquisição de clientes nesse ambiente. Por isso, reter talentos nessa área é algo que se tornou extremamente estratégico e, também por isso, ganhou peso nos conselhos."

Há fortes indícios de que os conselhos de administração estão passando por um processo de rejuvenescimento — ainda que leve e bastante gradual. A explicação, segundo pesquisas, estaria na tentativa de melhorar a acurácia dos assuntos tecnológicos. Uma pesquisa da KPMG constatou uma alteração na idade dos conselheiros. Entre 2020 e 2021, a faixa etária de 31 a 40 anos passou de 6% para 8% dos integrantes desses órgãos. Nesse mesmo período, a parcela dos que tinham entre 41 e 50 anos foi de 21% para 23%. Ainda assim, 57 anos é a idade média dessa turma.

O detalhe é que, juntas, as camadas de "governança na crise" e "governança na transformação" parecem ter criado uma encrenca adicional, além de insólita, que também deságua nas relações entre empresas e funcionários. O fenômeno foi batizado como "The Great Resignation", que seria melhor traduzido como "a grande onda de pedidos de demissão". Não é novo, mas teria sido acelerado durante a pandemia. Refere-se a uma ainda pouco estudada onda de pessoas que estariam pedindo demissão porque não querem mais retornar ao velho

Pedro Parente: "A lista de riscos que hoje ameaça as empresas é simplesmente aterrorizante"

CLAUDIO BELLI/VALOR

DIVULGAÇÃO

Lisiane Lemos: "Existem, sim, pessoas negras preparadas e certificadas" para os conselhos

SILVIA COSTANTI/VALOR

Maria Helena Santana: "A tecnologia lança um desafio gêmeo sobre os negócios"

CLAUDIO BELLI/VALOR

Álvaro de Souza: nos últimos anos "aconteceram coisas que antes da pandemia seriam impensáveis"

modelo de trabalho pré-pandêmico.

"E esse descontentamento aparenta estar muito relacionado a uma busca por propósito, embalada por novas formas de encarar a vida", diz Silvia Sigaud, responsável pela área de diversidade na consultoria Korn Ferry. "Além do mais, a mudança atinge altos cargos nas companhias, o que torna a situação ainda mais desafiadora para as companhias. Nesse patamar, é bem mais complicado recolocar pessoas."

Outra mudança que ganha corpo nos conselhos de administração é o uso mais intenso, tanto em número como em frequência, de comitês e comissões que forneçam subsídios para as decisões dos conselheiros. Esses núcleos de trabalho em geral miram na análise de temas específicos.

"Ainda que a complexidade e a variedade dos assuntos em discussão tenham aumentado muito, não dá para ter um especialista sobre cada tema importante para a empresa com assento no conselho", observa Loria, do IBGC. "Os comitês e as comissões cumprem o papel de dar suporte nessa imensa massa de assuntos e seus desdobramentos." Sidney Ito, da KPMG acrescenta: "O uso desses órgãos auxiliares, na verdade, é uma tendência em curso em todo o mundo".

A questão, contudo, é saber se todas as mudanças pelas quais os conselhos de administração vêm passando vão dar conta da lida com este pequeno planeta azul — e BANI. Para Sandra Guerra, da consultoria Better Governance, com 27 anos de vivência em conselhos, a resposta é não. Esses órgãos, no geral, ainda têm muito a remar.

Ao menos, é o que indica uma pesquisa que ela realizou em parceria com Lucas Barros, professor da FEA-USP, e o consultor Rafael Santos. O levantamento foi feito com 358 conselheiros de 40 países e publicado no ano passado e tem uma peculiaridade. Ele considera fortemente elementos ligados ao ambiente de tomada de decisão e às interações entre os membros do conselho. Na prática, leva em conta a dinâmica desses órgãos.

O estudo concluiu que existem nove fatores-chave para o bom desempenho de um conselho, dadas as necessidades do contexto no qual as empresas estão inseridas. Para que a equação funcione a contento, quatro desses fatores precisam estar em alta. São eles: o conforto para discordar nas reuniões, o nível dos debates livres, o compartilhamento de informações com diretores e a confiança entre conselheiros e executivos.

Em contrapartida, outros cinco precisam estar em baixa: a resistência a ideias externas, a propensão para rejeitar novas ideias, a tendência de se abster de expressar opiniões diferentes, a tensão durante as reuniões e o que se pode chamar de uma certa "preguiça" social.

O problema é que, como se pode imaginar, nem sempre esses fatores seguem essa "disposição ótima". Assim, a pesquisa mostra que 42% dos conselheiros indicaram que as reuniões costumam ocorrer em uma atmosfera tensa, em meio a fadiga (32%) e a rotinas inflexíveis (60%). Do total de participantes, 82% afirmaram que as ideias tendem a ser homogêneas entre seus pares e, segundo 65% deles, isso resulta na proposição de soluções menos criativas e inovadoras do que o desejável.

Em alguns casos, observa Guerra, a rejeição a novas ideias nos conselhos de administração — "um absoluto contrassenso no mundo atual", diz ela — chega ao limite do bullying. No livro "A caixa-preta da governança", a consultora relata um episódio desse tipo, que envolveu o executivo e conselheiro Cézar Souza, presidente do Grupo Empreenda.

Souza narra: "Às vezes, um projeto é encaminhado e todo mundo quer ver o 'efeito manada'. Ou é o presidente do conselho, ou é o acionista majoritário, ou é o executivo que está à frente do negócio: o fato é que ele quer o projeto aprovado — e o mais depressa possível. Então, alguém ergue uma voz dissonante. Sempre é desconfortável questionar, você está na frente de sete, oito pessoas experientes e bem-sucedidas". Nesses momentos, destaca o executivo no depoimento, aparece alguém para dizer coisas como "Você não é do ramo, isto aqui realmente tem peculiaridades que você não está percebendo" e por aí afora.

A pesquisa realizada pelo trio Guerra, Barros e Santos também chegou a algumas conclusões surpreendentes — para não dizer polêmicas. Algumas características dos conselhos mostraram-se inócuas. Ou seja, elas não afetam o desempenho desses órgãos. Esses traços incluem o tamanho do grupo, a ex-

tensão do mandato de seus integrantes, assim como a duração média das reuniões. "Não confirmamos também um impacto expressivo do grau de diversidade", cita Guerra. "A não ser quando se trata de diversidade de experiência e conhecimento."

Há, no entanto, pilhas de estudos apontando que conselhos mais diversos, em campos como gênero, orientação sexual, além de raça e etnia, são mais eficazes. No mínimo, são mais adequados para lidar — e entender — a intrincada e variada teia social na qual o consumidor está mergulhado. "Além do mais, sempre digo nos conselhos com os quais trabalho que eles não podem ser restritivos na hora de definir um novo integrante para o grupo", afirma Ito, da KPMG. "Pessoas com quaisquer características sempre devem ser igualmente consideradas."

Na opinião de Lisiane Lemos, dos coletivos Conselheiras 101 e Pactuá, focados na inserção de negros e negras em conselhos de administração, isso não acontece. "Hoje, as pesquisas indicam que os negros representam menos de 1% das pessoas que compõem esses órgãos", diz. "Existe uma explicação para isso, segundo a qual não há no mercado um número suficiente de negros qualificados para ocupar esses cargos. Eu discordo dessa tese. O total de vagas em conselhos é pequeno e existem, sim, pessoas negras, tanto homens como mulheres, preparadas e certificadas." O problema, acrescenta Lemos, conselheira do Instituto Capitalismo Consciente e da Universidade São Judas Tadeu, é que as escolhas "iniciam com base em networks" — e é aí que ocorre a distorção.

De acordo com os especialistas, outra frente que necessita de aprimoramentos ininterruptos, principalmente em tempos de ameaças múltiplas e simultâneas, é a relação entre o conselho de administração e a diretoria das empresas.

Grosso modo, aponta José Monforte, a governança de uma companhia é um sistema de três níveis: acionistas, conselheiros e diretores. Funciona assim: o acionista cria a empresa e diz ao conselho o que quer. Esse grupo recebe a tarefa, como se fosse uma viagem, e fornece rotas e diretrizes para os executivos. A diretoria propõe um caminho e um plano de ação. O ciclo fecha-se quando esse projeto volta para a aprovação do conselho que o encaminha para o acionista.

"O conselho é bom quando os executivos o enxergam como um recurso à sua disposição, algo com que eles podem contar", diz Monforte. "Os diretores precisam se sentir à vontade para levar uma dúvida aos conselheiros e receber conhecimento de volta. Essa é a relação ótima, na qual deve haver um entrelaçamento de atividades, e os executivos não sejam somente cobrados e monitorados."

SILVIA ZAMBONI/VALOR

Leila Loria: "Muitas alterações não são necessariamente novas, mas foram aceleradas pela pandemia"

> "Foi-se o tempo em que o capital era o principal, ou mesmo, o único vetor de pressão sobre as decisões das empresas"

Em tempos de crises recorrentes e transformações profundas na sociedade e no modo de produção, as boas relações entre conselhos e executivos tornam-se ainda mais críticas. E esse nem de longe é um aspecto novo na vida das empresas. Álvaro de Souza, por exemplo, passou por um episódio exemplar nesse aspecto, quando era conselheiro da Gol. A história mais do que ilustra qualquer teoria.

Era a noite de sexta-feira, 29 de setembro de 2006. Souza estava com a esposa num cinema, em São Paulo. O celular tocou. Era a cúpula da companhia aérea chamando. Ele ignorou a ligação. O telefone soou novamente. O conselheiro manteve-se impassível. O aparelho, porém, voltou a apitar. "Pela insistência, imaginei que havia um problema sério", diz Souza. "Atendi a ligação e fui imediatamente para a sede da empresa."

Na empresa, o clima era de choque. Um Boeing 737-8EH da Gol, com capacidade para 190 pessoas, havia desaparecido no percurso entre Manaus e o Rio. As horas passavam e não havia sinal da aeronave. Diante daquele vazio, era preciso tomar uma decisão até para definir que tipo de crise seria gerenciada.

"Foi um momento muito, mas muito difícil", diz Souza. "A empresa estava preparadíssima para enfrentar aquele tipo de situação. Contava com uma sala de crise específica e todos os recursos necessários. A dúvida era com qual cenário deveríamos trabalhar. Mas, àquela altura, não tínhamos outra saída além de assumir o pior. Era necessário reconhecer que havia ocorrido um grave acidente e tomar as duras providências que a situação exigia."

Ações que incluíam o contato com os parentes das pessoas que estavam no voo, além de advogados, seguradoras, meios de comunicação... Em grande parte, foi a experiência dos conselheiros independentes, Souza entre eles, que definiu o fim do impasse. "A gente estava com a cabeça um pouco mais fria e pôde ver a situação com mais clareza", diz Souza. "Fizemos o que precisava ser feito."

Como se sabe, confirmou-se o pior. Enquanto sobrevoava o Mato Grosso, o jato da Gol colidiu no ar com um Legacy 600. Os 154 passageiros e tripulantes a bordo do Boeing 737 morreram. O Legacy pousou na base aérea do Cachimbo, no Pará. A Gol não quis comentar o tema.

É em horas como essa, nas crises mais agudas, que conselhos — e conselheiros — podem fazer a diferença. ■

A busca por medalhas confiáveis

Mais de 300 jurados de 30 nacionalidades participaram da 19ª edição do Decanter World Wine Awards, que soube aplicar métodos de avaliação apropriados e reunir degustadores de alto gabarito. Por **Jorge Lucki**

JORGE LUCKI/VALOR

Neste ano foram inscritos no DWWA em torno de 18,5 mil rótulos, de 56 países

O professor Émile Peynaud (1912-2004), talvez o mais importante personagem do mundo vitivinícola de 1950 para cá, depois de introduzir conceitos e práticas que contribuíram significativamente para melhorar a qualidade dos vinhos e livrá-los dos defeitos muito comuns à época, escreveu o livro "Le goût du vin", um tratado sobre degustação, onde construiu cientificamente as bases que explicam a implicação dos nossos sentidos, visão, olfato, gosto e tato, na abordagem da bebida. Peynaud percebera que pouco adiantava aprimorar os vinhos se os consumidores não soubessem apreciá-los. Ele estava muito atento à simbiose entre eles. Entre outras frases ele escreveu que "se há maus vinhos é porque existem maus bebedores".

O professor Peynaud sempre ressaltou a necessidade de haver um equilíbrio entre a técnica e o prazer da degustação, lembrando também que este não é um prazer solitário. Em grupo, há uma benéfica troca de impressões e comunicação entre as pessoas. Pensei muito nisso enquanto participava do Decanter World Wine Awards (DWWA), concurso organizado pela conceituada revista inglesa, cuja 19ª edição terminou na semana passada. Depois de dois anos de pandemia, impedido de viajar e poder trocar impressões sobre bateladas de vinhos, foi como voltar a trabalhar sério e uma importante oportunidade para saber se eu não havia perdido a "manha".

Vinho não é uma ciência exata. Gosto é subjetivo, mesmo entre profissionais. Em degustações às cegas, por mais que se analise tecnicamente um vinho, há uma abordagem pessoal. Idem com relação a critérios. Discordâncias à mesa (quatro jurados em cada uma) devem ser discutidas no sentido de se chegar a um consenso, como acontece no DWWA, que alcançou legitimidade na medida em que soube aplicar métodos de avaliação apropriados e reunir degustadores de alto gabarito — participaram neste ano mais de 300 jurados de 30 nacionalidades, entre Masters of Wine, Masters Sommeliers, sommeliers de destaque e críticos especializados.

Não é por acaso que o Decanter World Wine Awards recebe cada vez mais inscrições. Neste ano foram inscritos em torno de 18,5 mil rótulos, de 56 países, número nunca antes atingido (em 2019, minha anterior participação, havia pouco mais de 17 mil), significativamente superior aos 4,5 mil vinhos do primeiro concurso, realizado em 2004.

Neste ano, durante cinco dias, me coube degustar vinhos da América do Sul, com exceção do Chile, cuja quantidade de amostras exige uma mesa separada. São sete baterias por dia, quatro no período da manhã e três à tarde, de cerca de 12 vinhos cada uma, agrupados por gênero, composição e faixa de preço, podendo conter diferentes países.

Na minha mesa (havia outra com flights semelhantes), o painel foi composto fundamentalmente por garrafas procedentes da Argentina (300 inscritos, dos quais 30 alcançaram medalha de ouro e várias pratas); Brasil (70, 7 pratas); Uruguai (17, 1 ouro e 8 pratas); Peru (6); Colômbia (5) e Bolívia (4). Deixando de lado a participação dos três últimos países, cujos vinhos eram de fato sofríveis e de onde não se esperaria nada muito melhor, e com o Uruguai mostrando evolução, creio que o Brasil poderia estar melhor representado.

Não sei quais vinícolas nacionais enviaram vinhos, até porque a degustação é às cegas, mas estou certo de que há muitos rótulos brasileiros passíveis de alcançar menções bem superiores às mirradas deste ano. Enquanto os chardonnays se mostraram consistentes em qualidade e conseguiram três medalhas de prata, os tintos decepcionaram, com vinhos sem estrutura e taninos vegetais, inclusive um 2009 em decadência.

Cabe perguntar se esse produtor acredita que seu vinho é tão bom e que críticos internacionais lhe concederiam grande reconhecimento — falta espírito crítico. É também de estranhar a pouca presença de vinhos da Serra da Mantiqueira, que já haviam obtido boas menções em edições anteriores do DWWA. Da mesma forma, havia boa expectativa quanto aos espumantes brasileiros, mas a imagem que fica, por consenso, diante dos que se apresentaram, é que pararam no tempo.

No que se refere à participação da Argentina no Decanter Awards de 2022, fica claro que a vitivinicultura do país está em processo de evolução, com vinhos mais limpos, menos alcoólicos e um uso comedido de madeira. Com exceção de uma bateria de malbec de Luján de Cuyo, de baixo preço, intragáveis, a impressão deixada foi bastante positiva. Aliás, regra geral, segundo os jurados argentinos que se revezavam na mesa em que eu estava, a grave crise econômica por que passa a Argentina tem afetado sobretudo os vinhos de baixa gama dessa zona tradicional de Mendoza.

Por outro lado, confirmando o que vem se mostrando já há algum tempo, o Valle do Uco é a fonte do que existe de melhor em vinhos argentinos. Em especial de Gualtallary, menção importante para o consumidor buscar nos rótulos. Outra referência é a safra de 2019, seguramente a melhor da década. Vale também atentar para os vinhos à base de cabernet franc, casta que tem dado vinhos frescos e esguios, seja entrando majoritariamente ou participando da mescla com a malbec.

Passar o dia inteiro degustando vinhos argentinos não é fácil, assim como não é com rótulos chilenos, que provei em anos anteriores. No final do dia, dá para ir à forra, provando o que sobrou nas garrafas dos vinhos medalhados com ouro, reunidas no térreo do CentrEd at Excel, onde se realiza o DWWA. Nem sempre é possível degustar todos, mas dá para se divertir com alguns champagnes e brancos diferenciados, além de grandes Portos e Madeiras. ■

Jorge Lucki escreve neste espaço semanalmente

E-mail:
Colaborador-jorge.lucki@valor.com.br

Um dos imigrantes mais ricos dos EUA, incorporador argentino prevê que os preços do mercado imobiliário de São Paulo vão subir bastante. Por Daniel Salles, para o Valor, de São Paulo

Bilhões para o alto

De paletó azul marinho, calça cinza, camisa azul e sapatos mocassim, o argentino Jorge M. Pérez, de 72 anos, sente-se em casa na sala de estar decorada pelo arquiteto Carlos Rossi. Enquanto se dirige para a mesa na qual o almoço será servido, o incorporador comenta com os filhos — Jon Paul, de 37 anos, e Nicholas, de 33 — sobre a valorização de um artista plástico que ajudou a incluir no acervo do Museu Reina Sofia.

"Uma obra dele acaba de ser vendida por US$ 5,5 milhões", informa, omitindo o nome do artista. "Sabem quanto paguei por um trabalho dele com o dobro do tamanho? US$ 600 mil, US$ 600 mil!" Para o museu madrileno, ele doou há três anos uma série de obras avaliadas em US$ 1 milhão, além de US$ 500 mil destinados à expansão do acervo. À indiferença dos filhos, Pérez reage com um autoelogio: "Uau, eu sou bom em comprar arte".

Em seguida, pede uma Coca-Cola para o garçom ao lado e dá início a este "À Mesa com o Valor", realizado numa quinta-feira luminosa de abril. O local escolhido para o almoço, que começa por volta das 13h40, confere um quê teatral para o encontro. A sala em que estamos, afinal, integra o estande de vendas do Parque Global, complexo imobiliário do qual a incorporadora do argentino, o Related Group, é sócia.

O cômodo parece uma extensão da simulação, ao lado, de um dos apartamentos em construção. As roupas que se avistam no closet e nos armários desse imóvel, decorado pelo arquiteto Dado Castello Branco, pertencem a um morador hipotético — uma das camas sustenta um trompete dentro de um estojo. E vale o mesmo para os objetos que decoram a sala escolhida para a entrevista. Como estamos no térreo, tudo o que a janela descortina é o canteiro de obras de uma das cinco torres residenciais.

A comida que chega à mesa de quatro lugares não vem da requintada cozinha decorada por Castello Branco, mas de outra, a metros dali, que só funciona quando o estande promove eventos ou recebe convidados ilustres. O almoço é assistido por garçons e também por assessores que, postados ao redor, aumentam o ar de encenação.

Mas nada disso parece afetar a conversa, da qual Jon Paul e Nicholas participam praticamente só como ouvintes — o primeiro preside o Related Group desde 2020 e o caçula ocupa a vice-presidência desde 2022. CEO da empresa, fundada em 1979, o pai ganhou o apelido de rei dos condomínios de Miami. Um dos imigrantes mais ricos dos Estados Unidos, ele tem uma fortuna de US$ 1,7 bilhão, segundo a "Forbes".

Em frente ao rio Pinheiros, entre a ponte do Morumbi e o Parque Burle Marx, o Parque Global é um marco na internacionalização do Related Group. Tido como um dos maiores projetos imobiliários da América Latina, espalha-se por um terreno de 218 mil m² — quase um terço da área do Jockey Club de São Paulo.

A fase de número 1 do empreendimento, com entregas a partir de 2023, envolve as cinco torres residenciais, que têm 47 andares. Praticamente todos os apartamentos dos três primeiros edifícios já foram vendidos e do quarto restam só 20%. As menores unidades da última torre, a Imperial, cujas vendas começaram em abril, têm 166 m² e custam a partir de R$ 3,3 milhões. As maiores, as penthouses e os duplex, com direito a piscina privativa e até 597 m², chegam a R$ 19,3 milhões.

Um dos atrativos mais alardeados do complexo é a futura área verde, de 58 mil m²,

GALERIA

ARQUIVO PESSOAL

Pérez com a mulher, Darlene, os quatro filhos e, à dir., uma nora

ARQUIVO PESSOAL

O incorporador no canteiro de obras do Brickell, em Miami

ARQUIVO PESSOAL

Com Philippe Starck, que fez o design de interiores de um Brickell

ARQUIVO PESSOAL

Pérez acompanhou Barack Obama na visita deste a Cuba em 2016

pouco maior que o terreno do estádio do Pacaembu. A área de lazer incluirá piscinas, quadras de beach tennis, squash e tênis, pistas de boliche, academia, simulador de golfe, wine bar e circuito para corridas com 1,6 km de extensão, entre outras opções.

A fase 2 do complexo, que deverá ser finalizada em 2024, envolve um shopping center vizinho às torres — a empresa responsável pelo centro de compras ainda não foi definida. A fase derradeira, cujas obras devem se estender até o mesmo ano, consiste na construção de um complexo pensado para abrigar faculdades, escritórios e um hospital — o operador é mantido em sigilo.

O projeto pertence ao grupo paulistano Bueno Netto, que atua nos ramos de construção e incorporação, e ao Related Group, que possui um braço local, comandado pelo empresário Daniel Citron (a empresa de Pérez só é sócia da parte residencial, com 50%). O custo do empreendimento não é revelado, só o valor geral de vendas, de R$ 11,5 bilhões.

Ele será interligado a uma estação da Linha Ouro do Metrô, que em algum momento vai ligar o Morumbi ao Aeroporto de Congonhas — o governo estadual diz que as obras desse trajeto encontram-se "em reprogramação". De sua parte, o Parque Global fará uma passarela de 330 metros sobre o rio Pinheiros, conectando o futuro centro de compras à estação de trem Granja Julieta, na outra margem. Na extensão de seu terreno, o empreendimento vai adicionar três novas pistas à marginal do rio Pinheiros.

No ano passado, os construtores formaram um consórcio com três empresas para transformar a margem do rio voltada para o empreendimento em um parque linear. O trecho concedido pelo governo estadual tem 8,2 km de extensão e deverá ganhar acessos, pista de caminhada, ciclovia, cafés e banheiros. São previstos R$ 50 milhões de investimento nos próximos cinco anos.

Com a promessa de entregar os primeiros apartamentos em 2016, o empreendimento foi lançado três anos antes. Em 2014, no entanto, as obras foram embargadas a pedido do Ministério Público, que viu problemas no processo de licenciamento ambiental.

Em sua sentença, o juiz Adriano Laroca alertou para o fato de os órgãos ambientais terem liberado a derrubada de dezenas de árvores nativas. "O licenciamento ambiental dado pela Cetesb, por suas características técnicas, em juízo preliminar, não promove a remediação ambiental da área", decretou.

O projeto também provocou a ira de moradores do entorno, a exemplo da arquiteta Helena Caldeira, que em 2014 presidia a Associação Morumbi Melhor. "Não queremos essa verticalização por aqui, a região pode virar um novo Campo Belo", declarou ela na época. "Essa é a última faixa de mata nativa que existe entre a represa do Guarapiranga e o rio Pinheiros. Não pode ser transformada em jardins particulares."

Diante das ameaças à conclusão do projeto, parte dos compradores iniciais também acionou judicialmente o Parque Global, que diz ter ressarcido todos eles. Até a suspensão do embargo, em 2020, após uma batalha jurídica que chegou à terceira instância da Justiça, cerca de 280 pessoas haviam adquirido apartamentos no complexo. Desse grupo, quase 70 voltaram a fechar negócio quando o empreendimento foi relançado.

"O motivo do embargo foi muito frívolo, nunca vimos nenhuma base legal para o processo desencadeado, pois já tínhamos obtido todas as licenças ambientais", diz o incorporador argentino, em inglês, o idioma usado durante toda a conversa. "Mesmo assim, foi preciso gastar mais de US$ 3 milhões com a nossa defesa em uma briga injusta."

Depois diz que, ao longo da batalha jurídica, jamais cogitou pular fora do negócio. "Nunca perdemos fé no projeto, que não tem paralelo em São Paulo", justifica. "Fizemos um lançamento muito bem-sucedido lá atrás e outro similar quando recomeçamos. Não, não me arrependo de ter investido aqui de forma alguma."

Chegam a salada e as entradas (mix de folhas com figo, noz-pecã e lascas de parmesão; mussarela de búfala com tomates assados e manjericão; e queijo brie derretido com mel trufado e pistache), e ele continua a se derramar em elogios ao Parque Global.

"Acho que esse vai ser um dos projetos mais bonitos de São Paulo", acredita. "Não me vejo como um construtor de edifícios, mas como um construtor de comunidades. Fui atraído, primeiramente, pela magnitude do empreendimento, capaz de influenciar a maneira como a cidade progride. No passado, os edifícios de São Paulo eram construídos colados uns nos outros, com janelas pequenas e poucos atrativos. Queria mudar isso. Este complexo não tem apenas edifícios que descortinam a cidade, ele dispõe de metros e metros a céu aberto para que os moradores convivam em segurança."

Depois diz o seguinte, emendando uma risada: "Eles não vão precisar sair daqui para nada. Poderão se divertir no complexo, trabalhar, namorar e até ir a um hospital se ficarem doentes".

Quando faz uma pausa, digo a todos para ficarem à vontade para começar a comer, o que ninguém havia feito até então. Pérez aproveita a deixa para apontar para o peda-

co de brie que lhe serviram e perguntar: "O que é isso?". A resposta parece contentá-lo.

Como pratos principais, a cozinha expede ravióli com recheio de mussarela de búfala; stinco com arroz; e abóbora cabotiá, abobrinha, berinjela, mandioquinha, rabanete, cenoura e minimilho, tudo cozido. O entrevistado come rapidamente. Quando o garçom retira os principais, informa que não vai querer sobremesa sem nem saber do que se trata — mil-folhas e mousse de chocolate.

Pérez diz que o Parque Global vai melhorar a cidade. "Empreendimentos do tipo, com espaços a céu aberto e empregos e shopping ao lado, desestimulam os moradores a entrar em carros, que poluem o meio ambiente", diz. "E quanto mais você gasta com a construção de um edifício, mais bonita fica a cidade. As pessoas viajam para Paris ou Londres por causa da beleza das construções antigas dessas metrópoles. Quero que as construções daqui virem marcos de São Paulo."

Questionado se vê alguma solução para as favelas — Paraisópolis, uma das maiores da capital, não fica muito longe —, diz que o tema está muito acima de sua faixa salarial. "Infelizmente, não só no Brasil, mas também nos Estados Unidos e na Europa, a distância entre os muito ricos e os muito pobres cresceu", observa. "Garantir moradia acessível para a população é muito difícil. Demanda somas vultosas do governo e empregos que paguem bem. Se eu tivesse solução para isso, fariam de mim presidente do mundo."

A conversa então envereda para a escalada global dos custos da construção civil — como a compra de aço, por exemplo. "Nos últimos dois anos, os gastos do setor subiram 30% nos Estados Unidos e no Brasil foi bem parecido", reclama. "As rupturas nas cadeias de suprimento provocadas pela pandemia e, agora, pela guerra na Ucrânia, aumentaram os nossos custos e vão continuar aumentando por mais um ano, no mínimo. E esses aumentos serão repassados para os consumidores. Mas estamos diante de um impasse. Porque se subimos os preços, para manter nossa margem de lucro, menos pessoas podem comprar."

Conta em seguida que o Related Group, com mais de 70 projetos em execução, suspendeu as obras de alguns na esperança de que os custos voltem aos patamares de antes da pandemia. Com sede em Miami, onde Pérez mora, a incorporadora já ergueu mais de 100 mil condomínios e apartamentos, a maioria no sul da Flórida. Totalizam 1,5 milhão de m² construídos e renderam mais de US$ 50 bilhões. Fora dos Estados Unidos e do Brasil, a companhia também atua no México, na Argentina e no Panamá.

Ele não enxerga riscos na alta da construção civil em São Paulo, que está verticalizando centenas de quadras de bairros como Pinheiros e Vila Madalena. "A cidade tem compradores suficientes para tantos lançamentos, e é por isso que o Parque Global tem ido tão bem", acredita. "Em algum momento, porém, o surgimento de novos produtos como o nosso vai depender do crescimento da classe média brasileira."

SILVIA ZAMBONI/VALOR

Jorge Pérez diz que São Paulo está barata quando comparada a outras grandes cidades

Ele sustenta, no entanto, que São Paulo está barata, comparada a outras grandes cidades de fora do país. "Os preços de um empreendimento como este em Miami são três ou quatro vezes maiores", diz ele, que está à procura de terrenos para novos espigões paulistanos. "Com o passar do tempo, os empreendimentos imobiliários de São Paulo terão aumentos significativos."

Já tiveram. "Quando começamos a fazer o Parque Global, o metro quadrado estava estimado em R$ 12 mil. O da última torre custa R$ 20 mil, em média. E a expectativa é que os preços subam de 20% a 30% quando as outras fases do empreendimento estiverem concluídas. Na região da Faria Lima o metro quadrado chega a custar R$ 50 mil."

Filho de cubanos exilados, o argentino cresceu em Bogotá, na Colômbia, que trocou pelos Estados Unidos no fim dos anos 1960. Cidadão americano desde 1976, graduou-se em planejamento urbano na Universidade de Michigan. "Nos Estados Unidos, você é julgado pelo que realiza. Na América Latina, você é julgado por pertencer a essa ou aquela família", declarou certa vez. "Sinto-me profundamente em dívida com os Estados Unidos. Embora eu saiba que há preconceito e intolerância, experimentei muito pouco ou nada disso em minha carreira."

Fundou o Related Group em parceria com o incorporador americano Stephen M. Ross. Inicialmente, a companhia apostava em imóveis mais acessíveis, pouco a pouco substituídos por condomínios verticais luxuosos como o modernoso Icon Brickell, em Miami, projetado pelo escritório Arquitectonica e com design de interiores do francês Philippe Starck. É um dos dois projetos que o entrevistado cita quando é instado a apontar o seu favorito, entre os que tirou do papel.

O outro é o chamativo St. Regis, na mesma cidade, ainda em execução — com apartamentos que partem de US$ 2,9 milhões, é obra do arquiteto americano Robert A. M. Stern. "Acho que vai ser considerado um dos edifícios mais bonitos de Miami, o que me deixa extremamente orgulhoso", justifica. "Mas gosto muda com o tempo."

Em 2005, Pérez apareceu no ranking dos mais ricos da "Forbes" pela primeira vez. No mesmo ano, por pouco não deu um passo que poderia ter colocado a companhia em maus lençóis. Em parceria com o ator George Clooney e o empresário Rande Gerber — marido da modelo Cindy Crawford —, começou a tirar do papel um complexo de US$ 3 bilhões em Las Vegas, o Las Ramblas, com direito a hotel, cassino e residências. Quando Pérez fez as contas, porém, constatou que sairia no prejuízo e pulou fora.

Outro ex-sócio ilustre do entrevistado é Donald Trump, de quem foi amigo próximo até a chegada dele à Casa Branca. Apesar de ter apoiado publicamente a campanha de Hillary Clinton — e de ter acompanhado Barack Obama na histórica visita deste, como presidente, a Cuba, em 2016 —, Pérez foi convidado para ocupar dois cargos no governo do republicano.

Recusou os dois convites e também um terceiro: Trump quis que ele construísse o famigerado muro entre os Estados Unidos e o México. "Quando estiver terminado, de que lado eu estarei?", ironizou na época o imigrante, publicamente. Sobre o projeto, declarou o seguinte: "É a coisa mais idiota que já ouvi na minha vida".

Daí para romper todos os laços com o republicano foi um pulo. "Fomos muito próximos, vivemos bons momentos com nossas famílias, mas nossas visões políticas são muito diferentes", diz o entrevistado, que, por causa dos negócios, costumava ser chamado de Donald Trump dos trópicos.

"Trump errou completamente ao propor a construção do muro, ao tentar acabar com o Obamacare, ao sair do Acordo de Paris e ao falar coisas boas a respeito do senhor Putin, que é um ditador completo e criminoso de guerra", avalia. "Senti-me obrigado a expressar as minhas opiniões por meio da imprensa, e por causa disso a nossa amizade acabou."

Faz em seguida uma breve avaliação do governo de Joe Biden, em quem votou. "Foi um centrista a maior parte da vida e acho que está posicionado um pouco demais à esquerda", diz. "O Biden propôs programas muito necessários para combater o aquecimento global, garantir habitação acessível e assistência médica para os pobres."

Depois lembra que a cisão entre democratas e republicanos aumentou como nunca, o que torna a aprovação das propostas de Biden no Congresso mais difícil. "Mas ainda é muito cedo para julgar seu mandato", desconversa.

"Gostaria, no entanto, que ele tivesse dado uma resposta mais forte à invasão da Ucrânia, por exemplo, e que fosse mais proativo na aproximação com a América Latina", argumenta. "A pouca atenção à região abriu espaço para a chegada de investimentos da Rússia e da China nos países daqui. Daí a conversão de muitos a regimes de esquerda. Se ajudasse a promover governos democráticos na região, a presidência de Biden seria mais bem-sucedida."

Comenta a decisão de aderir ao The Giving Pledge, movimento criado por Bill Gates e Warren Buffett que convoca os endinheirados a doar parte de suas fortunas — deixar como herança não vale. "Acho que os muito ricos têm a absoluta obrigação de devolver algo para a sociedade", afirma. "Fico muito irritado quando ouço que os latino-americanos não fazem tantas doações como os nascidos em outras regiões, o que é verdade. Por isso, me impus a missão de convencer os mais ricos daqui a contribuir. Para que tenhamos mais paridade econômica e social."

SILVIA ZAMBONI/VALOR

Em 2011, Pérez doou US$ 40 milhões ao Museu de Arte de Miami, que passou a adotar seu nome

Quando o encontro caminha para o fim, diz que a parte que mais lhe agrada em seu ofício é a criativa. "Não sou a pessoa mais criativa do mundo, mas sou bom em selecionar e coordenar os gênios que tiram nossos empreendimentos do papel. É o que difere um grande incorporador de um medíocre", afirma. "No final das contas, minha função é encontrar um grande terreno, visualizar algo para ele e trazer um grande time para executar a minha visão."

Encerra a conversa falando sobre um de seus assuntos preferidos: arte. Em 2011, ele doou US$ 40 milhões, em espécie e em obras, para o Museu de Arte de Miami — que, em troca, mudou de nome para Pérez Art Museum Miami. Ex-presidente do conselho da instituição, Mary Frank foi uma das vozes contrárias à mudança. "É o Museu de Arte de Miami, não o Museu do Pérez", criticou na época. "O nome do museu não deveria ser vendido a nenhum indivíduo."

Em 2019, o argentino montou o centro cultural El Espacio 23, em Miami, cuja principal razão de ser é exibir sua valiosíssima coleção. "Tenho provavelmente umas 300 obras de uns 80 artistas brasileiros", informa ele, que aproveitou a passagem pelo Brasil para conferir a última SP-Arte. "A cena artística brasileira sempre foi muito forte", elogia. "Vik Muniz é um dos meus artistas favoritos e Sebastião Salgado e Miguel Rio Branco estão entre os melhores fotógrafos do mundo. Mas ainda há muitos nomes daqui que não descobri." ■

Foto: Silvia Zamboni/Valor

Cardápio

Bufê Parque Global*

- Mussarela de búfala com tomates assados e manjericão
- Mix de folhas com figo, noz-pecã e lascas de parmesão
- Queijo brie derretido com mel trufado e pistache
- Abóbora cabotiá, abobrinha, berinjela, mandioquinha, rabanete, cenoura e minimilho, tudo cozido
- Ravióli com recheio de mussarela de búfala
- Stinco com arroz
- Mil-folhas
- Musse de chocolate

*Cortesia Parque Global

Leila Maria faz pulsar a África em Djavan

Cantora que ganhou popularidade em 'The Voice +' faz releitura de nove temas em 'Ubuntu'. Por **Eduardo Magossi**, de São Paulo

CATARINA RIBEIRO/DIVULGAÇÃO

Leila Maria se destacou no "The Voice +" com apresentações de "Night and Day", "Miss Celie's Blues" e "Georgia On My Mind"

É difícil separar a voz aveludada de Leila Maria do mundo do jazz e de suas interpretações sofisticadas de clássicos da MPB. Por isso o anúncio de um novo álbum apenas com composições de Djavan pareceu um passo a mais no caminho trilhado pela cantora, dada a aproximação do cantor e compositor com o jazz americano.

É surpreendente, contudo, descobrir que a abordagem de Leila Maria da obra de Djavan não se deu pelo caminho do jazz, mas por outra trilha que sustenta as composições do alagoano: os ritmos africanos. E o resultado é sensacional!

Gravado entre São Paulo, Rio, Portugal, Moçambique e Mali, "Ubuntu", o novo álbum de Leila Maria, reúne nove temas de Djavan que ganharam uma roupagem e uma divisão rítmica diferente daquela que nos acostumamos a ouvir. Não se trata de álbum de covers, mas releituras com forte teor autoral. Atabaques, congas, xequerês e outros instrumentos de percussão de origem africana se sobressaem na colcha sonora onde brilha a voz de Leila.

Produzido por Guilherme Kastrup, responsável pelos premiados "A Mulher do Fim do Mundo" (2015) e "Deus É Mulher" (2018), de Elza Soares, o objetivo, segundo ele, era fazer um álbum de sonoridade africana que falasse, através da música, da diáspora africana e das raízes e origens de Leila e Djavan.

Não à toa, o álbum começa com "Soweto", tema de 1987 sobre o apartheid, mas que poderia ser sobre os dias atuais: "O negro que lute/ Pra poder sonhar/ Em mudar isso aqui/ O poder tem tantas mãos/ E só sabe mentir". Várias músicas têm como referência o zouk, ritmo afro-caribenho derivado do calipso, o que torna o álbum mais festeiro do que um manifesto político, agregando muitos músicos africanos.

As guitarras do congolês Zola Star estão presentes nas bases de quase todas as faixas. "Asa" ganha as vozes da cantora moçambicana Selma Uamusse. O maestro Ahmed Fofana (que já trabalhou com Björk e Lauryn Hill) veio do Mali e trouxe com ele o músico Assaba Drame para tocar ngoni, instrumento de cordas típico da região do Norte da África, para ensolarar "Oceano".

A mbira, um instrumento de percussão do Zimbábue, cria uma divisão rítmica diferente para "Faltando um Pedaço", rejuvenescendo a canção. Em "Meu Bem Querer", as vozes do grupo vocal Kuimba — formado em São Paulo por cinco jovens estudantes angolanos — criam uma cama sonora que transforma a conhecida balada em uma cantiga tribal em feliz arranjo de Cristiano Santos.

Cantora de repertório escolhido a dedo, que já dedicou disco delicado ao repertório de Billie Holiday, Leila Maria recentemente ganhou popularidade ao participar do programa "The Voice +", dedicado a artistas mais maduros, onde se destacou com apresentações de "Night and Day" (Cole Porter), "Miss Celie's Blues" (Quincy Jones) e "Georgia On My Mind" (Ray Charles).

Para Leila, a gravação de "Ubuntu" foi uma experiência enriquecedora. "Tão perto e, ao mesmo tempo, um pouco distante dos caminhos que eu vinha percorrendo musicalmente, priorizando o jazz e a MPB", diz Leila. "Foi um presente. Um desafio desde o primeiro contato com o querido Zola Star, que com sua irreverência e alegria contagiantes ajudou a aprofundar meu conhecimento sobre a música africana."

Mas apesar de centrada na ancestralidade dos ritmos africanos, o suingue do jazz ainda vibra na interpretação azeitada de "Flor de Lis", enriquecida pelo violão de Star e a percussão bem marcada de Kastrup. As notas do jazz também brilham em "Aquele Um", que tem como músicas incidentais "Fato Consumado" e a tradicional "Ponto de Exu Tiriri", e em "Tanta Saudade".

Assim como a abertura com os versos fortes que refletem sobre o sofrimento do povo negro, o álbum termina de forma mais solene com "Seca", também de temática social, com trecho recitado por Maria Bethânia: "A terra se quebrando toda/ A fome que humilha a todos/ Vida se alimenta de dor/ Que pobre povo sem socorro".

Na mistura de cantos e instrumentos do Brasil e da África, "Ubuntu" cresce e ganha voo próprio aproximando os mares que separam os dois continentes. Palavra originada no idioma quimbundo, "Ubuntu" remete ao caldo cultural que une o homem ao universo.

Para o produtor Kastrup, a cultura é peça fundamental de transformação da sociedade. "Esperamos que esse projeto contribua para o entendimento da importância fundamental da cultura africana na nossa formação", diz. "Ubuntu" já está disponível nos serviços de streaming e será editado em CD em meados de junho pela gravadora Biscoito Fino. ■

Independência em moedas

REPRODUÇÃO

REPRODUÇÃO

Acima, à esq., cédula de 100 cruzeiros, do ano de 1942, com a imagem de Dom Pedro II; nota de 10 mil cruzeiros novos, da década de 1960, ilustrada por Santos Dumont

Brasil só abandonou réis português em 1942, mas depois trocou de padrão diversas vezes. Por Marcus Lopes, para o Valor, de São Paulo

REPRODUÇÃO

O Brasil tornou-se independente de Portugal apenas em 1942. Pelo menos no que se refere à moeda circulante no país. Naquele ano, o então presidente Getúlio Vargas instituiu o cruzeiro como sistema monetário nacional em substituição ao mil-réis, padrão herdado de Portugal desde os tempos coloniais e que vigorou no Brasil durante mais de quatro séculos, o mais longo da história do país. Tão longo que mesmo Portugal aboliu o mil-réis antes do Brasil, substituindo-o pelo escudo, em 1911.

O episódio mostra como a história de um país pode ser narrada por meio das cédulas e moedas que compõem a economia nacional. Em 200 anos de Independência do Brasil (comemorada no próximo 7 de setembro), houve nove moedas diferentes: real (que tornou-se réis desde a época da colônia), cruzeiro, cruzeiro novo, novamente cruzeiro, cruzado, cruzado novo, cruzeiro mais uma vez, cruzeiro real e real. Em média, um padrão diferente a cada 22 anos e, a cada troca, um corte de pelo menos três zeros para ajustar o valor de face da nova moeda à corrosão inflacionária.

"O fato mais importante sobre o sistema monetário brasileiro e a história da moeda brasileira são as mudanças. Não conheço nenhum outro país que teve tantas moedas como o Brasil em um curto período de tempo e que cortou tantos zeros", diz VanDyck Silveira, economista e CEO da Trevisan Escola de Negócios. "O mil-réis, além de ser a moeda de troca, passou a ser uma representação no Brasil da cultura portuguesa. Tanto é que ele não mudou de nome no país independente, foi uma continuidade daquilo que a gente tinha até então."

Como comparação, a libra esterlina foi criada no Reino Unido em 1561, durante o reinado da rainha Isabel I, e o dólar americano foi adotado como moeda oficial dos Estados Unidos em 1786. Am-

Moeda de 20 réis, também chamada de vintém

"Não conheço nenhum outro país que teve tantas moedas como o Brasil em um curto período de tempo e que cortou tantos zeros", diz o economista VanDyck Silveira

bos circulam até hoje em seus países como na versão original.

O próprio réis, na sua origem, se chamava real e foi criado pela Coroa portuguesa por volta do século XIV, em homenagem à realeza. Por causa da inflação e desvalorização da moeda que assolavam o reino ao longo dos anos, eram necessários mais de mil réis para comprar qualquer coisa na metrópole e nas colônias portuguesas que adotaram o sistema monetário, entre elas o Brasil. Surgiu assim o popular "mil-réis".

Nas primeiras décadas do século XX, com a necessidade de acrescentar cada vez mais zeros para acompanhar a escalada inflacionária, a cédula com o valor mais alto emitido na história do Brasil foi a de 1 conto de réis, valor equivalente a 1 milhão de réis. "Com apenas cinco ou seis dessas cédulas a pessoa levava o valor de uma casa na carteira", diz o delegado aposentado e colecionador de cédulas brasileiras Manoel Camassa.

"O dinheiro sempre carrega um pedacinho da história econômica, cultural e social de um país", diz a pesquisadora Fernanda Disperati Gallas. Ela e o marido, Alfredo Gallas, são autores de diversos livros sobre história da numismática (ciência que estuda as moedas, cédulas e medalhas comemorativas). Entre eles, "As moedas do Brasil", "Medalhas contam detalhes da história do Brasil" e "A Casa da Moeda de São Paulo". Este último argumenta que a primeira Casa da Moeda do Brasil não surgiu em Salvador, em 1694, e sim em São Paulo, por volta de 1645, com base em documentos da época.

Foi também em São Paulo que começou, no mesmo período da Casa da Moeda paulista, a exploração do ouro no Brasil, nas minas do Jaraguá, na região oeste da atual capital paulista.

Um dos casos emblemáticos que remetem ao bicentenário ocorreu um mês após a independência e mostra um pouco dos

DIVULGAÇÃO

caprichos do jovem imperador Dom Pedro I. Em outubro de 1822, o primeiro documento emitido pelo governo independente à Casa da Moeda ordenava a confecção de 64 moedas de ouro com o valor de 6$400 (seis mil e quatrocentos réis) e com a efígie de Dom Pedro I.

As peças seriam distribuídas às autoridades do mundo presentes na cerimônia de coroação do novo imperador. Detalhe: para confeccionar essas moedas comemorativas (não colocadas em circulação), foram consumidos cerca de três quilos de ouro, os últimos que restavam nos cofres da Casa da Moeda. O restante do metal precioso havia sido levado por Dom João VI e sua corte no retorno a Portugal, um ano antes. "Esses três quilos davam justamente para as 64 moedas da festa da coroação de Dom Pedro", diz o historiador Edson Martins da Cruz, coordenador do Acervo de Obras de Arte do Itaú Cultural.

Ao receber uma das novas moedas, o imperador ordenou a suspensão imediata da cunhagem e mandou refazer todas aquelas que estavam prontas. O motivo: Sua Majestade não gostou de ter aparecido com o busto desnudo nas moedas, o que, na visão dele, evocaria os imperadores ditatoriais romanos. Pedro I ordenou então que todas as moedas fossem refeitas com a sua imagem em trajes militares, como ele desejava.

Na virada do século XX, outro fato curioso envolveu o sistema monetário brasileiro. Em 1900, o deputado federal sergipano Fausto Cardoso fez um discurso no plenário da Câmara dos Deputados contra o ministro da Fazenda da época, Joaquim Murtinho. O parlamentar acusava o ministro do governo Campos Sales de estampar uma das cédulas de dinheiro que circulavam no país com o retrato de uma prostituta famosa no Rio de Janeiro, então capital do país.

"Aqui está uma nota em que figura uma das meretrizes mais conhecidas na Capital Federal: senhora Prates", discursou Cardoso, enquanto exibia na tribuna uma cédula de 2 mil réis que circulava na época. O caso provocou grande discussão entre deputados presentes no plenário, conforme ficou registrado nos "Annaes da Câmara dos Deputados" de setembro de 1900.

Oficialmente, a estampa da mulher na cédula de 2 mil réis que provocou discussão no legislativo federal é reprodução de um quadro chamado "Saudade", do pintor austríaco Conrad Kiesel (1846-1921). O episódio foi resgatado pelo historiador José Murilo de Carvalho no seu livro "A formação das almas: O imaginário da República no Brasil": "Em 1900, o deputado Fausto Cardoso denunciou na Câmara dos Deputados o ministro da Fazenda, Joaquim Murtinho, por ser 'um homem que manda reproduzir nas notas do Tesouro, nos dinheiros do Estado, como símbolo da República, o retrato de meretrizes".

Hoje em dia são oito tipos de cédulas do real em circulação (1, 2 ,5, 10, 20, 50, 100 e

DIVULGAÇÃO

200 reais). Mas já houve mais de cem tipos de cédulas em circulação ao mesmo tempo. Segundo o livro "Dinheiro no Brasil", de Francisco dos Santos Trigueiros, em 1900 havia 103 tipos de notas de mil-réis em circulação no território nacional, com valores entre 500 réis e 500 mil réis. Desde o Império, segundo o autor, os bancos particulares e estaduais eram autorizados pelo governo central a fazerem emissões próprias e, como as notas não eram recolhidas, havia um acúmulo de estampas de dinheiro em circulação.

A situação só começou a ser revertida a partir de 1942 pelo presidente Getúlio Vargas, com o lançamento do cruzeiro em substituição ao mil-réis. Pouco antes do lançamento do cruzeiro, havia 62 cédulas em circulação de mil-réis, segundo o livro "Papel moeda - Livro completo", de Rodrigo Maldonado e Fernando Antunes.

As notas também são uma maneira de levar à população personalidades ilustres da história. Uma delas é o Barão do Rio Branco, que ilustrou diversos tipos de cédulas ao longo da República, mas que ficou célebre na cédula de mil cruzeiros que circulou nos anos 1980. A popularidade foi tão grande que "barão" virou sinônimo de mil cruzeiros na época.

"As notas também servem para mostrar personalidades esquecidas ou pouco conhecidas da história. Apesar de não ser uma figura histórica tão conhecida na época dos cruzeiros, em especial entre os jovens, todo mundo sabia do barão", diz Fernanda Disperati.

O dinheiro em circulação também foi utilizado em períodos da história do país como instrumento de propaganda do governo. No período imperial, as cédulas traziam o rosto do governante da época, o imperador Dom Pedro II. Durante o Estado Novo, o retrato do presidente Getúlio Vargas estampava cédulas e moedas de cruzeiros em circulação no país. "O sistema monetário era utilizado como parte da propaganda política de Getúlio Vargas", diz Martins da Cruz. "O chamado 'pai dos pobres' estava em todos os lugares, inclusive no bolso dos brasileiros", completa.

Para o futuro, a expectativa é de que o dinheiro físico perca cada vez mais espaço para outras formas de pagamento, em especial transações eletrônicas. As compras eletrônicas na internet e popularização do PIX — meio de pagamento eletrônico instantâneo e gratuito — contribuiu para a substituição do dinheiro físico pelos sistemas tecnológicos e fez com que os brasileiros carreguem cada vez menos cédulas e moedas no bolso.

"O dinheiro físico perde cada vez mais a sua função e, no futuro, a história numismática passará a ser contada mais pelas medalhas comemorativas do que pelas moedas e cédulas", diz Gallas. ■

ARQUIVO GLOBO

ANTONIO NERY/AGÊNCIA O GLOBO

Verso de cédula de 100 cruzeiros, com imagem do Congresso Nacional; ao lado, nota de 100 mil cruzeiros (com carimbo de 100 cruzados) ilustrada por Juscelino Kubitschek

CRÉDITO

CRÉDITO

Da esq. para a dir.: cédulas de 500 cruzados novos com o naturalista Augusto Ruschi; mil cruzeiros reais com o educador Anísio Teixeira (anos 1990) e a cédula de 20 reais

"Ser atriz foi muito mais fácil do que todas as outras coisas", conta Carmen Maura, a musa de Almodóvar, que tem mais de 160 papéis na carreira. Por Elaine Guerini, para o Valor, de Madri

Viver para interpretar

DIVULGAÇÃO

Carmen Maura como Pepa, a personagem de "Mulheres à Beira de Um Ataque de Nervos" que a tornou conhecida mundialmente

Aos 76 anos, Carmen Maura admite que cometeu muitos erros na vida, "principalmente ao escolher homens e como mãe". Mas a decisão mais acertada que a espanhola tomou foi seguir a carreira de atriz, aos 25 anos, mesmo com um filho pequeno e grávida do segundo. "Se soubesse o que aconteceria com a minha vida pessoal, talvez eu não tivesse sido tão valente. Uma mulher de família naquela época não era bem-vista como atriz", conta Carmen, sobrinha-neta de Antonio Maura y Montaner (1853-1925), escritor e ex-presidente da Espanha.

"Hoje sei que teria ficado louca se tivesse tomado outro rumo, já que interpretar era a única coisa que eu fazia realmente bem", diz Carmen, com mais de 160 títulos na bagagem, entre filmes e séries de televisão. Assim que ela ingressou em um grupo teatral no Ateneo de Madrid, a carreira deslanchou — "em contraste com a vida complicada em casa". Em 1970, seu então marido, o advogado Francisco Forteza, pediu o divórcio e conseguiu a custódia dos dois filhos, María del Carmen e Pablo, frutos da união de quatro anos, de quem a mãe foi afastada.

O jeito foi cair de cabeça no trabalho. "Ser atriz foi muito mais fácil do que todas as outras coisas na minha vida", afirma Carmen, homenageada no último domingo em Madri, cidade onde nasceu. Pela sua contribuição artística, ao longo de quase 50 anos de carreira no cinema, ela recebeu um troféu honorário nesta 9ª edição dos Prêmios Platino, a celebração da indústria audiovisual ibero-americana equivalente ao Oscar para as produções faladas em espanhol e português.

"Quando ouço dos outros tudo o que já fiz e como sou boa nisso [risos], fico surpresa porque nunca fiz cursos de interpretação", conta a atriz, formada em filosofia e literatura em Paris. "Tenho tantos prêmios que só a sorte justifica. Como há muita gente boa que nunca ganha, poderia dar algum dos meus troféus", brinca Carmen, vencedora de quatro Goyas, o Oscar espanhol. O primeiro deles veio com o retrato da despachada Pepa, de "Mulheres à Beira de um Ataque de Nervos" (1988), sob a direção de Pedro Almodóvar, de quem se tornou uma atriz-fetiche.

"O trabalho é como uma vitamina para mim. Ele me faz bem fisicamente", diz Carmen, elegante em um terninho bege com listras, calças pretas e sapatos de salto baixo. Acostumada a rodar uma produção atrás da outra, ela acaba de interpretar a "pior vilã" de sua carreira em "Rainbow", uma adaptação livre de "O maravilhoso mágico de Oz", do escritor americano L. Frank Baum. A ideia do diretor Paco León é apresentar aqui uma versão moderna e espanhola das aventuras de Dorothy, a garota de uma pequena fazenda do Kansas, eternizada nas telas por Judy Garland na adaptação cinematográfica de 1939.

ANTONIO TORRES/DIVULGAÇÃO

Nessa comédia de fantasia, com lançamento previsto na Netflix no segundo semestre, a personagem de Carmen é inspirada na Bruxa Malvada do Oeste, aquela que quer roubar os sapatos de rubi de Dorothy. "É a mais má que já fiz. Por ser bruxa, a maldade é a sua profissão, o que não a deixa com complexo de culpa. Ela é feliz assim, apesar de sua colega bruxa, vivida por Carmen Machi [em papel baseado na Bruxa Má do Leste], fazê-la sofrer. E vice-versa."

A partir de julho, Carmen começa a gravar na Argentina a sua participação na série "Limbo... Hasta que lo Decida", da dupla Mariano Cohn e Gastón Duprat, mais conhecida pela premiada comédia "O Cidadão Ilustre" (2016). Sua personagem cruzará o caminho da protagonista, uma jovem milionária (Clara Lago) que terá a vida virada de cabeça para baixo com a morte do pai, passando a lidar com o legado, os segredos e as rivalidades familiares.

"Já rodei em muitos países da América Latina. E o mais fascinante é como eles são diferentes, mesmo apresentando a mesma vitalidade e o mesmo entusiasmo. Trabalhei na Costa Rica, no México, na Venezuela, na Colômbia, no Uruguai, na Argentina, no Chile e no Brasil", destaca a atriz, dirigida em 2019 por Miguel Falabella em "Veneza", comédia dramática lançada no ano passado nas salas. "Foi genial ser a dona de um bordel. O set de filmagem foi uma loucura, com muita facilidade para inventar e improvisar", recorda ela.

Ao fazer um apanhado de sua trajetória, Carmen cita Almodóvar, de quem foi musa — até eles se desentenderem e ficarem muitos anos afastados. Foi com o diretor espanhol que a atriz foi projetada internacionalmente, a partir de "Pepi, Luci e Bom" (1980), na pele de uma mulher que cultiva maconha na varanda de casa e quer se vingar do policial que a estuprou. Depois vieram "Maus Hábitos" (1983), "O Que Eu Fiz para Merecer Isso?" (1984), "Matador" (1986), "A Lei do Desejo" (1987) e "Volver" (2006). Este último título garantiu a Carmen e também a todo o elenco feminino o prêmio de melhor atriz no Festival de Cinema de Cannes.

Hoje aos 76 anos, Carmen Maura diz que seguir a carreira de atriz foi sua decisão mais acertada. "Hoje sei que teria ficado louca se tivesse tomado outro rumo"

"A parceria fez bem a nós dois. Pedro me ajudou muito. Eu o conheci no teatro, onde ele não era um bom ator", afirma Carmen, rindo. "Mas era a pessoa mais simpática, com quem logo me identifiquei. Ficamos muito amigos. Ele me fazia rir, me contava muitas histórias e me acompanhava até a minha casa. A primeira coisa que fizemos juntos foi um curta-metragem em super 8", conta, sem se lembrar do título da obra.

Ela só recorda que sua personagem era uma apresentadora de TV cleptomaníaca que entrevistava uma mulher cega. "A verdade é que nenhum de nós podia imaginar que estaríamos aqui hoje. Agora a produtora de Pedro tem até elevador", brinca ela, referindo-se à empresa El Deseo, fundada em 1986, em Madri.

O teatro também a instiga. Carmen acaba de voltar de uma temporada em Paris, no teatro Hebertot, onde apresentou "L'Hirondelle", uma adaptação de "La Golondrina", do espanhol Guillem Clua, no papel de uma severa professora de canto. "Foi o meu reencontro com os palcos", afirma ela, lembrando que é fiel ao estilo de atuação desenvolvido sozinha, sem recorrer a um método específico, estudando em casa.

"Desde criança nunca precisei fazer esforço para me colocar no lugar de outra pessoa", conta, antes de deixar transparecer que seu coração bate mais forte pelo cinema, apesar da necessidade de atuar no teatro de vez em quando. "Minha vida não teria a mesma graça se eu não me colocasse diante de uma câmera. Ela já faz a metade do trabalho", diz, abrindo um sorriso. ■

O 'flâneur' na era digital

Como experimentar o que acontece ao redor quando nossos olhos estão sempre voltados para a tela do celular? Por Marcela Marcos, para o Valor, de São Paulo

"Os séculos passam, deslizam, levando as coisas fúteis e os acontecimentos notáveis. Só persiste e fica, legado das gerações cada vez maior, o amor da rua." Este trecho de uma crônica de João do Rio, publicada originalmente em 1908, praticamente resume a ideia do próprio livro em que se encontra: "A alma encantadora das ruas".

O autor, que tinha o hábito de perambular pelas vias do Rio de Janeiro e fazer uma espécie de "poesia do asfalto", ficou conhecido como um "flâneur" brasileiro. O termo em francês tem sinônimos como "vadio", "caminhante", "errante". É justamente a arte de ser não apenas espectador do que acontece na rua, mas de se integrar à paisagem urbana; de ser a própria cidade.

O hábito está na essência dos cronistas, por exemplo. Mas, na era da informação, em que o cotidiano é atravessado pela tecnologia, ainda é possível "flanar"?

Para o jornalista e escritor Xico Sá, entusiasta da "flânerie", a prática, que já estava ameaçada pelos aparelhos celulares, levou um golpe adicional durante a pandemia. "Insistimos em ter a rua no horizonte, mas estamos bastante prejudicados a essa altura. O simples fato de checar mensagens enquanto caminhamos já muda a arte de flanar, que é estar totalmente entregue à observação mundana. O [escritor Honoré de] Balzac dizia que o 'flâneur' faz uma espécie de gastronomia do olhar, experimentando o movimento das esquinas, os bondes."

Que o diga o poeta francês Charles Baudelaire, que definia o "flâneur" como alguém que anda pela cidade a fim, mesmo, de experimentá-la. Se é verdade que estamos mais atentos ao que acontece nas telas do que à vida passando fora delas, o isolamento social parece ter contribuído para aprofundar esse fenômeno. As lentes do cronista precisaram de ajuste.

"Lembro que, nos primeiros dias da pandemia, estava com algumas encomendas de crônica para atender e fiquei bloqueadíssimo porque perdi a calçada, o café numa esquina. Esse período tirou de nós nossa grande pauta", conta o jornalista, que emenda: "Precisei escrever sobre o gato dentro de casa e muito mais sobre o que eu via da janela do que o que eu via da esquina."

A doutora em geografia Maria Ester Viegas diz que o efeito da pandemia não é duradouro. "Os velhos hábitos voltam muito rapidamente. A interdição durou pouco tempo para que pudesse afetar práticas que são construídas durante toda uma vida, de pessoas, de gerações. No final do dia, já é possível retomar uma cerveja com amigos, um café no terraço, ou tomar uma água de coco na praia", observa Viegas, que é coautora de uma pesquisa acadêmica que discute a "flanérie" em tempos pandêmicos.

Em uma perspectiva filosófica, é possível enxergar um caráter perene na figura do caminhante. "Diante das transformações constantes da vida nas grandes cidades, o 'flâneur' está ali para mostrar algo que permanece, algo que, pela fruição estética da vida, pode provocar a sensação de infinito", explica Anderson Zanetti, formado em filosofia e docente da Faculdade Sesi-SP de Educação.

Essa infinidade, entretanto, é desafiada pela internet. "As movimentações, odores, texturas, ruídos e paisagens devem ser percebidas, sentidas e vividas no momento dos acontecimentos, de forma direta e única. No caso do ambiente virtual, há a mediação da tela e possíveis edições e direcionamentos de câmeras, ou plataformas digitais, às quais o indivíduo está submetido. O espírito livre e rebelde do 'flâneur' não pode se realizar em um mundo virtual que busca administrar seu olhar, sua escuta e todas suas sensações", diz Zanetti.

Até faria sentido imaginar um "'flâneur' cibernético", se a navegação pela web fosse livre — o que, por si só, já é um contrassen-

MISAEL SILVERA POR PIXABAY

so. "A capacidade de 'navegar' livremente pelos sites, em um processo exploratório, de descobertas e surpresas, foi colonizada por corporações como Google e Facebook, que levam seus usuários a ficarem presos a seus 'jardins murados', onde tudo deve ser transparente, compartilhado e recomendado, sem as fricções do risco, da incerteza", observa o sociólogo Liráucio Girardi Junior, professor na Faculdade Cásper Líbero e na Universidade de São Caetano do Sul, ao citar o texto intitulado "A segunda morte do 'flâneur'", do bielorrusso Evgeny Morozov. "Como dizia Morozov: o traço que marca o passeio do 'flâneur' é o fato de ele não saber o que lhe interessa mais."

Ele destaca, porém, as novas perspectivas que a internet tem trazido para essa experiência. "Muitas vezes a 'flânerie' foi considerada 'morta', uma vez que está entrelaçada com o ambiente da cidade moderna em constante transformação. Hoje, com a criação de novos espaços comunicacionais, a partir da integração dos mais variados dispositivos à rede e entre si, os deslocamentos estão sendo expandidos ou aumentados, particularmente, pelo turismo, gerando novos tipos de experiência para todos que se interessam pelo cotidiano da cidade e sua história."

Nesse sentido, o sociólogo menciona a criação do Dérive App (disponível na Google Store e Apple Store), que, na própria descrição para download, é definido como "uma plataforma simples, mas envolvente, que permite aos usuários explorar seus espaços urbanos de maneira despreocupada e casual". Funciona como um jogo em que o usuário se perde de propósito por determinada região e é estimulado a descobrir novos espaços. Isso ocorre por meio de cartões de tarefas, sorteados de maneira aleatória, que indicam iniciativas como sentar-se em um parque, mover-se na direção de um rio etc. Trata-se de uma forma, no mínimo, curiosa de integrar a geografia urbana ao universo digital.

Por outro lado, quando essa integração não acontece, podemos nos deparar com uma série de prejuízos da pós-modernidade, tanto físicos quanto emocionais. As mídias digitais contribuem para o combo.

"Nós perdemos o que acontece à nossa volta, no presente. Muitas pessoas veem um show ao vivo por intermédio de sua câmera, mesmo estando lá. Ou, quando querem fotografar um evento, elas perdem o momento em que está acontecendo, para vivenciá-lo por meio de uma foto. Elas registram o que vão comer, o local onde estão, com quem estão. Com as redes sociais, gente passa a viver em uma sociedade muito mais do parecer do que do ser", afirma a psicóloga Anna Lucia Spear King, doutora em saúde mental.

King fundou e coordena o Laboratório Delete – Detox Digital e Uso Consciente de Tecnologias, do Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ela destaca, ainda, a falta de profundidade dos diálogos e a perda das minúcias do cotidiano, "das pessoas que a gente poderia conhecer e não conhece porque não tira a cara do celular".

O termo em francês 'flâneur' tem sinônimos como 'caminhante', "errante': é a arte de ser não apenas espectador do que acontece na rua, mas de se integrar à paisagem urbana

Dependendo da intensidade, os usuários de internet podem desenvolver a dependência patológica da tecnologia, que é chamada de nomofobia. Em geral, nesses casos, há um transtorno mental associado, como ansiedade ou depressão, quando a fixação pelo ambiente tecnológico compromete a vida acadêmica, pessoal ou profissional. A condição requer acompanhamento psiquiátrico.

Em que medida tudo isso se conecta à crônica? A chave (que precisa ser constantemente virada) está em não se fechar em si, sugere Xico Sá. "É como o corpo. O músculo atrofia, o olhar atrofia se a gente não voltar a observar a paisagem, o cara que chora no Metrô [de São Paulo] numa segunda-feira entre o Paraíso e a Consolação." ■

Josh Brolin volta à TV em faroeste sci-fi

'Outer Range' acerta na atmosfera sombria. Por **Luciano Buarque de Holanda**, para o Valor, de São Paulo

Outer Range
EUA - 2022. Criador: Brian Watkins
Onde: Amazon Prime Video

Algo estranho paira em torno do rancho dos Abbotts, na pequena cidade de Wabang, Wyoming. Sons misteriosos ecoam no horizonte, provocando revoadas de pássaros. Horas parecem se passar em minutos, ao passo que algumas das vacas desgarradas andam sumindo nos pastos, sem razão aparente.

Para Royal Abbott (Josh Brolin, de "Onde os Fracos Não Têm Vez") e sua família, a atmosfera não poderia ser mais agourenta, tendo se passado apenas nove meses do inexplicável desaparecimento de Rebecca, esposa do primogênito Terry (Tom Pelphrey, o irmão bipolar de Wendy Byrde em "Ozark"). Um grande abismo parece cercá-los, impressão que, como veremos, ganhará conotação literal.

Certa manhã, ao cruzar uma área remota de suas terras, Royal se vê diante de uma misteriosa cratera, formando uma perfeita circunferência no solo. No fundo dela, nada exceto escuridão, um vazio nebuloso que parece se estender até outra dimensão. Mergulhando a mão no buraco, o patriarca experimenta uma torrente de visões premonitórias, antes de se apressar em voltar para casa, sem tocar no assunto.

O incidente coincide com a chegada de Autumn (Imogen Poots, de "Meu Pai"), uma jovem mochileira que surge oferecendo dinheiro para acampar dentro dos limites de suas terras. Royal logo entenderá que a forasteira esconde alguma conexão com sua descoberta.

"Outer Range" acerta na atmosfera sombria, meio onírica, com um pé em "Westworld" e outro em "Twin Peaks", no que toca a estranheza de certos diálogos e a insólita aparição do bisão cravado de flechas, visto em vários momentos da série. A ideia de fendas temporais, ou interdimensionais, no entanto, vem se firmando como um novo clichê sci-fi. De uma forma ou de outra, a temática já foi vista em "Dark", "Les Revenants", "Klata", "The OA", "The Beforeigners - Os Visitantes", só para ficarmos em séries de TV.

"Outer Ranger" não deixa de ser original, intrigante, mas não se sobressai. Seria até mesmo dispensável se não fosse o drama familiar-criminal que serve de pilar à trama.

Há uma disputa territorial com os Tillersons, família mais poderosa da região, guiada pela ganância do patriarca, Wayne Tillerson (Will Patton, de "Falling Skies"), um velho enfermo e excêntrico, obcecado por taxidermia e arte erótica. Seus filhos são igualmente difíceis, sobretudo quando estão sob efeito do álcool. Um conflito violento entre Terry e um dos Tillerson acaba criando uma situação insustentável entre as duas famílias.

Paralelamente, Terry lida com sua perda, fazendo o possível para manter o otimismo junto à pequena Amy, sua filha, porém admitindo em segredo que vive um limite pessoal.

O elenco inclui Lili Taylor ("A Sete Palmos"), como Cecilia, esposa de Royal; Lewis Pullman (do novo "Top Gun: Maverick") como Reth, caçula dos Abbotts e peão de rodeio em ascensão; e Tamara Podemski ("Coroner"), interpretando a xerife local, Joy.

Favorecido pela marcante trilha sonora, com faixas de Johnny Cash, Leonard Cohen, Bob Dylan, Kendrick Lamar e Rolling Stones, "Outer Range" marca o primeiro papel fixo de Josh Brolin num seriado de TV em quase duas décadas. O ator também coassina a produção executiva, ao lado de Brad Pitt e outros.

DIVULGAÇÃO

Josh Brolin faz Royal Abbott, que descobre uma misteriosa cratera de fundo escuro, em "Outer Range" (Amazon Prime)

No nevoeiro dos desejos inconscientes

'Anatomia de um Escândalo': crime e castigo no ritual dos tribunais. Por **Sérgio Telles**, para o Valor, de São Paulo

Anatomia de um Escândalo Reino Unido, 2022. Criadores: David E. Kelley e Melissa James Gibson. Onde: Netflix

DIVULGAÇÃO

Sienna Miller interpreta a mulher do acusado de estupro, que tem participação decisiva para o desfecho do caso

Crime e castigo são questões que atormentam a humanidade desde a desobediência de Eva, que nos fez herdeiros de uma implacável e nunca atenuada punição divina. Baseado num livro de Sarah Vaughan, a série inglesa "Anatomia de um Escândalo" (Netflix) se utiliza da bem-sucedida fórmula já aplicada muitas vezes no cinema, em que crime e castigo são representados no ritual dos tribunais.

Tal ritual reproduz, por sua vez, o cenário interno desde sempre intuído por todos, mas iluminado definitivamente por Freud ao descrever o conflito psíquico como decorrente — entre outros fatores — de um ego que luta contra o julgamento e as punições incessantes do superego.

Além desse apelo mais amplo, "Anatomia de um Escândalo" tem um outro elemento muito atual — uma grave acusação de estupro.

Que vivemos numa sociedade patriarcal, machista, onde a violência contra a mulher é uma constante e se manifesta de várias maneiras, desde preconceitos, salários injustos, boicote profissional, agressões físicas, estupros e assassinatos, é um fato indiscutível que deve ser combatido vigorosamente com todos as armas que a sociedade dispõe.

Mas não é esse tipo inequívoco de estupro que é tratado em "Anatomia de um Escândalo". Estamos num outro plano. Aqui a violência é de outra ordem, ela não é necessariamente física e se exerce por coação, pelo abuso do poder. Os fatos não são tão evidentes e explícitos, os limites e transgressões ficam difíceis de precisar — até onde vai o consentimento, onde começa o abuso?

De qualquer forma, é uma prática antiga contra a qual constituiu-se mais recentemente uma forte oposição, que, nos Estados Unidos, se organizou socialmente e criou uma ativa militância sob o nome de MeToo.

A filósofa e psicanalista francesa Sabine Prokhoris recentemente escreveu contra os graves desvios do que chama "Feminismo MeToo" — a cultura da denúncia de abusos sexuais por parte dos homens e a sacralização das supostas vítimas, mulheres cujas acusações não podem ser questionadas.

À "narrativa patriarcal" se contrapõe uma "narrativa feminista" que vê o homem como "predador", e não leva em conta a possibilidade de falsos testemunhos (deliberados conscientemente ou derivados de fatores inconscientes) por parte da mulher.

Tal postura não leva em conta que homens, mulheres e crianças mentem e que a vida sexual de todos (homens e mulheres) está permeada por fantasias censuradas, reprimidas, negadas, projetadas, muitas vezes fazendo com que a realidade fática mal se vislumbre no meio do nevoeiro provocado pelos desejos inconscientes.

Ademais, a psicanálise mostra que a memória é pouco confiável, passível de ser remodelada por motivações conscientes e inconscientes e pelas pressões do momento presente.

Numa situação como a mostrada em "Anatomia de um Escândalo", em que uma mulher apaixonada, que já praticou inúmeras vezes sexo consensual com seu suposto agressor a quem acusa de estupro, é difícil estabelecer as gradações entre o que é permitido ou não no intercurso sexual num determinado momento.

Além do mais, não se pode ignorar a influência das flutuações afetivas que ocorrem numa relação amorosa, a emergência de raivas, ciúmes, vinganças que podem condicionar uma acusação. Colocar automaticamente a acusadora como a vítima que não pode ter sua versão checada e examinada é uma postura ideológica, irracional, que pode levar a grandes injustiças.

"Anatomia de um Escândalo" explora com muita pertinência as ambiguidades das emaranhadas situações humanas em jogo no julgamento, deixando claro como é difícil a tarefa de captar a fugidia verdade em meio a tantos interesses conflitantes. Como fazer justiça baseada em afirmações baseadas na memória, cuja confiabilidade é mínima, e que é permanentemente refeita em função dos afetos antigos e atuais, bem como dos interesses do momento presente?

Em "Anatomia de um Escândalo", o protagonismo é das mulheres. As duas advogadas, a de defesa e a de acusação, que mostram os impasses dos depoimentos dos envolvidos; a acusadora e a mulher do indiciado, que tem uma decisiva participação no desfecho do caso. Elas não são virtuosas portadoras da pura verdade, apenas seres humanos com as contradições que lhes são próprias.

E são elas que decidem o destino do homem. Teria ele alguma chance?

Sérgio Telles é psicanalista e escritor, autor de vários livros, entre eles "Posto de Observação" (Editora Blucher, 2017) ■

Quando Thomas Mann e família vão ao divã

Portuguesa Teolinda Gersão analisa a mãe brasileira do escritor. Por **Norma Couri**, para o Valor, de São Paulo

O regresso de Júlia Mann a Paraty
Teolinda Gersão
Oficina Raquel
128 págs., R$ 59,00

Nada estranho que Sigmund Freud (1856-1939) abra o primeiro dos três capítulos de "O regresso de Júlia Mann a Paraty", da portuguesa Teolinda Gersão, um livro disposto a analisar a mãe brasileira dos escritores alemães Heinrich (1851-1950) e Thomas Mann (1875-1955). A família é um prato cheio para o divã do pai da psicanálise, recheada de relações incestuosas, homoeróticas, complexos de Édipo e Electra. É ficção, mas é tudo verdade, escrito em formato epistolar de cartas nem sempre enviadas.

O capítulo "Freud pensando em Thomas Mann em dezembro de 1938" se passa nove meses antes da sua morte aos 83 anos, nove meses depois da anexação da Áustria à Alemanha. Exilado na Inglaterra, o que o incomoda é a ambiguidade do riquíssimo Thomas em relação ao nazismo.

"Thomas não amou verdadeiramente a ninguém, a não ser a si próprio, teve com o pai uma relação distante, a mãe atraía-o de forma ambígua, envergonhava-se por ela ser estrangeira." Também rivalizava com o irmão, Heinrich, e com o filho, crítico cáustico, Klauss (1906-1949). Seus livros contam tudo, como "José e seus irmãos".

Mas é em "Morte em Veneza" (1912), na paixão de Gustav Aschenbach pelo menino polonês Tadzio, que Freud identifica a "pulsão homossexual que nunca deixou de esconder (...) A livre satisfação sexual é incompatível com a civilização".

Thomas invejava-o, mas ele também, circunspecto, desejou ser conquistador como seu conterrâneo, escritor e médico Arthur Schnitzler (1862-1931), seis anos mais novo, "que atraía, como um ímã, as mulheres". Evitava-o, como Thomas evitava o encontro com Freud. "Encontrar seu duplo é sinal de morte... a pulsão erótica e a pulsão de morte são as forças primordiais, por cuja polaridade a vida é dominada".

"Thomas Mann pensando em Freud em dezembro de 1930" revela sua pulsão erótica até em relação ao pai da psicanálise, 19 anos mais velho: "Estou a tentar seduzi-lo... neste momento, dr. Freud, estou a apaixonar-me por si". Thomas apaixonou-se pelo próprio filho, Klaus, e por um amigo dele, Heuser, de 17 anos.

Thomas esteve no Hôtel des Bains e fixou-se num garoto de 11 anos, como acontece em "Morte em Veneza". O amor incestuoso entre Sigmund e Sieglinde em "O sangue dos Walsungs" revela o amor de sua mulher, Katia, pelo irmão gêmeo, Klaus, da família judia Pringsteins, uma das mais ricas de Munique.

DIVULGAÇÃO

A premiada Teolinda Gersão, de 82 anos, interliga três histórias sob viés psicanalítico

Freud acertou — foi um casamento sem amor para garantir uma escrita tranquila e render um Prêmio Nobel de Literatura em 1929. Thomas invejava o irmão boêmio, Heinrich, o preferido da mãe. Júlia frequentou os livros dos filhos, como "Entre raças" — Heinrich sempre inseria uma personagem estrangeira, mulheres mestiças e sedutoras, atrizes como Lola em "O anjo azul".

Para Thomas, Júlia inspirou Gerda em "Os Buddenbrook", Rodde em "Doutor Fausto", a Mãe Consuelo em "Tonio Kröger" e a mãe de Gustav em "Morte em Veneza". O Brasil é personagem em "As confissões do impostor Felix Krull".

"O regresso de Júlia Mann a Paraty" sugere o suicídio de Júlia afogando-se como Virginia Woolf para regressar a Paraty pelas águas que separam o Velho do Novo Continente.

Estrangeira na Europa, exótica, linda e mestiça por ter sangue indígena na família da mãe, suas gargalhadas chocavam os salões e sua música atraía o desejo dos homens. Viveu sete anos livre entre papagaios, macacos, mar, conchas, búzios, zumbidos e cheiros de floresta junto à "mãe preta" Ana. Júlia vivia feliz com a mãe na rede, comia doce de cana-de-açúcar e bebia leite de coco.

Seu pai, Johann Ludwig Hermann Bruhns, alemão de Lübeck, emigrou para o Brasil aos 16 anos trocando o nome para João Luis Germano. Era fazendeiro, dono de plantações de açúcar entre Santos e Rio de Janeiro. Casou-se com Maria Luisa da Silva, que morreu do parto do sexto filho quando Júlia tinha seis anos. No ano seguinte embarcaram todos para a Alemanha. Os irmãos foram separados, o pai casou-se com a cunhada e Júlia foi morar numa pensão.

A terra mágica de cores foi trocada pelo mundo em branco e preto. A língua materna, proibida. Queria ser atriz, não deixaram. Queria casar-se com o homem que amava, não estava à altura. Aos 17 anos foi forçada a casar com um comerciante mais baixo que ela, nervoso e depressivo, Thomas Johann Heinrich Mann, de 29 anos.

Queria ser amada, virou zeladora de móveis e louças, boa anfitriã, num casamento de 20 anos de desencontros na cama, na mesa, na casa, na vida. Até a morte do marido, que no testamento negou todos os bens à família. Talvez punição, o último filho era fruto da relação com seu professor de violino: Viktor foi o único que não trazia no sangue o "grão de loucura dos Mann".

A família foi desastrosa. Dos cinco filhos, duas se suicidaram: Carla com cianeto, Lula, morfinômana. Klaus, filho de Thomas, também se matou. Salvou-se a obra dos atormentados Heinrich, Thomas e Klaus. O último capítulo é o do ano da sua morte, 1923, aos 71 anos, oficialmente num hotel. Aqui, mergulhando fundo no oceano para retornar simbolicamente a Paraty onde voltaria a ser feliz. Júlia da Silva Bruhns manteve até o fim o Silva no nome.

Autoconhecimento por meio da escrita

Alba de Céspedes descreve a vida de uma mulher nos anos 1950. Por **Kelvin Klein**, para o Valor, do Rio

Caderno proibido Alba de Céspedes
Trad.: Joana Angélica d'Avila Melo
Companhia das Letras
288 págs., R$ 79,90

Apesar do nome espanhol, por conta das raízes cubanas, Alba de Céspedes foi uma escritora italiana, nascida em Roma em 1911 e falecida em Paris em 1997. Sua trajetória foi riquíssima, tendo escrito não apenas romances e poesia, mas também uma série de roteiros para cinema, televisão, rádio e teatro, além de ter atuado na resistência italiana durante a Segunda Guerra Mundial.

Sua estreia literária ocorreu em 1935, aos 24 anos, com a coletânea de contos "A alma dos outros". Três anos depois ela publicou seu primeiro romance, "Ninguém volta atrás", a história de oito estudantes universitárias em Roma. O regime fascista tentou censurar a obra, solicitando o recolhimento do livro ao editor, que recusou.

Durante a guerra, reiterou essa postura combativa, atuando na rádio do movimento de resistência com o codinome Clorinda. Em 1944, em Roma, fundou sozinha a revista "Mercúrio", que durou quatro anos, publicando nomes como Alberto Moravia, Ernest Hemingway e Natalia Ginzburg, entre muitos outros.

O romance "Caderno proibido", originalmente lançado em 1952, conta a história de Valeria Cossati e seu súbito desejo de iniciar um diário. Ao sair de casa para comprar cigarros para seu marido, Valeria adquire também o "caderno proibido" do título, um artigo que não podia ser vendido aos domingos. "Mantive o caderno sob o casaco por todo o caminho, até em casa", escreve ela. "Temia que ele escorregasse, que caísse no chão enquanto a zeladora me contava sei lá o que sobre a tubulação de gás."

O diário se transforma no registro tanto de uma situação fixa — a casa, a família, o marido e os filhos, a rotina na Roma dos anos 1950 — quanto de um processo de mudança: quando começa a escrever, a colocar no papel aquilo que vê e sente, Valeria percebe que necessita muito mais da vida do que aquilo que vinha recebendo até o momento.

"Eu hoje sou muito mais livre, muito mais rebelde", escreve em determinado ponto. E sobre o marido: "Ele continua a se relacionar comigo por meio de uma imagem que não me espelha mais. Se eu o abordasse e, de repente, tentasse resumir minhas mudanças graduais, me descrevendo sinceramente como sou hoje, ele não acreditaria em mim".

O diário vai de novembro de 1950 a maio de 1951, e é possível perceber na construção episódica a marca de sua publicação inicial em revista, de forma seriada. Alba de Céspedes, de modo muito habilidoso, consegue apresentar na narrativa tanto um retrato nuançado da sociedade italiana no pós-guerra quanto um estudo sutil da psicologia feminina e das transformações comportamentais.

Como escreve Mariella Muscariello no excelente posfácio que acompanha a edição brasileira, "o texto se constrói sobre o duplo plano dos fatos e da consciência", ou seja, dando conta dos eventos externos e também da vida íntima da narradora.

O modo como Valeria protege o caderno dos olhares da família é representativo desse choque entre o plano dos fatos e o da consciência. O que é "proibido" não é apenas o caderno, mas todo o movimento de reflexão (e autocrítica) que nasce na narradora por meio da escrita.

O leitor do romance percebe rapidamente que é a própria escrita do diário que cria as situações que dão andamento à trama. É em torno desse caderno proibido que se arma o drama vivido e descrito por Valeria:

"É melhor eu parar de escrever, do contrário não poderei esconder o caderno a tempo. Agora o mantenho trancado numa gaveta onde conservo minhas recordações de infância e as cartas de Michele, uma gaveta que ninguém nunca abre".

MONDADORI PORTFOLIO/DIVULGAÇÃO

"Caderno proibido", de Alba de Céspedes, foi lançado originalmente em 1952

Valeria apresenta, desde o início, a aventura da construção de uma subjetividade, algo que é simbolizado na escrita do nome na primeira página do caderno: "Toda vez que abro este caderno, olho meu nome, escrito na primeira página. Sinto certa satisfação em ver minha letra sóbria, não muito alta, inclinada de lado, que no entanto denuncia claramente a minha idade".

"Caderno proibido" vem se juntar a outros romances que absorvem o gênero diário com maestria, como "Os detetives selvagens", de Roberto Bolaño; "Quarto de despejo", de Carolina Maria de Jesus; e "O romance luminoso", de Mario Levrero.

O livro de Alba de Céspedes, contudo, se destaca pelo modo como torna inseparável a escrita e a subjetividade, pois é através do exercício da anotação que a protagonista reconhece as fronteiras de sua interioridade.

Jogando com a ideia de "proibido", a narradora descobre aos poucos os conflitos naturalizados da sua rotina, bem como os ressentimentos recalcados. Ao insistir, dia após dia, na atividade secreta da escrita, ela dá voz a uma vida interior até então desconhecida, com um registro estilístico muito bem equilibrado entre a sinceridade e o pudor.

Todos esses elementos combinados fazem de "Caderno proibido" um romance com um ritmo muito peculiar, entre o retrato de época e o mergulho psicológico, que o leitor não consegue largar até chegar ao fim.

Kelvin Falcão Klein é crítico literário e professor de literatura da Unirio

Em um mundo frio que congela a alma

Romance experimental de Anna Kavan ganha nova edição. Por **Luciana Araujo Marques**, para o Valor, de São Paulo

Gelo
Anna Kavan
Trad.: Camila von Holdefer
Fósforo, 208 págs., R$ 69,90

Em "Gelo", de Anna Kavan (1901-1968), três personagens inominados buscam em vão uma rota de fuga em meio a uma catástrofe climática e às consequências de uma virada autoritária, com direito a ameaça nuclear e ausência de informações nas quais confiar.

O fracasso anunciado dessa intenção de salvar-se a si ou quem quer que seja está dado desde suas primeiras páginas, afinal, o embate entre humanidade e natureza tal como os entre civis e forças armadas não se limita a nenhuma fronteira. Está em jogo ainda uma caçada que pode soar como mais singular, mas que também conta uma história coletiva, pois escancara a violência de gênero em meio à tragédia tida como maior.

Ainda que a atualidade de "Gelo" — lançado em 1967, ano em que foi também publicado pela primeira vez no Brasil — salte aos olhos em termos temáticos, o que há de mais rico na experimentação proposta no romance está mais na conjugação psicológico/estética do que em uma visão "à frente de seu tempo". É afinada com as vanguardas do século XX e com o contexto da Guerra Fria, o que ainda nos diz muito hoje.

Em seu livro "Science Fiction" (1978), Sam J. Lundwall afirma que Kavan teria fracassado ao tentar navegar nas águas agitadas da metafísica e do surrealismo, de modo que "Gelo, identificado por ele como "dadaísta", teria causado certo frisson logo após seu lançamento, porém submergido sem deixar vestígios.

O que submergiu talvez fosse só a ponta do iceberg, como leituras posteriores da obra provam. Muitas delas podem ser conferidas no excelente posfácio assinado pela estudiosa Victoria Walker. Apesar da constatação falha de Lundwall, é interessante pensar nas referências usadas pelo jornalista sueco quando se tem em mente que Kavan era também pintora. E "Gelo" tem muito de pictórico.

DIVULGAÇÃO

Também pintora, Anna Kavan dá um tom pictórico a 'Gelo', que foi chamado de dadaísta

No romance, certas molduras parecem apontar para a observação a partir de um espaço interior frio e vazio que se verifica também lá fora e do que ali resta estático e é comunicado por meio da cor (ou de sua ausência): "Minha janela dava para uma paisagem vazia onde jamais havia algum movimento. Não se via nenhuma casa, só os escombros da muralha desabada, uma faixa sombria de neve, o fiorde, a floresta de abetos, as montanhas. Nenhuma cor, só os tons monótonos do preto ao cinza até a derradeira brancura morta da neve".

Paisagem que é também sonora em um espaço todo arquitetado como armadilha: "Fiquei imóvel na sombra das árvores negras onde não podia ser visto. Seus passos eram ruidosos, o gelo amplificava cada som".

Nesse contexto apocalíptico, aquele que se propõe a resgatar a mocinha de cabelos platinados, sempre indefesa quando não ferida, das mãos de um suposto antagonista revela-se ele próprio algoz e detentor das senhas que trancafiam o acesso à história de um triângulo amoroso (em verdade, tenebroso) no interior de um mundo convertido em prisão ártica.

Surge a pergunta: se esse personagem metido a herói de fim de mundo também não tem como e para onde escapar, como pode possuir tais chaves de segurança? A resposta: porque ele é o narrador.

Não à toa, em momentos decisivos do livro aquele que narra também está ao volante do carro. "Estava perdido, anoitecia, eu havia guiado por horas e estava praticamente sem combustível", assim começa a narrativa. Então como acreditar naquele que controla os rumos da história mas está perdido desde o início em um universo onde tudo é adverso e a garota por quem ele é obcecado é uma vítima sem voz e tratada como um objeto de vidro feito para espatifar?

O sadismo do narrador não só é escancarado como faz com que ele inclusive se aproxime de seu rival. "Estava na cara que ele considerava a garota sua propriedade. Eu acreditava que ela pertencesse a mim. Entre nós dois ela era reduzida a nada; sua única função poderia ter sido nos conectar."

Além dessa disputa masculina, que em alguma medida também espelha as disputas territoriais em um mundo agonizante, o espectro feminino convertido em posse e presa também evoca investigações psicanalíticas, como marca da obra da escritora. "Sua personalidade havia sido afetada por uma mãe sádica que a mantinha em um estado permanente de sujeição assustada."

A correspondência entre o contexto mundial totalizador e congelante e a inquietação mental fragmentária e volátil do narrador gera algo do que aprendemos com "O Grito", de Edvard Munch. "De um modo bizarro, a irrealidade do mundo exterior parecia uma extensão do meu estado mental perturbado", ele afirma. "Fazia um frio cruel, e me dei conta de uma conexão entre a temperatura e minha inquietação crescente" é outra de suas observações. Todas as linhas do texto partem de um centro que sente angústia e medo, mas também é o seu causador. Inescapável.

Luciana Araujo Marques é mestre em Teoria Literária e Literatura Comparada (USP) e doutoranda em Teoria e História Literária (Unicamp) ■

Cannes de fato e de ficção

Romance policial francês situado durante o festival de 1949 traz um Orson Welles infatigável, em constante ciranda amorosa e frenesi criativo. Por **Amir Labaki**

Orson Welles em 'O Terceiro Homem', que venceu o prêmio principal de Cannes em 1949

Foi um documentário a primeira produção brasileira a participar oficialmente da competição principal do Festival de Cannes, que no próximo dia 17 inaugura sua 75ª edição. Não aconteceu logo de saída, no festival inaugural de 1946, mas sim em 1949, na terceira edição.

O site do festival registra apenas seu título, "Sertao", sem o til ("Sertão") e sem o subtítulo ("Entre os Índios do Brasil Central"), e erra o nome do diretor. O correto seria Genil Vasconcelos, sendo creditado equivocadamente "Joao G. Martin", provável referência ao um dos operadores de câmera, J. V. Martim.

Documentários de qualquer nacionalidade raramente repetiram o feito de disputar o prêmio principal, na época ainda não batizado como Palma de Ouro, criada em 1955. Apenas dois venceram Cannes: "O Mundo do Silêncio", de Jacques Cousteau e Louis Malle, em 1956; e "Fahrenheit 11 de Setembro", de Michael Moore, em 2004.

"Sertão: Entre os Índios do Brasil" não era o único documentário em competição em 1949. Representando a Bélgica, participava da disputa também "Images d'Éthiope" (Imagens da Etiópia), dirigido pelos franceses Jean Pichonnier e Paul Pichonnier. O site do festival também se equivoca na ficha técnica, creditando apenas Paul como diretor e Jean como roteirista e dialoguista.

Apenas um documentário os precedera em competições oficiais: o ensaio de arquivo "Paris 1900", da francesa Nicole Védrès, selecionado para a segunda edição, em 1947. (Por dificuldades orçamentárias, não houve festival em Cannes em 1948.)

O filme de Genil Vasconcelos se insere entre os pioneiros longas-metragens etnográficos da era sonora no Brasil. A sinopse no banco de dados da Cinemateca Brasileira (felizmente de volta on-line, com a nova administração) o apresenta como "expedição ao território dos Xavantes da Região Centro-Oeste, que registra seu primeiro contato com os não-índios", tendo texto da locução escrito por Osvaldo Alves e Raimundo Magalhães Jr. e lido pelo célebre locutor radiofônico Luís Jatobá.

Não foram diretamente as celebrações previstas para a efeméride da 75ª edição que me levaram a mergulhar na história de Cannes e encontrar o pioneiro "Sertão", mas sim um curioso romance policial francês situado durante o festival de 1949, "L'Assassinat d'Orson Welles" (O assassinato de Orson Welles, Éditions du Rocher, 304 págs., € 18,90, 2019, inédito no Brasil).

Escrito pelo ex-jornalista ("Paris Match", "L'Express") Jean-Pierre de Lucovich, o livro retoma no imediato pós-guerra as aventuras do detetive particular Jérôme Dracéna, lançado no premiado "Occupe-Toi d'Arletty!" (Plon, 2011, também inédito aqui).

Cannes é o epicentro da ação, mas ocupa um pouco menos de um terço da narrativa, abrindo e fechando o livro. Tudo começa quando um tiro atinge o espelho logo atrás de Welles em sua suíte no Hotel Carlton, num fim de tarde de 14 de setembro de 1949, três dias antes do encerramento do festival. Welles lá estava com a equipe de "O Terceiro Homem", o filme noir britânico que venceria aquela edição, dirigido por Carol Reed a partir de um roteiro original de ninguém menos que Graham Greene.

Mais para um personagem de Jean Dujardin ("O Artista") do que para um "flic" de Lino Ventura ("Os Sicilianos"), o parisiense Dracéna debuta na Croisette escoltando Welles depois de uma série de ameaças anônimas. Antes de conhecer as sessões de gala no velho palácio e as festas noite adentro, passa por uma espécie de supletivo dos bastidores do cinema em Paris, entre personagens fictícios e estrelas reais como Pierre Brasseur, Daniel Gélin e Simone Signoret.

A escrita de Lucovich é mais forte na composição de atmosferas do que na invenção do entrecho. Sua pesquisa reconstitui bem a então nova feira das vaidades da aurora de Cannes, com foco sobretudo longe das telas, embora por lá exibissem belos filmes como "Ato de Violência", de Fred Zinnemann; "Sangue do Meu Sangue", de Joseph L. Mankiewicz; e "Arroz Amargo", de Giuseppe De Santis. Não, sem surpresas, o romance não faz qualquer referência a "Sertão", mas cita de passagem a jornada wellesiana no país em 1942.

O Welles de Lucovich é um pícaro infatigável, em constante ciranda amorosa e frenesi criativo — à época tentando completar o orçamento para terminar seu "Othello", que, fechando um círculo, seria um dos vencedores de Cannes em 1952.

Charuto sempre aceso, de apetite pantagruélico, parece mais uma anteprojeção do Welles tardio do que um retrato do recém autoexilado na Europa. "Escape artist" assumido, ele parece divertir-se postumamente eludindo mesmo os que como personagem o celebram. ■

Amir Labaki é diretor-fundador do É Tudo Verdade — Festival Internacional de Documentários.

E-mail: labaki@etudoverdade.com.br
Site do festival: www.etudoverdade.com.br

Testemunha ocular

Palestina Adania Shibli leva ao limite aquilo que a literatura tem se proposto a fazer desde Flaubert: falar do grande a partir do pequeno; do todo a partir do detalhe. Por **Tatiana Salem Levy**

A virada do regime representativo na literatura para o regime estético, segundo Jacques Rancière, aconteceu com Flaubert. Ao trazer para a literatura o excesso de detalhes, a vida cotidiana, as pessoas comuns, Flaubert democratizou o espaço literário. Qualquer um poderia estar nele. Os pequenos detalhes construíam visualmente o universo desse homem comum. A partir de então, nunca mais a literatura se voltou para os grandes heróis — pelo contrário, esteve cada vez mais colada ao pequeno.

Em "Detalhe menor", impressionante romance da palestina Adania Shibli, o detalhe toma conta do título, torna-se tema da narrativa, mas também o impulso que faz a narradora escrever; espalha-se pelas páginas e, estranhamente, de tanto se espalhar, termina por se tornar aquilo que ele não é: o centro do romance.

"Há quem veja nos detalhes menores (...) o único caminho para se chegar à verdade", afirma a narradora da segunda parte do romance. É ela quem justifica a existência da primeira. No verão de 1949 — um ano após a guerra que levou à criação do Estado de Israel, à qual os palestinos chamam de Nakba, a catástrofe responsável pela expulsão de 700 mil pessoas de suas terras —, soldados israelenses atacam um grupo de beduínos no deserto do Neguev, matando todos, com exceção de uma jovem. A adolescente é levada para o acampamento israelense, onde o horror acontece.

Exatos vinte e cinco anos depois, no mesmo dia, a narradora nasce. Que importância isso tem? Nenhuma. Todos nós nascemos em dias de pequenas tragédias. Ainda mais na Palestina ocupada. Como ela própria diz, homens assassinados, mulheres violentadas, isso é corriqueiro ao seu redor desde 1948. Portanto, é só um detalhe, um detalhe menor. E, no entanto, ao ler um artigo sobre o assassinato dos beduínos e o que ocorrera com a jovem naquele dia, foi esse detalhe que lhe chamou a atenção, "porque não havia nada fora do comum nos seus traços gerais, se comparados com o que acontece diariamente num lugar dominado pelo estrondo da ocupação e pelas contínuas matanças".

Esse detalhe menor, essa coincidência sem importância, se torna o motor do livro. Sem essa coincidência, não haveria história. O que não tem importância permaneceria escondido, lembrado, se muito, na versão tortuosa do exército israelense. O que Adania Shibli faz até o limite nesse seu terceiro romance é aquilo que a literatura tem se proposto a fazer desde Flaubert: falar do grande a partir do pequeno; do todo a partir do detalhe. Ela explora essa proposição ao máximo. Diante da tragédia da guerra, o que lhe chama a atenção é a coincidência insignificante das datas. Como quando, no presente, um edifício é detonado, e ela se preocupa com a poeira que entra no seu escritório, e não com os três jovens que se refugiavam nele.

Mas é do detalhe que vem a verdade, lembremos. Como em Barthes, aquilo que ele chama de efeito de real, o detalhe que escapa ao todo, dizendo: Eu sou o real. Ou como o pequeno detalhe que um falsificador de quadros se esquece de pintar, evidenciando seu gesto... Portanto, se não houvesse essa coincidência, esse detalhe menor, não haveria o desejo da narradora de ir em busca da verdadeira história da adolescente que sobrevivera à matança no deserto. E se não houvesse esse desejo não haveria a primeira parte do romance — uma narrativa tão seca quanto rica em detalhes, que nos leva diretamente para o Neguev, para aquele clima árido, para o seio de um exército, para homens em guerra, para um homem em particular, com uma potência que nem sempre encontramos na literatura.

Se é só na segunda parte que surge a explicação do detalhe e da existência da narrativa, na primeira já percebemos, desde o primeiro parágrafo, que o romance se constrói nos detalhes. Tudo nele gira em torno da composição visual daquilo que é

narrado. O texto abre com a descrição detalhista de uma paisagem que, por regra, diríamos sem detalhes: o deserto. Mas o homem tenta se apoderar dele, demarcando fronteiras, assim como a escritora o faz com suas palavras. Nomear os detalhes, dizer de forma bem clara os nomes das coisas, para tornar evidente que Nakba nunca acabou, a catástrofe continua até hoje. As pequenas vidas destruídas formam a verdade da ocupação.

Embora em terceira pessoa, a narrativa acompanha de perto o comandante do exército, empenhado em demarcar a fronteira de Israel com o Egito, expulsando árabes remanescentes e infiltrados. Ele e seus soldados faziam rondas diárias, "mas tudo que o lugar revelava eram turbilhões de areia e nuvens de

Tatiana Salem Levy, escritora e pesquisadora da Universidade Nova de Lisboa, escreve neste espaço quinzenalmente

E-mail: tatianalevy@gmail.com

CRIS BIERRENBACH

poeira, que pareciam ter um único objetivo: persegui-los e caçoar deles". Enquanto os israelenses perseguiam os árabes no deserto, o deserto perseguia os israelenses.

Um pequeno inseto, nunca identificado, pica a coxa do comandante. Ele tenta ignorar a picada, mas ela infecciona dia após dia. Ele a limpa, passa um produto qualquer, não lhe dá grande importância, e ela aumenta. Ele passa a vasculhar a sua cabana obsessivamente, como se pudesse encontrar o animal que o picou, como se encontrá-lo fosse resolver o seu problema. Com o passar do tempo, vai enfraquecendo, ficando cada vez mais tonto, enjoado; os músculos de seu corpo paralisam diversas vezes. Provavelmente, não viverá muito tempo.

Enquanto isso, há uma estranha no acampamento: a jovem beduína remanescente da matança. O que fazer com ela? Entregá-la em algum acampamento árabe? Abandoná-la no deserto? Colocá-la na cozinha? Disponibilizá-la para a diversão dos soldados? Ele não sabe muito bem, mas isso é só (mais) um detalhe. Começa por lavá-la, numa cena descrita com tanta precisão que ouvimos as gargalhadas dos soldados, o latido dos cães, sentimos o fedor da menina, a areia chupando a água que escorre de seu corpo nu, a vergonha que se instala nela inteira, junto com o medo. É o detalhe que torna o texto tão visual.

"Há também aqueles que argumentam (...) que os seres humanos podem formar uma imagem de um evento que eles não testemunharam tendo acesso a vários detalhes secundários, que para alguns são irrelevantes", lembra a narradora da segunda parte. E é justamente isso que esse pequeno romance realiza: nós nos tornamos testemunhas oculares do horror cometido pelos oficiais do exército contra aquela menina. Ao descrever a cena com tantos detalhes, ela nos permite criar a imagem bem à nossa frente, e assim nunca mais poderemos dizer que não vimos. Quem leu "Detalhe menor", viu. Quem ler, verá.

E aqui reside a força da literatura num mundo em que a imagem está pra lá de banal. Como a própria narradora sublinha, assassinato e estupro são coisas que acontecem não só nas guerras, mas no cotidiano das cidades. Os jornais trazem essas notícias todos os dias, mas são os detalhes menores, na literatura, que criam na nossa mente uma imagem tão poderosa e real, que nos torna presentes na cena. Que faz com que não esqueçamos. Que torna o passado presente; ou melhor, que promove o encontro desse passado que se repete há décadas como presente, juntando de forma inesperada a vida da jovem beduína à vida da jovem narradora que nasceu exatos vinte e cinco anos depois do dia que marcou a sua tragédia. ■

LANÇAMENTOS

TikTok Boom Chris Stokel-Walker. Trad.: Alexandre Raposo, Carolina Selvatici e Diego Magalhães. Intrínseca, R$ 59,90

O sucesso do TikTok é enorme, como as polêmicas que o envolvem. Suspeitas de falta segurança e privacidade no aplicativo levaram a Índia a bani-lo. Na presidência, Trump viu a plataforma como uma ameaça à segurança dos EUA.

Ainda assim, o TikTok ultrapassou seu status de aplicativo e tornou-se foco de disputa política entre China e EUA. Este livro mergulha nos bastidores da ByteDance (proprietária do TikTok), que almeja chegar ao patamar de gigantes como Google, mostra o funcionamento desse sistema de influenciadores e elucida o contexto sociopolítico que permitiu o embate entre as duas superpotências. A dança pelo poder ganha nova coreografia, cujo ritmo é uma inovação do Oriente.

Sete anos de escuridão
You-jeong Jeong. Trad.: Paulo Geiger
Todavia, R$ 89,90

Este livro conta a história de Sowon, jovem órfão da Coreia do Sul. Ele leva uma vida nômade e deseja se ver livre de um passado obscuro, do qual não tem nenhuma responsabilidade. Sete anos atrás seu pai, Choi Hyonsu, foi acusado de uma série de assassinatos, mas nada está esclarecido. Entretanto, seu filho parece estar condenado a pagar pelos crimes. Até que um dia Sowon recebe um manuscrito anônimo, cujo conteúdo esclarece aquele passado. Nascida em Hampyeong, Coreia do Sul, em 1966, antes de se tornar escritora You-jeong foi enfermeira. Uma das maiores autoras de thrillers de seu país, ela já foi comparada a Stephen King e a Raymond Chandler. Este título foi considerado pelo jornal alemão "Die Zeit" um dos melhores romances policiais de 2015.

Feminismo no Brasil
Branca Moreira Alves e Jacqueline Pitanguy. Bazar do Tempo, R$ 62,10

Nomes de destaque no feminismo brasileiro, Branca Moreira Alves e Jacqueline Pitanguy, autoras de "O que é feminismo" (1984), retomam a história dos movimentos e articulações feministas no país a partir das memórias de quem encabeçou essas lutas entre os anos de 1970 e 1990.

A obra, que vai dos séculos de dominação patriarcal aos bastidores das articulações políticas no país, apresenta pioneiras cujo trabalho abriu caminho para as lutas contemporâneas. A edição traz um caderno com imagens, depoimentos e biografias de mulheres que fizeram parte dessa história, como Benedita da Silva, Betânia Ávila e Sueli Carneiro. "O livro é uma combinação de celebração, reflexão e luta", disse Pitanguy em live.

Uma dor perfeita
Ricardo Lísias
Companhia das Letras, R$ 54,90

Lísias traz a experiência que viveu na UTI de um hospital paulista, quando foi internado devido à covid-19. "Um leve mal estar. Estou com aquela variante que não faz nada", havia dito momentos antes, sem saber que dali a pouco iria sofrer um colapso pulmonar que o levaria à dor e ao medo diante da morte. Oscilando entre consciência e devaneio, o doente testemunha a luta dos médicos e enfermeiros e sua angústia diante dos que se foram. O livro é um relato do que experimentou e a narrativa de um pai que, em delírio, vê a esposa com "olhos de pedra" e o filho com o rosto "embaçado". Ele teme nunca mais vê-los. Nascido em 1975 em São Paulo, o romancista é contista e ensaísta, autor de "O céu dos suicidas", vencedor do Prêmio APCA de melhor romance. ■

TEATRO

Homens Pink (SC)
Com Cia. La Vaca
Até 15/05. Sexta e sábado, 21h30. Domingo, 18h30. 14
Belenzinho

Henrique IV
De Luigi Pirandello
Direção: Gabriel Villela
Até 05/06. Quinta a sábado, 21h. Domingo, 18h. 14
Vila Mariana

Meus Cabelos de Baobá (RJ)
Direção.: Vilma Melo.
Até 07/05. Sexta e sábado, 20h. 10
Pinheiros última semana

Lady X Macbeth - outros detalhes da peça escocesa
Dir.: Marcio Aurelio e Mara Borba
Com Yara de Novaes e Guilherme Leme Garcia
Até 05/06. Sexta e sábado, 21h. Domingo, 18h. 14
Consolação

Vozes da Floresta Chico Mendes Vive
Texto: Zezé Weiss
Direção e atuação: Lucélia Santos
Até 29/05. Sexta e sábado, 21h. Domingo, 18h. 14
Ipiranga

Zoológico de Vidro
De Tennessee Williams
Direção: Lavínia Pannunzio
Com Sandra Corveloni
Até 28/05. Sexta, 21h. Sábado, 20h. 16
Santo André

DANÇA

chãO Estreia
Direção: Marcela Levi e Lucía Russo
06 a 15/05. Sexta, 21h. Sábado, 20h. Domingo, 18h. 16
Santana

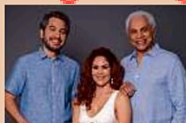
CINEMA

Clássicos Restaurados | Faixa Bônus

Profissão Repórter
Dir.: Michelangelo Antonioni | Itália | 1975 | 125 min | Ficção
06 e 10/05. Sexta e Terça, 20h. 14

Marcas da Violência
Dir.: David Cronenberg | EUA | 2005 | 96 min | Ficção
07 e 08/05. Sábado, 17h. Domingo, 20h. 18

A Rosa
Dir.: Mark Rydell | EUA | 1979 | 134 min | Ficção
07 e 08/05. Sábado, 20h. Domingo, 17h. 16

Minha Adorável Lavanderia
Dir.: Stephen Frears | Reino Unido, Irlanda do Norte | 1985 | 97 min | Ficção
09/05. Segunda, 20h. 16
CineSesc

MÚSICA

Paulinho da Viola e Filhos
Com João Rabello e Beatriz Rabello
06 e 07/05. Sexta e sábado, 20h. 12
Guarulhos

Luiz Tatit e Dante Ozzetti
Show "Abre a Cortina"
06/05. Sexta, 21h. 12
Pinheiros

Lurdez da Luz
20 Anos de Música
06/05. Sexta, 21h. 14
Santo Amaro

Zezé Motta canta Caetano
Participação de Daúde
07 e 08/05. Sábado, 21h30. Domingo, 18h30. 18
Pompeia

Ná Ozzetti
Show "Balangandãs"
Homenagem a Carmen Miranda.
07 e 08/05. Sábado, 20h. Domingo, 18h. L
Bom Retiro

Tiê
Cantora apresenta os grandes sucessos da carreira.
08/05. Domingo, 18h. 12
Belenzinho

SESCTV

Amazônia, Arqueologia da Floresta Episódio 2: Conchas e Ossos
Direção: Tatiana Toffoli.
Arqueólogos acompanham os índios Tupari até a antiga aldeia do Laranjal, local em que viviam e do qual tiveram que sair por causa da criação da Reserva Biológica do Guaporé, em 1983.
07/05. Sábado, 20h. L
Disponível sob demanda em sesctv.org.br/amazonia

circo

Canções Para Pequenos Ouvidos 2 Estreia
Com Orquestra Modesta
De 08/05 a 05/06. Domingos, 15h e 17h. L
Pinheiros

Cabaré (Des)Equilibrado
Com Cia. Suno
07/05. Sábado, 15h. L
Itaquera

A Fábrica dos Ventos
Com Trupe Lona Preta
Até 22/05. Sábado e domingo, 12h. L
Belenzinho

teatro

Os Filhos de Iauaretê, a Onça-Rei
Com Cia. Pé do Ouvido
Até 08/05. Domingos, 11h. L
Ipiranga última semana

O Menino e a Cerejeira
Com Cia. Borbolina
Até 28/05. Sábado, 11h. L
Consolação

EXPOSIÇÕES

Xilograffiti
As relações entre cordel, xilogravura e arte urbana, com obras de artistas e coletivos como Derlon, J. Borges, Lira Nordestina, Atelier Piratininga e Lau Guimarães. Em um ateliê gráfico, o público pode ter contato com máquinas e ferramentas de diversas técnicas de impressão, além de artistas e grupos que produzirão suas obras no local.
Curadoria: Baixo Ribeiro.
Até 31/07. Terça a domingo. L
Consolação